

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A CENTRALIDADE DO ESPAÇO DOMÉSTICO NA ESTRUTURAÇÃO
DO QUOTIDIANO
- O CASO DAS ILHAS DO PORTO**

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia

Juliana Patrícia da Silva Tomé

Sob a orientação científica do Professor Doutor Virgílio Borges Pereira

Porto, Setembro de 2010

« Quello che impari con il cuore, non dimenticherai mai »

*A memória encontra-se refém da experimentação,
Presente na aplicação dos sentidos a cada momento,
Na prossecução da intuição e no destemor face ao erro;
Estes são, no fundo, os parâmetros, tantas vezes esquecidos,
De uma reflexividade irreflectida.*

Resumo

Com este estudo pretendeu-se analisar a *centralidade do espaço doméstico na estruturação do quotidiano* a partir do estudo de caso das ilhas do Porto.

O quadro teórico construído assenta na inclusão dos eixos do espaço e do tempo na configuração do conceito de *espaço social* e da sua objectivação nas estruturas do espaço físico. Toda esta dinâmica do jogo social é geradora de representações e percepções diferenciadas dos lugares. A habitação foi assim tida como um objecto de acesso desigual por parte de diferentes grupos sociais e como tal accionada enquanto instrumento de dominação. Neste quadro analítico, procurou-se estabelecer um conjunto de postulados que nos permitissem compreender a sociogénese das ilhas da cidade. De seguida, a partir do caso específico das ilhas em estudo – a Grande e do Padeiro em S. Vítor e o Bairro do Herculano – procurámos compreender os modos como os moradores destes espaços organizam o seu quotidiano e quais as suas percepções face ao espaço onde residem. Este contínuo analítico tinha como principal objectivo, o enquadramento da habitação em ilhas em processos mais vastos de transformação da cidade, particularmente, no espaço que estas ocupam na resolução da «questão da habitação» que assalta a cidade desde a sua industrialização.

A partir de uma estratégia de pesquisa qualitativa, que se traduziu no recurso às técnicas de observação directa e da entrevista, procurou-se dar conta da multiplicidade de trajectórias residenciais e sociais dos agentes que habitam nas ilhas. Comum aos casos analisados, identificou-se um conjunto de fracos recursos sociais e económicos que conduzem à reificação da condição precária dos moradores. Condição, esta, que se traduz na imobilização dos agentes no espaço físico e social da cidade.

Palavras-Chave: habitação; ilhas; Porto; Sociologia das Classes Sociais; políticas habitacionais.

Abstract

This study aims to analyze *the central status of domestic space in the construction of everyday life* in the case study of Oporto's *Ilhas*.

The theoretical framework lays upon the inclusion of the axes of time and space for the configuration of the *social space's* concept as for its objective manifestation into the physical space's structures. This dynamics produce varying and changeable representations and perceptions of places. Housing is then perceived by the different social groups as an object of unequal access, and, as such, triggered as a domination tool. Then, in this analytical framework we aim to lay down a set of propositions which could give us a wide comprehension of the *ilhas* city sociogenesis. After that, and anchored on the specific case-study of the *ilhas* - *Grande* and the *Padeiro* in S. Vítor Street and in the neighborhood/*bairro* *Herculano* – we seek to identify the modes of daily life organization and the perceptions of the space perceived by its inhabitants. This analytical set contains, as a main objective, a comprehensive framing at the residence issue in *ilhas*, taking in account the wider processes of change in the city, especially their place for solving the “housing issue” as a particular one that assaults the city since its industrialization.

From the standpoint of a qualitative strategy of inquiry and operatory methods, such as direct observation and interview, we look to identify the multiple residential and social trajectories of the agents living at the *ilhas*.

In those analyzed cases, is seen a commonly identifiable weak set of social and economical resources that leads to the reification of precarious condition. This condition translates itself in a particular representation of the city where it underlies the immobilization of agents in both the physical and social space of the city.

Keywords: inhabitation; *ilhas*; Oporto; Sociology of Social Classes; housing policies.

Résumé

Ce travail vise analyser la *centralité de l'espace domestique dans la structuration du quotidien* à partir du cas des *ilhas* de la ville de Porto.

Le cadre théorique construit s'appuie sur une inclusion de l'espace et du temps comme catégories axiales de la configuration du concept d'*espace social* et de son objectivation dans les structures de l'espace physique. Cette dynamique du jeu social est ainsi productrice de différentes représentations et perceptions des espaces. En conséquence, le logement fût ici placé comme un objet face auquel subsiste un accès inégal de la part des différents groupes sociaux ce qui le situe, ainsi, comme un instrument de domination. Ce cadre analytique a par ceci visé à établir un ensemble de propositions qui nous put permettre de comprendre la sociogenèse des *ilhas* de la ville.

Sur cela, et soutenus par le cas spécifique des *ilhas* observées - les *ilhasGrande* et du *Padreiro* dans la Rue de S. Vitor et le quartier/*bairro* de l'Herculano – nous cherchons à comprendre les modes d'organisation du quotidien de ses habitants, ainsi que leurs perceptions envers l'espace où ils résident. Cette unité analytique a tenu comme principal objectif, l'encadrement du logement des *ilhas* au sein de processus plus vastes de transformation de la ville, et en particulier, l'espace que les *ilhas* occupent vis-à-vis de la solution apportée pour la « question du logement », celle-ci traversant la ville depuis son industrialisation.

À partir d'une stratégie de recherche qualitative menée à travers les techniques méthodologiques de l'observation directe et de l'entretien, nous avons cherché à montrer les multiples trajectoires résidentielles et sociales des agents qui habitent les *ilhas*. Un fait commun aux cas analysés sont les faibles ressources sociales et économiques qui conduisent à la réification de la condition précaires des ces habitants. Condition, traduite elle-même par l'immobilisation des agents dans l'espace physique et social de la ville.

Mots-clés: Logement; *Ilhas*; Porto; Sociologie des classes sociales, politiques du logement.

Dedicatória

*À Mãe e ao Pai,
À Denise e ao João,
À Cristina, à Nádia e à Michelle.*

A curiosidade e a partilha de ideias são, porventura, o combustor que faz avançar o conhecimento. É, assim, profundo o meu obrigado a todos aqueles que ao longo deste ano se interessaram por este trabalho. De igual forma, as reuniões de orientação tornaram-se, neste contexto, momentos determinantes para a prossecução dos objectivos a que nos propusemos. Um agradecimento especial a todos os moradores das ilhas: transporte no coração o carinho com que abraçaram este projecto!

Índice

	Pág.
Resumo	iii
Abstract	iv
Résumé	v
Dedicatória	vi
Índice	vii
Índice de abreviaturas	x
Índice de esquemas, figuras, gráficos, mapas e quadros	xi
Introdução	1
Parte I – Enquadramento teórico e Metodológico	4
Introdução	4
I. Enquadramento teórico	6
1.1 Os eixos do Espaço e do Tempo na estruturação do quotidiano	6
1.2 A centralidade do espaço doméstico na estruturação do quotidiano	20
II. O empreendimento das ilhas – o liame entre os limites técnicos e tomadas de posição dos diferentes grupos sociais	29
2.1 As ilhas do Porto: condições sócio-históricas para o seu desenvolvimento	29
2.1.1 A morfologia do espaço	30
2.1.2 As condições da procura	33
2.1.3 As condições da oferta	35
2.2 Algumas pistas para a compreensão das Ilhas a actualidade	36
III. O desenvolvimento da zona oriental da cidade no Porto Oitocentista	43
3.1 O caso das Ilhas de S. Vítor	43
3.2 O caso do Bairro do Herculano	45
IV. Breve nota em torno modelo teórico e estratégia de pesquisa construídos	47
Parte II – Apresentação dos resultados empíricos	52
V. As ilhas do Porto como exemplo de habitação precária	52
5.1 A Ilha Grande e a Ilha do Padeiro, em S. Vítor	59
5.2 As Ruas 1 e 2 no Bairro do Herculano	68
VI. O estudo da habitação na conceptualização da cidade do Porto	77
Considerações Finais	84
Bibliografia Consultada	91

ANEXOS	100
Anexo I – Construção	101
1.1 – Algumas considerações em torno da estratégia metodológica adoptada	101
1.2 – Instrumentos operatórios do modelo de análise	113
1.2.1 – Definição do indicador socioprofissional individual, familiar e de origem	113
1.2.2 – Localização dos bairros sociais construídos na cidade do Porto ao longo do século XX	118
1.3 – Instrumentos auxiliares de planeamento da pesquisa	119
1.3.1 – Cronograma de investigação	119
1.4 - Instrumentos de recolha	121
1.4.1 – Guião de entrevista ao presidente da Associação de Moradores de S. Vitor (AMSV)	121
1.4.2 Guião de entrevista aos merceeiros	122
1.4.3 – Guião de entrevista aos moradores	124
1.5 – Instrumentos de tratamento	130
1.5.1 – Grelha de observação directa	130
1.5.2 – Tipologia de análise vertical da entrevista ao presidente da AMSV	132
1.5.3 – Tipologia de análise vertical da entrevista dos merceeiros	133
1.5.4 – Modelo-base de construção das narrativas dos moradores das ilhas	135
1.5.5 – Tipologia de análise dos mapas mentais segundo a proposta de Kevin Lynch	137
Anexo II – Resultados	138
2.1 – Casos para a construção de lugares de classe	138
2.1.1 – Codificação e construção do indicador socioprofissional de classe	141
2.2 – Nível de escolaridade do entrevistado face ao nível de escolaridade dos pais	143
2.3 – Grelhas de análise vertical das entrevistas	144
2.3.1 - Grelhas de análise vertical da entrevista ao presidente da AMSV	144
2.3.2 - Grelhas de análise vertical da entrevista ao merceeiro I	149
2.3.3 - Grelhas de análise vertical da entrevista ao merceeiro II	152
2.3.4 - Grelhas de análise vertical da entrevista ao merceeiro III	157
2.4 – Narrativas	160
2.4.1 – Narrativa da Dona Almerinda	160
2.4.2 – Narrativa da Dona Carla	165
2.4.3 – Narrativa da Dona Eugénia	172

2.4.4 – Narrativa da Dona Gabriela	177
2.4.5 – Narrativa da Dona Laurinda	183
2.4.6 – Narrativa da Dona Raquel	188
2.4.7 – Narrativa da Dona Salomé	192
2.4.8 – Narrativa do Senhor José	197

Índice de abreviaturas e siglas:

AMSV – Associação de Moradores de S. Vítor

CMP – Câmara Municipal do Porto

FFH – Fundo Fomento à Habitação (extinto)

FENACHE – Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica

IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

INH – Instituto Nacional de Habitação (extinto)

PER – Plano Especial de Realojamento

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

Índice de esquemas, figuras, gráficos, mapas e quadros:

Esquemas

	Pág.
Esquema nº1: <i>Quatro condições que pressupõem a acção recíproca</i>	8
Esquema nº2: <i>A constituição do espaço social</i>	9
Esquema nº3: <i>Síntese de articulação entre as modalidades de regionalização</i>	13
Esquema nº4: <i>«Espectro do tempo livre», segundo Elias e Dunning</i>	19
Esquemas nºs 5 e 6: <i>Morfologia básica das ilhas e principais tipos de ilhas</i>	32
Esquema nº7: <i>Modelo de Análise</i>	49

Figuras

	Pág.
Figura nº1: <i>Modelo tradicional polifuncional e modelo da segunda metade do séc. XIX monofuncional de habitação Burguesa</i>	31

Gráficos

	Pág.
Gráfico nº1: <i>Grupos etários, em percentagem</i>	39
Gráficos nºs 2,3 e 4: <i>Activos empregados por categoria profissional total, homens e mulheres</i>	41
Gráfico nº5: <i>Indicador socioprofissional individual do entrevistado</i>	57
Gráfico nº6: <i>Indicador socioprofissional familiar do entrevistado</i>	57

Mapas

	Pág.
Mapa nº1: <i>Localização das ilhas na Rua de S. Vítor e do Bairro do Herculano</i>	43

Quadros

	Pág.
Quadro nº1: <i>As ilhas do Porto (1832-2001)</i>	37
Quadro nº2: <i>Plano de construção de habitação social na cidade do Porto, séc. XX</i>	38
Quadro nº3: <i>Núcleos e fogos identificados e pessoas residentes</i>	39

Quadro nº4: <i>Tipologia das famílias</i>	40
Quadro nº5: <i>Habilitações literárias, por sexo e grupo etário</i>	40
Quadro nº6: <i>Quadro síntese de moradores entrevistados e elementos que compõem o agregado</i>	54
Quadro nº7: <i>Nível de escolaridade completo do entrevistado e dos elementos que residem na casa com o entrevistado</i>	55
Quadro nº8: <i>Cruzamento do indicador socioprofissional de família com o indicador socioprofissional de origem</i>	58

Introdução

O espaço doméstico, enquanto objecto de análise sociológica, é passível de múltiplas abordagens em que necessariamente se privilegiam determinados eixos em detrimento de outros. Da mesma forma, o quadro teórico accionado na compreensão deste como de qualquer outro objecto social desencadeia a selecção de um conjunto determinado de eixos e associações que conduzem, de forma significativa, aos resultados e novos questionamentos que se lançam no final do processo de pesquisa. No mesmo sentido, a pluralidade de quadros conceptuais que podem ajudar o investigador na tarefa de construção conceptual dos seus objectos são, eles próprios, enformados por disputas pela imposição de um monopólio legítimo de leitura do real (Bourdieu, 1996). A percepção deste processo de construção social do conhecimento, assim como a contextualização dos diferentes contributos teóricos no espaço e no tempo, contribuíram significativamente para a abordagem ao espaço doméstico que agora se apresenta.

Paralelamente, a problematização da questão da habitação, do seu acesso e dos modos de vida nos diferentes lugares, emerge com a própria modernidade. A par com o desenvolvimento do conhecimento científico, este é um debate profundamente enformado por contributos de diversas disciplinas científicas e diferentemente apropriado por distintos grupos sociais. Da discussão em torno destas problemáticas emerge a importância conferida à formação das representações sociais sobre os lugares, ou seja, aos processos e estruturas de poder intrínsecas à construção social do espaço (Urry, 2002, p.378).

Tendo, assim, por base este horizonte de preocupações no estudo da questão da habitação, interessa então questionar: quais as representações e investimentos afectivos dos indivíduos face à habitação? De que modo é que a habitação se constitui como um microcosmos de difusão do poder social? E, como se negociam e reificam as diferentes possibilidades de acção por parte dos agentes envolvidos no campo da habitação?

Do ponto de vista da construção teórico-metodológica da pesquisa, iniciámos o nosso trajecto por nos aproximarmos de uma leitura com um cariz mais estruturalista do espaço doméstico, ressaltando os processos de construção e reprodução das estruturas físicas e sociais dos lugares, para num processo que necessariamente se vai aproximando à realidade vivenciada pelos agentes, afirmar a centralidade do espaço doméstico na estruturação da vida quotidiana e a incorporação, mais ou menos, manifesta nas rotinas dos agentes das estruturas de poder. É assim a partir destes princípios teóricos, que tendo por base o estudo de caso das *ilhas do Porto*, nos propomos: identificar e analisar as representações e modos de apropriação

do espaço dos elementos dos grupos domésticos a estudar, face ao espaço interior da habitação, ao contexto habitacional em que se encontram inseridos e à própria cidade; perspectivar como se estruturam as práticas quotidianas familiares, as suas solidariedades e conflitualidades, e como estas se traduzem nos usos do espaço; e, contextualizar o objecto em estudo em relação aos processos de transformação social, demográfica e política, vividos com o aprofundamento das lógicas da modernidade e as suas consequências ao nível do mercado de trabalho, do acesso à habitação e dinâmicas familiares.

Alguns dos questionamentos e preocupações que presidiram à escolha e delimitação das questões e objectivos de pesquisa foram já sendo sumariamente expostos. A explanação e definição dos principais eixos teóricos na conceptualização do espaço e do tempo constituem uma parte substancial do primeiro capítulo. A aplicação destes eixos ao domínio da habitação e a definição do conceito de espaço doméstico ocupam um segundo momento na definição dos princípios teóricos de enquadramento do objecto.

No segundo capítulo, já voltados para o caso específico das *ilhas* do Porto, procura-se enunciar - a partir fundamentalmente dos contributos de Manuel C. Teixeira (1996) - os principais factos que presidiram à emancipação deste tipo de habitação na cidade do Porto, no decorrer da segunda metade do século XIX. A compreensão da sociogénese das ilhas permite-nos, na parte final deste capítulo lançar algumas pistas para a sua compreensão na actualidade.

Neste exercício de aproximação aos contextos que serviram como base para o estudo de caso desenvolvido, no terceiro capítulo procura-se dar continuidade à tarefa iniciada no capítulo precedente de identificação e enquadramento teórico das ilhas estudadas, ressaltando a importância da compreensão do papel destas no contexto de desenvolvimento da zona oriental da cidade do Porto. No culminar deste exercício que ocupa a primeira parte do nosso trabalho, faz-se uma breve síntese do percurso até então trilhado (Cap. IV), assim como se apresenta o modelo de análise que preside à estruturação da segunda parte deste relatório, centrada na apresentação dos resultados obtidos.

Neste seguimento, no quinto capítulo procuramos definir as principais dimensões que nos levam a qualificar as ilhas, e homologamente aqueles que nelas habitam, enquanto uma forma de habitação precária. A partir deste exercício de caracterização dos moradores entrevistados, procura-se ensaiar um quadro de leitura das ilhas estudadas - as ilhas Grande e do Padeiro em S. Vítor e as ruas 1 e 2 do Bairro do Herculano – ressaltando a perspectiva de quem habita estes espaços, assim como a dos merceeiros que têm o seu negócio no interior das ilhas ou na via que lhes dá acesso.

A partir dos discursos destes interlocutores emerge uma perspectiva multidimensional sobre a vida nestes espaços, ao passo que se começam a desenhar um conjunto de transformações sociais no seu seio, que alteram a face do imaginário mais ou menos partilhado das ilhas da cidade e que impõem novos questionamentos aos tradicionais eixos de compreensão destes espaços.

Estes mesmos processos de transformação, que vamos identificando nos discursos dos agentes aproximam-se, por vezes, de lógicas mais amplas na compreensão da cidade do Porto na actualidade, como é o caso de fenómenos como o envelhecimento e investimentos diferenciados nos modos de pensar da expansão das diferentes zonas da cidade. Estas são algumas questões que permeiam o sexto capítulo deste relatório, no qual se procura accionar a habitação enquanto um eixo fundamental na compreensão do desenvolvimento da cidade. Esta é uma problemática, que em última instância, faz retomar de forma mais premente o conjunto de questões de enquadramento ideológico do estudo da problemática da habitação, com os quais iniciámos esta introdução e que nos motivou, em primeiro lugar, a realizar o trabalho que agora se apresenta.

Parte I – Enquadramento teórico e identificação do objecto de pesquisa

Introdução

O mundo moderno é eminentemente urbano, nele as questões intimamente relacionadas com o planeamento e organização do espaço ganham um lugar de destaque não só nos discursos quotidianos, por via dos seus efeitos, mas também na problematização sociológica sobre a cidade¹. De tempos a tempos esta problematização estende-se ao debate sobre os modos de vida nos meios urbanos e aos problemas relacionados com a habitação, especialmente aquela ocupada pelas classes menos capitalizadas no jogo social. Se todo este debate emana da contraposição de um conjunto de discursos e posicionamentos diferenciados no espaço social, por sua vez da discussão em torno da problemática da habitação popular ou precária tende a emergir uma posição hegemónica e estigmatizante dos lugares e agentes que ocupam estes espaços. A esta perspectiva homogeneizadora escapa não só a necessária compreensão dos agentes que ocupam esses espaços, como ainda um exercício de compreensão da sociogénese dos lugares e dos modos como estes historicamente se foram desenvolvendo.

Tal como aponta Engels a questão ou crise do alojamento “(...) não reside no facto universal de a classe operária estar mal alojada e viver em alojamentos superlotados e insalubres.” Mas do “(...) agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores em consequência do brusco afluxo da população para as grandes cidades; é um enorme aumento dos alugueis; um amontoamento acrescido de locatários em cada casa e para alguns a impossibilidade de encontrar mesmo onde se alojarem” (Engels, 1971, p.32). Encarar a questão das condições de vida nos meios urbanos modernos a partir desta perspectiva acarreta, em primeiro lugar, atender ao jogo económico que se desenrola entre os diferentes grupos sociais no que concerne à oferta e procura de um tipo de habitação. No caso particular do nosso objecto em análise, a procura dos «tipos de habitação mais humildes e baratos

¹ Quando nos propomos problematizar as questões levantadas pela crescente «marca urbana» na vida social moderna, deve-se atender, desde logo, à necessidade de encarar este objecto pela sua dimensão quantitativa, mas também qualitativa. Conforme aponta Giddens (1984) se cada vez mais o Homem, enquanto espécie, escolhe viver nos meios urbanos, essa opção levou também a uma alteração da própria natureza e organização do urbanismo moderno (p.79), gerando continuamente novas questões e entendimentos sobre a natureza dessas transformações. Cf. Grafmeyer, 1994, p.9-10.

disponíveis»² por parte de segmentos sociais específicos – as classes laboriosas que entretanto se fixam nos meios urbanos.

A dimensão acima realçada – da habitação enquanto bem económico – afirma-se como um importante vector de análise mas, ao mesmo tempo, lança uma pista essencial para o exercício que nos propomos desenvolver, ou seja, a desigual distribuição de recursos na sociedade e como esta se traduz em tomadas de posição, disposições, representações e apropriações diferenciadas do espaço urbano. A compreensão dos agentes e grupos sociais torna-se um exercício fundamental numa leitura do espaço multifacetada, que conjuga a estrutura morfológica de um dado lugar com os limites que socialmente vão sendo construídos. É do elencar de um conjunto de contributos, que nos permita desenvolver esta perspectiva dinâmica na estruturação do espaço e do tempo, que nos ocuparemos num primeiro momento.

Contudo, o objectivo último deste exercício passa pela afirmação da centralidade do espaço doméstico na estruturação do quotidiano. Defender a centralidade de um dado fenómeno social implica, em primeiro lugar, conferir-lhe uma qualidade, ou atribuir-lhe um valor (uma vez mais económico, mas acima de tudo simbólico³); mas ao mesmo tempo, implica reconhecer o duplo sentido que tendemos a atribuir à noção de *central*: a sua conotação territorial, na organização e percepção mental do espaço físico; mas também, enquanto *locus* de onde dimanam as ordens, ou seja, como organizador e reproduzidor de teias de poder mais abrangentes.

É sobre o reconhecimento da necessidade de encetar uma abordagem dinâmica que conjugue diversos níveis de análise, de forma a aproximarmo-nos da realidade quotidiana que este exercício primeiramente assenta. Ao mesmo tempo que pretendemos uma aproximação gradual ao nosso objecto específico de estudo – as ilhas do Porto – e com isso a indispensabilidade de traçar a história dos lugares, de forma a dar sentido, em última instância, à temporalidade incorporada no discurso dos agentes que (re)constróem quotidianamente estes espaços.

² Tal como procuraremos demonstrar mais à frente, apesar de imediatamente tendermos a associar as Ilhas do Porto a uma solução habitacional para as classes operárias, um olhar mais atento face aos agentes que vieram a ocupar estes espaços, encontramos uma multiplicidade de ocupações profissionais, que têm em comum os baixos rendimentos disponíveis. Cf. Teixeira, 1996, p.57.

³ Como defende Bourdieu (2001a) referindo-se ao bem que a habitação representa, “(...) não se pode compreender completamente os investimentos de toda a espécie, em dinheiro, em trabalho, em tempo e em afectos, de que ela é objecto, se não nos apercebermos que, como o recorda o duplo sentido da palavra, que designa ao mesmo tempo o edifício e o conjunto dos seus habitantes, a casa é indissociável da família como grupo social durável e do projecto colectivo de a perpetuar” (p.36).

Capítulo I: Enquadramento teórico

1.1 Os eixos do espaço e do tempo na estruturação do quotidiano

Os eixos do *espaço* e do *tempo* afirmam-se como fulcros centrais na análise sociológica, uma vez que se encontram subjacentes à organização da vida social dos agentes e consequentemente das sociedades. Contudo, tal como salienta John Urry (2002) estes têm sido eixos de análise negligenciados pela academia⁴ (p.377), deste modo são poucas as perspectivas que tendem a decifrar os seus sentidos específicos, sendo que estas duas dimensões tendem a estar incorporadas em sistemas teóricos mais vastos (Carmo, 2006, p.2). Ainda assim, quando analisados *per se* afirmam-se como os rudimentos necessários para a construção de uma abordagem dinâmica do espaço social, enquanto conceito articulador dos eixos da organização do espaço e dos sistemas social e cultural⁵.

A análise das transformações nas modalidades de ocupação do espaço encontra-se bem presente na tradição clássica de leitura sociológica do real. Por exemplo, Durkheim⁶ propunha que uma parte essencial da ciência social deveria assentar no estudo da forma e estrutura material das sociedades, por via do estudo da sua morfologia (cf. Grafmeyer, 1994, p.33). Na mesma linha, Halbwachs (1941) vem acrescentar à ideia defendida pelo seu predecessor, a questão da necessidade de incorporar na análise questões relacionadas com a «psicologia colectiva» (p.ii). Neste sentido, subjacente ao estudo da morfologia social (estruturas ou formas da sociedade) emergem quatro dimensões fundamentais de análise: a maneira como uma população se distribui no espaço; a composição sociográfica de uma

⁴ Quando equacionados os vectores do espaço e do tempo tendiam a ser subsidiários de noções e conceitos preexistentes. Conforme defende Urry (2002), “(...) o que grande parte da sociologia do século XX investigou foi um sistema de sociedades independentes cujas estruturas sociais eram vistas como consistentes no espaço e onde pouco reconhecimento era concedido ao facto de diferentes tempos sociais se configurarem nessas sociedades” (p.377).

⁵ Estes três eixos permitem aos autores Jean Rémy e Liliane Voyé (2004) ensaiar uma perspectiva do espaço e das composições espaciais enquanto um “(...) jogo complexo de visibilidades e dissimulações” (p.18), em que por via da assimetria das relações sociais permite identificar as interações fundadas em modalidades de disputa pelo controle e poder sociais; que colectivamente reconhecidas são tidas como legítimas e que são, portanto, constituidoras da identidade e projectos individuais (*ibidem*, p.19). Neste sentido, tal como reconhecem os autores belgas, “(...) uma sociologia do espaço e do tempo confirma-se como distinta de sociologias especializadas num ou noutro domínio de actividade (família, educação, empresa,...). Enquanto tal, ela é uma contribuição directa para uma sociologia geral da regulação e transformação social” (*ibidem*, p.167).

⁶ Optámos por destacar a tradição durkheimiana na compreensão dos eixos em análise devido à influência que o autor e os seus sucessores tiveram na constituição de um *corpus* de análise no campo da Antropologia do Espaço, por via da defesa da autonomização do «espaço» enquanto objecto de análise (Silvano, 2001, p.7). Contudo, tal como também já fizemos referência, tanto numa tradição mais marxista como weberiana de compreensão da origem e evolução das sociedades capitalistas, a urbanização e as modalidades de ocupação do espaço constituem eixos fundamentais de leitura das transformações sociais ocorridas.

população, como grandezas que permitem o estudo das formas materiais da sociedade; a necessidade de encarar as sociedades como realidades de ordem moral possuidoras de uma *memória colectiva*; assim como, a possibilidade de identificar no seu seio instituições, que organizam e estruturam a vida colectiva (*ibidem*, p.1-6).

Apenas aparentemente esta proposta de Halbwachs se fica pela enunciação dos eixos de leitura da forma material/exterior de uma dada sociedade, o autor procura, sobretudo, um modo de leitura dos quadros de reprodução e perpetuação dos grupos sociais. Tal como defende, é por via das representações sociais, enquanto provedoras de regularidade e estabilidade, que as sociedades tal como os corpos individuais se mantêm equilibrados (Cf. Halbwachs, 1941, p.13)

A partir desta perspectiva aproximamo-nos do conceito de *forma* tal como ele é defendido por Georg Simmel, no sentido em que neste assentam os princípios de acção recíproca, que estão na base das *formas de sociação*, enquanto elementos constitutivos de toda a vida social por via da sua universalidade, mas igualmente daquilo que têm de particular⁷ (Carmo, 2006, p.4-5). Deste modo, a partir da perspectiva de Simmel, as *formas de associação* podem ser consideradas construções analíticas, que são accionadas na esquematização da realidade a partir dos princípios, já enumerados, subjacentes à situação de interacção (Simmel, 1981, p.165; Vandenberghe, 2001, p.41).

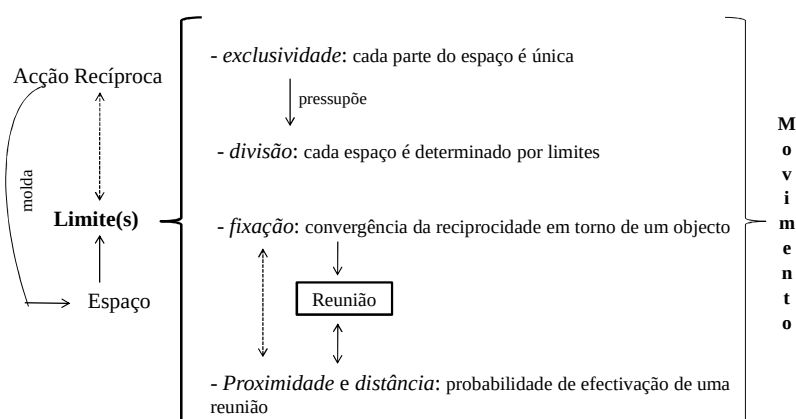
A relação entre o universal e o particular, ou entre a *forma* e o seu *conteúdo* (enquanto conjunto de possibilidades inerentes a qualquer relação ou encontro social) acaba por ser menos bem resolvida a partir de uma perspectiva simmeliana, dada a difícil conciliação entre a abstracção produzida pela generalidade que dá à *forma* a sua expressão e as inúmeras possibilidades introduzidas pela reciprocidade da acção. A *forma* deve, assim, ser entendida como a «essência perante a especificidade de cada particularidade» (Vandenberghe, p.10), o que permite ao autor germânico constituir os fundamentos do espaço social por via, exactamente, dos limites da acção recíproca (Simmel, 1981, p.104).

Para o autor germânico a coexistência entre o indivíduo e os diferentes grupos sociais é possível pelo estabelecimento de limites, ou nas palavras do autor de uma «linha de fronteira que separe as suas esferas» (Simmel, 1977, p.653), que funciona como um operador que delimita a subjectividade individual e aquilo que é transponível para a acção recíproca ao nível da comunidade. Estes limites são tão reais para o indivíduo como para a própria

⁷ O conceito de forma funda-se na reciprocidade entre o universal e o particular. Tal como afirma Jean Rémy, “a forma surge da acção recíproca, ou melhor, de uma agregação entre múltiplas acções recíprocas. (...) A agregação resulta ela própria de um processo de reconhecimento recíproco, a partir do qual se constrói uma representação ou uma prática comum que faça sentido” (in Carmo, 2006, p.5).

comunidade, moldando-se mutuamente, sendo que é a partir destes que podemos posteriormente encetar uma análise da reciprocidade da acção e de como esta molda as representações sobre o espaço ao longo do tempo (Esquema n.º1). Em última instância, estas transformações ao nível dos comportamentos individuais (ideia de movimento) estão elas próprias na génese da vida na metrópole moderna, sendo que toda a tese assenta no pressuposto de que “o espaço não «fala» por si, este «fala» através das diversas dinâmicas sociais que se apropriam e produzem formas de espaço” (Carmo, 2006, p.13)

Esquema n.º1: Quatro condições que pressupõem a acção recíproca



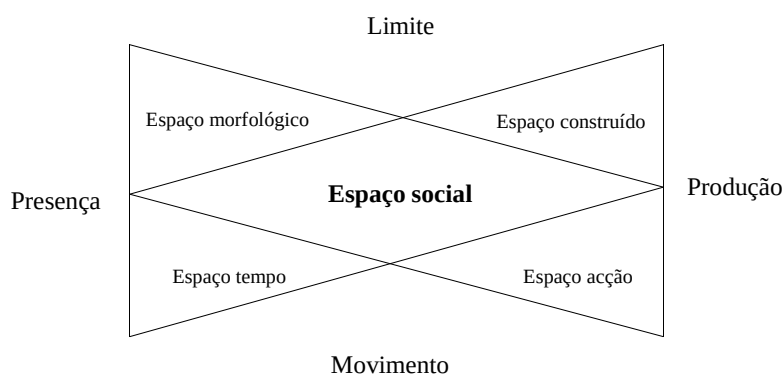
Fonte: Adaptado de Carmo, 2006, p.10-13.

A interdependência encontrada pelo autor entre o *limite* e o *movimento*, encontra-se inerente ao carácter *exclusivo* e *dividido* da interacção, ao mesmo tempo que estes dois eixos podem ser também facilmente identificáveis na capacidade de um objecto centralizar um conjunto de atenções (*fixação*) e na probabilidade física de efectivação de um encontro/reunião (*proximidade e distância*). Deste modo, os limites para Simmel devem ser entendidos à luz da dinâmica que se gera pela análise da dialéctica limite e movimento, mas também pela análise da interioridade e exterioridade dos diferentes níveis de acção e intervenção social. A dinâmica, neste contexto, deve ser compreendida tal o seu sentido quando usada pela Física, pela relação de força que se estabelece entre os limites impostos pela acção recíproca e pelas suas possibilidades no espoletar de novas interacções – *reuniões* em torno de um novo objecto.

As contingências do espaço físico, como vimos, afirmam-se como um importante vector na realização ou não de uma reunião. A par da distância física, podem também identificar-se as barreiras arquitectónicas enquanto fronteiras físicas (*e.g.* muro de uma residência, a necessidade de tocar à campainha para entrar, etc.) que interpõem um limite físico e simbólico à efectivação de uma situação de interacção. À construção física do espaço

Simmel chama de *espaço morfológico*, mas existe uma segunda ordem de limites que se justapõem ao primeiro – o *espaço socialmente construído* - enquanto limite que configura a coexistência e que permite a articulação constante entre o limite e o movimento (Cf. Carmo, 2006, p.13-17).

Esquema n.º2: A constituição do espaço social



Fonte: Adaptado de Carmo, 2006, p.19

A acção recíproca condiciona e constrói ela própria as representações do espaço, ao mesmo tempo que este, tal como referimos acima, funciona como catalisador ou não de condições físicas que propiciam ou não a reunião. O espaço social, tal como se pode verificar no Esquema n.º2, é ainda produto das modalidades diferenciadas de organização do tempo social. Tal como defende Simmel, uma mudança temporal, implica necessariamente uma mudança no espaço, sendo que o inverso não se verifica de forma tão linear. Ainda assim, pretende-se transpor a ideia de complementaridade entre estas duas dimensões, no sentido em que tanto as estruturas físicas, como as temporais jamais devem ser entendidas isoladamente, mas sim como reveladoras de uma posição no *espaço-tempo*. Por sua vez, a necessária contextualização da acção no espaço-tempo, implica uma outra dinâmica para o autor germânico, que procura chamar a atenção para a necessidade de uma interdependência entre as esferas da presença física e a da construção/representação social dos espaços, que num contínuo analítico retoma a dialéctica entre o limite e o movimento.

Numa das suas passagens mais conhecidas Simmel afirma que “os problemas mais complexos da vida moderna decorrem da vontade do indivíduo de preservar a sua independência e individualidade perante os poderes supremos da sociedade, o peso da herança histórica, a tecnicidade e a cultura da vida contemporânea” (Simmel, 2001, p.31). Com esta afirmação encontramos a preocupação, tantas vezes mal entendida, do autor germânico em procurar compreender a interrelação entre o desenvolvimento da organização social e a expansão do espaço e da cidade. Com o incremento de estímulos e sensações decorrentes da

vida na metrópole, a base psicológica dos indivíduos conhece um «súbito» incremento, passando a conter «inúmeros géneros individuais» orientados pelo pragmatismo decorrente da acção racional, face à desvalorização crescente da sensibilidade e afastando-se das «zonas mais profundas da personalidade» (*ibidem*, p.32).

A experiência sensorial e emocional proporcionada pela vida na cidade conduzem a uma centralidade na obra do autor dos modos de vida nos meios urbanos (Urry, 2002, p.383). Quando experienciadas no seu expoente máximo, por via do excesso de estímulos, o sistema nervoso dos indivíduos tende a desenvolver um mecanismo particular de defesa, ou seja, de não resposta que o autor apelidou de *atitude blasé* (Simmel, 2001, p.36). Se como afirmámos a preocupação do autor com os modos de vida modernos é tantas vezes mal entendida, é porque apenas aparentemente estamos perante uma contradição face à interdependência entre o espaço e a acção recíproca, que culmina com a formulação do conceito de *espaço social*. A despersonalização da vida na cidade traduz-se na construção de um espaço também ele facilitador deste processo, uma vez que, como afirmou o autor “ (...) por todo o lado, deparamos com impressionantes formas de cristalização e despersonalização dos empreendimentos culturais, perante as quais a personalidade dos homens, por assim dizer, só muito dificilmente pode ser conservada” (*ibidem*, p.41). Conforme afirma Giddens (1984), “a «prosa da vida», a rotina da vida diária direccionada para fins instrumentais, encontra assim um prolongamento ulterior” (p.93).

No século XIX, Simmel deu início a uma agenda de pesquisa ainda hoje muito profícua acerca das implicações da modernidade na construção da individualidade. Actualmente, mais do que o debate em torno da pós-modernidade (onde os contributos do clássico alemão encontram bastante eco), encontramos no seio da teoria social moderna importantes contributos para a compreensão, não só dos fenómenos advindos com o aprofundamento das dinâmicas adiantadas por Simmel e outros clássicos aquando da consolidação das estruturas económicas e sociais do projecto da modernidade, como também novas perspectivas que nos permitem um aprofundamento na compreensão das coordenadas sociais que regem a vida dos agentes. Ao longo das últimas décadas do século passado, Anthony Giddens procurou desenvolver uma perspectiva sobre a análise da conjugação dos eixos do espaço e do tempo na teoria social contemporânea.

Encontramos nas principais obras de Anthony Giddens uma forte necessidade de nomeação e explicitação dos conceitos que dão corpo à sua «teoria da estruturação», dado que tal como defende o autor, grande parte das barreiras que facilmente identificamos entre paradigmas e perspectivas sociológicas tendem a opor-se do ponto de vista epistemológico,

mas mais do que isso, estas tendem a estar ontologicamente diferenciadas (Giddens, 2003, p.2).

A proposta do autor inglês assenta no pressuposto de que na análise das relações sociais deve-se ter em conta duas dimensões fundamentais: por um lado, os modos como estas se encontram localizadas no espaço-tempo; assim como, os modos como estas se encontram recursivamente implicadas ao nível da reprodução das estruturas sócio-temporais das sociedades⁸. Ganham, deste modo, destaque os conceitos de “(...) *rotina* – que define como aquilo que é feito habitualmente, sendo por isso, a rotinização resultante da realização de actividades no decorrer do dia-a-dia – e, por outro lado, a centralidade da noção de *co-presença* – entendida, no prolongamento das análises de Goffman, como ancorada às modalidades perspectivas e comunicativas do corpo” (Pereira, 1999, p.29).

O tempo e o espaço podem ser mais bem entendidos a partir da apreensão das regularidades que orientam a vida quotidiana, ou seja, “o tempo, o espaço e a repetição encontram-se fortemente entrelaçados” (Giddens, 1979, p.204) levando a que possamos falar de ciclos repetitivos da acção no espaço-tempo – ou, de reprodução social – que mapeiam as estruturas (entendidas como regras e recursos⁹), os sistemas sociais (enquanto relações reproduzidas pelos agentes e colectividades) e as condições de estruturação dos sistemas (a partir da reificação das estruturas e sistemas sociais) (Cf. Giddens, 2003, p.29-30).

A partir deste pressuposto, torna-se necessário entender o tempo incorporado pela acção do dia-a-dia – a *durée* da vida quotidiana – este, segundo Giddens, deve ser visto a partir da diferenciação entre a recursividade (repetição) da acção quotidiana, do indivíduo e das instituições. Somente o tempo da acção do indivíduo pode ser entendido como irreversível, tanto as rotinas diárias e as das instituições pautam-se pela reversibilidade, por via da sua rotinização. Esta condição leva o autor inglês a falar da *long durée* do tempo institucional, uma vez que “todos os sistemas sociais, não importa quão formidáveis ou

⁸ A teoria da estruturação assenta fundamentalmente na compreensão das «práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo» (Giddens, 2003, p.2), sendo que este posicionamento implica necessariamente compreender a diferenciação estabelecida entre a «estrutura» e o «sistema», dado que “ao analisar as relações sociais, temos que reconhecer tanto uma dimensão sintagmática, a padronização de relações sociais no tempo-espaço envolvendo a reprodução de práticas localizadas, quanto uma dimensão pragmática, envolvendo uma ordem virtual de «modos de estruturação» recursivamente implicados em tal reprodução” (*ibidem*, p.20).

⁹ É a partir da definição da função das regras e dos recursos na estrutura social que o conceito da *dualidade da estrutura* pode ser melhor apreendido. Conforme defende Giddens “as regras não podem ser conceituadas separadamente dos recursos, os quais se referem aos modos pelos quais as relações transformadoras são realmente incorporadas à produção e reprodução das práticas sociais. Assim, as propriedades estruturais expressam formas de *dominação* e poder. (...) [Estando assim relacionadas com,] a constituição de significado e, por outro, com o *sancionamento* dos modos de conduta social” [nosso] (Giddens, 2003, p.21-22). As regras e recursos são, deste modo, mecanismos de produção e reprodução do sistema.

extensos, expressam-se e são expressos nas rotinas da vida social quotidiana, mediando as propriedades físicas e sensoriais do corpo humano” (Giddens, 2003, p.42).

O enfoque vira-se assim para o indivíduo ou corpo individual – enquanto *locus* do *self* activo – entendido a partir da sistematicidade da sua acção (por via da «monitorização reflexiva da sua conduta») e pela necessidade de cada agente de «marcar a sua diferença», enquanto agência de poder e como tal como um *recurso* (Cf. Giddens, 2003, p.18). Contudo, esta é uma perspectiva que deve ser sempre encarada a partir do seu carácter relacional não só do ponto de vista dos conceitos, mas acima de tudo, por via da influência do interacционismo simbólico na obra de Giddens, do papel do *outro* na construção da estrutura de signos, que permite a reflexividade inerente a toda a acção social. A compreensão dos eixos espacio-temporais volta assim a ganhar relevo na análise de Giddens, uma vez que a organização das percepções, representações e memórias se encontram intimamente ligadas¹⁰.

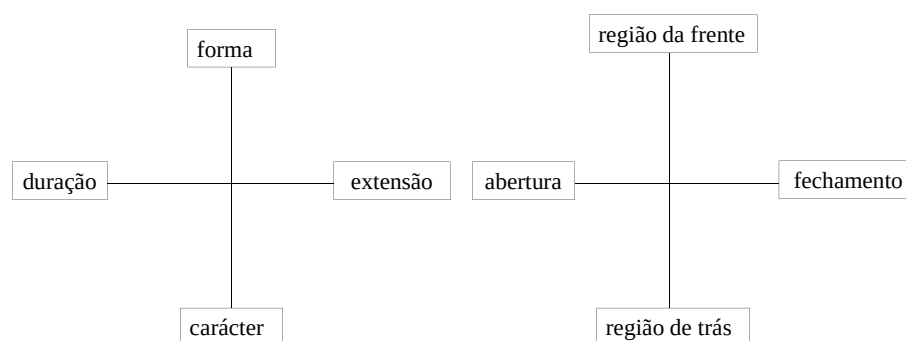
O carácter recursivo da vida social é o eixo fundamental da proposta de Giddens, assim como o papel dos agentes na racionalização e monitorização reflexiva da acção. Contudo, as possibilidades finitas dos agentes se envolveram em múltiplos encontros sociais (co-presença), assim como a selectividade da acção, de que falamos acima, levam o autor a desenvolver a sua proposta a partir dos contributos da perspectiva goffmaniana sobre a regionalização da vida social. Deste modo, tal como aponta Giddens, a moderna estrutura classista introduziu modalidades diferenciadas de ocupação do espaço, que geram simultaneamente sinergias e rupturas entre as diferentes regiões (Giddens, 1979, p.206). Torna-se assim necessário compreender o sentido dado pelo autor à noção de região, ou *locale*, como um “(...) cenário de interacção, tendo fronteiras definidas que ajudam a concentrar a acção num sentido ou outro” (Giddens, 2003, p.443).

A compreensão dos contextos na análise das situações de interacção torna-se necessária para a análise da possibilidade de participação dos agentes numa dada interacção. De igual forma, a extensão da separação dos agentes no espaço-tempo ajuda igualmente a compreender o grau de institucionalização da vida social, uma vez que as pequenas comunidades caracterizam-se por curtas distâncias no espaço-tempo, contrariamente às grandes extensões sócio-temporais que implicam uma maior ordenação da vida social

¹⁰ As percepções encontram-se dependentes da rotinização da vida social que temos vindo a defender, ou seja, do envolvimento corpóreo do *self* com o meio material e social. Assim, “se a percepção for entendida como um conjunto de dispositivos de arranjo temporal, formado pelo movimento e orientações do corpo, e formando-os, nos contextos do seu comportamento, poderemos entender, por conseguinte, a importância da atenção selectiva na conduta quotidiana” (Giddens, 2003, p.55). Por via da íntima relação que se estabelece entre o corpo, o *self* e a memória, o «eu» deve ser entendido como o somatório de todas as suas pequenas experiências e memórias que vão, por sua vez, caracterizar a sua acção.

(Giddens, 2003, p.143). Tal como se pode verificar no Esquema n.º3, adoptando o léxico accionado por Goffman acerca da regionalização ao nível das interacções, Giddens procura demonstrar a sua interligação com a reflexividade inerente a cada acção individual por via da introdução da calculabilidade inerente ao accionamento da consciência prática e avaliação de potenciais sanções normativas (Giddens, 1979, p.207). Deste modo, mais do que estabelecer fronteiras rígidas entre regiões da vida social, Giddens salienta a necessidade de atendermos às modalidades a partir das quais os agentes monitorizam reflexivamente a sua acção e como recursivamente constroem os contextos de interacção e com este exercício os próprios espaços físicos.

Esquema n.º3: Síntese de articulação entre as modalidades de regionalização



Fonte: Adaptado de Giddens, 2003, p.142 e 146.

A dialéctica do poder social encontra-se, também, vincada neste esquema, uma vez que inerente às *trajectórias quotidianas no espaço-tempo* e à sua reificação enquanto *ciclos* ou *trajectórias de vida* encontramos a incorporação do conhecimento que os agentes têm de si, dos outros e das modalidades de funcionamento dos sistemas sociais, que se traduzem nessas mesmas trajectórias quotidianas e nos *encontros* ou *reuniões* de que os agentes tomam parte ao nível da sua consciência discursiva. Por sua vez, a penetração dos agentes encontra-se dependente do seu posicionamento no sistema de reprodução social, ou seja dos(as): “(...) meios de acessos dos actores ao conhecimento, em virtude da sua localização social; modos de articulação do conhecimento; circunstâncias referentes à validade das afirmações de crença interpretadas como conhecimento; factores relacionados com os meios de disseminação do conhecimento disponível” (Giddens, 2003, p.107).

Subjacente a esta proposta teórica encontramos a ideia defendida pelo autor inglês da necessidade de o sociólogo desenvolver uma perspectiva crítica face aos modos de evolução e transformação dos sistemas sociais, a partir de uma sensibilidade histórica e antropológica (Giddens, 1984, p.19-27). De facto, o cuidado expresso pelo autor no esboçar de uma

perspectiva que cruze estas dimensões é bem presente, sem que contudo não se deixe de notar que subjaz a este poderoso dispositivo teórico-conceptual alguma dificuldade na aplicação dos conceitos, especialmente quando os agentes sociais se encontram fora dos seus contextos habituais. Neste sentido, como aponta Urry (2002), verifica-se uma tendência subjacente para se encarar o espaço-tempo como algo adquirido e afastado dos sistemas sociais, levando o autor a afirmar que mais do que uma «dualidade da estrutura», estamos perante um «dualismo da estrutura» (p.391-392). Ainda assim, a teoria da estruturação defendida por Giddens afirma-se como um eficaz instrumento conceptual na articulação entre a recursividade da vida social, condição *sine qua non* para a conceptualização dos sistemas sociais, e os modos que esta se traduz no accionar da consciência prática que guia a acção quotidiana.

A dialéctica entre a *interioridade* e a *exterioridade* afirmou-se como um sustentáculo fundamental do esquema teórico construído pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Denunciando a inércia incorporada presente em muitas leituras tradicionais entre a classe social e acção individual, o autor francês defende a necessidade de se estudar o mundo social a partir de uma análise que em muito transcende a mera regularidade estatística, mas que permite a identificação de sistemas de disposições organizadores da acção prática¹¹. A *teoria da prática* pode, deste modo, ser entendida como um grandioso exercício de conceptualização do real assente no primado das relações, assim como numa filosofia da acção, que o autor caracteriza como disposicional, ou seja “(...) que dá conta das potencialidades inscritas no corpo dos agentes e na estrutura das situações em que eles agem ou, mais exactamente, na relação entre um e outro termo” (Bourdieu, 2001b, p.ix)

Esta prática de apreensão das condutas dos agentes – *praxiologia social* – procura combinar as abordagens estruturalista e construtivista, a partir de um exercício que “num primeiro movimento remove as representações regulares para construir as estruturas objectivas (*espaço de posições*), a distribuição de recursos socialmente eficientes que definem as restrições exteriores que pesam sobre as interacções e representações. Num segundo movimento, ele reintroduz as experiências imediatas dos agentes de forma a explicar as categorias de percepção e de apreciação (*disposições*) que estruturam as suas acções do interior e estruturam as suas representações (*tomadas de posição*)” (Wacquant, 1992, p.19).

¹¹ Na prossecução de tal tarefa Bourdieu (2002) serve-se do conceito de *habitus*, entendido enquanto «matriz de percepções, de apreciações e de acções» (p.167) que organizam a prática quotidiana, aproximando ou afastando os indivíduos no espaço das relações sociais, e que corporiza o “(...) «sentido objectivo» como sentido feito coisa, [e que] constitui um verdadeiro desafio para quem apenas respira no universo puro e transparente da consciência ou *praxis* individual” [nosso] (*ibidem*, p.172). Abandona-se, assim, uma postura mecanicista assente em tipologias preestabelecidas presentes em muitas leituras do real, para se encetar uma perspectiva relacional entre agentes e estruturas.

Para a concretização de tal exercício o autor francês (re)introduz na análise alguns conceitos clássicos, como é o caso do conceito de *habitus*, assim como importa alguns conceitos tradicionalmente pertencentes ao léxico de outras ciências sociais, como são os conceitos de campo e, principalmente, o de capital¹².

Neste sentido, o conceito de *habitus* – central na perspectiva bourdieusiana – deve ser entendido como um agregado de disposições e operadores práticos e simbólicos interiorizados pelos agentes, o princípio gerador e concentrador por excelência das práticas (Bourdieu, 2002). Assim entendido o conceito remete-nos para a capacidade dos agentes para agir e reagir numa dada situação, que nada têm de mecânico ou de determinista, mas que funciona como operador conceptual, que como Pereira (2005) explica, afirma-se como “(...) indispensável para dar conta de modo adequado de regularidades de um certo tipo, que não são determinadas de forma rígida, mas comportam por essência um elemento de variabilidade, de plasticidade e de indeterminação e implicam adaptações, inovações e excepções de todos os tipos, as regularidades que caracterizam precisamente o domínio da prática, da razão prática e do sentido prático»” (p.30).

Sistemas de disposições idênticos tendem a traduzir-se, como adiantámos acima, em proximidades no espaço social, que se traduzem não só em sistemas de disposições semelhantes, como também em tomadas de posição semelhantes nas lutas que envolvem a disputa pela manutenção ou transformação dessa mesma posição no espaço social (cf. Bourdieu, 2001b, p.13). Ao mesmo tempo, este é um espaço então, necessariamente, tradutor de distâncias, ou seja de mundividências diferenciadas, que disputam o poder de imposição de uma visão do mundo legítimo, a partir da qual «esse mundo poderá recortar-se» (*ibidem*, p.12). É pela (re)formulação de conceitos como os de *habitus* e *espaço social* que o sociólogo francês elabora algumas rupturas com os conceitos clássicos da Sociologia - como o de classe social tradicionalmente inerte *per se* (cf. Bourdieu, 2002, p.171-172) -, assim como, introduz na análise as matrizes de percepção e disposições dos agentes, pilar do posicionamento epistemológico defendido pelo autor.

¹² A este propósito, o sociólogo francês procura romper com visões mais restritas acerca da interrelação existente entre as diferentes ciências, assim com as perspectivas mais puristas face aos posicionamentos da ciência e dos seus objectos. Face à ciência económica, por exemplo, assente no pressuposto universalizante da recusa da dimensão particular de qualquer prática (Bourdieu, 2001a, p.13), o autor francês procura romper com aquilo que apelida de amnésia da génese (*ibidem*, p.18), procurando salientar o enraizamento social de qualquer prática social. Ao passo que esta ruptura implica, igualmente, a assumpção de uma postura «humildade» do investigador face aos seus objectos, no sentido defendido por Louis Pinto quando afirma que a “ (...) a teoria da prática envolve, numa certa medida, o accionamento, que hesita chamar de teórico, de uma experiência. Descobrir a prática é, desde logo, perder a segurança que a teoria procura, ou melhor, perder a crença na onipotência do capital cognitivo que define o sábio” (Pinto, in Pereira, 2005, p.24).

A heurística do léxico advindo com a teoria da prática, apenas por nós brevemente explorado, permite a construção de um modelo analítico dos diferentes posicionamentos prático-simbólicos, como também possibilita a compreensão dos modos como as disputas no espaço social tendem a retraduzir-se em oposições espaciais. O espaço social reificado define-se, como afirma Bourdieu, “(...) pela correspondência, mais ou menos estreita, entre uma certa ordem de coexistência (ou de distribuição) das propriedades. Por conseguinte, não há ninguém que não se caracterize pelo lugar onde se situa de maneira mais ou menos permanente (...) que não se caracterize também pela sua posição relativa, e portanto a *raridade, geradora de rendas materiais ou simbólicas*, das suas localizações temporárias (...) e sobretudo permanentes (...). Que não se caracterize, por fim, pelo lugar que toma, que ocupa (do direito) no espaço através das suas propriedades (casas, terras, etc.), que são mais ou menos «devoradoras de espaço»” (Bourdieu, 1998a, p.119).

Partindo deste pressuposto, os espaços físicos afirmam-se como palcos onde se desenrolam lutas pela posse de bens simbolicamente valorizados, que por sua vez vão eles próprios, condicionar – valorizando ou desvalorizando – esses próprios bens. O espaço e disputa por este transforma-se num veículo privilegiado de disseminação do poder social. Como refere o autor, “o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação de poder” (Bourdieu, 1997a, p.251).

Esta problemática remete-nos imediatamente para a construção de um imaginário social face aos diferentes espaços, que se traduz na própria construção da história dos lugares por via dos grupos sociais que se estabelecem. Esta questão endereça-nos, igualmente, para os projectos e aspirações individuais, que segundo Bourdieu, se traduzem nos processos de mobilidade individual dentro de uma mesma geração ou intergeracionalmente, sendo que o sucesso destes deslocamentos espaciais está condicionado pela volumetria de capitais de que um agente é possuidor e da sua capacidade de adaptação aos novos contextos, uma vez que deve haver um equilíbrio entre *habitat* e *habitus* (cf. Bourdieu, 1997a, p.259).

Paralelamente, Bourdieu chama ainda a atenção para os projectos colectivos de construção do espaço, no qual o Estado e as instituições de poder local ao chamarem a si o delineamento das políticas de habitação contribuem para a criação de uma ocupação do espaço socialmente diferenciada. As camadas mais pobres da população, ao serem agrupadas em bairros de habitação social; ao serem-lhes financiado pelo Estado a possibilidade de comprar casa (criando a ilusão de posse, sem que desta dimanem ganhos simbólicos efectivos); ou ainda, ao permanentemente se verem retidas num processo de esquecimento colectivo de certos lugares, acabam por se verem reféns de um efeito de atracção negativo, no qual,

apenas, a fuga se materializa pela denegação dos sítios onde vivem (*ibidem*, p.261-262). A questão dos investimentos materiais e afectivos de que o espaço é alvo, a partir da perspectiva bourdieusiana, será retomada mais à frente na nossa discussão, sendo que importa reter a ideia da reificação das estruturas do espaço social na apropriação do espaço físico.

Um último contributo, que gostaríamos de recuperar, para a conceptualização dos eixos do *espaço* e do *tempo* é o da Sociologia configuracional de Norbert Elias. Segundo este, o *espaço* e o *tempo* são tidos como eixos orientadores da acção e das relações humanas, ao passo que são também produto de um exercício de abstracção e síntese dessa mesma acção humana (cf. Heinich, 2000, p.71). Conforme defende o autor germânico, tanto o “«tempo»” como «espaço» são símbolos conceptuais de tipos específicos de actividades sociais e institucionais. Eles possibilitam uma orientação com referência às posições, ocupadas pelos acontecimentos, seja qual for a sua natureza, tanto em relação a posições homólogas dentro de outra sequência, tomando uma escala de medida padronizada. (...) Ambos os conceitos representam, portanto, um nível altíssimo de abstracção e síntese, relações de ordem puramente posicional entre acontecimentos observáveis” (Elias, 1998, p.79-81).

Daqui subjaz a necessidade de ruptura com a tradição filosófica de naturalização e «coisificação» dos eixos do espaço e do tempo, para se encetar uma análise que privilegia a compreensão destas duas dimensões tendo por base as modalidades de desenvolvimento social e os diferentes níveis de experientiação destes fulcros da vida quotidiana.

Tão importante como o posicionamento epistemológico defendido pelo autor, é a ideia de que tanto o *espaço* como o *tempo* não são mais do que uma «posição de relações» (cf. Heinich, 2000, p.71), no sentido em que se referem a grandezas distintas que visam medir duas modalidades distintas de experienciar a relação com o meio (cf. Elias, 1998, p.81-82). A partir desta ideia, o autor analisa a relação das sociedades humanas com o relógio e a centralidade deste objecto de medição e como tal de racionalização do tempo na diferenciação entre formações sociais. Segundo Elias, a experiência do tempo afirma-se como um elemento-chave na compreensão das nossas sociedades altamente diferenciadas (cf. Elias, 1998, p.158), sendo que são as modalidades de organização e percepção dos tempos sociais que mais interessam à nossa discussão.

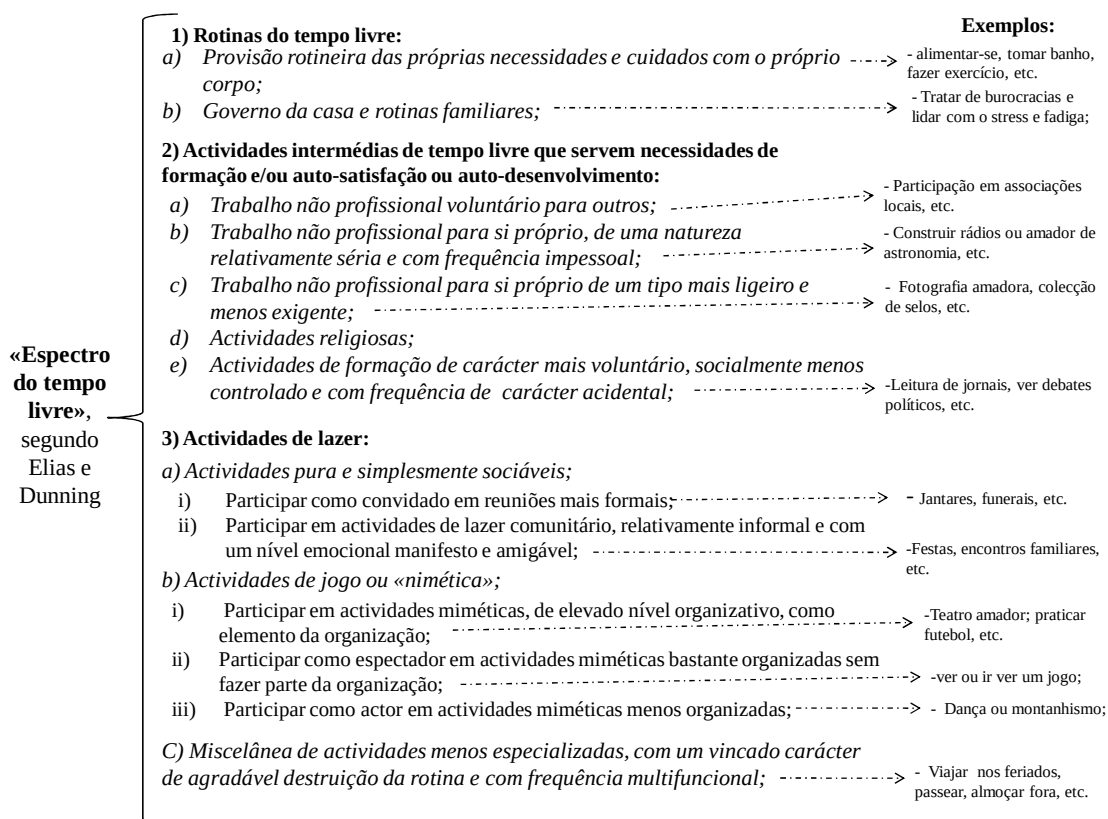
Neste sentido, Norbert Elias e Eric Dunning procuram chamar a atenção para a centralidade do trabalho na organização do tempo livre, entendido simplesmente como um tempo de não-trabalho, nas leituras sociológicas clássicas sobre o lazer (Elias; Dunning, 1992, p.139-140). Esta constatação, segundo os autores, acaba por levar a análise sociológica a cair numa falácia, ou seja, a de que o lazer apenas se afirma como uma forma de libertação das

tensões [percepcionadas como algo de negativo] geradas pelas rotinas do próprio trabalho. Ao enveredar-se por esta perspectiva, está-se a partir do pressuposto que apenas o tempo de trabalho pode ser considerado socialmente útil, ao passo, que estamos a despir as actividades de lazer do estatuto de «fenómeno social por direito próprio» (*ibidem*, p.141). Da mesma forma, a ausência de reconhecimento do campo do lazer, enquanto objecto de estudo *per se*, tem conduzido, tal como sugerem os autores, a um subdesenvolvimento teórico e conceptual do próprio campo, que se traduz mais plenamente na não diferenciação dos conceitos de «tempo livre» e de «lazer» (*ibidem*, p.143).

Uma aproximação fidedigna dos significados e dos sentidos conferidos a estes conceitos implica, necessariamente, um vasto trabalho empírico dedicado aos problemas específicos do lazer, tal como ensaiado nesta obra dos autores (*A Busca da Excitação*). Se todas as actividades de lazer são, necessariamente actividades de tempo livre, o inverso não se verifica inevitavelmente. Neste sentido, os autores ensaiam o conceito de «espectro do tempo livre», enquanto “(...) tentativa de traçar um breve esboço destas relações e diferenças. Propõe-se delinear aquilo que até agora tem faltado, nomeadamente, uma ampla tipologia compreensiva e detalhada das actividades de tempo livre” (Elias; Dunning, 1992, p.145), como é o caso do esclarecimento das actividades compreendidas pelas rotinas do tempo livre, como aquelas que podem ser consideradas actividades puramente de lazer (ver Esquema n.º4).

O espectro, ou variedade de cores que existem, assim como as suas inúmeras possibilidades de combinação, servem aos autores como metáfora para multiplicidade de actividades que compõe o tempo livre e para as suas combinações que devem ser compreendidas pelas suas próprias características (Elias; Dunning, 1992, p.146). Os autores chamam ainda a atenção para uma dimensão importante da análise que subjaz da própria tipologia, ou seja, a diferenciação das diferentes actividades pelo seu grau de rotina ou ainda pelo seu grau de destruição da rotina. Como afirmam, “a destruição da rotina dá-se mais rapidamente nas actividades de lazer mas, mesmo aí, é uma questão de equilíbrio. A destruição da rotina e o descontrolo das restrições sobre as emoções estão bastante relacionadas entre si. Uma característica decisiva das actividades de lazer (...) é a de que o descontrolo das restrições sobre as emoções é controlado, ele mesmo, social e individualmente” (*ibidem*, p.146).

Esquema n.º4: «Espectro do tempo livre», segundo Elias e Dunning



Fonte: Adaptado de Elias; Dunning, 1992, p.144-149.

O despertar de emoções e o controlo destas, assim como risco associado às actividades de lazer são dimensões intimamente ligadas à fruição do lazer. Constituem, igualmente, mecanismos de desafio às rotinas da vida quotidiana, assim como se afirmam como mecanismos de desafio e ridicularização da normatividade que ordena a vida social, sem que com isso se ofenda a «consciência ou a sociedade»¹³ (Elias; Dunning, 1992, p.151). Paradoxalmente, como os autores chamam à atenção, as actividades de lazer são, também, actividades que tendem a estar subjugadas a normas particulares, que ordenam a sua própria vivência, ao passo que se destinadas a quebrar com as rotinas, podem, igualmente, ser alvo de investimentos e sentidos particulares que levam à criação de um conjunto rígido de novas rotinas. As modalidades de vivência dos tempos livres são, assim, um domínio

¹³ Conforme afirma Heinich (2000) a propósito da função do desporto nas sociedades ocidentais, “(...) tanto ao nível individual como colectivo (...) compreende-se o papel do estudo das tensões no prazer, que permitem libertar afectos e nomeadamente, pulsões agressivas, numa quadro tal que a violência se vê espartilhada por regras num espaço-tempo limitado. O desporto surge assim como o local por excelência desta evolução «civilizadora», que transforma em autocontrolo as pressões exteriores que visam a contenção da violência. Ele ilustra de forma notável a transformação progressiva da «economia emocional», correlativa de uma pacificação para a interioridade individual o controlo das tensões e a censura dos afectos e das pulsões agressivas” (p.47).

pluridimensional, que implicam o estudo dos seus níveis bio-psico-sociais (*ibidem*, p.164), assim como dos referenciais assumidos pelos agentes¹⁴.

Deste modo, para conceptualização dos eixos do espaço e do tempo importa, acima de tudo, realçar a necessidade de se encetar uma abordagem dinâmica e pluridimensional, que tenha no seu horizonte constante as modalidades a partir dos quais os agentes tendem a representar e construir quotidianamente o espaço onde se encontram inseridos, ao passo que essas mesmas representações se encontram reféns dos constrangimentos sociais impostos pelo posicionamento relativo dos agentes no espaço social, que ao se reificar se traduz, igualmente, em modalidades diferenciadas de apropriação do espaço físico. Interessa menos, nesta abordagem, discutir qual o lado da balança que tem maior peso¹⁵, mas sim encarar a questão como um circuito de influências múltiplas a partir do qual se pode lançar a discussão em torno não só dos modos de apropriação do espaço, percepção do tempo, mas também encetar uma análise dos sentidos subjectivos atribuídos pelos agentes aos próprios espaços físicos.

1.2 A centralidade do espaço doméstico na estruturação do quotidiano

“For our house is our corner of the world”

(Bachelard, 1994, p.4)

Analisar o espaço doméstico implica necessariamente a desconstrução de alguns paradoxos que, apenas aparentemente, se afiguram. A esfera doméstica remete-nos para o universo do privado, que tal como o nome indica se encontra vedado à análise exterior, ao passo que a pluralidade de sentidos e realidades impelem a uma análise intensiva que vá de encontro a esta mesma diversidade. Do mesmo modo, o espaço, tal como vimos, é dotado de múltiplos sentidos que não são estanques e que vão sendo discursivamente construídos de acordo com os contextos em que são accionados. Neste domínio, o entendimento dos sentidos

¹⁴ Importa, assim, reter interrelação entre as modalidades de estilização dos modos de vida e os referenciais simbólicos a eles associado. Nas palavras de Pereira (1999), convida-se assim a uma análise “(...) dos estilos de vida dos diferentes actores sociais através do estudo da relação que estes mantêm com os também diferentes espaços e subespaços simbólicos – tarefa realizada mediante a retenção das práticas que (re)fazem os tempos livres e lazeres dos mesmos agentes” (p.41).

¹⁵ Se “(...) a Sociologia é tipicamente definida muito simplesmente como «o estudo de pessoas em grupos». Bourdieu argumenta que isto é muito limitador – que a Sociologia emergiu a partir de um erro inicial que dividiu as ciências sociais naqueles que olham para os indivíduos e naqueles que analisam as colectividades, sem perceber que os indivíduos apenas existem a par e no interior de estruturas colectivas, e por isso não podem ser compreendidos isoladamente um do outro” (Webb *et al*, 2002, p.63). Conforme defende Loïc Wacquant (1992) a oposição tradicional entre o indivíduo e as estruturas reactiva, necessariamente no interior da Sociologia, diferentes posicionamentos filosóficos do ponto de vista político e social. Deste modo, como afirma o autor, “a ciência social não tem que escolher entre estes dois pólos, porque o faz a realidade social, o *habitus* bem como a estrutura e a sua intersecção como história, reside nas relações” (*ibidem*, p.23).

do qual o espaço doméstico se reveste implica, necessariamente, a procura do que Bachelard (1994) apelida de «primitividade» dos usos e sentidos da habitação, obrigando à compreensão da relação dos agentes com o espaço físico e social exterior. A interioridade a que o conceito de espaço doméstico nos remete é, como anunciámos, apenas aparente. O espaço de habitação jamais pode ser compreendido *per se*, mas sim numa teia de interrelações que se vão estabelecendo, formando discursos e narrativas que tantas vezes podem ser contraditórias sobre esse mesmo espaço. Ou seja, de um espaço onde se constroem as histórias individuais, os seus projectos e afectos, mas que ao mesmo tempo que não esquece a necessária compreensão do comportamento dos diferentes agentes e grupos sociais que ocupam um dado espaço e com isso as teias de poder e dominação que se estabelecem.

Gaston Bachelard (1994) defende a necessidade de se encetar uma abordagem que vise encontrar a poética dos espaços domésticos, ou seja, segundo o autor a casa encerra em si um conjunto de múltiplos sentidos – o sonho, o passado, o presente, o futuro, a incerteza, etc.¹⁶ – que serão melhor percebidos pela sua *poética*, enquanto narrativas que visam esclarecer a literalidade dos espaços. Partindo desta perspectiva, o filósofo francês elabora uma análise de diversas obras literárias e excertos destas, a partir das quais se vai construindo uma imagem do espaço doméstico, possuidor das características elencadas acima, mas que também se reconstrói, por via do accionamento de diversos devaneios e intencionalidades presentes nos diferentes espaços da casa. A profundidade da vida pessoal, social e psicológica dos agentes traduz-se em espaços e símbolos em muito ligados à busca incessante dos agentes pela intimidade¹⁷, que vai sendo manipulada quotidianamente. Resta, assim, a estes a (re)descoberta do sentido de valor, achado este que se afasta do valor material dos bens, mas que se aproxima de uma consciência crítica assente na necessidade de convergência para valores vitais, assentes nas memórias e sentidos dos espaços e das coisas.

Esta multiplicidade de sentidos traduz-se numa pluralidade de perspectivas em torno da problemática da habitação, o que vai de encontro, assim, à própria especificidade do objecto em estudo, no sentido em que este é um bem heterogéneo e essencial, daí central à vida dos agentes. Decorrente desta última característica encontramos o eixo que tem

¹⁶ Com a obra *Poetics of Space*, Bachelard propõe-se demonstrar que “(...) a casa é um dos grandes poderes de integração dos pensamentos, memórias e sonhos da humanidade. (...) Presente, passado e futuro dão à casa diferentes dinamismos, que frequentemente interferem, por vezes opõem-se, a outros, estimulando-se mutuamente. Na vida de um homem, a casa põe de lado as contingências, os seus conselhos de continuidade são incessantes. Sem ela, o homem seria um ser disperso” (Bachelard, 1994, p.6-7).

¹⁷ Conforme defende Guerra (1997), o pensamento de Bachelard neste domínio aproxima-se do de outros filósofos, como Heidegger e Lefèbvre, no sentido em que a função de habitar é entendida pela experiência subjectiva e simbólica, que se traduz nos afectos, imagética, medos e investimentos nos diferentes espaços da casa (p.173).

enformado grande parte da tradição sociológica de análise de um objecto como o da habitação, ou seja, enquanto elemento central na estruturação urbana e da relação entre os diferentes grupos sociais presente nas abordagens ecológicas da Escola de Chicago, na tradição marxista, como vimos no início desta discussão, ou ainda numa abordagem com um cariz mais institucional na linha do pensamento weberiano (cf. Guerra, 1997, p.165-166). Escasseiam, assim, as perspectivas sociológicas voltadas para os processos de apropriação do alojamento, objecto esse privilegiado por outras disciplinas do social, como é o caso da análise antropológica ou da psicologia comportamental (*ibidem*, p.170-171).

A dispersão que pauta as perspectivas sobre o alojamento traduz-se numa dificuldade na construção de um modelo teórico integrado que permita a compreensão dos processos de apropriação do alojamento, assim como a integração dos contributos oriundos da sociologia em equipas multidisciplinares voltadas para «respostas operacionais»¹⁸. Contudo, podem-se destacar três eixos fundamentais a partir dos quais se tem vindo a construir uma perspectiva sociológica sobre a apropriação do espaço doméstico: o *papel do espaço da casa na estruturação dos modos de vida*; as *modalidades de apropriação do espaço de habitar*; e, os *factores que propiciam a satisfação residencial* (cf. Guerra, 1997, p.172). O estudo dos estilos de vida, assim como das funções e sentidos do habitar tendem a encontrar-se subsidiárias da análise do posicionamento dos agentes na estrutura social tanto por via do seu lugar na estrutura produtiva, como por via de categorias socioculturais que condicionam os investimentos dos agentes na habitação.

As perspectivas oriundas da psicologia são, muitas vezes, resgatadas na análise das modalidades de apropriação do habitat, no sentido em que entendem que “(...) a *casa* é um repositório de processos culturais e psicológicos fundamentais e pretende-se averiguar os significados da casa para os moradores, o papel do alojamento na estruturação das relações familiares, ou o papel do alojamento no relacionamento com a vizinhança, etc.” (Guerra, 1997, p.175). Desta abordagem do objecto da casa, emergem problemáticas como a da satisfação residencial, da relação entre o meio e o comportamento, sendo que se destaca a *perspectiva transaccional*. Esta perspectiva parte do pressuposto da temporalidade associada à relação dos agentes com o meio ambiente, e defende que “(...) alojamento deve ser

¹⁸ A este propósito Guerra (1997) defende que “se o saber sociológico sobre os modos de vida e o *habitat* não se impôs como um adquirido, é porque a sociologia trabalha com realidades complexas, de causalidades não lineares e sempre em mudança. Perante o trabalho multidisciplinar, poucos sociólogos de terreno parecem conseguir lidar satisfatoriamente com o *stress* que advém da relação complexa entre a análise de uma realidade multifacetada e dispersa, e a necessidade de dar respostas operacionais. Simultaneamente, é difícil não cair numa análise linear e simplista, mantendo um estatuto profissional paritário com outras profissões ditas «mais operacionais»” (p.172).

concebido numa dinâmica confluyente de pessoas, lugares e processos psicológicos” (*ibidem*, p.176). Deste modo, a apropriação e a identificação dos agentes com a casa torna-se indispensável para um equilíbrio psicológico¹⁹.

Esta perspectiva, apesar das pistas interessantes que lança para a compressão da relação entre a satisfação residencial e as propriedades do habitat é muitas vezes tida como excessivamente linear. Ainda assim, têm surgido alguns contributos que procuram complexificar o modelo, por via da introdução de mais variáveis na análise, como é caso da dimensão arquitectónica, demográfica, económica, social e cultural (cf. Guerra, 1997, p.177).

Neste sentido, procurando estabelecer os pressupostos de uma perspectiva multi-relacional face à casa, o sociólogo Pierre Bourdieu realça duas dimensões que considera centrais na compreensão do comportamento dos diferentes agentes face ao mercado habitacional, ou seja, a sua *durabilidade*²⁰, assim como o facto de este bem ser alvo de elevados *investimentos afectivos e económicos*. Investimentos, estes, particularmente importantes para a unidade familiar, entendida enquanto catalisadora de tensões [derivadas das forças das escolhas económicas] e de coesão [enquanto veículo, por excelência, de reprodução social]. A casa, de igual modo, pode ser perspectivada a partir dos mesmos pressupostos e como instrumento de prossecução destes mesmos fins (cf. Bourdieu, 2001a, p.37). Conforme afirma Costa (2002), “a preocupação de perpetuar a casa como conjunto de bens materiais orienta, nalguns casos, toda a existência da gente da casa e aqui, a tendência da família para se perpetuar no ser, para perpetuar a sua existência garantindo a sua integração, é inseparável da tendência para perpetuar a integridade do seu património, sempre ameaçado pela delapidação ou pela dispersão” (p.66).

O autor francês procura, ainda, chamar a atenção para os perigos de se encetarem abordagens unidimensionais a um objecto como o da casa. Se por um lado, ao ensaiar uma análise ao imaginário associado aos anúncios de habitação, evocando a sua dimensão «mitopoética» - principalmente no que concerne à sua função de transmissão e de continuidade. A função de transmissão entre gerações é muitas vezes tida como essencial para

¹⁹ A apropriação positiva do habitat traduz-se, igualmente, num complexo sistema de interrelações que orienta a relação que os agentes sociais estabelecem com os lugares e com os restantes grupos sociais. A casa é assim tida como um factor estruturador da identidade individual, que contribui para a construção de uma auto-imagem (Cf. Guerra, 1997, p.176-177).

²⁰ Como realça o autor francês, a habitação é um bem que tem associado a si uma forte carga simbólica, que como “(...) bem material que é exposto à percepção de todos (como o vestuário), e isso *duravelmente*, essa propriedade exprime ou trai, de maneira mais decisiva do que outras, o ser social do seu proprietário, as suas «posses», como se diz, como também os seus gostos, o sistema de classificação que utiliza nos seus actos de apropriação simbólica operada pelos outros, que assim se encontram em posição de o situar no espaço dos gostos” (Bourdieu, 2001a, p.35).

a compreensão da centralidade de um objecto como o da casa. Contudo, Bourdieu procura chamar à atenção para a necessidade de introdução na análise de vectores que permitam compreender as dinâmicas mais recentes do mercado habitacional, em que a posse da habitação por grupos cada vez mais jovens é não só possível, por via do papel da banca na resolução do problema da habitação, como socialmente valorizada (cf. Bourdieu, 2001a, p.42-43).

A interrelação entre os domínios estético e técnico, entre a decisão face à posse ou aluguer, assim como o posicionamento dos diferentes grupos sociais no espaço, principalmente no que concerne à ocupação de zonas simbolicamente mais ou menos privilegiadas, por via da reificação das estruturas do espaço social no espaço físico, são outros domínios explorados pelo sociólogo francês (cf. Bourdieu, 2006, p.162-196 [no que concerne aos diferentes estilos alimentares e modos de receber amigos e familiares em casa]; Idem, 2001a, p.43-61) com o intuito de demonstrar como o cruzamento de diversos níveis de análise e representações dos diferentes agentes envolvidos no mercado habitacional conduzem a novas formas de perspectivar a habitação e como simbolicamente se pode transformar num lar (cf. Shove, 2006, p.143). Contudo, é nos trabalhos desenvolvidos por Bourdieu na Cabília, na segunda metade do século passado, que encontramos um dos contributos fundamentais na leitura dos modos de apropriação do espaço doméstico e dos sentidos simbólicos que lhe subjazem.

Segundo o autor, a casa pode ser lida como o «mundo ao contrário», tanto por via da sua configuração arquitectónica, assim como pelas relações poder que se estabelecem no seu interior. Segundo o autor, “a casa é um império dentro de outro, mas um império para sempre subordinado porque, até mesmo quando apresenta todas as propriedades e todas as relações que definem o mundo arquetípico, continua a ser um mundo ao contrário, um reflexo invertido” (Bourdieu, 2002, p.54). Na sociedade Cabila, analisada pelo sociólogo francês, ao espaço da casa encontra-se dividido entre a parte «alta» e «luminosa» (destinadas às actividades nobres), por oposição à parte «escura» e «baixa» da casa (destinada à satisfação das necessidades «naturais»). Esta oposição cénica da casa traduz-se numa apropriação diferenciada do espaço da casa por ambos os sexos, por via da divisão sexual do trabalho.

A casa é, deste modo, entendida como um “microcosmo organizado segundo as mesmas oposições que ordenam todo o universo, (...) mas de um outro ponto de vista, tomado no seu conjunto está com o resto do mundo numa relação de oposição cujos princípios não são outros senão os que organizam tanto o espaço interior da casa como o resto do mundo e, mais geralmente, todos os domínios da existência” (*ibidem*, p.46). É este

aparente paradoxo que garante a coesão do universo familiar e do mundo exterior, traduzida em expressões como «o homem é a lâmpada de fora, a mulher a lâmpada de dentro».

O universo doméstico afigura-se, deste modo, como um espaço de negociações múltiplas onde as famílias ajustam os papéis desempenhados por cada membro do agregado no interior das limitações impostas pelo espaço físico da casa familiar. As investigadoras inglesas Munro e Madigan (2006) procuram chamar à atenção para esta mesma questão, que trespassa todos os aspectos da vida quotidiana familiar, desde a simples divisão de tarefas, aos espaços de descanso e de maior privacidade, até aos modos de apresentação do espaço doméstico ao exterior (p.111-117).

A partir de uma leitura acerca da regionalização da vida social tende-se a associar o espaço doméstico como uma «região de retaguarda». Este espaço de descanso e ensaio da vida social só se torna possível porque, tal como procurámos demonstrar ao recuperar sumariamente a perspectiva bourdieusiana, a casa tem esta dupla função de reificação de dinâmicas de poder inscritas em todas as esferas do mundo social [onde a análise da assumpção do papel de cuidadora por parte da mulher tende a ganhar destaque nas leituras], mas que assentam sobre um sentimento de união e partilha de um projecto comum, a partir dos quais se desenvolve a crença necessária a qualquer outro jogo social.

Esta perspectiva, assim descrita, assume a solidariedade analítica entre o espaço doméstico e o universo da família. Esta, por sua vez, tem subjacente uma leitura quase organicista ou atomista da instituição familiar, na qual todos os membros de encontram igualmente implicados no projecto familiar funcionando como uma única estrutura. Contudo, numa leitura mais atenta da interrelação estabelecida entre a habitação e o projecto familiar pode-se enveredar, pelo que Schwartz (1990) apelida de «pluralidade de construções não necessariamente congruentes» dando origem a um modelo de análise que não se volta exclusivamente para a perspectiva singular dos agentes, como não se perde num modelo organicista da comunidade (p.34).

Os quase sempre aparentes paradoxos subjacentes à construção de um objecto como o da habitação aproximam a nossa discussão do método, sem nunca deixar de levantar questões sobre os níveis de análise. Entender a casa como um objecto refém da esfera privada acaba por ser bastante limitador, esta cada vez mais deve ser apreendida pela sua «simbologia» e como um «espaço social amplamente partilhado» (Salvado, 2004, p.17) por via dos investimentos de que é alvo, como temos vindo a defender, mas também enquanto um

importante eixo na compreensão que os agentes estabelecem com o território envolvente²¹. A conceptualização do quarteirão, entendido enquanto espaço de fronteira entre as esferas pública (da rua, do espaço colectivo) e privada (do espaço da casa) deve ser apreendida, segundo Mayol (1994), pelos modos como são quotidianamente apreendidos pelos agentes, ou seja, pelos modos como estes se relacionam com ambas as esferas e, assim, modelam a identidade desse mesmo quarteirão²².

Segundo a perspectiva do autor francês, a compreensão da vida quotidiana tem subjacente a compreensão de duas dinâmicas diferenciadas: por um lado, a observação dos comportamentos dos agentes no espaço social; e, por outro lado, profundamente implicado neste exercício, a interpretação dos benefícios simbólicos que os agentes retiram dessas pequenas tomadas de posição subjacentes aos modos de apropriação do espaço público (Mayol, 1994, p.16-17). O quarteirão aparece assim como um «arquétipo de todos os processos de apropriação do espaço comum e como espaço onde se constrói a vida quotidiana pública» (*ibidem*, p.23), uma vez que contrariamente às deslocações quotidianas para o trabalho, a apropriação do espaço do quarteirão pressupõe uma intenção e simbolicamente mais do que a simples representação funcional deste. Este é, contudo, um objecto de análise sociológica complexo, não só pelas múltiplas pistas que nos confere para a análise dos agentes que habitam e dão vida a esses quarteirões, mas pela «tela» repleta de «pequenas» dimensões a que devemos atender não só já na identificação dos agentes sociais, mas igualmente na enumeração dos negócios, pequenas lojas e locais de paragem e convívio presentes no quarteirão; mas para num momento posterior retomarmos a análise dos agentes dos sentidos que estes atribuem aos espaços e à sua acção e com isso dar cor à tela sobra a qual, entretanto, se foi desenhando os traços de base – como que um esboço – que permitem construir o quadro social do quarteirão (cf. Mayol, 1994, p103 e seguintes).

O quarteirão pode, assim, ser tratado como uma importante unidade de análise para a compreensão da vida de uma cidade e da sua memória. Se, de facto, as cidades são palcos de complexas redes de interdependência que pautam a vida moderna, grande parte da sua complexidade advém da possibilidade de comportar no seu interior diferentes modos representar e se inserir nas lógicas de produção e consumo da cidade. Quando os autores

²¹ Conforme defende Ana Salvado (2004), “um dos principais desafios da abordagem territorial é evidenciar de forma, cada vez mais directa, o papel determinante que o sujeito, enquanto actor social, pode assumir na gestão dos espaços nos quais está envolvido, não apenas como mero usuário ou consumidor, mas também como elemento activo na construção social e simbólica do espaço” (p.10).

²² Na mesma linha Sieber (2008) defende que “a rua opera a ligação espacial mais imediata com o domínio público e, de facto, permite albergar temporariamente extensões criativas do espaço privado, doméstico, constituindo o palco para a expressão de identidades de grupo, especialmente culturais” (p.61).

belgas, Jean Rémy e Liliane Voyé (2004) apresentam o seu modelo de compreensão da cidade em situação urbanizada, que sumariamente se pode definir pela valorização simbólica da capacidade de ser móvel no espaço funcionalmente dividido da cidade²³. Os autores alertam a possibilidade de se desenvolverem modelos de distanciamento e/ou de ambiguidade face a esta lógica. Inserido dentro desta possibilidade encontramos o bairro tradicional, fortemente marcado pela predominância da cultura popular e das suas tradições que animam a vida do bairro, ao passo que ajudam a construir um imaginário exterior do bairro e da cidade²⁴ (Rémy; Voyé, 2004, 99); mas mais importante que isso para a análise introduzem a dimensão das teias de solidariedade entre vizinhos e redes de entajuda próprias da cidade em situação não urbanizada²⁵.

Por sua vez, este modelo de distanciamento funcional no interior da cidade urbanizada acarreta consigo, um conjunto de fenómenos, que apesar de comuns à cidade em situação urbanizada, incidem de forma particular sobre estes contextos habitacionais. Os modos de vida, acima elencados, destes bairros tradicionais são, muitas vezes, mais próximos dos da cidade em situação de urbanização, sendo que muitos destes bairros conhecem a sua fundação, precisamente, aquando da expansão industrial das cidades. São, assim, espaços de reificação de costumes e tradições, que não são próprios dos meios urbanos, mas que migraram dos meios rurais com os seus habitantes originais. Simbolicamente e imageticamente afastam-se daquilo que é valorizado na cidade em situação urbanizada. Por

²³ Na mesma linha de pensamento dos autores belgas encontramos a proposta analítica de Ascher (1998), que chama a atenção para a importância da leitura das deslocações quotidiana no interior do espaço da cidade no quadro de leitura das metrópoles modernas, sendo que a partir da perspectiva deste autor ganha destaque a leitura da esfera do consumo ainda que atendendo das respectivas diferenças entre grupos sociais. Como afirma, “a metrópole não é apenas o espaço quotidiano do trabalho e do *habitat*; as compras domésticas, as actividades da casa, as tarefas administrativas, os lazeres, e as relações familiares provocam mais deslocações que as migrações pendulares. (...) A metrópole não se confia ao lar, muito pelo contrário. Naturalmente, e como para quase todas as actividades, existem grandes diferenças sociais. A mobilidade e os encontros de quadros são mais importantes do que os dos operários e dos empregados. No outro extremo, a mobilidade comercial e de lazer das camadas marginalizadas, que habitam os grandes conjuntos «encravados», é muito baixa” (Ascher, 1998, p.90-91)

²⁴ A propósito do estudo que fez do Bairro da Bica em Lisboa, Graça Índias Cordeiro (1997) realça a importância que a apropriação do espaço público no quotidiano do bairro típico, mas igualmente na construção de um imaginário exterior sobre o bairro. Conforme afirma, “a rua constitui-se aqui como um espaço familiar de comunicação, de vivências lúdicas, dos pequenos grandes trabalhos do quotidiano. No princípio do Verão, em Junho, mês dos santos, ela enfeita-se e festeja-se e é nessa época que a Bica irrompe numa imagem mitificada e embelezada, através do seu arraial mas, sobretudo, através da sua marcha que, em exposições para o exterior do bairro, lhe dá a sua máxima visibilidade, construindo-o como objecto de admiração e enaltecimento, como mito vivo aos olhos de si próprio e de toda a cidade” (Cordeiro, 1997, p.79).

²⁵ São estas mesmas interdependências baseadas na proximidade física e simbólica entre os agentes que reificam no tempo a «imagem do bairro». Como defendem os autores, “a solidariedade de vizinhança funciona ainda frequentemente, e as portas para a rua, muitas vezes entreabertas, testemunham essa confiança recíproca e a entajuda que nem sequer é preciso pedir para receber. O interconhecimento é aqui mais profundo e o controlo social actua amplamente de modo que qualquer estrangeiro ao bairro é imediatamente detectado e causa alguma perturbação, já que o objecto de sua visita ou passagem levanta curiosidade dos habitantes” (Rémy; Voyé, 2004, p.100)

isso mesmo, os bairros tradicionais são, segundo os autores, alvo de duas dinâmicas distintas das da cidade urbanizada: por um lado, verifica-se a rarefacção dos moradores nativos por via de um duplo movimento demográfico, o do envelhecimento e das saídas da população mais jovem; por outro, afirmam-se como bairro de passagem para populações mais instáveis em busca de um lugar de integração (cf. Rémy; Voyé, 2004, p.100-101). Estes bairros podem, assim, ser alvo de duas leituras, enquanto espaços de profundo interconhecimento e solidariedade, mas ao mesmo tempo são espaços em que já não se verifica a necessária coincidência entre proximidade social e cultural, como sinal de cedências às lógicas da cidade em situação urbanizada.

Capítulo II: O empreendimento das ilhas – o liame entre os limites técnicos e tomadas de posição dos diferentes grupos sociais

“Les habitants de la rue des Jonquilles son un peut comme les survivants d’une immense désastre collectif, et ils le savent”

(Bourdieu, 1997b, p.20)

É no Porto oitocentista que encontramos os rudimentos dos processos sócio-espaciais que estão na origem da edificação e reprodução do modelo de habitação que nos propomos analisar – as «ilhas» do Porto. Deste modo, é no Porto Oriental do século XIX, como veremos, que encontramos o acentuar da clivagem entre Classes Laboriosas e Burguesas, que se traduziram não só em condições de vida diferenciadas destes dois grupos sociais mas, consequentemente, nos seus modos de ocupação do espaço (cf. Pinto, 2007, p.193). No último século e meio, a cidade em si conheceu rupturas e processos de desenvolvimento sociais e urbanísticos diferentes daqueles que estão na génese da construção e desenvolvimento das ilhas, perpetuando, contudo, a fragilidade da condição social daqueles que podem ser considerados os «herdeiros» (Pereira, 2003, p.145) dos primeiros habitantes das ilhas. Importa, assim, encetar um exercício de compreensão das condições sócio-históricas que estiveram na origem do desenvolvimento das ilhas a partir da conceptualização de Manuel Teixeira (1996) e Gaspar Martins Pereira (1986, 1995 e 1996), para no seu seguimento se elencar um conjunto de elementos que permitem compreender a cidade e as ilhas na actualidade (Pinto, 2007; Pereira, 2003 e 2005; Pimenta, 2001), em particular a zona oriental do Porto, desde sempre densamente ocupada pelas ilhas e pelos seus habitantes.

2.1 As ilhas do Porto: condições sócio-históricas para o seu desenvolvimento

A partir de meados do século XVIII, a cidade do Porto extravasa as suas muralhas, em muito à custa do próspero negócio do vinho do Porto, que conduziu à abertura de novas praças e ruas. É neste contexto que João de Almada e Francisco de Almada, governadores do Porto, se lançaram na construção de novas ruas, que pela sua configuração tiveram um impacto significativo na estruturação da configuração básica das ilhas (cf. Teixeira, 1996, p.18-19). Contudo, é a partir de 1851 com o desenvolvimento industrial do país, a construção de novas redes viárias e do caminho-de-ferro que a cidade do Porto conhece um desenvolvimento extraordinário. Em apenas 26 anos, entre 1838 e 1864, a população da

cidade aumentou 46% (cf. Teixeira, 1996, p.19). Este crescimento acelerado da população traduziu-se num forte movimento de expansão urbana²⁶, que rapidamente se alastrou para o desenvolvimento daquelas que vieram a ser as duas freguesias mais industrializadas da cidade – Campanhã e Bonfim

Se, numa primeira fase de expansão da cidade, as novas áreas da cidade vieram a ser ocupadas pelas classes possidentes – fugindo do amontoar de população na cidade intramuralhas - com o desenvolvimento industrial da cidade, que extravasou definitivamente os limites do centro, assiste-se a uma progressiva deslocação destes grupos sociais para a zona ocidental da cidade, afastando-se da poluição e do tumulto de um centro histórico que «rebentava pelas costuras». Este processo de filtragem na ocupação do espaço foi decisivo na implementação das ilhas, como solução do problema habitacional que a cidade enfrentava.

Na linha da tese defendida por Manuel Teixeira (1996), podem-se destacar três principais dinâmicas sócio-espaciais que se encontram na génese da implementação das ilhas na cidade. Deste modo, devem-se ter em conta as condicionantes morfológicas específicas da cidade e as diferentes fases de alargamento da malha urbana, a impossibilidade dos trabalhadores em aceder ao mercado habitacional de arrendamento e os pequenos investimentos necessários e disponíveis para a construção de habitação operária (*ibidem*, p.52).

2.1.1 A morfologia do espaço

A localização e forma das ilhas encontra-se subsidiária do desenvolvimento espacial da cidade levado a cabo pelos Almadas, que com a abertura de novas vias visavam não só expandir a zona habitacional para o exterior da cidade medieval, mas ao mesmo tempo transformá-las em artérias facilitadoras dos negócios que se estabeleciam na cidade²⁷ (cf. Teixeira, 1996, p. 107-108). Para além deste intuito de ordenação da expansão urbana, o

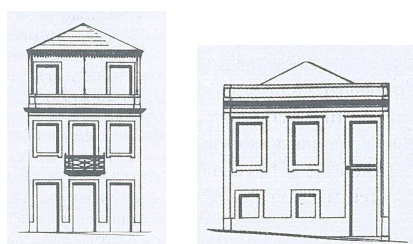
²⁶ Paralelamente ao que se passou em Lisboa, “no século XIX as áreas de fixação privilegiadas de estranhos recém-chegados à cidade eram os bairros que, actualmente, são conhecidos por históricos ou populares. A já referida densificação que estes bairros sofreram, contribuiu para a degradação física das condições de vida destes lugares – da habitabilidade, da higiene, de saúde. Mas contribuiu também para a recomposição do seu tecido urbano, de um ponto de vista sociocultural, segundo afinidades regionais, profissionais, familiares” (Cordeiro, 1997, p.64-65).

²⁷ Na cidade setecentista e oitocentista, a arquitectura religiosa, deu lugar à arquitectura civil, muito por via da influência dos estrangeiros que agora habitavam a cidade, sendo que os novos modelos habitacionais reflectiam os valores de então: a polifuncionalidade dos espaços, sempre ligados ao comércio e serviços. Deste modo, a então recém-criada Junta de Obras Públicas visava, “(...) a criação intramuros de uma melhor articulação entre o rio e a zona alta da cidade; mas pretendia-se também regularizar os bairros que surgiam fora das muralhas, facilitar a ligação do Porto e o seu *hinterland*, bem como a racionalização e regularização de espaços e construções, não sendo esquecida a promoção de condições de higiene e luminosidade” (Barros, 2010, p.61)

projecto levado a cabo pelos Almadás incluía um padrão uniforme de loteamento das ruas (5,5/6m de fachada, por 60/70m de terreno nas traseiras), assim como o estabelecimento de fachadas uniformes que obedeciam aos limites das potencialidades técnicas de construção da altura (*ibidem*, p.109-110).

No que concerne à habitação burguesa, o modelo de habitação fundamentado pela expansão Almadina assentava no modelo britânico a partir do qual todas as funções do prédio urbano se encontram divididas. Os prédios urbanos eram multifuncionais, sendo que no rés-do-chão encontramos um espaço para o comércio e nos pisos superiores espaço para a habitação familiar²⁸. Com entradas independentes, estes prédios possuíam, muitas vezes, uma terceira entrada que dava acesso directo ao quintal, espaço onde se vieram a localizar as ilhas (Figura n.º1 do lado esquerdo).

Figura n.º1: *Modelo tradicional polifuncional e modelo da segunda metade do séc. XIX monofuncional de habitação Burguesa*



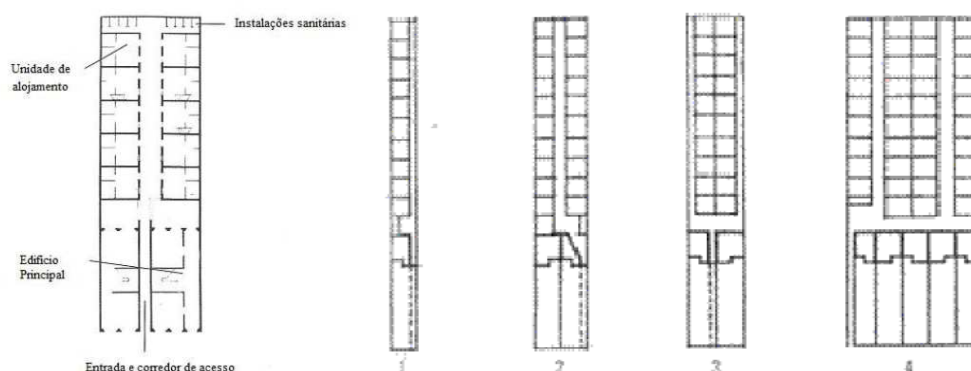
Fonte: Pinto, 2007, p.126

Assim, num primeiro anel de expansão da cidade, esta configuração dos prédios habitacionais - com um extenso logradouro nas traseiras – constituiu um factor que favoreceu a proliferação da habitação operária nas traseiras das casas burguesas. Daí a importância, que com o aproximar do século XIX se tenha desenvolvido na cidade uma outra configuração de habitação monofuncional, que tal como o nome indica tinha como único propósito servir de habitação, ao passo que pela sua configuração arquitectónica procurava travar a proliferação de ilhas. Assim, estas casas caracterizam-se pelo facto de possuírem uma cave elevada, que servia igualmente para habitação, mas que também procurava evitar a abertura de uma porta de acesso ao logradouro (Figura n.º1 do lado direito) (cf. Pinto, 2007, p.125-126).

²⁸ De acordo com Pinto (2007), “(...) nas áreas de expansão almadina e da primeira metade de XIX, mantém-se dominante no Porto uma tradicional tipologia de habitação polifuncional e unifamiliar burguesa, organizada em altura, com entrada independente e caixa de escadas central, encimada por clarabóias que marcam indelevelmente a silhueta da cidade do Porto, «com piso térreo comercial ou arrumos da própria habitação, e com a cozinha no último piso», desenhada para famílias numerosas com diversos criados” (p.125).

O desenvolvimento das ilhas, enquanto solução habitacional para o recém-chegado contingente de mão-de-obra operária, encontra-se intimamente relacionado com o desenvolvimento industrial da cidade. São, assim, as freguesias mais industrializadas (Campanhã e Bonfim) aquelas que apresentam uma maior densidade de ilhas no seu interior. Estas, vieram, na sua maioria, a localizar-se no interior dos quarteirões abertos na primeira metade do século XIX – segundo a lógica de expansão Almadina - e não nas novas artérias abertas pelo município, na parte final do século, que traduziam uma nova lógica de urbanização e de (re)localização das classes sociais na cidade (Teixeira, 1996, p.119).

Esquemas n.ºs 5 e 6: Morfologia básica das ilhas e principais tipos de ilhas



Fonte: Adaptado de Teixeira, 1996, p.192 e 184

Legenda: 1) Ilha construída num único lote;

2) Ilha construída em dois lotes com corredor central;

3) Ilha construída em dois lotes com casas dispostas costas com costas e dois corredores de acesso;

4) Ilhas construídas em terrenos das traseiras, correspondendo a vários lotes com filas sucessivas de casas costas com costas.

Da mesma forma, se de facto, a maior parte das ilhas foi construída no interior dos quarteirões do consolidado primeiro anel da cidade, podemos ainda encontrar o caso de ilhas que foram construídas em terrenos anteriormente não urbanizados²⁹, em especial nas freguesias mais industrializadas da cidade, sinónimo do exacerbar das lógicas sociais subjacentes ao desenvolvimento desta forma de habitação. Acima de tudo, a localização da esmagadora maioria das ilhas deriva da desvalorização simbólica das zonas mais

²⁹ Houve casos em que as ilhas não obedeciam ao seu modelo original de edificação nas traseiras das habitações burguesas. Estas ilhas «à face da rua» desenvolveram-se, principalmente em áreas anteriormente não urbanizadas, numa primeira fase de expansão da cidade “(...)consequência da inadequação desses locais para o desenvolvimento de habitação burguesa, devido quer à sua localização periférica em relação ao centro da cidade, ou às suas características topográficas, quer à existência nas imediações, de indústrias ou bairros operários. (...) Os promotores destas ilhas eram, na sua maioria, pessoas oriundas das baixas classes médias que haviam optado por viver nestas zonas mais baratas e predominantemente operárias e construíam ilhas nas traseiras das suas próprias casas, como ilustra o exemplo das antas. Noutros casos, estes promotores pertenciam à pequena burguesia, que investia nas ilhas mas vivia noutro local” (Teixeira, 1996, p.160).

industrializadas da cidade, que conduziu a uma quebra na procura de habitação nestas zonas por parte das classes possidentes.

A edificação de ilhas correspondeu a vários níveis a um exercício de extrema racionalização dos usos e apropriação do espaço. Tributárias dos meios técnicos de construção disponíveis no século XIX, a sua organização interna, desde a sua tipologia mais básica até às mais ilhas de maior dimensão e mais complexas, correspondem a este exercício de maximização do uso do espaço e de equação dos custos envolvidos na sua construção. Facto, este, decisivo no seu desenvolvimento. Assim, apesar dos diferentes modelos de ilhas desenvolvidos ao longo do tempo, “na sua forma mais simples, as ilhas consistiam em filas de pequenas casas de um só piso, construídas nos quintais das habitações de classe média com acesso à rua somente através de estreitos corredores sob estas habitações burguesas construídas à face da rua” (Teixeira, 1996, p.1)

2.1.2 As condições da procura

O período da Regeneração, vivido a partir da década de 1880, pode ser identificado como o marco histórico que dá início a uma nova fase de desenvolvimento industrial do país. Estas transformações implicaram não só significativos melhoramentos tecnológicos na indústria, como também marcou a afirmação da cidade do Porto como um importante centro industrial do país, pólo atractor de uma forte onda de migração do interior rural para a cidade (cf. Teixeira, 1996, p.93-95).

Para que se possa compreender a real dimensão dos efeitos das transformações sócio-espaciais e dos seus impactos na procura de habitação na cidade é necessário, desde logo, afunilar as escalas de medida. A cidade, de facto, conheceu um forte aumento da sua densidade demográfica, principalmente na zona histórica e nas freguesias mais industrializadas da cidade, com uma população rural extremamente pobre e atraída pelas oportunidades de trabalho na florescente indústria; é necessário ter em conta que, apesar do desenvolvimento industrial verificado, as quantidades envolvidas, assim como a fraca diversidade da produção, são sinais do elevado grau de artesanismo da indústria portuguesa de então³⁰. Este facto torna-se ainda de maior importância na medida em que nos ajuda a compreender as tomadas de posição dos diferentes grupos sociais envolvidos neste processos

³⁰ Conforme afirma Alves (2010), na época “as actividades industriais são inúmeras, mas raras atingiram a dimensão fabril, ficando a grande maioria das unidades pelo estatuto de «pequena indústria», ou seja, pela dimensão oficial (...)” (p.51).

de (re)apropriação simbólica da cidade, em muito encontram subsidiários do modelo de desenvolvimento da economia portuguesa do século XIX.

Assim sendo, a abolição dos morgadios, no final do primeiro terço do século XIX, e a introdução de um regime liberal não tiveram como consequência a emergência de uma nova Burguesia voltada para o capitalismo industrial e agrícola. Em vez disso, tal como aponta Teixeira (1996), na linha de Hobsbawm, nos países do sul da Europa assistiu-se à “(...) absorção pela burguesia do velho mundo aristocrático: dos seus privilégios e interesses económicos, em primeiro lugar, mas também dos seus valores culturais” (p.97). Assim, terminadas as guerras liberais, a emergência da classe burguesa não teve como consequência o derrube do Antigo Regime e dos privilégios de classe da antiga aristocracia, mas sim, culminou com a transmissão desses privilégios para a nova classe burguesa.

Deste modo, no Porto da segunda metade do século XIX, encontramos um padrão de forte imbricação entre as relações económicas e sociais, onde um dos mecanismos de ascensão social entre as fracções da Burguesia, mas também entre os pequenos manufactores e artífices, era o envolvimento em negócios imobiliários ou, num patamar económico mais elevado, a incursão nas «novas» sociedades por cotas e investimentos na banca que lhes permitia chegar à condição de capitalistas³¹.

Por sua vez, as classes trabalhadoras ou laboriosas agregavam no seu seio uma pluralidade de origens e trajectórias que tinham em comum os baixos salários auferidos no trabalho na indústria e serviços que proliferavam pela cidade³². Deste modo, as origens sociais daqueles que se fixaram na cidade e em particular nas ilhas são maioritariamente rurais, meio onde se fazia sentir uma profunda crise agrícola e que com o desenvolvimento das vias de comunicação via a prosperidade da cidade, mais próxima³³.

³¹ No Porto oitocentista, tornar-se proprietário ou capitalista significavam um ganho simbólico importante para aqueles que se dedicavam a actividades mercantis, ainda que esta posse, em muitos, casos não significasse mais do que a detenção de uma ou duas ilhas. Como Manuel Teixeira, “por norma aqueles que se envolviam, mesmo que a escala reduzida, na promoção imobiliária ou na construção de habitação, começavam a intitular-se a si próprios proprietários em todas as escrituras e registos públicos. Era assim que eram vistos, mesmo que, por vezes, tais empreendimentos acabassem por se revelar verdadeiros fracassos” (Teixeira, 1996, p.102).

³² Contrariamente à ideia de que nas ilhas habitavam exclusivamente os indivíduos pertencentes à classe operária, o inquérito às ilhas, realizado em 1914, revelou que 68% dos habitantes nas ilhas eram trabalhadores industriais, mas apenas 6,5% destes eram operários fabris. Por sua vez, os restantes 32% da população residente, tinham ocupações muito variadas ligadas ao sector dos serviços (como é o caso de empregados de escritório), vendedores ambulantes e carregadores, assim como bombeiros e polícias (Teixeira, 1996, p.57). A heterogeneidade da população residente nas ilhas é um dos factores-chave na compreensão da procura desta forma de habitação, uma vez que é reveladora da situação estrutural dos baixos salários auferidos pelas classes laboriosas.

³³ O desenvolvimento da via-férrea, a partir de meados do século XIX veio facilitar a migração masculina rumo ao trabalho nos meios urbanos mais industrializados. Tal como afirma Pinto (2007), “a expansão da rede de estradas e a inclusão do caminho-de-ferro na paisagem rural, ao mesmo tempo que os transportes urbanos se expandiam até aos núcleos periurbanos do Porto, permitiam quer às pequenas aglomerações suburbanas, quer ao

Do quadro que temos vindo a esboçar, a partir do modelo explicativo traçado por Manuel Teixeira (1996), acerca do desenvolvimento socioeconómico do Porto oitocentista, interessa sublinhar não só aumento da densidade de ocupação das zonas intra-muralhas medievais, como a crescente localização destas classes na zona oriental da cidade mas, acima de tudo, o retrato de uma classe social cujos rendimentos eram de tal forma exíguos que a alimentação nutricionalmente pobre e a habitação insalubre e minúscula recolhiam praticamente toda a disponibilidade orçamental dos agregados familiares.

No mesmo sentido Pereira (1986) afirma, que em meados do século XIX, as ilhas, mais do que qualquer outra conotação ideológica, são conhecidas enquanto «ilhas de pobreza», muito próximas simbolicamente do «beco» do Antigo Regime portuense, que concentrava “as camadas mais pobres, mas ainda muito heteróginas: mulheres viúvas, mães solteiras, mendigos, trabalhadores dos ofícios, operários e soldados” (p.85); ainda longe da dimensão que vieram a atingir cerca de uma década mais tarde. Mas ainda assim, lugares em que a necessidade ou a pobreza que os caracterizava, condizia à partilha da unidade de habitação por mais do que uma unidade familiar, que se via assim alargada a elementos do agregado aparentados, que entretanto chegavam dos meios rurais. As ilhas eram, assim, uma solução habitacional anterior à industrialização, esta ampliou e aprofundou a lógica de máxima racionalização de ocupação do espaço que lhe subsiste.

2.1.3 As condições da oferta

A compreensão das lógicas de divisão da terra na cidade constitui um importante elemento na aproximação à génese da habitação operária. Até ao século XIX grande parte da propriedade do solo urbano do Porto encontrava-se nas mãos da Igreja ou da velha aristocracia, sendo que, no período pós-guerra civil, grande parte do seu património foi vendido em hasta pública a membros da Burguesia mercantil que se afirmava como a nova classe dominante e como tal detentora do monopólio de emparcelamento dos solos. Devido ao carácter pouco empreendedor da burguesia portuense era prática comum emprazar-se a terra a foreiros que, por sua vez, emprazavam a terra a subenfeituantes e estes, nalguns casos, emprazavam a terra a sub-subenfeituantes (Teixeira, 1996, p.144 e 146). Assente nesta lógica hierárquica encontramos, os actores sociais directamente envolvidos na construção de

meio rural mais afastado, um acesso facilitado à cidade do Porto, o que não se poderá negligenciar na explicação do surto migratório” (p.101).

habitação operária, dado que foram as fracções mais desqualificadas da pequena-burguesia, aquelas que mais claramente se envolviam neste tipo de empreitada.

Desta forma, “os construtores das ilhas eram, muitas vezes, os próprios donos e ocupantes das casas em cujos quintais se construía este tipo de habitação. Outras vezes, o proprietário original mudava-se e a propriedade era vendida a alguém de idêntica ou menor posição social, mas com capital suficiente para construir uma ilha. A maior parte dos promotores das ilhas eram pequenos e médios comerciantes para quem as ilhas representavam um investimento seguro e rendível para as suas poupanças” (Teixeira, 1996, p.149), isto porque o investimento inicial nas ilhas podia ser considerado baixo, assim como os custos de manutenção eram praticamente inexistentes. As ilhas afirmavam-se como um bom negócio para uma pequena-burguesia já de si pouco capitalizada.

Ainda que outros grupos sociais mais abastados tenham, posteriormente, procurado investir em habitação operária³⁴, as fracções economicamente mais fragilizadas da pequena-burguesia que mais capazes se demonstraram de perceber a especificidade do processo de industrialização da cidade, assim como conseguiram avaliar de uma forma mais perspicaz as reais capacidades económicas das classes trabalhadores no acesso à habitação. A localização e a qualidade da habitação oferecida nunca se afirmaram como factores que pudessem condicionar a procura de habitação operária. De facto, a variabilidade dos preços dentro de uma mesma ilha demonstra como quem procurava este tipo de habitação não era particularmente exigente no que concerne às condições oferecidas, sendo que o importante era que fosse barata (cf. Teixeira, 1996, p.158).

2.2 Algumas pistas para a compreensão das Ilhas a actualidade

A promoção e desenvolvimento das ilhas na cidade do Porto correspondeu, como vimos ao ajuste entre as necessidades da procura e os interesses da oferta. A conjugação destes factores ajudam-nos a compreender a génese das ilhas, sendo que estas devem ser definidas, como vimos, pelo elevado grau de racionalização que têm subjacente. Este tipo de habitação afirmou-se como extremamente lucrativo para os seus empreendedores, daí se compreenda a sua rápida expansão e proliferação por toda a cidade para além das zonas mais

³⁴ Os bairros do Herculano e de Vilar são dois exemplos de habitação operária que devido ao maior volume de recursos financeiros dos seus promotores, procuraram oferecer aos seus habitantes melhores padrões de qualidade de vida. Contudo, em ambos os casos, o investimento feito nestes dois bairros mostrou-se financeiramente ruinoso para os seus promotores, porque em ambos os casos, estes não compreenderam que as classes trabalhadoras jamais conseguiriam fazer frente ao preço do arrendamento de uma habitação com maior qualidade.

industrializadas. Por sua vez, a precariedade dos habitantes destes espaços e a perpetuação no tempo da sua condição de fragilidade social levou a que seja nas primeiras décadas do século XX que as ilhas conhecem as maiores densidades de ocupação (Quadro n.º1). Na viragem para o século XX, cerca de um terço da população da cidade vivia em ilhas (Pereira, 1995, p.65). Aquando do último grande estudo realizado à realidade das ilhas na cidade, no ano de 2001 (cf. Pimenta; Ferreira, 2001a, p.10), a cidade tinha ainda 9.209 indivíduos identificados a viver em ilhas. Este estudo coincidiu com um ano censitário, no qual a população residente na cidade do Porto era de 256.246 habitantes³⁵, conduzindo a uma realidade de cerca de 3,6% da população da cidade viva, ainda, neste tipo de habitação.

Quadro n.º1: *As ilhas do Porto (1832-2001)*

Ano	Ilhas	Fogos	Pessoas
1832	[198]	-	-
1883	531	6020	19460
1899	1048	11129	[35975]
1910	1200	12000	[38760]
1929	1301	14676	[47403]
1939	1156	13510	[45243]
2001	1127	7654	9209

Fonte: Adaptado de Pereira, 1996, p.164; Pimenta; Ferreira, 2001, p.10

Legenda: [estimativa do autor]

Como se demonstrou a par da elevada densidade populacional a habitar em ilhas a partir de meados do século XIX, é apenas na viragem para o século XX que as autoridades locais, intelectuais e médicos se começam a interessar pela denúncia das condições miseráveis em que viviam os habitantes das ilhas, coincidindo com momento em que se atingem as mais altas incidências de mortalidade, por via da insalubridade das condições de vida das classes trabalhadoras. Apesar das elites de então terem efectuado uma leitura das ilhas com um vincado carácter ideológico³⁶, o certo é que trouxeram consigo uma tentativa de travagem, nem sempre bem sucedida, da construção e expansão desta forma de habitação, por via da proibição da sua construção, passando esta a ser considerada ilegal³⁷.

³⁵ Cf. Instituto Nacional de Estatística – estatísticas da população.

³⁶ Segundo a perspectiva de Gaspar Pereira (1996), “a imagem miserável da casa da ilha, que nos é transmitida pelas descrições da época, elaboradas por médicos, jornalistas, autoridades, tem, pois uma marca ideológica precisa, reflecte sobretudo a consciência de um novo quadro sócio-histórico que se desenhava no reverso da cidade industrial. As autoridades e as elites cultas viram apenas neste tipo de alojamento popular o seu carácter patológico, focos de infecção física, que ameaçava contaminar a cidade, e viveiros de imoralidade que punham em perigo os bons costumes e a família” (Pereira, 1996, p.162).

³⁷ Conforme relata Virgílio Borges Pereira, “a quarentena por causa da peste, para além da vergonha dos políticos locais da época, conseguiu, finalmente, produzir alguns efeitos. Na primeira década do século XX, entre esses efeitos contam-se a legislação da necessidade de acompanhamento camarário para construções

É apenas na segunda metade do século transacto que o ritmo de ocupação das ilhas diminui, por via do abrandamento das migrações e retracção demográficas provocadas pelo eclodir da I Guerra Mundial, assim como do esforço das autoridades em procurar resolver o problema das ilhas com a construção das primeiras colónias promovidas pelo Comércio do Porto, acompanhadas nas décadas seguintes, com alguns trabalhos de melhoramento nas próprias habitações nas ilhas (Pereira, 1996, p.164; Idem, 1995, p.65; Moreira, 1950, p.197 e seguintes).

Quadro n.º2: Plano de construção de habitação social na cidade do Porto, séc. XX

Ano	Plano de construção de habitação social na cidade do Porto	N.º de fogos
1899 a 1905	Iniciativa do jornal «O Comércio do Porto» e CMP	95
1915 a 1919	Construção de 4 Colónias Operárias	---
1918	Decreto de Lei n.º 4137/18 que regulamenta a construção de habitação para operários	---
1935 a 1965	Decretos de Lei n.º 16.055/28 e 23.052/33 na origem da construção dos Bairros das Casas Económicas	2.378
1956	Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (Decreto de Lei n.º40.616/56)	6.072
1967 a 1971	Prorrogação de 5 anos do Plano de Melhoramentos da cidade	1674
1974 a 1976/78	Iniciativa do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)	---

Fonte: Adaptado de Pimenta; Ferreira, 2001b, p.16-18.

Será apenas na viragem para a segunda metade do século XX, que a cidade conhecerá algumas mudanças significativas do ponto de vista da política habitacional, até então socialmente selectiva e escassa. Contudo, aquele que ficou conhecido como o Plano de Melhoramentos de 1956 fica marcado pelo papel claramente intervencionista do Estado no processo de urbanização e no afastamento das classes laboriosas do centro da cidade³⁸ (cf. Pereira; Queirós, 2009, p.7). Desde então, outros projectos e fundos de financiamento surgiram para procurar dar resposta ao problema habitacional que a cidade conheceu com a industrialização. Ainda assim, em quaisquer dos planos quantitativo ou qualitativo, estas sucessivas gerações de políticas habitacionais não conseguiram dar resposta ao problema da habitação (*ibidem*, p.10).

efectuadas para além dos cinco metros que distavam da rua e a proibição da construção de ilhas – construções que continuariam a efectuar-se, sendo, a partir desta altura, consideradas ilegais.” (Pereira, 2003, p.142)

³⁸ No mesmo sentido, Pimenta e Ferreira (2001b) referem a importância do Plano de Melhoramentos de 1956 na compreensão do parque habitacional actual, de facto este “(...) implicou uma profunda transformação nas lógicas de crescimento da cidade e teve fortes impactos em vários domínios: urbanístico, económico e social”. Deste modo, com este Plano iniciou-se “(...) um processo de deslocação para a periferia das populações mais carenciadas residentes em ilhas (15 a 20% da população residente em áreas centrais foi deslocada para zonas periféricas” (Pimenta; Ferreira, 2001b, p.17). A este propósito conferir Mapas número 1 e 2 acerca da localização dos bairros de habitação social construídos na cidade ao longo do século transacto, disponíveis no Anexo n.º 1.2.2.

De facto, de acordo com um estudo levado a cabo pela Câmara Municipal do Porto em 2001, cerca de cento e quarenta anos depois da edificação da primeira ilha, residem ainda hoje, em ilhas, cerca de nove mil pessoas, num total dos mais de sete mil fogos habitados (Quadro n.º2) (Pimenta; Ferreira, 2001a, p.10). Da mesma forma, são as freguesias originalmente mais densamente industrializadas – Bonfim e Campanhã - e por isso, desde a sua origem, com um maior número de ilhas, que ainda hoje continuam a albergar no seu interior um maior número de ilhas.

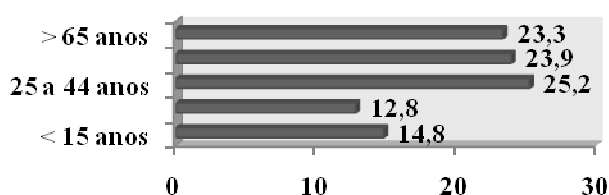
Quadro n.º3: Núcleos e fogos identificados e pessoas residentes

Freguesias	Identificados				N.º de pessoas residentes
	N.º de Núcleos		N.º de Fogos		
	Habitados	Desabitados	Habitados	Desabitados	
Aldoar	48	1	168	28	197
Bonfim	152	4	1278	175	1937
Campanhã	226	6	1503	147	1695
Cedofeita	167	8	1081	189	1818
Foz do Douro	44	3	178	23	159
Lordelo do Ouro	45	5	262	49	8
Massarelos	23	1	322	33	245
Miragaia	9	2	76	19	139
Nevogilde	19	5	82	12	---
Paranhos	181	7	977	120	743
Ramalde	120	6	672	93	515
S. Nicolau	---	---	---	---	---
Santo Ildefonso	55	6	544	86	913
Sé	30	1	480	48	784
Vitória	8	---	31	2	56
Total	1127	55	7654	1024	9209

Fonte: Adaptado de Pimenta, Ferreira, 2001a, p.10.

De facto, como sugere Pinto (2007), no final do século XIX a zona oriental da cidade pulsava ao ritmo da expansiva cidade industrial e tal traduzia já uma desvalorização social e simbólica. Actualmente, essa depreciação simbólica pode ser inserida num processo mais amplo de denegação e de esquecimento colectivo de certas zonas da cidade, só que aos habitantes destas zonas já não resta um pulso industrial que os afaste da precariedade advinda com a modernização de quase todos os processos da vida social.

Gráfico n.º1: Grupos etários, em percentagem (n=3517)



Fonte: Adaptado de Pimenta, Ferreira, 2001a, p.28.

Quadro n.º4: Tipologia das famílias

Tipologias	n	%
Nuclear sem filhos	699	19,9
Nuclear com filhos solteiros	1018	28,9
Monoparental feminina	287	8,2
Monoparental masculina	23	0,7
Avós com netos solteiros	82	2,3
Avó com netos solteiros	65	1,8
Avô com netos solteiros	4	0,1
Família extensa	159	4,5
Família monoparental extensa	26	0,7
Família alargada	352	10
Família monoparental alargada	4	0,1
Pessoa isolada	750	21,3
Outras situações	48	1,4
Total	3517	100

Fonte: Adaptado de Pimenta; Ferreira, 2001a, p.30.

De acordo com estudo desenvolvido pela autarquia em 2001, a população que actualmente habita nas ilhas encontra-se cada vez mais envelhecida (Gráfico n.º1), elevando, consequente o número de famílias «isoladas», que congregam no seu interior os problemas do isolamento e da velhice, juntamente com a vulnerabilidade socioeconómica advinda de pensões sociais muito baixas (cf. Pimenta; Ferreira, 2001a, p.27 e 29). Paralelamente, a dimensão média das famílias é de 2,6 membros por agregado (Quadro n.º3), por influência do elevado número de famílias «isoladas» (21,3%), como vimos, mas também pelo avolumar de famílias monoparentais de mulher com filhos solteiros (8,2% do total de inquiridos).

Quadro n.º5: Habilitações literárias, por sexo e grupo etário

Habilitações Literárias	Idade/Sexo								Total	%
	14 a 24		25 a 44		45 a 64		mais de 65			
	H	M	H	M	H	M	H	M		
Não sabe ler nem escrever	3	4	34	27	137	35	558	85	883	11,2
Sabe ler sem grau completo	2	7	39	22	183	45	309	89	696	8,8
Básico primário	45	50	511	430	811	734	484	501	3566	45,3
Básico preparatório	143	171	292	367	48	88	10	38	1157	14,7
Secundário unificado	198	214	154	164	20	44	6	26	826	10,5
Secundário complementar	157	133	72	70	5	13	2	2	454	5,8
Curso médio	3	3	7	7			3	2	25	0,3
Curso superior	66	30	43	22	3	9			173	2,2
Outros cursos		2	2	1	1	1	1	1	9	0,1
NS/NR	8	10	17	22	7	11	8	5	88	1,1
Total	625	624	1171	1132	1215	980	1381	749	7877	100

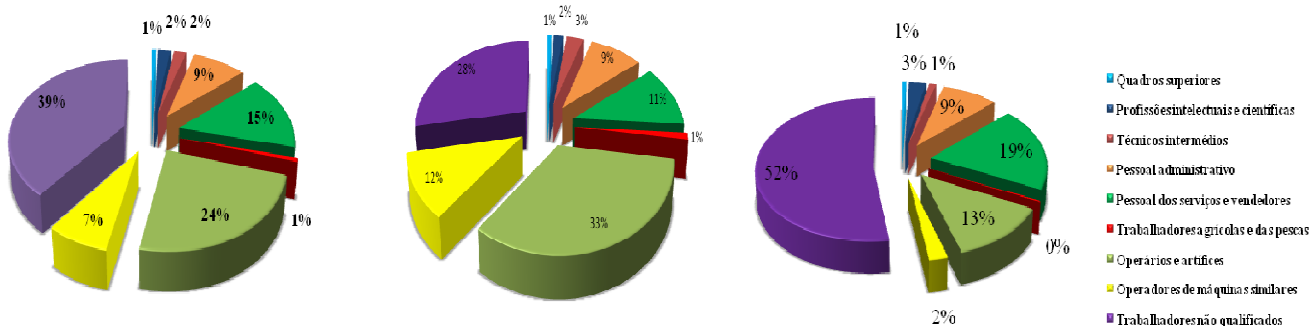
Fonte: Adaptado de Pimenta; Ferreira, 2001a, p.34.

Gráficos n.ºs 2,3 e 4: Activos empregados por categoria profissional total, homens e mulheres

Total (n=3206)

Homens (n=1710)

Mulheres (n=1496)



Fonte: Adaptado de Pimenta; Ferreira, 2001a, p.36.

O forte peso da população idosa deixa adivinhar um contexto de subescolarização, sendo que cerca de dois terços da população em estudo possui apenas o primeiro ciclo de estudos (Quadro n.º4), sendo muito escassos os casos daqueles que estudaram para além da escolaridade obrigatória. Mesmo entre a população activa, cerca de metade dos inquiridos completou apenas o segundo ciclo do ensino básico (Pimenta; Ferreira, 2001a, p.33-34). Tal relação com a instituição escolar traduz-se numa vulnerabilização da população na sua relação com o mercado de trabalho (Gráficos n.ºs 2,3 e 4). Neste contexto, as mulheres são as principais afectadas, uma vez que acabam por apenas conseguir aceder a trabalhos desqualificados e temporários no sector dos serviços; enquanto os homens encontram, ainda actualmente, um emprego enquanto operários ou artífices, apesar do crescimento do grupo de indivíduos do sexo masculino que se enquadra no grupo dos «trabalhadores não qualificados da indústria, comércio e serviços» (*ibidem*, p.36).

Apesar da enunciação destes processos de vulnerabilização social dos habitantes das ilhas, convém recordar a importância das teias de solidariedade que se estabelecem entre os vizinhos, assim como a ancoragem dos moradores ao local da cidade onde vivem. Assim, apesar de cerca de 65% dos moradores de ilhas e bairros operários inquiridos, afirmarem que gostariam de mudar de casa, mais de 55% apenas o aceitaria se fosse numa casa reabilitada no mesmo lugar, sendo que cerca de 80% dos habitantes das ilhas inquiridos por este estudo, mostram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com os seus vizinhos (*ibidem*, p.48-49).

A insuficiência e a exterioridade das sucessivas medidas políticas sobre a habitação, como sumariamente vimos, podem ser consideradas como os principais eixos caracterizadores das diferentes soluções habitacionais até hoje encontradas (Pereira, 2003, p.143). Neste

contexto, a análise das suas consequências ao nível da vida dos agentes e da construção da sua identidade e teias de sociabilidade, eixos que temos vindo a defender ser fundamentais para compreender os modos e sentidos de apropriação do espaço doméstico, adquirem “(...) aqui toda a sua pertinência quer nos «efeitos de poder» quer nos «efeitos de consciência»” (Guerra, 1998, p.126). Torna-se pertinente, então, “(...) questionar a função da casa na estruturação dos modos de vida dos indivíduos e famílias, nomeadamente de famílias em situações de exclusão social. Dito de outra forma, interrogamo-nos se, o acesso a uma habitação por parte de população que habita em casas degradadas permite a reconstrução de outras formas de identidade e processos cumulativos de mobilidade social ascendente que a representação desse acesso poderia promover” (*ibidem*, p.126), tal como acontece com outros grupos sociais. Resta, assim, o exercício de questionamento dos mecanismos a partir dos quais os indivíduos que habitam as ilhas, enquanto exemplo de habitação precária, constroem os seus referentes identitários.

Mapa n.º1: *Localização das ilhas na Rua de S. Vítor e do Bairro do Herculano*



3.1 O caso das Ilhas de S. Vítor

43

precisamente os membros desta fracção de classe que vieram mais tarde a construir habitação operária nos seus próprios jardins. O grande motivo pelo qual a zona de S. Vítor veio a ser fortemente desvalorizada do ponto de vista simbólico prende-se com a reconfiguração da apropriação espacial da cidade aquando do arranque da industrialização, por volta de 1835, que conduziu ao afastamento das classes possidentes para a zona ocidental da cidade – então ainda muito ruralizada – longe do bulício da cidade industrial.

A reconfiguração social e económica que o país e a cidade do Porto sofreram, no período pós-guerra civil, trouxeram consigo a recomposição social da sociedade de então, assim como as lógicas de ascensão social disponíveis. Para os pequeno-burgueses, empreendedores da habitação operária na Rua de S. Vítor, a posse de uma ou mais ilhas, como era comum, permitia-lhe intitular-se como proprietários, o que aos olhos dos seus pares no espaço social era sinónimo de promoção social (Teixeira, 1996, p.241).

Da mesma forma, a industrialização trouxe consigo o agudizar da situação de escassez de lugares para habitar, sendo que S. Vítor foi uma das primeiras zonas onde se promoveu a construção de ilhas. A edificação das primeiras ilhas dá-se por volta de 1860, prolongando-se até 1914. Apesar de volvido mais de meio século desde a construção da primeira ilha, as condições de habitabilidade não melhoraram significativamente entre as primeiras e as últimas empreitadas, valendo a lógica original desta solução habitacional, na qual as habitações oscilam entre os 9 e 16 metros quadrados, onde as técnicas de qualidade das habitações eram altamente rudimentares.

S. Vítor é, também, um importante exemplo no que concerne à atitude da Câmara Municipal e o desenvolvimento das ilhas. Esta, somente a partir da última década do século XIX começa a preocupar-se com o impacto quantitativo e qualitativo, que as ilhas tinham na cidade. Até então, as ilhas tinham-se desenvolvido e proliferado pela cidade sem que a Câmara tivesse disso conhecimento formal. Em 1910, altura em que os níveis de mortalidade na zona de S. Vítor eram os mais elevados da cidade, cuja média rondava os 31 por mil, é que encontramos algum esforço por parte das autoridades em compreender a real amplitude do fenómeno das ilhas. S. Vítor afirmou-se, desde então, como um dos estudos de casos privilegiados, provavelmente porque as condições de salubridade aí eram e são ainda das mais degradadas da cidade.

A ausência de condições de habitação e de salubridade nunca se afirmou como razão para as rendas fixadas não obedecerem à especulação inerente à lógica da oferta e da procura. No Inquérito às Ilhas levado a cabo em 1914 podemos encontrar nas ilhas de S. Vítor vários exemplos de famílias onde a fatia do orçamento familiar levada para a renda da habitação

rondava entre dez e quinze por cento³⁹. Enquanto, no inquérito realizado no ano de 1939, apesar de nenhuma intervenção ter sido feita na habitação que se degradava com o tempo, o valor das rendas tinha disparado, sendo que a proporção do orçamento familiar gasto com a habitação representava um quinto do rendimento. A alimentação ainda que pobre nutricionalmente, levava praticamente todo o resto do orçamento familiar. S. Vítor afirma-se como um exemplo onde a precariedade dos habitantes pode ser entendida nas suas múltiplas formas: à penúria económica junta-se a penúria habitacional, tradutoras elas próprias da precariedade da condição social e simbólica dos seus habitantes.

3.2 O caso do Bairro do Herculano

O Bairro do Herculano constitui um exemplo da promoção de habitação operária em larga escala, mas que ao mesmo tempo procurava proporcionar alojamento de melhor qualidade para os seus ocupantes. Este é também o exemplo máximo da lógica de racionalização do espaço que orientou a construção das ilhas⁴⁰. Da mesma forma, o carácter excepcional da concepção do bairro traduz-se no facto de que este não foi construído nas traseiras da habitação burguesa, construída na primeira metade do século XIX; o Bairro do Herculano, pela sua localização no interior do quarteirão que separa a Rua de Alexandre Herculano da Rua das Fontainhas, demonstra o elevado grau de planeamento envolvido.

Os documentos da época demonstram a importância que a abertura da Rua de Alexandre Herculano deveria ter tido, o investimento financeiro e a própria extensão e largura da rua, demonstram como, na parte final do século XIX, esta artéria estava pensada de forma constituir-se como um importante ponto de estruturação da expansão da malha urbana da cidade e de habitação burguesa. Contudo, a proximidade de S. Vítor e, podemos dizer, e o facto de que o próprio Bairro do Herculano se ter vindo a construir ao mesmo tempo que as demoradas obra de abertura da rua se iam realizando, levaram a que simbolicamente, esta zona da cidade, nunca assumisse o seu real potencial (cf. Teixeira, 1996, p.345).

O Bairro do Herculano foi promovido por Maria Augusta Lopes Martins e pelo seu marido, sócio da Nova Companhia de Viação Portuense, cujo capital disponível para investir

³⁹ Como procura demonstrar Virgílio Borges Pereira (1998), “nas traseiras da cidade pagavam-se rendas sempre demasiado caras para os salários auferidos (cerca de 10% do rendimento que se acrescentava aos 80% gastos no pão) e, por força de um inexistente sistema de saneamento e muito más condições de vida, fundamentalmente ficava-se doente e muitas vezes morria-se” (p.141).

⁴⁰ Conforme afirma Manuel Teixeira (1996), o empreendimento do Bairro do Herculano “(...) representava a máxima racionalização desta forma de habitação, tendo sido aqui plenamente exploradas e levadas ao seu limite as possibilidades deste processo específico de construção de habitação operária” (p.331).

na promoção de habitação operária era bastante mais elevado do que o do comum promotor de ilhas como de S. Vítor, por exemplo. Ainda assim, a construção do alojamento operário no Herculano constituiu-se como um investimento ruinoso. A dimensão e a atenção à qualidade de vida no bairro - como é o caso do projecto entregue à câmara que previa o abastecimento directo de água ao bairro - levaram a que os seus promotores tivessem pedido sucessivos empréstimos à banca, hipotecando os lotes de habitação burguesa que esperavam vender, mas que nunca se veio a concretizar. Mas, ao mesmo tempo, o modo de financiamento da construção do bairro é, por si só um exemplo do carácter excepcional da sua promoção, uma vez que tem subjacente o reconhecimento, por parte da banca, da importância e dimensão do projecto.

Os baixos salários das classes laboriosas portuenses constituem, tal como temos vindo a defender, outro factor-chave na compreensão da impossibilidade de sucesso deste empreendimento. Ainda que pensado para promover condições de habitabilidade mais condignas para os seus habitantes, o operariado portuense jamais pode comportar o preço das rendas do bairro. Daí se compreende que nos dois inquéritos realizados às ilhas, em 1914 e em 1939, no bairro do Herculano encontremos um conjunto mais heterogéneo de actores sociais, que vão desde aqueles que trabalham nas ocupações mais tradicionais das classes laboriosas, mas também encontramos membros do que pode ser considerada uma pequena burguesia executante, uma vez que as condições de vida do Bairro do Herculano eram mais aceitáveis, do que aquelas que se encontravam noutras ilhas (Teixeira, 1996, p.352-353) e estes grupos demonstravam uma maior disponibilidade para pagar as rendas mais elevadas⁴¹ cobradas no bairro. Na viragem para o século XX, o bairro foi vendido em hasta pública por falência do seu promotor original, conduzindo a situações mistas, ainda hoje muito vincadas, face à posse da habitação por parte dos habitantes do bairro, assim como nos próprios investimentos realizados nas habitações e construção de casas de banho interiores.

41 O ruinoso investimento no Bairro do Herculano é demonstrativo da real adequação das classes médias baixas à promoção desta forma de alojamento, somente este grupo social, simbolicamente e economicamente pouco capitalizados, conseguiram compreender as «reais» necessidades do pauperizado operariado portuense. A elevada proporção do rendimento gasto com a alimentação, não permitia às classes laboriosas da cidade «aventurarem-se» no pagamento das rendas do Herculano. Em 1885, o preço do aluguer mensal de uma casa nas ilhas de S. Vítor rondava os \$600-\$800 reis, enquanto que no Herculano as rendas oscilavam entre os 2\$000 e os 5\$000 mensais, permanecendo, assim, muitas das suas casas por ocupar ou sem interessados (Pinto, 2007, p.134 e 135).

Capítulo IV: Breve nota em torno do modelo teórico e estratégia de pesquisa construídos

Iniciamos esta discussão por salientar a necessidade de se compreender a questão da habitação a partir de um quadro de leitura que assente na compreensão de processos da modernização da vida social, tributária de dinâmicas como a industrialização e a urbanização. Como defende Engels (1971) a questão do alojamento, do ponto de vista da análise, encontra-se relacionada com o agravamento das condições de vida nos centros urbanos, particularmente, na transformação da habitação num instrumento de diferenciação e de controlo social. Estas considerações conduzem a análise para a necessária articulação entre os planos económico e simbólico de um objecto como o da casa e para os modos como historicamente o acesso a este bem, por parte dos diferentes grupos sociais, vai definindo uma representação colectiva do espaço da cidade.

A construção de uma perspectiva heurística acerca da centralidade do espaço doméstico implica, num primeiro momento, discutir os modos a partir dos quais os eixos do espaço e do tempo se entrecruzam na construção do quotidiano. Deste modo, a partir da abordagem simmeliana, procurou-se demonstrar a importância destes eixos na produção dos contextos de interacção, ou seja, os limites impostos pelo espaço físico, assim como modo como os indivíduos percebem as situações e se representam nessas mesmas situações. Estes, impõem uma dialéctica de contingências (limite/movimento; produção/presença) que determinam a acção recíproca e em última instância a construção do espaço social, enquanto agregado de modalidades diferenciadas de organização do espaço e do tempo social (cf. Carmo, 2006). A proposta analítica de Anthony Giddens permite-nos por sua vez introduzir na análise a importância da recursividade da vida social, entendida enquanto ciclos repetitivos de acção no espaço-tempo, que estrutura os modos como recursivamente os agentes constroem a realidade e os seus encontros, como e as próprias estruturas sociais (cf. Giddens, 1979; 2003).

O contributo do sociólogo francês Pierre Bourdieu permite-nos, em articulação com as perspectivas expostas acima, consolidar um quadro de leitura desta dialéctica entre as condições objectivas e materiais de existência e os modos a partir dos quais os indivíduos se posicionam, representam e atribuem sentido à sua existência, particularmente aos modos a partir dos quais jogam o seu posicionamento no *espaço social* e como este se tende a reificar nas estruturas do espaço físico (cf. Bourdieu, 2001a; 2002). Por sua vez, o accionamento da perspectiva de Norbert Elias permite-nos completar este quadro analítico, por via da sua

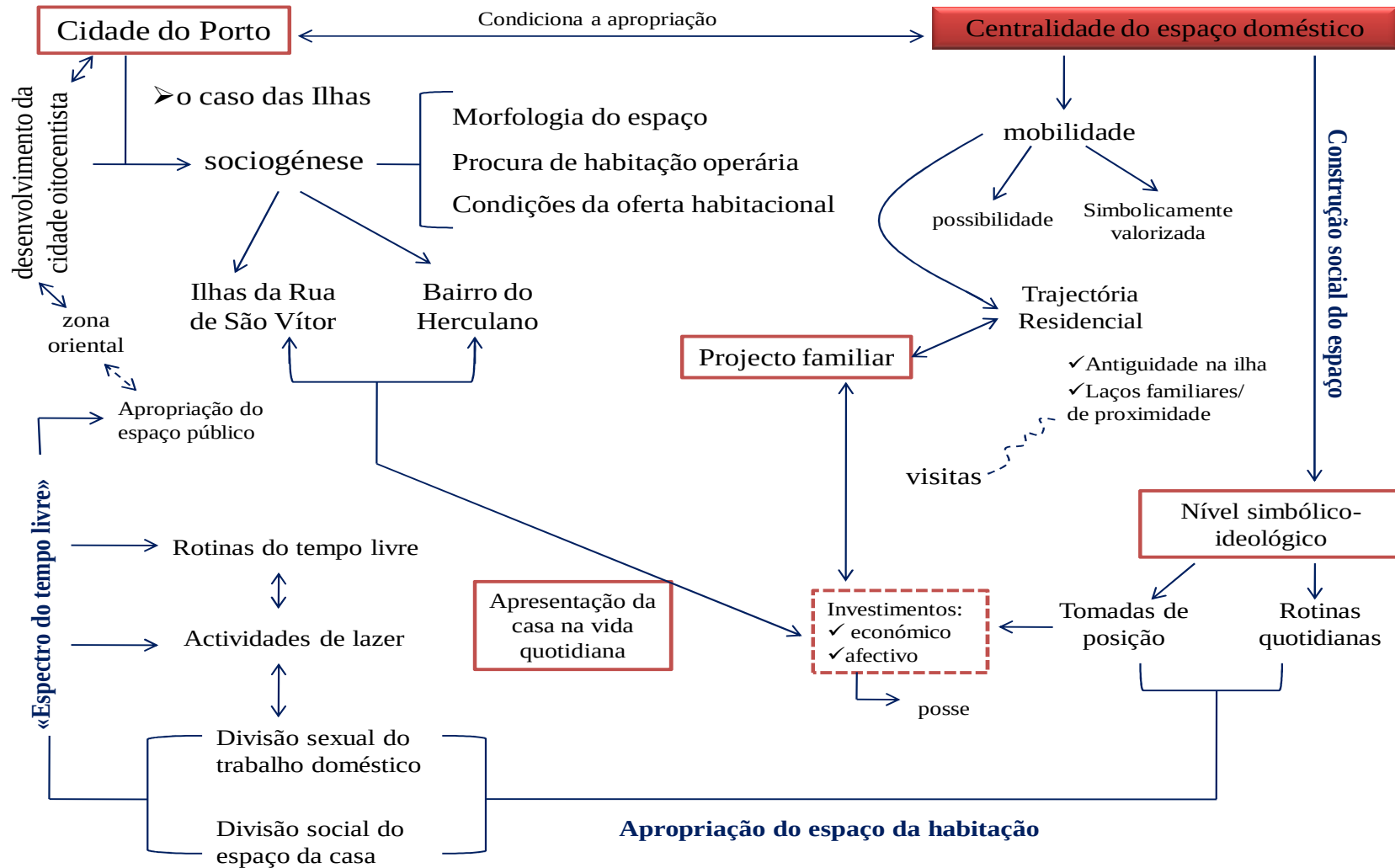
articulação com a dimensão institucional, onde a abstracção em torno dos eixos do espaço-tempo permite a organização da vida dos agentes e a conjugação das múltiplas esferas da vida social (cf. Elias, 1998; Elias; Dunning, 1992).

Ao tomar o espaço e o tempo enquanto instrumentos analíticos de base para a construção conceptual de um objecto como o espaço doméstico, estamos a assumir na análise a necessária articulação entre as dimensões mais subjectivas de representação dos espaços e da vida quotidiana, como de igual forma conferimos ao modelo uma plasticidade que permite articular esta dimensão mais vivenciada dos fenómenos com eixos de estruturação e distribuição do poder social de que a definição da questão da habitação, enunciada acima também dá conta. Propomo-nos, deste modo, dar conta de um conjunto de características mais subjectivas ao nível da construção dos espaços, em particular de um bem como o da casa, onde encontramos uma temporalidade associada ao projecto individual, familiar e de (re)posicionamento no espaço social (cf. Bachelard, 1994; Bourdieu, 1997, 2001a).

Assim, se por um lado estudar o espaço doméstico implica tomar como unidades de análise a esfera doméstica – o espaço da casa – e a unidade familiar (cf. Schwartz, 1990); por outro lado, importa perspectivar o espaço doméstico como um lugar que paulatinamente se vai estendendo à zona envolvente, implicando a introdução na análise das redes de sociabilidade e de apropriação do espaço da cidade (cf. Mayol, 1994; Rémy; Voyé, 2004).

Tão importante na prossecução do modelo conceptual defendido até ao momento, torna-se, assim, fundamental um exercício de contextualização dos espaços analisados. Ao tomarmos como objecto as ilhas do Porto, a compreensão da sua génese, aquando do desenvolvimento da cidade oitocentista, implicou a assumpção do comportamento dos diferentes grupos sociais envolvidos no desenvolvimento desta forma de habitação, assim como os modos a partir dos quais as lógicas de expansão da malha urbana foram pensadas (cf. Teixeira, 1996). Subjacente a toda esta problemática importa realçar a racionalidade inerente aos modos de ocupação do espaço na cidade oitocentista (Esquema n.º7). Assim, as lógicas a partir das quais os espaços são pensados e apropriados ao longo do tempo têm implicações ao nível das modalidades a partir das quais os espaços são representados e, conseqüentemente, nos agentes sociais que habitam esses mesmos locais. Na análise das ilhas do Porto, centrámos o nosso estudo no caso das ilhas da Rua de S. Vítor e do Bairro do Herculano, que por via das lógicas de emancipação diferenciadas, de que já fomos dando conta, conduziram a lógicas de ocupação diferenciada do espaço logo desde o seu desenvolvimento.

Esquema n.º7: Modelo de Análise



Sem qualquer pretensão em estabelecer uma lógica de comparação entre estes dois contextos, procura-se compreender como a história dos lugares condiciona a apropriação dos espaços à luz de uma leitura que privilegia os modos como do ponto de vista simbólico e ideológico os indivíduos constroem socialmente os espaços⁴². Estes, por sua vez, traduzem-se em investimentos económicos e afectivos diferenciados, assim como no estabelecimento de teias de sociabilidade de proximidade, que em última instância se traduzem na permanência nos lugares (Esquema n.º7).

Os mecanismos a partir dos quais os agentes vão se mantendo nas ilhas assumem, de igual forma, um lugar central na análise não só por dar conta das estratégias, já referidas, de investimento económico e afectivo no que diz respeito à posse da habitação; mas porque se cruza, de igual modo, com um conjunto de propriedades sociais que permitem aos agentes encetar ou não trajectórias de mobilidade no espaço físico e social ao nível do grupo doméstico.

A problemática da mobilidade espacial encerra em si, um conjunto vasto de condicionamentos e propriedades sociais, que se estendem à compreensão da apropriação do espaço doméstico e da zona envolvente ao espaço da casa. Os modos como os agentes organizam o seu quotidiano, as suas práticas de consumo, assim como a forma como se relacionam com os vizinhos dão conta de um conjunto de propriedades que articulam por um lado, os modos como representam o espaço envolvente; como por outro lado, as modalidades a partir das quais os agentes lidam com uma dialéctica de controlo e de poder própria de quem vive num espaço exíguo e muito próximo fisicamente de todos os outros habitantes da ilha.

Ainda no contexto dos usos e modos de apresentação do espaço da casa importa dar conta de toda a espécie de investimentos realizados pelos agentes, sendo que estes se tendem a traduzir num «gosto» ou «desgosto» pela casa. Por sua vez, estes investimentos económicos e sentimentais acabam por condicionar não só as representações, de que primeiramente procurámos dar conta, como o próprio alcance das teias de sociabilidade mais alargadas que os moradores estabelecem.

Por último, a defesa da centralidade do espaço doméstico, como temos vindo a defender, espelha-se ao nível da difusão do poder social de modo mais ou menos manifesto. Assim, por um lado, esta questão torna-se importante ao nível da compreensão da relação dos agentes com o senhorio; mas também, do ponto de vista da divisão das tarefas domésticas entre elementos do agregado. Esta última, por sua vez, traduz-se numa apropriação

⁴² Para mais considerações em torno da estratégia de pesquisa encetada, cf. Anexo n.º 1.1

diferenciada dos espaços da casa, mas também do espaço público e nas modalidades de ocupação dos tempos livres.

Tanto do ponto de vista do enquadramento conceptual, sumariamente apresentado, como ao nível das relações que fomos estabelecendo, o modelo aqui apresentado realça a importância dos sentidos que os agentes atribuem aos contextos em que se encontram inseridos, na construção de uma perspectiva que cruze os diversos níveis de análise neste contínuo que fomos estabelecendo entre o espaço doméstico e a compreensão da cidade. Da mesma forma, o entrecruzar dos discursos com o exercício da observação afirmou-se como o mecanismo central neste exercício de aproximação, apreensão e reconstrução dos sentidos que os diferentes interlocutores auscultados nos foram transmitindo⁴³.

⁴³ Para mais considerações em torno da estratégia de pesquisa encetada, cf. Anexo n.º1.1.

Parte II: Apresentação de resultados

Capítulo V: As ilhas do Porto como exemplo de habitação precária

O quadro analítico que temos vindo a traçar assenta na necessidade de se perspectivar a habitação enquanto um bem multidimensional que engloba no seu interior diversos níveis de análise, que se estendem desde do nível mais subjectivo e da apropriação quotidiana dos espaços até aos modos como institucionalmente se concebem os espaços. Neste sentido, conferir a um tipo de habitação um atributo, implica necessariamente a análise de como socialmente se constrói e reifica esse mesmo atributo. Implica, igualmente, a análise das modalidades de incorporação desse mesmo atributo e como, por sua vez, esta se traduz ao nível das vivências quotidianas dos agentes. Apesar deste exercício de enumeração de planos e níveis de análise importa, contudo, não esquecer a circularidade do modelo apresentado.

Falar, assim, de habitação precária envolve, então, um exercício de construção de um conjunto de indicadores que dêem conta, por um lado, das condições objectivas de habitabilidade ao nível das condições do próprio espaço físico; como, por outro lado, implica a compreensão dos modos de vida de quem, de facto, habita estes espaços e como este é percebido por esses mesmos agentes. Foi este o exercício prosseguido e do qual procuraremos dar conta de seguida.

A precariedade, por via da centralidade do trabalho, parece afirmar-se nas sociedades actuais como um eixo que paulatinamente vai trilhando todos os campos de análise social⁴⁴, ganhando sentidos e aplicações diferenciados. Assim, a precariedade “(...) recobre uma série de situações muito díspares, situadas entre o emprego estável e a pobreza, que conjugam o enfraquecimento dos direitos sociais, o *deficit* de integração social e a fragilidade dos suportes de proximidade. (...) Deste modo, a noção de precariedade aproxima-se de outras, tais como «vulnerabilidade», «fragilidade» e «exclusão social», e tende a ser usada em conjunto com as noções de desemprego e de pobreza” (Duarte, 2008, p.28-29). Atender a estas diferentes aplicações do conceito, principalmente quando o seu uso se associa à identificação e explicação de problemas sociais, implica a problematização acerca da génese de formação desses mesmos problemas sociais, como também aos veículos de reprodução dos fenómenos.

⁴⁴ Conceitos como o de flexibilidade e a precariedade do trabalho fazem, cada vez mais, parte da análise das sociedades actuais. A precariedade, como defende Duarte (2008), “(...) entendida em termos de risco e de incerteza associados às situações de trabalho, não só entrou no vocabulário académico, como passou a ser utilizada de forma corrente no discurso político e se tornou numa categoria comumente empregue no debate social” (p.28).

Contudo, a temporalidade associada ao conceito afigura-se como o sentido que pretendemos explorar de forma mais sistemática. Tal como procurámos demonstrar anteriormente a partir do accionamento do contributo de Norbert Elias, os referentes espaço-temporais afirmam-se enquanto eixos de organização de actividades e instituições sociais, que estão na base dos modos de experiência da vida quotidiana (cf. Elias, 1998, p.79-81). A precariedade está, assim, associada à diluição das estruturas temporais que ordenam a vida dos agentes, abrindo toda uma linha interpretativa que se pode aproximar da incerteza e riscos sociais que daí advêm, ou ainda associar à análise as consequências da reificação desta situação de privação da participação plena em diversos níveis da vida social.

Neste sentido, Bourdieu (1998b) chama a atenção para a precariedade se poder constituir como uma nova forma de dominação (submissão e constrangimento), particularmente visível nos indivíduos que se encontram fora do sistema de produção, os desempregados, que ao sofrerem “(...) a desestruturação da existência, privada entre outras coisas das suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo, com o tempo, com o espaço que lhe segue. A precariedade afecta profundamente aquele que a sofre, tornando todo o futuro incerto, proíbe qualquer antecipação racional e, em particular, esse mínimo de esperança e de crença no futuro que é necessário à revolta, sobretudo colectiva, contra o presente, por mais intolerável que este seja” (p.114).

Esta questão remete-nos, igualmente, para questões como a formação da identidade ou o carácter individuais e para a construção de redes de relações sociais, assentes em diferentes projectos de satisfação emocional em que os agentes se encontram envolvidos⁴⁵. A ausência de previsibilidade advinda com a desregulação de alguns domínios da vida social, como é o caso do campo do trabalho; mas, igualmente, a perpetuação no tempo de modos de vida assentes apenas no assegurar da subsistência do agente e do seu grupo doméstico, acarretam consigo a perenização destas trajectórias de desestruturação da participação social dos agentes de que o sentido mais amplo do conceito de precariedade dá conta.

Richard Sennett (2003) fala precisamente desta ausência de plenitude na formação do *carácter* ou *respeito* nas sociedades modernas: “os clientes do Estado Providência regularmente queixam-se de serem tratados sem respeito. Mas a falta de respeito que eles experienciam não acontece simplesmente porque são pobres, idosos, ou doentes. A sociedade

⁴⁵ Conforme defende Sennett (2001) a formação do carácter encontra-se intimamente ligada às teias de relações sociais que os agentes são capazes de construir, sendo que “o carácter incide principalmente no aspecto de longo prazo da nossa experiência emocional. O carácter exprime-se pela lealdade e pela entrega mútua, ou através da prossecução de objectivos de longo prazo, ou pela prática satisfação retardada por causa de um fim futuro. (...) o carácter diz respeito às características pessoais que valorizamos e quais procuramos ser avaliados pelos outros” (p.9).

moderna tem falta de expressões positivas de respeito e de reconhecimento para os outros” (p.xiii). O conceito de respeito, como defende o autor, encontra-se relacionado com sentidos como os de estatuto, reconhecimento, honra e dignidade (*ibidem*, p.49), que imediatamente nos transportam para um conjunto de propriedades sociais e psicológicas que são desigualmente distribuídas pelos agentes sociais (*ibidem*, p.59)

Neste sentido, quando nos referimos a um tipo de habitação caracterizada pela precariedade, esta condição não se reduz a um conjunto de propriedades físicas do espaço que ligam à salubridade e condições de habitabilidade. Engloba, igualmente, os processos de fragilização social dos agentes que habitam estes espaços e que se encontram iminentemente relacionados com a nomeação deste atributo.

Quadro n.º6: *Quadro síntese de moradores entrevistados e elementos que compõem o agregado*

Entrevistado	Idade	N.º de elementos que compõem o agregado	Relação de parentesco de ego face aos outros elementos do agregado	Identificação dos outros elementos do agregado
Eugénia	63	2	Esposa	Cônjuge, 63 anos
Almerinda	59	2	Esposa	Cônjuge, 59 anos
Carla	52	2	Esposa	Cônjuge, 45 anos
Francisco	85	1	NSA	NSA
Laurinda	74	1	NSA	NSA
Raquel	31	4	Esposa e mãe	Cônjuge, 27 anos Filha, 9 anos Filho, 5 anos
Gabriela	45	2	Mãe	Filho, 14 anos
Salomé	46	2	Filha	Mãe, 84 anos
Pedro	24	4	Filho	Pai, 50 anos Mãe, 50 anos Irmão, 29 anos
José	75	2	Marido	Esposa, 75 anos
Lisete	73	2	Mãe	Filha, 45 anos
Conceição	71	3	Esposa e mãe	Cônjuge, 76 anos Filho, 40 anos

Legenda: NSA – Não se aplica.

Tomar a unidade familiar enquanto unidade base de análise implica, como temos vindo a defender na linha de Schwartz (1990), o pressuposto da existência de um projecto em torno do qual se estrutura um dado agregado familiar, em que todos os membros contribuem activamente para este, mas, de igual forma este assume-se como a base sobre a qual assentam todos os projectos individuais de cada um dos seus membros. Deste modo, se os moradores das ilhas se afirmam como os interlocutores privilegiados para este exercício de aproximação às dinâmicas e interrelações que temos vindo a desenvolver; abrir espaço na análise para a compreensão das trajetórias de todos os elementos residentes na casa, permite-nos

compreender o grau como os mesmos processos que temos vindo a descrever permeiam e afectam todos os elementos de uma unidade familiar, mas também como se reificam ou não entre diferentes gerações.

Assim, no caso do nosso objecto de estudo procurámos não só dar conta da diversidade de agentes que habitam as ilhas, mas de igual forma encontrar diversos tipos de agregados familiares, sendo que o guião de entrevista apesar de aplicado a um representante do agregado familiar procurava dar conta da caracterização e compreensão dos modos de vida de todos os elementos que compunham o agregado⁴⁶. Deste modo, numa amostra de doze moradores entrevistados, acabámos por estudar vinte e sete moradores na Ilha Grande e na Ilha do Padeiro em S. Vitor, assim como os residentes nas Ruas 1 e 2 no Bairro do Herculano (Quadro n.º6).

No que concerne à distribuição por sexo, a maioria dos moradores entrevistados são do sexo feminino, sendo nove elementos do sexo feminino e três elementos do sexo masculino (Quadro n.º6). Tanto do ponto de vista dos critérios teóricos que presidiram à selecção dos agregados a entrevistar, como do ponto de vista dos condicionamentos impostos pelo próprio trabalho de campo, a idade média dos interlocutores privilegiados é de 58 anos, sendo que na sua maioria são elementos que integram o contingente da população inactiva (*e.g.* reformados, beneficiários de subsídios do Estado ou ainda desempregados), ainda que todos tenham já participado activamente, pelo menos por uma vez, no mercado trabalho.

Quadro n.º7: *Nível de escolaridade completo do entrevistado e dos elementos que residem na casa com o entrevistado*

Nível de escolaridade completo	Entrevistados	Elementos que residem na casa com o entrevistado
Não sabe ler, nem escrever	3	1*
Sabe ler e escrever, sem grau de ensino	1	2**
Ensino Básico 1º Ciclo	3	6
Ensino Básico 2º Ciclo	3	4
Ensino Básico 3º Ciclo	1	2
Ensino Secundário	0	0
Ensino Médio/ Bacharelato	0	0
Licenciatura	0	0
Pós-Graduação/ Especialização	1	0
Total	12	15

* Criança de cinco anos de idade.

** Um dos casos diz respeito a uma criança de nove anos, que completou a terceira classe.

⁴⁶ Conferir guião de entrevista aos moradores no anexo nº1.4.3.

Tal como a média de idades da nossa amostra, de que fomos dando conta, deixa adivinhar estamos perante uma população com baixos recursos escolares. Na compreensão da incipiente relação com o sistema de escolar importa, ainda, realçar o facto de que a maior parte dos interlocutores privilegiados pertence a uma primeira ou segunda geração de migrantes rurais para os meios urbanos; aí procuravam emprego na pequena indústria que subsistia na cidade do Porto em meados do século passado, ou então em actividades desqualificadas do sector dos serviços. A relação com a escola remete-nos, assim, para as «recentes» transformações na sociedade portuguesa e consequente expansão do sistema de ensino⁴⁷, como também para uma transição precoce para o mercado de trabalho, em que o tipo de competências requeridas não implica uma passagem prolongada pelo sistema formal de ensino (cf. Queiroz; Gros, 2002, p.26-30).

Tal como podemos analisar no Quadro n.º7, no que diz respeito ao grau de escolaridade completo do entrevistado, as categorias modais são a frequência do 1º e 2º ciclo de ensino, mas também encontramos indivíduos que não sabem ler nem escrever, respectivamente três elementos em cada categoria. Apenas, encontramos um caso em que o entrevistado prosseguiu os estudos para além da escolaridade mínima obrigatória. A questão da escolaridade e do próprio «valor da escola» deve ser lida à luz de um quadro de transmissão de valores entre gerações, sendo que a escola enquanto mecanismo de mobilidade no espaço social, tende a afirmar-se como uma mais-valia para a pequena burguesia.

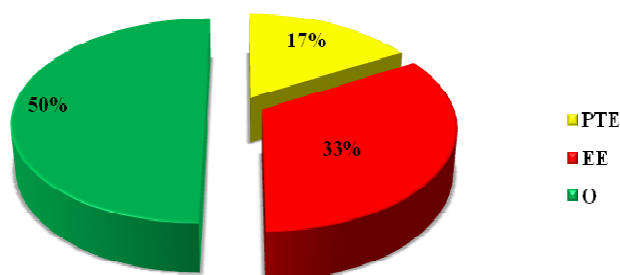
Ao nível do grupo doméstico (Quadro n.º7), verifica-se uma tendência semelhante para uma curta passagem pela escola. Deste modo, dez elementos, num total de quinze, apenas completaram o 1º ou o 2º nível de escolaridade.

No caso do nosso objecto de estudo, referimo-nos a uma população com um passado ligado ao operariado e à migração dos meios rurais para os meios urbanos. Esta é uma herança que ainda hoje encontramos bem vincada no caso dos nossos entrevistados e que se traduz nas suas trajectórias escolares e profissionais, como veremos mais adiante. No que concerne ao grau de escolaridade completa do pai do entrevistado, verifica-se que em nenhum caso esta ultrapassa o 2º ciclo de escolaridade, sendo que no caso da mãe do entrevistado nenhuma

⁴⁷ As alterações dos sistemas político e económico, nas últimas quatro décadas, não podem ser lidas sem a análise das transformações do sistema de ensino. Ainda que o sistema de ensino pareça gozar de uma inércia e autonomia próprias (Santos, 2002, p.107), o alargamento do raio de acção destas três esferas sociais é subsidiário (*ibidem*, p.108-109). No caso português, a massificação crescente dos diferentes níveis de escolaridade não pode ser compreendida sem se fazer referência ao desenvolvimento do Estado democrático no período pós-25 de Abril e das estruturas do chamado Estado Social.

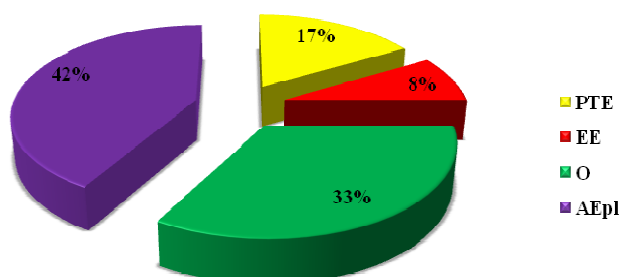
ultrapassa o 1º ciclo. Assim, ao nível do cruzamento intergeracional ressalta uma tendência dominante para a reprodução de baixos níveis de capital cultural⁴⁸.

Gráfico n.º5: *Indicador socioprofissional individual do entrevistado*



Este quadro de baixas qualificações escolares traduz-se numa inserção profissional pautada pelo exercício de profissões pouco qualificadas e de execução (Gráfico n.º5). Assim, mais de metade dos entrevistados inserem-se num leque de actividades ligadas ao operariado (grandes grupos profissionais n.º7, 8, e 9.3), ou ainda, encontram-se envolvidos em actividades não qualificadas do sector dos serviços (grandes grupos profissionais n.º5 e 9.1). Excluem-se desta tendência mais geral apenas dois casos de entrevistados envolvidos em actividades técnicas e de enquadramento (grandes grupos profissionais n.º2 e 3) e que requerem um maior nível de capitalização escolar.

Gráfico n.º6: *Indicador socioprofissional familiar do entrevistado*



Do ponto de vista do indicador socioprofissional familiar (**Gráfico n.º6**) verificamos tendências semelhantes, sendo que predominam as situações de pluriactividade, ou seja, situações de combinação ao nível da unidade familiar de elementos inseridos em actividades ligadas ao operariado e em fracções desqualificadas do sector dos serviços. De notar ainda, que se continua a assistir aos mesmos dois casos de indivíduos que integram o grupos dos profissionais técnicos e de enquadramento.

⁴⁸ A este propósito cf. Anexo n.º 2.2 referente ao cruzamento do nível de escolaridade do entrevistado face ao nível de escolaridade dos pais.

Na linha das tendências que temos vindo a realçar, à questão das baixas qualificações e consequente vulnerabilização ao nível da inserção socioprofissional, constata-se a necessidade de reforçar a dimensão da reprodução entre gerações deste mesmo conjunto de indicadores que colocam os habitantes das ilhas estudadas nas fracções mais desprovidas de recursos no espaço social (Quadro n.º8). Esta inércia ao nível do encetar de estratégias de mobilidade ascendente fica patente quando cruzamos o indicador socioprofissional familiar com o indicador socioprofissional de origem. Apenas nos dois casos que temos vindo a assinalar como excepção ao nível das qualificações e da inserção profissional podem ser considerados como exemplos de mobilidade social ascendente (das fracções assalariadas da agricultura ou dos trabalhadores não qualificados dos serviços para as fracções dos profissionais técnicos e de enquadramento).

Quadro n.º8: Cruzamento do indicador socioprofissional de família com o indicador socioprofissional de origem (n=12)

ISSO	ISF	EDL	PTE	TI	TIpl	AI	AIpl	EE	O	AA	AEpl
EDL											
PTE											
TI											1
TIpl									1		2
AI											
AIpl			1								
EE			1					1	2		
O									1		1
AA											
AEpl											1

Legenda: ISF – indicador socioprofissional de família; ISO – indicador socioprofissional de origem.

Casos de reprodução social	Casos de mobilidade ascendente
----------------------------	--------------------------------

Emerge, assim, a ideia de que tanto ao nível das tomadas de posição dos elementos do agregado familiar como do ponto de vista da gestão do quotidiano, estas caracterizam-se por estratégias que visam assegurar a subsistência⁴⁹. Estas estratégias, como procuraremos demonstrar de seguida, marcam definitivamente a relação que os agentes estabelecem com o espaço e com aqueles que vivem mais próximo destes.

⁴⁹ Esta estratégia baseada no assegurar da subsistência funciona como uma espiral que acentua a condição de exclusão dos indivíduos, tidos como “(...) desprovidos dos pré-requisitos ou condições necessárias para encetar percursos de mobilidade social ascendente, estes descrentes nas próprias possibilidades de sucesso, são encarados como seres sem positividade, sem cultura, sem opinião, sem capacidade de iniciativa” (Queiroz; Gros, 1996, p.8). Contrariando esta perspectiva, importa encetar uma análise que privilegie as “(...) lógicas e processos relacionais que objectivamente concorrem para perpetuar a escassez de recursos e manter o princípio da igualdade de direitos” (*ibidem*, p.9) visando conhecer, de facto, a génese dos processos de exclusão social.

5.1 A Ilha Grande e a Ilha do Padeiro, em S. Vítor

Quando falamos das ilhas de S. Vítor referimo-nos a todo um imaginário, mais ou menos partilhado, acerca da sua história e das condições de vida nesta zona da cidade. A zona oriental da cidade foi a mais densamente industrializada no século XIX, por conseguinte foi também aquela que conheceu uma maior densidade de ilhas e também elas foram as mais densamente povoadas. Deste modo, o imaginário colectivo a que nos referimos está mais relacionado com os problemas de salubridade e de ocupação do espaço do que com a tentativa de compreensão da gente que habita estes espaços e dos modos como vivem o seu dia-a-dia. S. Vítor e a zona vizinha, a das Fontainhas, encontram-se emersos na memória colectiva dos modos de celebrar o São João, sem contudo se ter em atenção que essas teias de solidariedade, quase orgânica, já não são tão marcadas.

Na rua de S. Vítor encontrámos quase todos os elementos que à partida poderíamos esperar encontrar. A dimensão quantitativa das ilhas, cerca de vinte e três no intervalo da rua entre a Praça da Alegria e o Colégio dos Órfãos, torna impossível a que esta não corresponda a esse tal imaginário comum a quem conhece a realidade das ilhas na cidade. Os talhos, os pequenos cafés da zona, o cabeleireiro e as quatro mercearias que já vão dando sinais exteriores do desgaste do tempo transportam quase de imediato o olhar para os moradores e os modos de vida nesta zona da cidade. É, assim, que dando espaço na imaginação para este novo conjunto de personagens se começa a ver que afinal na rua de S. Vítor não encontramos apenas ilhas, mas sim pequenos grupos de pessoas que sistematicamente vão ocupando os mesmos espaços: o grupo de jovens à porta da Sporting Clube de S. Vítor; e o pequeno grupo de pessoas sentadas num banco de madeira debaixo do toldo azul de um dos cafés da rua e de como à sua porta vão parando um conjunto vasto de pessoas e onde se sabem as novidades das ilhas.

Tal como este primeiro conjunto de personagens que fomos descrevendo, a rua de S. Vítor não é homogénea no seu todo. Na atenção do simples transeunte, a degradação do edificado que se faz sentir logo desde a Praça da Alegria vai dando lugar, à medida que vamos descendo a rua, às ilhas e aos esforços para as esconder atrás de um portão ou pequena porta na fachada principal. Contudo, à medida que nos aproximamos do final da rua (no sentido de quem vem da Praça da Alegria) vão surgindo um conjunto de vielas e de pequenas ilhas no meio de muitas casas abandonadas, retomando-se o primeiro quadro de abandono que se pinta quando se entra em S. Vítor. Assim, à medida que vamos descendo S. Vítor o movimento de pessoas vai-se reduzindo e as ruínas de edifícios abandonados abre a possibilidade de se

observarem dinâmicas exteriores àquelas de quem ali habita, como é o caso do consumo de droga ou ainda o vai e vem de carros à porta do Cemitério Prado do Repouso.

A Ilha Grande, no número 182, logo no início da rua, é uma das primeiras ilhas que mais desperta a curiosidade de quem passa, uma vez que não se esconde atrás de alguma fachada ou de um portão. Assim, o longo corredor de casas fica exposto ao olhar de quem passa na rua, mas este é um espaço onde os estímulos sensoriais são tantos que a primeira vez que se entra na ilha se torna difícil distinguir as casas e os seus limites. Os cães e os mais novos são uma figura muito frequente nesta ilha, que delimitam a entrada voluntária de um estranho para o interior da ilha. Foram, porventura, estas personagens que nos levaram a tomar como objecto esta ilha.

Por sua vez, a Ilha do Padeiro, mais abaixo na rua de S. Vítor, no número 104, despertou, igualmente, a nossa atenção pelo modo como as casas estão dispostas. Contrariamente a outras ilhas, em S. Vítor que obedecem à tipologia original, na Ilha do Padeiro com vinte e duas casas, a lógica racional de ocupação do espaço deu lugar a uma hiperracionalização dessa mesma lógica original. Lá, além da existência de casas em dois andares logo no início da ilha encontramos casas ainda metidas na traseira da casa burguesa ou ainda no próprio patamar das escadas de acesso à ilha.

Tanto num como noutro caso, foi a diversidade de personagens que interpelaram a nossa presença na ilha que nos foi fazendo voltar e desenvolver um segundo leque de questionamentos acerca da dinâmica da ilha e das figuras que só o trabalho de observação continuado pode ir descortinando.

As dinâmicas de apropriação do espaço da ilha e de interrelação entre vizinhos afirmaram-se como as dimensões que primeiramente procurámos aflorar. Estas são também as dinâmicas que mais facilmente emergem nas conversas com os moradores. A este propósito a relação entre presente e passado, moradores mais antigos e os mais jovens na ilha é aqui muito vincada:

Estamos numa ilha e convivemos uns com os outros, mas eles não! Não se convive com ninguém... e claro que são pessoas novas e que não dão valor ao que se fez, nem ao que foi feito.

Dona Laurinda, moradora na Ilha Grande há 46 anos.

Sim, mas estes mais novos «boa tarde», «bom dia», prontos e não temos mais conversas, mais nada, nunca tive (...) Depois se ver que a pessoa me salva, tudo bem que eu salvo, se eu ver que não salva, a segunda vez tento, não dá prontos «boa noite», é assim, tem que ser assim.

Dona Almerinda, moradora na Ilha Grande há 34 anos.

Esta é uma lógica mais perceptível no caso da Ilha Grande, onde os moradores mais antigos, aqueles com quem falámos, tendem a acusar o senhorio de não ter cuidado com as pessoas a quem aluga as casas. Esta dinâmica identificada pelos moradores mais antigos está também relacionada com a grande mobilidade de moradores na ilha, antagonizando ainda mais as relações entre «novos» e «velhos» na ilha.

Quando uma pessoa aluga a casa, a gente não pode contar que aquela pessoa vá ficar, não! A pessoa aluga a casa e passado meia dúzia de meses a pessoa vai embora, como já está ali uma em baixo, que já está a vender tudo. (...) Aqui em frente à Almerinda, mora lá agora um casal, mas em antes morou senhor e antes desse senhor, morou uns outros que também deram cabo da casa toda e puseram-se andar. Agora até já andam atrás de outra casa, até para aqui outra vez, mas não podia ser no nome dela porque o senhorio já conhecia. Deixam as casas um caos. Agora mora lá uma moça com o filho, mas ela também restaurou a casa toda, quando ela veio para aí a casa estava um caos.

Dona Gabriela, moradora na Ilha Grande há 45 anos

Às vezes não, às vezes é o tempo...algumas tão...umas três ou quatro, isto são vinte casas, mas há aí casas que estão...entra e saem, que é assim dão o rendimento mínimo para pagar o aluguer, eles acabam e depois estão uns poucos de meses sem pagar e depois eles têm que os pôr na rua, é o que acontece aqui e deve ser em vários sítios, não é? Aqui acontece isso.

Dona Almerinda, moradora na Ilha Grande há 34 anos.

No caso da ilha do Padeiro, apesar dos moradores mais antigos também se queixarem da falta de cuidado do senhorio na escolha dos novos inquilinos, estes preferem realçar a falta de investimento a todos os níveis do senhorio na ilha, sendo que a selecção dos moradores é apenas mais um indicador dessa falta de cuidado. Tal como acontece na Ilha Grande, os moradores mais antigos, tendem a realçar as diferenças entre os antigos donos da ilha e os novos herdeiros.

A senhoria não faz nada, a senhoria é malcriada. É doutora no liceu de Alexandre Herculano, é uma malcriada número um. É uma pena número um. Ela até nem atende o telefone às pessoas, porque se ela até entrasse num acordo comigo, ela prontos dava cem contos e eu dava outros cem e eu ajeitava a minha casa e ficava aqui e prontos, porque eu tenho ali uma rima de tijoleira assim para pôr aqui no chão e no da casa de banho. Mas ela não entra em acordo com nada, porque além de ser malcriada é atrevida! (...) Eu também não quero ser má para ninguém e conheci o pai dela, que era um senhor impecável, chefe das finanças. A gente ia ter com o senhor M. e dizia que era isto e aquilo e ele vinha logo aqui. Olhe ele não queria cordas e paus à frente das janelas e ele queria tudo como deveria de ser. Mas elas não, elas não se interessam da memória do pai.

Dona Conceição, moradora na Ilha do Padeiro há 47 anos.

Uh, isto aqui é um vai e vem, os antigos morreram todos por limites de idade. Agora, há aqui gente que eu não conheço, que não sei de onde vêm, nem nada. Vêm com um palavreado para aí, que eu até fico

espantado. Eu até nem vou lá para fora para a Ilha, porque se não posso começar a aprender a falar... Há aqui uma vizinha ao lado, que tem uma casa muito pequenina, se esta casa é pequena, a dela é... mas a senhora põe a música cá fora, porque nem a música lhe cabe em casa. Põe para aí a música muito alta, já é sisma dela. Eu sou assim «põe a música cá fora, porque não lhe cabe em casa. A casa é pequena!». Aqui também vem parar tudo!

Senhor José, morador na Ilha do Padeiro há 44 anos

Nas ilhas da Rua de S. Vítor a figura do senhorio, do aluguer e subaluguer de casas, é muito vincada, assim como a discussão em torno do valor das rendas. Apesar da maioria dos moradores afirmar que na ilha cada um procura resguardar a sua privacidade, quase todos sabem o valor da renda das casas dos outros inquilinos. Esta é uma questão tanto mais importante quando relacionada com os investimentos realizados no interior das casas, servindo como mecanismo de controlo entre vizinhos.

Assim, apesar de termos privilegiado as conversas com os moradores mais velhos na ilha, que actualmente pagam as rendas mais baixas, procurámos saber o valor da renda quando vieram viver para a ilha e o impacto desta no orçamento familiar. É no caso da Ilha Grande que encontramos uma maior variabilidade no valor da renda, sendo que o seu valor sempre foi sendo estipulado de acordo com a área das casas e os investimentos realizados pelos anteriores inquilinos.

A Dona Laurinda, moradora na Ilha Grande há 46 anos, sempre pagou comparativamente a outros moradores um valor mais elevado de aluguer. Inicialmente começou por pagar oitocentos e cinquenta escudos, valor que pagava com o abono dos cinco filhos, sendo que actualmente paga quarenta e um euros. Comparativamente, a outros casos em S. Vítor, mais ou menos com a mesma antiguidade na ilha, este é um valor de renda muito elevado, uma vez que o senhor José, há 44 anos na Ilha do Padeiro, pagava de início trezentos e cinquenta escudos, que se traduzem actualmente num aluguer de dezoito euros. Por sua vez, a Dona Conceição, residente na Ilha do Padeiro há 47 anos, começou por pagar os mesmos trezentos e cinquenta escudos e actualmente paga vinte e sete euros. Qualquer um destes valores de renda era considerado pelos inquilinos demasiadamente elevados, para casas que não tinham sequer casa de banho interior. Contudo, o valor do aluguer da Dona Laurinda continua a ser um exemplo paradigmático de um aluguer excessivamente elevado, uma vez que devido a este facto, quando se deu a divisão dos pátios na Ilha Grande ela teve direito ao dobro da área dos outros inquilinos, dado ser ela que desde há muitos anos pagava o valor mais elevado de renda.

O caso da Dona Gabriela, desde sempre ligada a S. Vítor, afirma-se como um exemplo de uma lógica diferenciada na estipulação do valor dos alugueis. O facto de ter sido criada na Ilha Grande, depois ter saído e mais tarde voltado, assim como pela relação antiga dos seus pais com o senhorio, levou a que fizesse um acordo especial com o senhorio acerca do valor da renda. Assim, desde há mais ou menos doze anos, altura em que regressou à ilha, que a Dona Gabriela paga trinta e seis euros de renda. Contudo, todas as alterações e obras na casa estão a seu cargo, sendo que para a construção da casa de banho no interior da habitação foi a Junta de Freguesia do Bonfim que financiou as obras, dada a situação económica desta.

Residente há pouco mais de um ano na Ilha do Padeiro, a Dona Carla paga cento e vinte e cinco euros de renda mensal. Este é um valor bastante elevado dadas as condições da habitação – das casas que observámos esta é que tem a área mais pequena – e o total de rendimentos disponíveis do agregado, cerca de trezentos e oitenta euros mensais. A Dona Carla é, de igual modo, um exemplo de alguém com uma trajectória residencial declinante, tendo sido «despejada» de uma casa num bairro municipal e que veio para uma casa em ilhas. Como facilmente apontam os merceeiros da rua com os quais fomos conversando, assim como o presidente da Associação de Moradores de S. Vítor, muitos indivíduos têm a expectativa de encontrar em S. Vítor habitações mais económicas, acabando por pagar rendas mensais relativamente elevadas dada a dimensão e condições das habitações.

As pessoas que vêm para aqui, vêm quase sempre de sítios piores do que este, não pagam o aluguer por isto e por aquilo e procuram aqui, pensando que as casas são mais baratas e as casas também são caras e... pronto, vêm e remedeiam-se e prontos...

Merceeiro II em S. Vítor.

Mas prontos, mas você sabe o que se passa na Rua de S. Vítor, com pessoas que vivem lá miseravelmente mal, no século em que estamos... e a pagarem rendas mais caras, mais caras do que aquelas que estão a ser pagas aqui. Não há casa nenhuma ali em S. Vítor que eu não esteja a par e que eu não saiba quanto é que elas estão a pagar... a não ser aquelas pessoas que já lá vivem há setenta e oitenta anos. Essas sim estão a pagar muito pouco. Mas se forem já pessoas já mais chegadas a eles, o caso de netos e filhos, que arranjem ali uma casinha, já pagam duzentos e trezentos euros. E ali a casa mais cara que neste momento que está aqui na zona de construção é de duzentos e setenta e quatro euros, que é um T3 com todas as comunidades e mais algumas. Portanto, e essas só foram entregues às pessoas que... que na altura os debates que eu tive bastante grandes com o presidente da Junta, foi que essas casas fossem entregues às pessoas de S. Vítor. Porque se ele era presidente da Junta de Bonfim, tinha a obrigação de zelar pelo interesse das pessoas que habitavam a zona e aquelas mais carenciadas. E ele marimbou-se para isso.

Presidente AMSV.

As regras de acesso e funcionamento do mercado imobiliário afiguram-se como um importante eixo de análise, no sentido em que a localização central das ilhas de S. Vítor no

espaço da cidade e daí a parca necessidade de despendere um elevado volume de recursos na organização das rotinas quotidianas, associada à ausência de alternativas que encaixem no orçamento do agregado conduziram à perpetuação da estadia de muitos moradores mais antigos na ilha. Esta estabilização da trajectória residencial no espaço da ilha conduz, por sua vez, a uma série de investimentos por parte dos inquilinos na casa. Fazer a casa de banho no interior da casa, colocar um soalho e revestir as paredes da casa foram as alterações mais vezes referidas pelos moradores, sendo que todos eles comportam investimentos elevados face ao orçamento familiar, acabando por terem sido realizados ao longo do tempo.

Ai, as obras que eu fiz... olhe, fui eu que fiz tudo! Tudo o que está aqui fui eu que fiz! A minha casa foi toda coberta a madeira, porque isto era tudo de barro e caía abaixo. Foi tudo forrado a latex, a casa toda, o quarto e tudo, foi tudo forrado a latex e... depois tapei com o papel por cima, mas já está a precisar de obras outra vez. E foi assim, as obras que fiz. E quando preciso de alguma coisa, tenho que ir fazendo, porque o senhorio se for preciso não faz nada!

Dona Laurinda, moradora na Ilha Grande há 46 anos.

Fui eu que fiz isto tudo... olhe, isto aqui era caiado a azul [apontando para a parede da cozinha]. Fui eu que fiz a banca... era uma banca muita grande de louça, uma altura louca! Era daquelas coisas muita antigas! Tirei aquilo tudo fora e modernizei isto. De resto fui, a tijoleira, fui eu que fiz isto tudo. Tudo o que aqui está, fui eu que fiz. Não tinha dinheiro para pagar, trabalhava eu! (...) O pátio e tudo, fui eu que arranjei tudo... com tijoleira, tudo!

Senhor José, morador na Ilha do Padeiro há 44 anos.

Este investimento na melhoria de condições da casa conduz, por sua vez, a um aumento do valor relativo das casas que reverte directamente para o senhorio. Quando um inquilino morre, ou por algum motivo sai da casa ao fim de muitos anos nesta, a mesma casa vai posteriormente ser arrendada a um valor muito mais elevado. Contudo, como alguns moradores fazem questão de salientar, o tempo de permanência na casa e o investimento nesta crescem em razão proporcional, ou seja, quanto mais longa a estadia, maiores serão os investimentos. Por sua vez, são os inquilinos que ficam menos tempo na casa, que menos investimentos realizam, não dando continuidade ao cuidado dos anteriores moradores. Assim, apesar do senhorio lucrar com a saída de um morador mais antigo, uma vez que poderá cobrar um aluguer mais elevado, a casa tende a entrar numa espiral de desvalorização consecutiva, uma vez que os novos moradores não irão ficar tanto tempo na casa e vão, muitas vezes, deixar paredes e soalhos em pior estado do que o inicial. Implicando assim, por parte do senhorio um conjunto de pequenos investimentos redobrados cada vez que uma casa fica vaga, ainda que a renda cobrada a estes novos inquilinos seja já condizente com este tipo de obrigações.

O meu pai [que morou toda a vida na Ilha Grande] sempre que podia andava sempre a mexer na casa e ele agora poucas obras fez, a não ser fechar o pátio e qualquer coisa, porque da casa para dentro a casa estava impecável... e neste momento até é a casa mais cara que está aqui no bairro! (...) Aqui, para vinte e tal contos... prontos, falando em contos tem casas a... pronto, ultimamente nos últimos anos, ele tem alugado as casas sempre a trinta e dois contos. As primeiras casas que ele começou a alugar, alugava a quinze, dezoito, depois passou para vinte e tal, trinta e tal... que é o que está agora tudo, trinta e dois, trintas, vinte e cinco. Agora, a casa que era do meu pai, que era é uma maneira de falar, em que o meu pai estava é que foi para quarenta e dois contos. Por uma casa destas é mesmo uma necessidade!

Dona Gabriela, moradora na Ilha Grande há 45 anos

O debate em torno das obras e dos diferentes investimentos na ilha e nas casas faz com que surjam, em muitas conversas, a figura do «trolha». Este tanto pode surgir como alguém que o senhorio mandou à casa de um inquilino fazer um pequeno arranjo, ou então como exemplo do investimento económico feito pelos moradores na casa.

Eu gastei mais de dois mil contos nessa altura, só para fazer o meu quarto de banho que está todo em... não é ferro, nem bronze, é outro nome. Eu pagava quatro contos e quinhentos por dia para fazerem...

Dona Almerinda, moradora na Ilha Grande há 34 anos.

Olhe, esse azulejo, havia um tipo que era de Lordelo, morava lá nos bairros... e vinha-me... porque isto era tudo, era saibro e coisa... e só tinha aqui, neste canto, só tinha uns azulejos brancos, mas nem eram todos da mesma cor, eram brancos! E, eu então, o homem veio cá e eu disse «olhe eu queria que você me pusesse tudo em azulejo». E ele «olhe, você faz bem, você bota as paredes todas abaixo e enche-as, depois eu venho cá aliso e meto-lhe os azulejos». E eu «ah, olha que bacano, lindo... eu ia ter o trabalho todo e o homem vinha cá colar, estava entretido!». E eu então fui eu que fiz tudo, fui eu que forcei tudo.

Senhor José, morador na Ilha do Padeiro há 44 anos.

Agora estar a viver aqui num sitio que temos que andar sempre a pintari, que é cheio de humidade por aí abaixo... ainda há pouco tempo foi ali naquele sítio, teve que o meu marido chamar o... lá um mal-arranjado para ajeitar isso, prontos, é dinheiro que a gente tem que pagar não é? Não dá, porque aparece qualquer coisa e a gente tem que ter dinheiro para pagar, porque a senhoria não faz nada, não faz nadinha!

Dona Carla, moradora na Ilha do Padeiro há 1 ano.

Tal como já mencionámos anteriormente, a presença de cães na Ilha Grande é muito frequente. Os cães, principalmente, os de grande porte acabam por de certa forma entrar em todas as conversas com os moradores, associados a outras dinâmicas da ilha que os moradores apenas preferem dar a entender. O consumo e tráfico de drogas no interior da ilha aparecem assim na conversa quando procurámos explorar a presença dos cães que limitam a entrada na ilha de um estranho.

Ainda há dois anos uma daquela casa eu não estava cá, fomos lá passar o natal ao meu filho e depois

quando vim passado três dias ouvi dizer que houve porrada aqui em baixo num cafezito que está ali em baixo e que ele pegou ainda uma pistola e tinha uma daquelas grandes e pegaram-se uns com os outros ao tiro com esse dali porque ele tem uma cadela, a cadela veio para aqui desde que nasceu, mas ela está domesticada porque ela sabe quando é que ladra e dá os sinais todos, ele até lhe cortou as orelhas, ensinou-a logo de pequenina que na altura ele chegou a morar aqui, depois passou para ali e aqui mora um irmão dele e era uma corrupio sempre, eu quando sentia nunca ia lá fora, nunca ia lá fora, «deixa-os com eles»

Dona Almerinda, moradora na Ilha Grande há 36 anos.

A gente não pode sair de casa descansada, se estivermos até à noite... agora não tendo a minha mãe, nem o meu pai, já me deito mais cedo... deito-me isto é, fico a ver televisão com o meu filho e assim. Mas, isto às vezes é às tantas da noite para cima e para baixo, porque vêm buscar... vêm buscar essas coisas e às vezes até sem enganar na porta e batem na minha, é assim... não se pode ter sossego. Não se tem o sossego que se tinha antigamente, não se pode ter as portas abertas...

Dona Gabriela, moradora na Ilha Grande há 45 anos.

No caso da Ilha do Padeiro, a questão do consumo e venda de drogas também vai emergindo nas conversas com os moradores. Contudo, a dimensão que os moradores mais fazem referência no que concerne aos modos de vida na ilha está relacionada com o trato e o calão utilizado. A este propósito, os moradores afirmam que «esta foi uma ilha onde sempre se falou muito mal».

Ó menina, isto aqui é só jovens, é drogados, é... olhe eu nunca vi disto. Não é nada de antigamente. Antigamente isto era uma educação e agora a gente até tem medo de falar.

Dona Conceição, moradora na Ilha do Padeiro há 47 anos.

e2: *Já aqui estou há cinquenta anos, parece que ainda foi ontem. Mas foi sempre assim esta ilha, foi sempre barulhenta. Pessoas assim, sempre muito barulhentas.*

e: *Muito senhora delas... parece que são as senhorias das ilhas.*

e2: *Muito mal criadas, dizem muitos palavrões aqui. Falam muito mal aqui, dizem tantas asneiras, que eu nem gosto de ouvir. (...) Mas é verdade, falam muito mal aqui, olhe a velhota da treze não dizia uma palavra que não fosse um palavrão.*

e: *Essa gaja começou a falar mal quando eu vim para aqui, não foi?*

e2: *Enquanto fossem barulhentas mas não dissessem asneiras...*

e: *Não há palavra que eu não fale. Caralho, foda-se e outras coisas. Mas o que eu é tudo é para a brincadeira. A única pessoa que cá me vem visitar é ela. Ela nem bate à porta, tem carta-branca, nem bate nem nada, entra logo.*

e2: *Eu nasci ali em baixo e quando vim para cá fiquei pasma «isto é assim estes barulhos? É isto?». Ai quando o meu pai me trouxe para aqui, estranhei tanto, tanto, só com os palavrões... ah, os barulhos, prontos, isso não é o tudo. É as asneiras que dizem. Mas é tudo de cima abaixo, estas cornas não devem saber falar. (...) Eu não estava habituada a ouvir e só me perguntava se tinha mesmo vindo para aqui morar.*

Diálogo entre a Dona Carla, na ilha há 1 ano e uma vizinha também residente na Ilha do Padeiro há 50 anos.

Contrariando uma ideia inicial, encontramos em S. Vítor uma forte mobilidade residencial, associadas a trajetórias residenciais e sociais declinantes. A presença de moradores mais recentes na zona, é tão vincada como a dos mais antigos, por vezes, há já várias gerações nas ilhas de S. Vítor. Esta questão remete-nos para a criação de ligames sociais, mais difícil para os mais «novos» em S. Vítor, mas que coloca desafios também aos mais antigos, que atribuem um sentido diferente ao que significa viver numa ilha:

Olhe menina, vou-lhe dizer uma coisa que é a realidade... noutros tempos as pessoas não podiam ver uma com uma dor de cabeça ou com uma dor de barriga, que chegavam logo com um chá ou qualquer coisa. Hoje, quase no geral, se vêm qualquer coisa fecham a porta, para não terem preocupação com A ou B. Depois, «ai tive doente», «não dei fé!». Deu fé, o que é, retraiu-se de dar a ajuda. Também há disso, quer nesta minha ilha, como naquela. Sabe, hoje criou-se um sistema das pessoas que, parece que quanto mais precisam mais, como é que hei-de explicar, mais encrespam, mais se desviam da pessoa, quando noutro tempo não era assim.

Merceeiro I em S. Vítor

A proximidade no espaço físico implica cada vez menos uma proximidade cultural, contribuindo para um permanente estado de desconfiança face a quem vem residir de novo na ilha. Quando chegam às ilhas, estes «novos» moradores, muitas vezes, já as encaram como um local de passagem, como algo provisório, impedindo assim qualquer possibilidade de integração nos modos de vida na ilha e nas suas tradições. As festas tradicionais, como o São João, são cada vez mais vivenciadas de forma individual, sem o colorido que alimenta a memória colectiva de que falámos no início. A nostalgia face aos modos como esta festa era antigamente comemorada encontra-se muito presente no discurso dos moradores mais antigos nas ilhas, sendo que podemos encontrar duas posições diferenciadas: os que desistiram de assinalar esta celebração; ou ainda, os que procuram manter viva a tradição.

Quanto às tradições bairristas, eu acho que quem quer manter as tradições bairristas são os velhos, não são os novos. Os novos acham piada e de vez em quando dizem «ah, isto não havia de acabar, isto assim, isto assado», mas quem mantém as tradições são os mais velhos.

Merceeiro II em S. Vítor.

Este hiato entre o imaginário acerca de uma dada zona da cidade e o modo como esta quotidianamente se vai (re)construindo subjaz à análise que fomos fazendo a algumas dinâmicas da vida nas ilhas. Fomos encontrando uma maior disponibilidade por parte dos moradores mais antigos para nos contarem as histórias da ilha e partilharem connosco a sua

experiência quotidiana, levando a que este retrato traçado se pautasse por uma certa nostalgia do antigamente. Encontrámos no relato de um dos mais antigos moradores da Rua de S. Vítor, merceeiro e proprietário de duas ilhas na rua, uma perspectiva muito pragmática daquelas que têm sido as principais transformações na zona, ressaltando a ideia de que se ao longo do tempo algumas ilhas foram perdendo moradores e a vitalidade que as caracterizava outrora. Assim, as transformações que atravessam qualquer leitura da sociedade portuguesa, traduzem-se em S. Vítor por uma certa anomização das relações sociais.

Noutro tempo na hora de ponta, as pessoas quase que não cabiam nos passeios. Hoje a gente vai à porta e até tem tristeza de ver tudo tão vazio. Quando eu vim para o Porto menina, aqui na rua havia quatro carros, três, três automóveis e a carroça da refinação, porque ali era uma refinaria. Mas, claro depois as ilhas foram vindo abaixo, foi ali o bairro do Ribeirão abaixo, tinha setenta e oito moradores, foi o bairro da China abaixo que também tinha muita gente e isto começou a ficar assim um bocadinho despovoado e mais recôndito, mais triste. O pessoal daqui, os velhos vão morrendo e os novos casam e saem daqui. E, depois os que vêm para aqui, a bem dizer é só para dormir, durante o dia vão fazer a vida para o sítio de onde eles eram. E é assim estes problemas...

Merceeiro I em S. Vítor.

5.2 As Ruas 1 e 2 no Bairro do Herculano

Próximo espacialmente de S. Vítor encontramos o Bairro do Herculano, uma ilha de grandes dimensões que obedeceu a uma lógica diferenciada de emancipação, tal como já fomos procurando dar conta no capítulo III deste trabalho. O envolvimento de grupos sociais diferenciados na sua construção e na sua ocupação, desde do século XIX, foi desde o início deste trabalho despertando a nossa atenção, até pela importância conferida à necessidade de compreensão do comportamento dos diferentes grupos sociais no entendimento das ilhas da cidade. Estes podem ser considerados os critérios teóricos que presidiram à escolha do Bairro do Herculano enquanto objecto de análise neste trabalho.

Da mesma forma, a própria lógica de organização espacial do bairro, inserido no interior de um quarteirão, de duas vias de acesso à cidade do Porto⁵⁰ leva a que o bairro vá assumindo um sentido diferente daquele que tradicionalmente se atribui às ilhas. Assim, entrar no Bairro do Herculano pela primeira vez desperta um conjunto de sentidos totalmente diferentes dos expectáveis quando se entra num espaço densamente ocupado. O silêncio contrasta com um espaço comum amplamente ocupado e partilhado. Por sua vez, o cuidado com a aparência do bairro, principalmente, na parte das ruas mais próximas da via principal

⁵⁰ Cf. Mapa n.º 1, na pág. 40

contrasta com a aparência desgastada das casas nas zonas mais interiores do bairro. As construções em altura opõem-se ao imaginário mais comum sobre as ilhas, ainda que pela própria disposição do espaço, o bairro seja o que semanticamente mais se aproxima da definição de uma ilha isolada face ao exterior. Foram, sobretudo, estes aparentes paradoxos que foram afinando o nosso interesse acerca do Bairro do Herculano.

A extensão das ruas 1 e 2 esteve, de certa forma, ligada à delimitação do objecto a estas duas vias. A primeira é a rua maior do bairro ligando a parte mais central do bairro, onde se localizam as duas vias de acesso a este, a uma parte mais antiga degradada, onde se localizam as antigas casas de banho partilhadas. Por sua vez, a segunda mais pequena em extensão, centrando-se apenas em torno da viela principal que atravessa o bairro sobressai no colorido do bairro pelo bom estado de conservação das casas e pelo cuidado com a manutenção das mesmas.

A quietude que pauta a ambiência geral do bairro é apenas quebrada pela presença de pequenos grupos, que amiúde se formam: idosos que se encontram quando passeiam os animais, grupos de crianças a brincar mais ao fundo na rua 1, ou ainda, um grupo de rapazes jovens que se costumam juntar na viela principal do bairro entre as ruas 1 e 2. Estas dinâmicas foram, desde logo, despertando a nossa atenção para uma certa heterogeneidade de residentes do bairro e de rotinas, que facilmente escapam aos discursos dos residentes.

No interior do bairro existe apenas uma mercearia, aberta todos os dias da semana, sendo que foi este merceeiro o nosso primeiro interlocutor. A própria localização da mercearia no seio do bairro, conferem-lhe um predicado muito mais bairrista do que as outras que fomos encontrando. Os clientes da mercearia são na sua totalidade moradores do bairro, sendo que a dinâmica de vendas da mercearia é tradutora de um quadro mais geral dos modos de vida do bairro.

Isto é assim... tem piorado muito, porque o bairro... porque estamos num bairro de meia-idade/velhos. A juventude quase não pára aqui porque as casas não têm condições... e nós com os de meia-idade/velhos, a assistência social vem-lhes trazer a comidinha a casa, outros vão gastando aquilo que podem, porque as reformas são pequenas... e isto está um bocado parado! (...) É noventa por cento, ou noventa e cinco por cento é para o fiado. (...) Se eu chegar agora ao fim do mês e disser assim «a partir de agora não há fiado». Também posso dizer que no mês seguinte fecho a porta. Cliente a dinheiro na mão, se aparece... não vivo! Não dá para viver!

Merceeiro III no Bairro do Herculano

O facto de caracterizar os moradores do bairro como sendo de «meia-idade» e «velhos» dá conta de dinâmicas de consumo e de confiança muito enraizadas pelo tempo, daí

a própria confiança de vender fiado enquanto mecanismo recíproco de sobrevivência. Da mesma forma, os «novos» moradores ou «juventude» como prefere identificar, acabam por ficar pouco tempo no bairro, o que não permite a criação de laços entre moradores, permanecendo uma certa desconfiança face a estes - *a gente não sabe o sistema deles* – reificando uma perspectiva do bairro mais assente na antiguidade daqueles que lá residem.

A este propósito nas conversas que fomos estabelecendo com os moradores do bairro não encontrámos tanto uma diferenciação entre «novos» e «velhos» moradores, ainda que exista, mas sim a perpetuação de laços familiares com o bairro. Deste modo, comum a moradores mais antigos e a outros mais recentes no bairro, encontrámos os laços familiares que geralmente levam à situação de coabitação entre diferentes gerações na mesma casa no bairro, para de seguida dar lugar ao arrendamento de outra casa no bairro.

A primeira vez que vim, juntei-me com o meu marido, que já tinha a menina. Prontos, nós queríamos o nosso espaço porque nós estávamos na minha mãe (...) depois também engravidei e tive o menino, ficámos por aqui e depois na altura quando viemos eu tive em casa da avó do meu marido que também mora aqui e ele é que morou cá...já há vinte e sete anos, eu não, morava lá para baixo perto da Rua Escura, perto de São Bento.

Dona Raquel, moradora no Bairro do Herculano há 6 anos.

Tenho a minha mãe que vive nesta casa há cinquenta e cinco, vai fazer cinquenta e cinco agora no dia um de Junho, porque a minha mãe veio da maternidade do parto da minha irmã mais velha e veio para esta casa porque ela morava na terceira rua, mas como era muito pequeninha e tinha nascido a criaturinha, portanto ela quando veio da maternidade veio já para aqui, portanto no dia um de Junho faz cinquenta e cinco anos!

Dona Salomé, moradora no Bairro do Herculano há 46 anos.

A questão da permanência de diferentes gerações no bairro encontra-se relacionada com duas outras questões importantes na compreensão das lógicas de apropriação do Herculano. Assim, por um lado encontramos múltiplos senhorios que têm casas espalhadas por todas as ruas do bairro, com níveis de investimento diferenciados nas casas; por outro encontramos algumas situações de inquilinos que passaram a proprietários, assim como proprietários e residentes no bairro que herdaram as suas casas. Este facto está relacionado com a venda do bairro em hasta pública logo no início do século transacto, tendo desde aí conhecido múltiplos proprietários e a compra de casas no bairro ser tida como um investimento imobiliário.

Foi pelo seguinte, portanto, nós pagávamos um conto e duzentos na altura quando viemos para aqui morar, mas depois nessa altura a minha vizinha... portanto, esta casa foi dada a uma menina que ainda era pequenina, o pai era casado em segundas núpcias e quando a menina nasceu foi-lhe dada esta casa. De

maneira que ela cresceu e foram viver para Braga e na altura estavam a viver na casa de um meio-irmão do primeiro casamento. De maneira que depois, esse meio-irmão, portanto, estavam a viver na casa desse meio-irmão... era o pai ainda vivo, mas eles diziam que quando o pai falecesse, que depois iriam vender as casas. E assim aconteceu. Depois o pai faleceu, o pai dela, e automaticamente ela foi obrigada a comprar a casa desse meio-irmão. Eh, como não tinham outro meio tiveram que vender esta aqui do Porto. Esta aqui, que era aqui no Bairro. De maneira, que nós tivemos que comprar, pedimos um empréstimo ao banco... Graças a Deus, e comprámos esta casinha!

Dona Eugénia, moradora no Bairro do Herculano há 20 anos.

Fomos encontrar no Bairro do Herculano habitações com condições muito díspares, acentuando-se uma diferença entre proprietários e inquilinos. Assim, tal como já fizemos referência, a compra da casa é normalmente acompanhada por um investimento na melhoria das condições da casa, enquanto os que permanecem inquilinos apesar de também investirem no espaço da casa, as obras realizadas caracterizam-se mais por pequenas alterações no interior da habitação.

Assim, por um lado encontramos os «novos» proprietários, que a aproveitam a compra para compor a casa a seu gosto, referindo muitas vezes que apenas deixaram as paredes exteriores e que aproveitam para elevar a casa em altura:

Só chovia era muito ali. E eu ainda o meu marido era vivo e pediu-lhe para ele ajeitar o telhado e assim e ele disse que obras interiores e exteriores eram à conta do inquilino. E nunca mais lhe pedimos nada. Entretanto, o meu marido faleceu e nós pedimos-lhe para comprar a casa e fizemos nós. As casas eram tudo pedra. A minha era toda, toda em pedra e foi tudo botado baixo e foi tudo revestido e puseram uma placa lá em cima no tecto.

Dona Lisete, moradora no Bairro do Herculano há 47 anos.

As coisas começaram a melhorar e depois, parte destas casas é de um senhorio só e aqui há um senhorio... naquele tempo era de um major, muito rico, que comprou parte destas casas e de maneira que depois aquilo foi passando. (...) Mas a minha casa era de um único senhorio. Depois, então, é como eu digo é que fiz aqui um restauro grande e a casa ficou toda modificada. Mas ainda gastei aqui muito dinheiro... mas, depois, as pessoas que foram comprando aqui as casas puseram um andar por cima, porque isto deviam ser casas térreas. (...) Depois, claro, eu deitei abaixo esta casa toda e deixei só as paredes. Nessa altura, como não temos filhos acabei por pôr só um quarto lá em cima, só um quarto maior, uma quarto de banho maior e tive que fazer a entrada aqui para cima, aqui pela sala e ainda fizemos lá em cima um anexozinho e assim. Claro que, prontos, que eu quando vim para esta casa, esta casa já tinha o andar de cima, mas muitas aqui fazem andares... porque este bairro era um bairro operário, era, portanto, nesta zona talvez houvesse muitas fábricas e assim e... esta zona já tem mais de cem anos.

Dona Eugénia, moradora no Bairro do Herculano há 20 anos.

Por outro lado, encontramos os inquilinos que vão fazendo arranjos no interior da casa e com isso (re)negociando ao longo do tempo a sua relação com o senhorio. Encontramos, deste modo, situações diferenciadas entre moradores mais recentes e mais antigos no bairro. Entre os mais antigos no bairro, o valor relativamente baixo da renda faz com que estes não se sintam impelidos a pedir ao senhorio obras, enquanto entre os moradores mais «novos» no bairro fomos encontrar uma situação em que o valor da renda foi negociado à partida com o senhorio com a condição de ser o inquilino com o tempo a realizar as obras no interior da habitação. Por sua vez, subjacente às conversas que fomos estabelecendo com os diferentes inquilinos emerge de forma mais ou menos manifesta a discussão acerca dos limites da acção de senhorio e inquilinos, ou seja, se o inquilino deve ou não mexer no exterior da casa aquando de problemas de humidade ou de infiltrações.

Porque quando a gente veio para aqui a casa precisava de umas obras e a gente preferiu pagar menos e fazer as coisas aos bocadinhos, ainda não estão acabadas, não é? Vai-se fazendo (...) Dou-me bem com ele, a gente fala com ele muito bem, falamos sobre a casa, os problemas que tem e ele está sempre disposto a ouvir. O medo, pronto lá está, é que queira fazer as obras à nossa maneira, pronto o telhado ele diz que compete ao senhorio e nisso ele tem que dar uma ajudinha e a gente vai fazendo conforme vai podendo, mas falamos sempre com ele antes de fazer, ele vem ver como é que está, o que vamos fazer primeiro, claro a casa dele, não é?

Dona Raquel, moradora no Bairro do Herculano há 6 anos.

Também é assim sob o ponto de vista moral nem o velho nem esta têm rendimentos, conseguem auferir rendimentos para e portanto também é a parte interior, parte interior é da responsabilidade do inquilino e portanto também não estou cá para...eu tenho que viver aqui, não quero sair daqui portanto tenho que manter a minha sanidade mental dentro de um espaço limpo etc e tal, mas obras de algum valor económico, portanto o último chão, as obras de remodelação do chão já custaram mil e duzentos euros, é sempre assim mil e duzentos euros, as obras, portanto que eu e lembre de há trinta e poucos anos para cá já é muito dinheiro e isto é quase como ir comprando mini-casa, percebe? Mas é como eu lhe digo a gente tem que viver aqui. O meu acordo com a senhoria foi não chateia, não abre a boca, não chateia etc e tal e não e não chateia a senhora de facto não chateia muito.

Dona Salomé, moradora no Bairro do Herculano há 46 anos.

Esta lógica, que temos vindo a descrever, da existência de múltiplos proprietários e diferentes usos da propriedade encontra uma forma particular de combinação na trajetória residencial do senhor Francisco, o nosso entrevistado mais velho. Sendo natural de uma aldeia próxima de São João da Pesqueira veio para o Porto para o seminário, onde começou a leccionar. Não seguiu a carreira religiosa e com a mudança de regime acabou por ir trabalhar como tesoureiro na Faculdade de Engenharia, ainda na Rua dos Bragas. Solteiro, viveu praticamente toda a vida no quarto na Rua do Almada, próximo do seu local de trabalho,

apesar de ele e o irmão terem entretanto herdado de uma tia duas casas no Bairro do Herculano. Ambos nunca viveram no bairro, preferindo alugar, até que um conjunto de mortes e doenças na família fizeram com que o senhor Francisco viesse há cerca de quinze anos viver para o bairro.

Quando veio para o bairro realizou algumas obras na casa – *mais pinturas do que outra coisa* – mas pouco investiu na criação de laços com os restantes moradores do bairro – *vivo aqui, pronto, o ambiente não é mau... eu como hei-de de dizer, não tenho convivência com ninguém*. Na conversa com o senhor Francisco emergem outras dimensões como o interesse pela história da zona da cidade onde vive, as pesquisas que vai realizando ou as rotinas de convívio com outros idosos que vivem na zona e que vão como ele à Cantina do Estado. Grandes investimentos nas duas casas que administra não pretende fazer, assim como alugá-las, dado que quando morrer seria complicado mandar os inquilinos embora, adivinhando desde já que as casas ficarão devolutas.

Principalmente na rua 1 do bairro o número crescente de casas que vão ficando fechadas porque os seus moradores foram morrendo é elevado, transportando a análise novamente para uma dimensão que o merceeiro do bairro começou por alertar, ou seja, no bairro vivem maioritariamente pessoas a partir dos cinquenta anos que já transitaram ou que estão em vias de integrar a população inactiva. Esta questão torna-se fundamental na compreensão das teias de sociabilidade que se gera no seio do bairro, não só entre diferentes gerações de habitantes como ao nível das redes de entreaajuda.

Tem aí pessoas a viver com reformas muito baixas mesmo! Outros do dito rendimento mínimo, que agora não há... e alguns pelo fundo de desemprego. (...) Isto é assim um bocado complexo... uns trabalham na indústria hoteleira, outros vão para fábricas... Não sei! Da vida deles de trabalho, não sei. Mas uma grande maioria, para aí uns cinquenta ou sessenta por cento das pessoas que vivem aqui é tudo reformado. (...)

Eu acho que quando um vizinho está atrapalhado que se lhe bota a mão e que se lhe faz aquilo que se pode.

Merceeiro III no Bairro do Herculano.

Contudo, as redes de entreaajuda funcionam num plano que se estende para além do da ajuda económica, estendem-se a dimensões como a solidariedade na velhice, acompanhada por uma rede de vigilância, no tomar conta dos netos uns dos outros, ou ainda na confiança da chave de casa.

Eu acho que o ambiente que é bom! (...) É boa, a minha relação é boa. Olhe esta senhora que saiu é uma belíssima pessoa. Já moram aqui há muitos anos, agora as outras mais novas não são... a gente não ganha assim aquela confiança. E aqueles que estão lá em cima, também já moram aqui há muitos anos. (...) Eu,

por acaso, tenho a chave naqueles mais velhinhos lá em cima, a que estava ao telefone, porque essa nunca sai de casa.

Dona Adelaide, moradora no Bairro do Herculano há 47 anos.

A minha vizinha tem as minhas chaves, eu tenho as chaves da minha vizinha, tenho as chaves da de cima, a Eduarda tem a minhas chaves, portanto em qualquer das situações, para contagem de água ou de luz ou de apanhar as roupas uns dos outros quando chove.

Dona Manuela, moradora no Bairro do Herculano há 46 anos.

Eu dou-me bem com toda a gente. Eu sou uma pessoa que me dou ao respeito para ser respeitada. É, de maneira que, por exemplo, se há alguém aqui... até fora desta rua, que precisa de mim eu vou logo ter com essa pessoa. (...) até tenho a chave de três vizinhos. É, é tenho aqui chave! Eu, portanto, eu ainda na segunda-feira, tenho aqui uma vizinha minha já com noventa e cinco anos... ela tem por mim uma consideração muito grande. (...) Tenho duas senhoras com quem vou com elas ao médico, acompanho-as a ir ao médico, porque elas já são pessoas de idade e também me preenchem algum tempo... e, prontos e é isso.

Dona Eugénia, moradora no Bairro do Herculano há 20 anos.

A partir da perspectiva dos mais «velhos» no bairro, entre os mais «jovens» esta solidariedade entre moradores já não é tão evidente. Como afirma a Dona Lisete, ideia partilhada pelos habitantes mais antigos, *antigamente as pessoas eram mais dadas umas com as outras. Mas é em toda a parte, essa mocidade mais nova e coisa*. Ainda assim, encontramos entre os mais novos modos de interrelação com o espaço e com os outros moradores distintos, mas que reificam uma ligação especial com o bairro advinda, porventura, de laços familiares mais ou menos próximos que influenciaram a sua vinda para o bairro. Este facto torna-se tanto mais evidente pelo uso dos espaços comuns do bairro.

Estou desempregado. Levanto-me lá para a uma, como e depois vou treinar. Treino musculação. Depois costumo estar aqui fora com os meus amigos a conviver... costumamos ir ao café no senhor Zé, aqui à beira da paragem tem um café e costumo ir lá com os meus amigos. Mas a maior parte do meu tempo é tar aqui com os amigos!

Pedro, de 24 anos morador no Bairro do Herculano desde sempre.

Eles [os filhos] estão sempre ali fora praticamente a brincar onde tem as crianças também e os cães. (...) Por acaso nunca tive problemas, às vezes a gente “chateia-se” porque os meninos fazem mais barulhito e isso e como há pessoas de idade chateiam-se mais ou porque alguém está doente ou porque não querem ouvir bolas, mas a canalha também tem que brincar. Lá está dois filhos, mais os cães e a casa é pequenina.

Dona Raquel, moradora no Bairro do Herculano há 6 anos.

Paralelamente, neste jogo de sentidos e usos atribuídos ao bairro identificamos um conjunto de pequenos conflitos que surgem entre vizinhos. Conflitos esses, que são mais

facilmente verbalizados pelos mais «velhos» quando fazem referência ao passado na ilha e alguns conflitos que surgem o incremento da mobilidade residencial no interior do bairro. Estes são, contudo, abafados no meio da conversa pela referência ao facto das coisas já terem sido piores, sendo que tendencialmente os moradores preferem realçar a falta de cuidado de outros moradores com o bairro ou o barulho que estes fazem à noite, em detrimento da conversa em torno de questões como o consumo e tráfico de droga.

É assim é muito melhor do que eu oiço ali para os lados do Lagarteiro, não tem comparação, ainda não tem comparação, mas já é um bairro relativamente problemático. O que é que as pessoas são? São cegas, surdas e mudas, portanto ninguém sabe nada, ninguém vê nada, por exemplo os miúdos vão ali à esquina às três horas da manhã e incomodam, a mim não porque estou aqui e falam, falam, falam, falam e as pessoas não conseguem dormir...na esquina, etc e tal. Como as pessoas, as famílias são relativamente grosseiras de abrir a boca de grosseria e portanto as pessoas vão ali dizer «ai eu queria dormir, já são horas quatro horas da manhã, então?», pronto e eles lá vão, etc e tal, portanto o ambiente não tem nada a ver com o início.

(...)

Sim até porque agora, por exemplo as pessoas aqui são um bocadinho...como é que eu hei-de explicar...egoístas, agora é moda os animais de estimação, portanto toda a gente tem gato ou cão, nomeadamente cão! Então é super hiper engraçado porque os animais pequeninhos são habituados aqui, portanto as pessoas às sete horas da manhã abrem a portita e os animais tem que brincar, também são animais, a gente não pode meter uma algália, nem uma fralda, então os animais vão à rua central como é a rua que ninguém... se reparar tem que ter cuidado se não suja-se toda, uma coisa que eu fico indignada, porque as pessoas deviam ter a obrigação...porque o animal tem a sua capacidade e a pessoa então tem que ter um caixotinho em casa etc e tal, portanto é muito incómodo, eu lido muito mal com esse tipo de situação, portanto não acho piada nenhuma, acho que é um egoísmo, uma falta de civismo, acho que as pessoas daqui são de facto...toda a gente quer ter cão ou gato que é o que mais incomoda, portanto fico muito irritada com isso e sinceramente...mas pronto.

Dona Salomé, moradora no Bairro do Herculano há 46 anos.

Portanto, a nível de vizinhança isto está um bocadinho degradado, porque há aqui um senhorio, que é como eu digo, que ele não se tem muito preocupado com as pessoas que mete aqui dentro. Portanto, e acaba por degradar um bocadinho o bairro. Vem para aí já pessoas ligadas à droga e essas coisas todas assim. Já tive aqui problemas bastante difíceis, porque a gente com a boca calada a gente vai procurando não dar confiança e as coisas vão-se limpando. Mas, já tive aqui bastantes problemas aqui mesmo na rua, mas agora as coisas estão mais sossegadas, graças a Deus, graças a Deus! Agora as coisas estão mais sossegadas, mas é como eu digo, aqui ainda não é dos piores bairros. Não, não vemos assim as coisas, como é que se diz... às claras. Fazem, assim as coisas mais na vida deles, porque existe aqui dentro essas coisas, isso existe.

Dona Eugénia, moradora no Bairro do Herculano há 20 anos.

No Bairro do Herculano descobrimos, deste modo, um conjunto de lógicas de convivência e de relação com o espaço que por vezes se tornam ambivalentes. À

multiplicidade de situações perante a posse da propriedade, identifica-se claramente diferentes níveis de investimento nas casas, normalmente relacionados com a existência de laços familiares no bairro. Entre os mais «velhos» verifica-se o desenvolvimento de redes e mecanismos de apoio à velhice que extravasa as transformações que paulatinamente o bairro tem vindo a conhecer.

A vinda de novos moradores para o bairro é tida com alguma desconfiança, uma vez que estes novos moradores tendem a não partilhar dessas teias e lógicas já instituídas. Esta desconfiança dificulta, por sua vez, a integração destes habitantes mais recentes no bairro. Assim, se por um lado estas redes de entreajuda são facilitadoras das condições de vida daqueles que nelas estão incluídos, por outro, tendem a servir como um mecanismo de diferenciação dos moradores que não se integram nelas. No mesmo sentido, tornam-se frequentes as categorizações das ruas e de partes das ruas do bairro de acordo com o «grosso» dos moradores que aí habitam, ou ainda o julgamento acerca do cuidado com a casa ou o trato de uma pessoa a partir de traços exteriores de diferenciação, como é o caso da religião ou o ter ou não ter cão. Esta forma de classificação e diferenciação entre os diferentes grupos de moradores realiza-se, muitas vezes, por via da troca de comentários entre vizinhos. A «fofoca», enquanto mecanismo de diferenciação afirma-se, igualmente, como um mecanismo de coesão dos grupos do interior do bairro, tornando a vida no seio do bairro mais interessante⁵¹

Do ponto de vista dos critérios teóricos que presidiram à nossa escolha do Bairro do Herculano enquanto unidade de análise, de facto encontramos no Herculano uma herança operária, presente principalmente nos mais antigos do bairro. Ainda assim, do ponto de vista do perfil socioeconómico dos residentes no bairro, como também da sua capacidade de investir na compra e remodelação das casas podemos, igualmente, identificar um conjunto de marcadores que dão conta de uma maior heterogeneidade na formação das classes sociais que vieram desde o início viver para o Bairro do Herculano. Contudo, esta é uma lógica que pode estar ameaçada dado o envelhecimento da população do bairro e da necessidade dos proprietários em alugar as casas, que apesar de serem mais espaçosas do que a morfologia de uma ilha típica permite, acabam por na sua maioria não reunir condições que perpetuem as lógicas de selecção de habitação de segmentos um pouco mais capitalizados das Classes Laboriosas da cidade.

⁵¹ Cf. a este propósito o exemplo do estudo clássico de Elias e Scotson (2000) numa pequena comunidade inglesa e os modos de percepção e relacionamento das diferentes zonas da cidade (*ibidem*, p.121-133).

Capítulo VI - O estudo da habitação na conceptualização da cidade do Porto

Iniciámos a nossa exposição por defender a ideia de que o mundo moderno é eminentemente urbano e por salientar os desafios que esta transformação nos modos de vida de elevados contingentes populacionais tem ao nível da análise sociológica. Paralelamente a outros eixos de diferenciação dos agentes, os diferentes modos de ocupação do espaço, neste caso urbano, constitui um eixo fundamental na compreensão das cidades e dos mecanismos de perpetuação das desigualdades sociais. A constituição no seio da cidade moderna de espaços de segregação residencial afirma-se como uma dimensão axial da Sociologia Urbana, mas também de articulação desta subdisciplina da Sociologia com uma leitura mais vasta do comportamento dos diferentes grupos sociais e de modalidades de transformação da sociedade moderna.

Torna-se fundamental compreender os lugares não só pelas suas propriedades físicas, mas também pelas suas propriedades simbólicas, ou seja, pela identificação dos diferentes interesse sociais envolvidos na construção e reprodução de uma relação entre signo e significante⁵² (cf. Bourdieu, 1997a, p.250). As «lutas pela apropriação do espaço» podem, como descreve Bourdieu, assumir um carácter individual por via de projectos individuais de mobilidade espacial, ou então podem assumir uma forma mais colectiva, por via da acção, directa ou indirecta do Estado⁵³.

O caso das ilhas do Porto constitui um bom exemplo da aproximação e interrelação entre as duas lógicas acima descritas. Assim, se na génese das ilhas assistimos à conjugação dos modos de expansão da cidade oitocentista, dos limites técnicos de construção, com os interesses, traduzidos em lógicas de ocupação do espaço, específicos de cada grupo social; as ilhas, na actualidade, são tributárias ainda desta lógica original, mas também no perpetuar no tempo de uma política de construção selectiva do espaço. Esta questão remete-nos para um conjunto vasto de dimensões acerca da construção do espaço físico e social da cidade, como

⁵² Ainda que este seja um predicado fundamental da análise sociológica, importa não esquecer que qualquer prática social tem inerente a si uma interpretação culturalmente sustentada, mas também desigualmente construída. Assim, “os sistemas culturais sustentam determinados interesses sociais, e emergem à sua volta modos de vida historicamente determinados”. Deste modo, o acto de qualificação ou de atribuição de um sentido a qualquer fenómeno social implica “(...) meter em jogo todo um enorme sistema de conhecimento, implicações, formação de significados e alusões que são acumuladas no decurso da história da nossa cultura” (Connell, 2006, p.123).

⁵³ A este propósito Bourdieu (1997a) defende ao longo das últimas décadas foi-se desenhando uma política de construção do espaço assente na *construção homogénea de grupos sociais com uma base territorial*. O produto desta acção do Estado encontra-se espelhado na formação e reconhecimento e, consequente estigmatização dos ditos «bairros problemáticos» (p.262)

também, na linha do exercício realizado no capítulo anterior, remete-nos para a vivência quotidiana dos espaços.

Esta, tal como procurámos dar conta no capítulo anterior, encontra-se fortemente ancorada na zona de residência, dada a domesticidade das práticas dos agentes, como também pela centralidade das representações acerca dos modos de vida na ilha, na assumpção de uma perspectiva mais geral sobre o seu próprio posicionamento no espaço social e na malha urbana. Tradutores desta lógica, os mapas mentais da cidade⁵⁴ que pedimos a cada morador da ilha para realizar, demonstram um forte enraizamento à zona oriental da cidade, particularmente àquilo que Lynch (1999) denomina como um bairro que pela sua unidade temática ou fronteira com as outras zonas da cidade funciona enquanto um marcador decisivo na formação da identificação espacial (p.58).

A questão da formação de uma identidade bairrista prende-se, claramente, com o conjunto de propriedades sociais inerentes ao posicionamento na estrutura social de cada actor, ou no caso do nosso objecto específico a quase ausência destas. Ainda assim, tanto no caso dos moradores da Ilha Grande e da Ilha do Padeiro em S. Vítor, como no caso dos moradores do Bairro do Herculano, não podemos apenas individualizar a leitura que a ausência de mobilidade no espaço denota. A conferir unidade temática à zona de residência tendemos a encontrar o Rio Douro, enquanto limite natural que se traduz nos discursos como a referência «a vista mais bonita sobre a cidade». Mas, encontramos também o assinalar do São João nas Fontainhas, tido como o mais tradicional da cidade, apesar das transformações que tem vindo a sofrer nos últimos anos, não só por via do desinvestimento político na zona, como por via de uma desregulação da vida na ilha, tradutora de uma estagnação na vivência da cidade, em particular da sua zona oriental.

Eu acho que eles para alterar um bocadinho os modos de vida haviam de virar este lado a urbanização. Porque eles esqueceram disso, isto aqui há um tempo, há uns dois ou três anos, andavam aqui na Travessa uns senhores da câmara e eu disse assim «ó amigo, isto aqui está para renovar e nunca mais renova». Eu andei dois anos na câmara para conseguir a planta topográfica para levantar este prédio, quem me fez o projecto foi o arquitecto Hermano Moreira, que já faleceu e o arquitecto Sampaio e eles disseram que daqui para cima já podia construir e daqui para baixo não podiam fazer nada e eles responderam «olhe amigo, quando chegar à mão do riscador, por onde eles querem é por onde cortam, tanto faz ser velho como novo». Mas houve aqui alguma mão forte que virou a obra para a zona da Foz, porque senão isto já estava urbanizado. Mas nós agora podemos morrer todos e isto ficar assim. Mas de um mês para o outro eles podem virar para aqui e eu acho que era uma obra de caridade eles virarem para aqui. Isto está a

⁵⁴ Cf. Anexo 2.4 acerca das narrativas construídas a partir da trajectória nas ilhas dos moradores. Os mapas mentais e a sua leitura individual a partir da proposta de Kevin Lynch (1999) encontra-se no final de cada narrativa.

ficar muito deserto, a gente vai aqui à Travessa e não se passa quase nada. Dantes nas horas de ponta isto era uma procissão, hoje até dá tristeza a gente estar à porta do estabelecimento e não vê ninguém.

Merceeiro II em S. Vítor

A dialéctica entre a interioridade e a exterioridade dos modos de crescimento da cidade encontra-se subjacente a um estudo de um objecto como o das ilhas. De facto, até do ponto de vista semântico, as ilhas remetem para a problemática do isolamento, do estar *in* ou *out*. Como afirma Teixeira (1996) na parte final do seu estudo, fundamental na compreensão da problemática das ilhas, “no Porto, as ilhas e a organização da cidade em termos de interior-exterior podem ser vistas como a tradução física desta estratificação conceptual na estrutura da própria cidade. (...) Assim os estratos da cidade correspondem níveis de níveis de significado, que, por seu turno, correspondem a níveis de compreensão. A interpretação da cidade é um processo de recuperação de significados ocultos da cidade, que se escondem sob a sua realidade aparente. A compreensão da cidade na sua globalidade só é possível quando a sua realidade interior é revelada e o seu significado apreendido” (p.420). Interessará menos, deste ponto de vista, a análise das disputas pela imposição de um ponto de vista legítimo na leitura da cidade. Importa, assim, a partir da análise da génese dos comportamentos sociais que se envolveram na emancipação das ilhas, identificar marcadores estruturais de fragilidades ao nível do tecido produtivo, do acesso à escola e da formação de direitos sociais fundamentais, como é o caso do da habitação, para de seguida se encetar essa tal leitura mais ampla da cidade e dos desafios que enfrenta.

Ainda assim, os diferentes planos de intervenção política com vista à resolução do problema da habitação em ilhas devem afirmar-se como mecanismos de compreensão da cidade. Mais do que realçar a sua insuficiência quantitativa, importa compreender as consequências ao nível dos modos de vida do deslocamento de um volume considerável de pessoas para as zonas periféricas da cidade⁵⁵, mas também do ponto de vista da formação de uma relação com o espaço da cidade.

Porque as pessoas todas gostam que já viveram aqui há setenta, sessenta anos e mesmo oitenta anos, que eu conheço pessoas com oitenta e tal anos que já viveram aqui e que hoje com dinheiro gostavam de ter aqui um terrenozinho para construir aqui uma casa. Eu também nasci e fui criado aqui, eu não nasci em hospital, eu nasci em casa e tenho muita pena e se eu um dia eu tive possibilidades de sair e não saí, não é? Fiquei integrado e graças a Deus isso aconteceu, mas podia hoje estar num bairro qualquer... como muita gente foi a chorar na camioneta como eu vi. Porque eu não tenho pouca idade, tenho já bastante para saber que... e sou dos princípios de quando as pessoas daqui se deslocaram para os primeiros bairros. E

⁵⁵ Cf. Anexo 1.2.2 acerca da localização dos bairros sociais construídos na cidade do Porto ao longo do século XX.

isso custou-me muito... ainda havia um corrupio para a Câmara Municipal do Porto a perguntar se as casas eram para alugar para pessoas que não fossem de bairros sociais, que não fossem assim... «isto, senhor, isto é conforme nós depois quisermos» e assim foi.

Presidente da AMSV.

As Associações de Moradores surgiram no período pós-74 coincidindo com o derrube do Estado Novo, assim como com um período fortemente marcado pela luta social e formação de movimentos com uma base interclassista (cf. Vilaça, 1991;1994). Na cidade do Porto, os movimentos surgem disseminados em lugares onde já havia alguma tradição da formação de lutas sociais organizadas (Idem, 1991, p.176). No mesmo sentido a contestação social, neste período na cidade, afirmou-se pela afirmação do «direito à habitação» a partir da formação de Comissões de Moradores, constituídas por indivíduos oriundos de focos de habitação precária. É neste contexto que surge o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), enquanto um conjunto de equipas constituídas por técnicos e especialistas das mais diversas áreas científicas, que procuravam apoiar estas iniciativas populares de defesa do direito a uma habitação⁵⁶.

Contudo, todos estes movimentos assumiram desde o início um carácter fortemente institucionalizado e enquadrado pelo Estado. Ao fim de poucos anos, e no sentido de obterem apoios do Estado para a construção de habitações, estas Comissões de Moradores passaram a Associações de Moradores fortemente enquadradas do ponto de vista institucional quer pelas parcerias que estabeleciam, quer pelos fundos que recebiam. Na cidade do Porto surgiram, neste contexto, trinta e cinco associações com este cariz (Vilaça, 1991, p.177). Contudo, apesar do vigor inicial destas iniciativas, ao fim de poucos anos os projectos que se tinham feito e estavam planeados viram-se bloqueados por alterações legislativas, assim como pelo fim dos financiamentos iniciais.

A Associação de Moradores de S. Vítor (AMSV), a primeira Comissão de Moradores no país a constituir-se como Associação de Moradores, aparece neste contexto. Apesar do desaparecimento de muitas destas comissões e associações, a AMSV continua ainda actualmente em funcionamento e com uma direcção constituída, ainda que apenas se reúnam periodicamente e funcionem quase como um condomínio de moradores.

Ela [AMSV] foi fundada, portanto, após o 25 de Abril... seria, mais ou menos, meados entre setenta e quatro e setenta e cinco. (...) Quando a associação foi feita havia umas iniciais e essas iniciais eram o SAAL e o SAAL era o Serviço Ambulatório de Apoio Local, ao qual prontos começaram a entrar

⁵⁶ Segundo Vilaça (1994) os princípios básicos que presidiram ao projecto do SAAL foram: “intervenção em termos de apoio à organização de moradores pobres; controlo sobre a localização dos núcleos habitacionais; controlo sobre o trabalho e prestação de apoio técnico; gestão da obra; controlo sobre o processo de financiamento; e, gestão social das casas e dos bairros” (p.63)

arquitectos, começaram a entrar engenheiros e prontos, um dos arquitectos que entrou nessa primeira equipa foi exactamente o senhor Arquitecto Siza Vieira. (...) Portanto, é assim, naquela altura as pessoas, incluindo esse meu tio, tentaram saber quais eram as pessoas mais carenciadas, quantos fogos eram necessários para aquela zona, foram expropriados os terrenos... mas uns ficaram por expropriar e não se deu o caso de continuar, ou de fazer a continuação daquilo que ele queria, porque ele queria fazer muito mais. Ou seja, hoje nas ditas Fontainhas, que era as Fontainhas 4, outro arquitecto agora... não se ter feito as Fontainhas 4 porque saiu ali a Ponte do Infante, não é? Ao fazer-se a Ponte do Infante as Fontainhas 4, pronto, arrumou, não é? Mas nessa altura era para se fazer em toda esta área que aqui está, envolvente às casas da Associação, mas não se fez mais, porque também não houve mais dinheiro para fazer, porque... prontos, o Fundo Fomento à habitação, naquela altura, deu noventa contos por cada fogo e os inquilinos depois iram pagara durante mais vinte e cinco anos mais um x até acabar. As casas não são nossas, as casas é daquele tipo é de estarmos ali, mas tem de ser sempre de geração para geração, nunca podemos vender. Isso está nos estatutos e esses estatutos também os tenho e reza lá isso. Pronto, não quer dizer que mais uns anos isso não possa vir a acontecer, mas para já não. Mas, então dá-se o caso de palavras que a gente às vezes trocava com os arquitectos, com os engenheiros da obra... a obra tá bem feita, a obra tá mal feita e tal... mas como não havia mais dinheiro ele pôs-se a leste e não se fez nada daquilo que se deveria ter feito. Esse projecto que nós tínhamos entregamo-lo à Câmara Municipal do Porto, o qual ela ao fim de tantos anos, agora, ela acabou por os concluir [sendo a actual responsável pelas casas].

(...)

Sim porque toda a gente que está a viver lá, desde aquela altura, eram tudo pessoas carenciadas, que viviam em ilha. Atenção que esta zona toda era composta por muitas ilhas. Mas naquela altura, existiam muitas ilhas e foram tiradas as pessoas mais carenciadas dessas ilhas para irem viver para a casa da Associação. Agora, se me perguntar se elas eram muitas ou poucas claro que deviam ser precisas, naquela altura, mais de mil ou de duas mil casas para albergarmos todas as pessoas... não só as que habitam no local, como as que habitam aqui a Rua de S. Vítor naquela zona das ilhas, que são ilhas até dar com um pau, não é?

Presidente da AMSV

A rápida institucionalização destes movimentos sociais pode ser tida como um factor explicativo para a avaliação do sucesso desta tentativa de solucionar o défice da habitação na cidade do Porto. As Comissões de Moradores, assim como os programas e financiamentos que os enquadraram acabaram por representar na sua maioria habitantes que se alguma forma já estavam envolvidos em algum tipo de movimento associativo e detinham um certo volume de capital social. Continuaram e continuam relegados para fora destas esferas de intervenção aqueles sem um mínimo de condições para participarem activamente no «debate público» em torno da problemática da habitação. Exemplo desta situação, passa pela intervenção da Câmara Municipal na construção dos fogos inicialmente planeados nas décadas de 70 e de 80, sem nunca ter perspectivado o alojamento de pessoas da zona de S. Vítor. Estes projectos

abrangeram sim, um conjunto de agregados familiares que pudessem pagar um valor de renda mensal de uma casa camarária com melhores condições. Paradoxalmente, o valor do aluguer mais elevado nestas novas habitações nos terrenos da AMSV é equiparado à renda dos moradores mais recentes das ilhas de S. Vítor.

Assim, a questão do alojamento, tal como já defendia Engels, não assenta no plano quantitativo, mas sim nas suas dimensões mais qualitativas, tanto do ponto de vista das condições de habitabilidade, mas acima de tudo na sua articulação com outras esferas da vida social. A precariedade associada às condições de habitação estende-se, como demonstrámos, a um conjunto vasto de outras dinâmicas de integração nos diversos campos sociais, que traduzem uma vulnerabilização da condição social de quem habita os espaços tidos como precários. Do mesmo modo, o mero realojamento dos indivíduos em casas com mais condições não resolve *per se* o problema da habitação. Aliás, como defendem Queiroz e Gros (1996), “a passagem de um habitat precário para um bairro de habitação social implica uma reorganização da gestão da economia doméstica muitas vezes incompatível com os reais recursos económicos de que dispõem as famílias” (p.30).

De facto, o acesso a uma casa de habitação social implica, geralmente, uma necessidade de investimento num conjunto de equipamentos para a nova habitação, um reposicionamento do agregado no espaço da cidade, muitas vezes inoportáveis para quem não possui os recursos necessários para se mover no espaço; ou ainda, o desenraizamento face a um conjunto de redes de entajuda cristalizadas no acesso a um conjunto de bens de consumo diário, dada a prevalência de uma lógica de gestão do orçamento familiar baseado na subsistência (*ibidem*, p.31).

Como realçam ainda Queiroz e Gros (1996), “o que na realidade ocorre com muitos dos habitantes destes bairros de habitação social (...) é a impossibilidade absoluta de calcular e prever. Impossibilidade cuja origem reside na mais implacável ausência de condições e meios que geram o desenvolvimento das competências intelectuais adequadas à racionalização da conduta” (p.31), fechando, de forma quase definitiva, a espiral da precariedade que pautava a sua condição inicial. Deste modo, defende-se a necessidade de se pensar as políticas habitacionais de uma forma holística não só face à condição social dos agentes, mas também no planeamento e gestão do espaço urbano de forma a incitar a participação social dos moradores (*ibidem*, p.35).

Na linha da defesa dos actores sociais e tendo como horizonte de preocupações os elementos que devem presidir a uma política habitacional coerente, assente numa visão integrada da política de gestão do espaço urbano, Guerra (1994) defende esta mesma acção

concertada “(...) entre o Estado, as Autarquias e os diferentes parceiros locais. Todos os actores locais, sejam eles autarcas ou representantes dos movimentos associativos da população, estão de acordo na constatação de que a territorialização das acções implica um aprofundamento da concentração entre parceiros” (p.15). Territorialização da intervenção, esta, que assenta num entendimento sistémico da realidade social, que dinamize tanto os planos urbano e económico, como o social, assim como defende a necessidade de se desenvolverem novas formas de participação (*ibidem*, p.13).

O caso concreto da intervenção no domínio da habitação na cidade do Porto afirma-se como um exemplo, amplamente partilhado, dos múltiplos desafios que se colocam à intervenção no domínio da habitação. Do ponto de vista da problematização científica esta foi uma questão que animou o debate, em muitos países da Europa, acerca do «direito à cidade». Da mesma forma, esta é uma questão que tem vindo a ganhar um maior destaque ao nível do «debate público», ainda que a este nível se tenha que ter especial atenção aos veículos ideológicos que dão maior visibilidade à problemática da habitação. Ainda assim, tal como a difusão das desigualdades sociais se parece estender cada vez mais com o desenvolvimento do Estado liberal e, conseqüente diminuição do Estado Social. Com o aprofundamento da modernidade, o horizonte de intervenção na problemática da habitação afigura-se cada vez mais enclausurado num conjunto de postulados que devem pautar uma acção potencial⁵⁷.

⁵⁷ As consequências da exposição prolongada dos agentes sociais a condições de pobreza tem como principal consequência, do ponto de vista analítico, uma certa desconfiança face às medidas políticas voltadas para os domínios tanto da habitação como, fundamentalmente, da exclusão social. Algumas, como salienta Bourgois (2003), afiguram-se, neste contexto, como «ingénuas» ou «impiedosamente idealísticas» (p.318) dada a complexidade e modos de cruzamento de diversos níveis de exclusão a que os agentes se encontram expostos. Assim, na linha do antropólogo americano, a intervenção deve afastar-se das esferas tecnocráticas para se aproximar de uma revisão ética e ideológica profunda do nosso modelo de desenvolvimento económico e social (*ibidem*, p.327).

Considerações Finais

A análise de qualquer fenómeno social encontra-se, invariavelmente, sujeita a um conjunto de condicionamentos, a que a redacção de um trabalho com um cariz mais formal, como o agora apresentado, traduz. Aos constrangimentos ao nível dos recursos, intrínsecos a qualquer trabalho científico, gostaríamos de agora chamar a atenção para um conjunto de condicionamentos de segunda ordem, que pela sua natureza, e modos de percepção subjazem a todas as linhas deste relatório - no caso, todo um conjunto de questões em torno do papel da acção do investigador no decorrer de todo o processo de pesquisa, ou seja, na escolha dos seus objectos, delimitação de objectivos e formulação de um novo conjunto de questionamentos no final da pesquisa.

Deste modo, tomar o espaço doméstico enquanto unidade de análise sociológica impunha, desde logo, alguns condicionamentos e incertezas. À forte possibilidade dos agentes negarem a entrada ao investigador a um espaço, que se caracteriza pela intimidade e que se constitui como a base de organização do seu quotidiano; alimentávamos, de igual modo, um segundo receio, que se prendia com os parâmetros a partir dos quais se estabeleciam as visitas que se estendiam para além do primeiro contacto. A experiência no terreno ia paulatinamente afastando este receio inicial, dado o reduzido número de recusas dos moradores e o facto de logo no primeiro contacto sermos convidados a entrar para o interior da habitação. Contudo, a disponibilidade de grande parte dos moradores em participar no nosso trabalho estava relacionada com uma certa instrumentalização da pesquisa no que concernia à possibilidade de poderem vir a ter uma casa por parte da Câmara Municipal, por exemplo.

Uma análise inicial mais atenta aos registos jornalísticos e aos estudos que ao longo dos anos foram sendo realizados, principalmente em S. Vítor, já ia deixando adivinhar, que esta é uma população extremamente assediada. Os habitantes em S. Vítor quase que desenvolveram uma forma de literacia especializada na resposta a um conjunto de matérias no que concerne à habitação e às suas condições de vida, de forma a aumentarem as suas possibilidades de lhes ser atribuída, por exemplo, uma casa nova ou uma simples porta mais segura. Por sua vez, no caso do Bairro do Herculano, notoriamente menos assediado que S. Vítor, fomos encontrando, principalmente entre os mais idosos, algum receio em participar no nosso estudo exactamente pela mesma associação que faziam com uma instância de intervenção no domínio da habitação municipal, sendo que aqui o que mais temiam era uma possível intervenção mais activa da câmara no espaço do bairro.

Apesar do curto horizonte temporal disponível para a realização deste trabalho, a estratégia de pesquisa traçada previa, desde logo, um prolongamento da estadia no terreno de modo a contornar algumas destas dinâmicas de poder na relação a estabelecer com os moradores. Tínhamos, igualmente, como objectivo central tomar os moradores – em especial aqueles a cuja história deu origem à construção de uma narrativa sobre a sua experiência de vida na ilha – como parceiros de investigação, no sentido em que a colaboração se devia estender para além da mera formulação de um conjunto de questões mais ou menos estruturadas. Se, nas primeiras visitas procurávamos conhecer um pouco mais o entrevistado no que concerne à sua experiência até ao momento de terem vindo viver para a ilha, nas visitas que sucediam à realização da entrevista, os objectivos passavam pelo estabelecimento de uma conversa mais informal sobre as suas representações acerca dos modos de transformação da ilha. Neste contexto, procurava-se a partilha de um conjunto de pequenas experiências dos entrevistados que escapam a esse momento mais formal de recolha de informação, tanto pelo ritual de repetição de algumas questões já formuladas anteriormente, como também pela própria presença do gravador. Em todo este processo, as notas realizadas em diário de campo, em especial as notas metodológicas que íamos realizando foram fundamentais.

Num outro plano analítico, a precariedade que tem vindo a caracterizar as condições de habitabilidade e de modo particular a condição social dos seus moradores pode ser tida como o elemento descritor que gera uma certa unidade a todo o modelo construído. De facto, a compreensão das condições de emancipação das ilhas na cidade oitocentista e as tomadas de posição de certas fracções da pequena burguesia e das classes laboriosas na construção e ocupação, respectivamente, das ilhas, afirmam-se como um eixo fundamental na compreensão da sua realidade actual. As ilhas representam, no fundo, a vulnerabilidade de ambos os grupos sociais, ainda que esta se faça sentir de forma mais acutilante no grupo dos moradores. No século XIX, os pequenos proprietários, que por via da posse das ilhas, fundavam o seu poder na base desse mínimo de propriedade e de controlo que a posse de um sítio para dormir num contexto de penúria habitacional lhes proporcionava.

Na actualidade, encontramos nas ilhas os «herdeiros» desses primeiros habitantes. No caso dos proprietários das ilhas, muitos serão ainda os herdeiros proprietários iniciais ou então são os herdeiros de pequenos comerciantes ainda mais precários que os originais, que continuaram a ver nas ilhas um bom investimento. No caso dos moradores actuais, fomos encontrar nas ilhas a terceira e a quarta geração dos moradores originais. Encontrámos, de igual forma, muitos moradores que se encontram na sua primeira geração a viver em ilhas.

Contrariamente aos habitantes mais antigos, estes novos habitantes não vão permanecer nas ilhas por muitos anos, sendo que a sua trajectória (à luz dos casos que nos foram narrando) passará por uma trajectória intermitente de passagem por diferentes ilhas.

Esta é uma realidade que nos leva a interpelar novamente, ainda que apenas hipoteticamente por se afastar um pouco dos objectivos inicialmente traçados, a figura do proprietário das ilhas. Quando nos referimos à vulnerabilização da sua condição referimo-nos, não tanto às condições materiais da sua existência que desconhecemos, mas ao valor simbólico do papel do proprietário da ilha. A estima pelo espaço interior das habitações e partilhado das ilhas encontra-se refém dos investimentos afectivos dos indivíduos e das suas famílias nesses espaços, sendo que este é tendencialmente menor num quadro de uma trajectória habitacional, familiar e profissional incerta.

Paralelamente, o aumento do valor das rendas – estrategicamente fixado de acordo com as condições da casa, mas também de acordo com as regras do mercado de arrendamento da cidade, de forma a garantir uma procura constante por parte de quem os cerca de cem euros mensais de renda a menos coparativamente, os afastam do acesso a uma dita habitação tradicional na periferia da cidade – impõe um conjunto de exigências constantes na realização de pequenas obras, não proporcional à estima pela habitação, mas acima de tudo, ao número de meses em que vão cumprir o pagamento da renda de casa. Em muitos casos, os processos de vulnerabilização a que os moradores das ilhas estão sujeitos impõe uma lógica de permanência numa casa enquanto recebem uma prestação social, sendo que quando esta cessa deixam de pagar e acabam por sair da ilha, para de seguida procurar uma outra casa numa nova ilha. Esta é uma dinâmica que contribui para a formação de um quadro de desregulação das relações sociais no seio da ilha assente na cisão proporcionada por trajectórias residenciais estáveis no quadro da vida em ilhas ou declinantes e instáveis.

Deste modo, associado às representações sobre os modos de transformação das ilhas, fomos encontrando no discurso da maior parte dos interlocutores privilegiados um certo desgosto com os modos de vida actuais nas ilhas, principalmente com a ruptura dos laços de proximidade que tradicionalmente descreviam a vida da ilha. Tal como fomos fazendo referência, o grupo de moradores com o qual fomos estabelecendo um maior contacto foi o dos moradores mais antigos e que integram o contingente da população inactiva. Deste modo, além de uma perspectiva mais acurada em torno dos modos de transformação das ilhas e dos seus habitantes, acabámos por importar para a pesquisa algumas problemáticas inicialmente não centrais, como é o caso da velhice e do enquadramento dos modos de envelhecimento e

de cuidados na fase final da vida, assim como por consequência os modos de vivência da morte.

A problemática do envelhecimento populacional e consequente aumento do contingente do número de idosos que, por sua vez, vivem cada vez mais anos afirma-se como uma questão central na compreensão da cidade e da sociedade portuguesa nas últimas duas décadas (cf. Rosa; Vieira, 2003, p.40-41 e 46). As implicações do fenómeno do envelhecimento demográfico são amplas, afectando uma reconfiguração de quase todas as instituições sociais (Fernandes, 1997, p.41-42 e 59). A solidão na velhice, associada a quadros de pobreza e doença crónica caracterizam a maior parte dos casos que fomos encontrando. A vivência de um quadro de pobreza na velhice começa a desenhar-se com uma trajectória escolar e profissional precária, assim como mais recentemente com uma passagem precoce à reforma, por via do prolongar de uma situação de desemprego a partir dos cinquenta anos aproximadamente.

A exiguidade do espaço das habitações leva a que a família mais próxima, como é o caso dos filhos, tendam a sair das ilhas e a procurar casa «fora» mal encontrem alguma estabilidade profissional e familiar. Ainda que em alguns casos, as visitas aos progenitores nas ilhas se tenda a manter, principalmente em quadros de intensa precariedade da situação que foram encontrando fora; noutros, o contacto com os descendentes, no caso dos moradores mais antigos, foi-se perdendo no tempo. Da mesma forma, fomos também encontrando casos de casais que optaram por não ter filhos por causa da falta de espaço e de condições económicas para os criarem condignamente. Assim, entre os mais idosos associado a um quadro de doença e pobreza encontramos, muitas vezes, uma ruptura com os laços familiares que poderiam apoiar o idoso na velhice, sendo que em alguns casos esse papel é substituído pelas redes de entreajuda que se criam com outros moradores na mesma condição.

Por sua vez, fomos também encontrando relatos de moradoras que assumiram o papel de cuidadoras dos seus pais ou sogros, principalmente quando estes residiam na mesma ilha ou numa ilha próxima. Este é um papel que assumem com naturalidade, sendo que em algumas ocasiões se encontra relacionado com a manutenção da residência na ilha, apesar de oportunidades de saída quase sempre para a periferia, que impossibilitaria esse auxílio mais próximo.

A questão da morte e do luto, por sua vez, encontra-se de certa forma latente à maior parte dos contactos que fomos estabelecendo. Entre os mais idosos, o falecimento de um cônjuge reaviva esta dimensão no cônjuge sobrevivente, podendo mesmo afectar a vivência do seu processo de envelhecimento, consoante a fase da vida em que este se encontre (cf.

Finch; Walls, 1993, p.51). Por outro lado, a questão da morte e dos seus rituais no liame entre as esferas pública e privada, transportam o nosso horizonte de questionamentos para uma problemática apenas sumariamente explorada e da qual apenas podemos deixar algumas pistas.

Deste modo, a compreensão da morte e dos seus ritos de passagem implica encarar o fenómeno da morte como estando na esteira de uma dialéctica entre o privado e o público, assim como sendo um fenómeno de onde subjazem dinâmicas de poder mais vastas e de intromissão do poder público no domínio privado. O fenómeno da morte, além de culturalmente, é institucionalmente condicionado. O funeral, a entrega do corpo ao Estado, a organização do cemitério e das crenças que lhe subjazem afirmam-se como importantes eixos de leitura. Como defende Clavandier (2009), a morte e os modos como socialmente é encarada representa uma aliança quase indecifrável entre a pessoa, a família, a cultura, o direito e a ética (p.222). Da mesma forma, a visita ao cemitério a par com o próprio velório transportam a análise para a sua dimensão marcadamente colectiva e pública. Este é também um fenómeno que assume uma face eminente feminina, derivado da assumpção, por parte das mulheres, do papel de cuidadora na parte final da vida e de que já fomos falando acima.

Tal como o fenómeno da vivência dos últimos anos de vida e da morte se foi afirmando como um eixo importante inicialmente não planeado, no decorrer do exercício do trabalho de campo foram emergindo algumas figuras típicas das ilhas, às quais fomos fazendo referência. Além do contacto com os inquilinos, a visita do «senhorio» à ilha encontra-se, muitas vezes, associada a uma outra figura central na vida das ilhas – a do «homem dos biscates». Se no Inverno a sua presença é constantemente requisitada por causa das pequenas infiltrações, já no Verão as casas foram assumindo uma nova face, com a pintura do exterior destas. Estas são ocasiões que propiciam uma presença física mais vincada desta figura, contudo em todas as conversas que fomos estabelecendo esta é uma personagem presente, por via do elevado custo destas pequenas reparações, quase nunca suportadas pelo senhorio, tornando-se quase que o símbolo do descontentamento face a este.

Os animais de estimação, tal como também fizemos referência ao longo do trabalho realizado, afirmam-se como outra figura importante na compressão dos mapas de sociabilidades nas ilhas. De facto, mesmo quando os moradores não têm animais, acabam por ter pequenos bonecos de louça à janela com estas figuras. Os animais tanto podem ser tidos como um elemento potenciador de afectividades e reconhecimento entre moradores, como, ao mesmo tempo, se afirmam como um elemento de julgamento acerca do cuidado de um inquilino com a casa e o espaço para o animal, no cuidado destes com o espaço comum do

bairro e, por último, ainda com a intenção subjacente à adopção de certas raças de animais de porte grande e perigosas. Tal como acontece com o indivíduo que faz os pequenos arranjos nas casas, os animais de estimação afirmam-se pela sua presença constante nas conversas que fomos estabelecendo. Estes, apresentaram-se como o mote para se falar de alguns problemas sensíveis (*e.g.* consumo e tráfico de drogas) e que afectam a vida do bairro, mas sobre os quais, os moradores tendencialmente preferem deixar subentendido através da figura do cão.

No quadro analítico que fomos traçando, no qual fomos associando estas dinâmicas da vida quotidiana actual das ilhas ao empreendimento e representação da problemática da habitação ao longo do tempo, tínhamos como principal objectivo ensaiar os rudimentos para a compreensão dos desafios à intervenção, em especial no caso da cidade do Porto. Tal como procurámos demonstrar, a questão da habitação encontra-se mais relacionada com a aproximação aos modos de vida dos agente e à compreensão dos diferentes processos de vulnerabilização a que estes se encontram sujeitos, do que à mera escassez de lugares para viver. A compreensão das solidariedades que se estabelecem ou não entre moradores, num quadro de desregulação crescente da vida social, permite-nos compreender que é pelo *empowerment* dos níveis de participação social dos indivíduos que esta se pode tornar uma questão possível. Desta forma, somente a capacitação dos agentes na compreensão da sua condição precária – tanto no acesso como no accionamento de um conjunto vasto de recursos sociais – poder-se-á, não resolver os problemas que estão na origem dessa condição, mas sim, anular aos efeitos ao nível da construção do seu carácter/identidade.

No decorrer das últimas páginas temos vindo a salientar algumas dimensões que escaparam ao nosso horizonte inicial de questionamentos, ou ainda algumas questões que pela sua importância determinaram de forma definitiva o trabalho que agora se apresenta. O exercício de identificação tanto de uma como de outra dimensão afirma-se como fundamental no momento de retrospecção de todo trabalho desenvolvido. A abordagem compreensiva que foi orientado toda a estratégia de pesquisa conduziu, em certas fases do procedimento, a uma aproximação à chamada Sociologia da Vida Quotidiana. A abordagem ao quotidiano, tal como o nome indica, afigurou-se como o meio mais heurístico no cumprimento dos objectivos traçados, nos quais os sentidos subjectivos dos agentes tomavam um lugar central. Mas, acima de tudo, vale pela sua riqueza, principalmente ao nível do trabalho empírico, neste percurso que no máximo conduz ao aparecimento deste novo horizonte de questionamentos. Estas duas virtualidades conferem a este trabalho o seu traço fundamental.

Este momento de reflexão em torno de todo o procedimento permite que se reconheçam limites a este, mas permite, de igual forma, o reconhecimento de que a exposição

agora apresentada é a dos agentes, ainda que mediada e, necessariamente, com os enviesamentos daí decorrentes. Becker (2004) afirma que o sociólogo jamais termina a sua missão de construção de uma perspectiva sociológica sobre um dado objecto, existem apenas momentos em que se pára para partilhar o trabalho desenvolvido entretanto. Este é, com a devida escala, esse momento, com uma sensação um tanto paradoxal de missão completa, quando esta, no fundo, é impassível de tal afirmação. Porventura, o sentido de completude prende-se com a experimentação, no nosso caso pela primeira vez, de que a *tarefa de dizer as coisas do mundo social* e de as dizer *tanto quanto o possível, tal como elas são* foi sendo de certa forma cumprida (cf. Bourdieu, 1998a, p.5). Neste contexto, compreende-se o espaço conferido neste relatório ao discurso directo dos agentes, numa tentativa uma vez mais ambivalente da construção de um quadro de leitura coeso de uma realidade heterogénea na sua génese.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de (1986) – *Classes Sociais nos Campos: camponeses parciais numa região do noroeste*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa Depósito Legal n.º 9095/86

ALMEIDA, João Ferreira; PINTO, José Madureira (1995) – *A investigação nas ciências sociais*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença ISBN 972-23-1231-6.

ALVES, Jorge Fernandes (2010) – *História do Porto: o progresso material - da regeneração aos sinais da crise*. Matosinhos: Quidnovi ISBN 978-989-554-638-1

ASCHER, François (1998) – *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora ISBN 972-8027-89-3

BACHELARD, Gaston (1994) – *The Poetics of Space: the classical look at how we experience intimate places*. Boston: Beacon Press ISBN 978-08070-6473-3

BARROS, Susana Pacheco (2010) – *História do Porto: a cidade dos Almadas - das reformas pombalinas à véspera das invasões*. Matosinhos: Quidnovi ISBN 978-989-554-635-0

BECKER, Howard S. (2004) – “How much is enough?” [Em Linha] *Vilhelm Aubert Memorial Lecture*, Universidade de Oslo. Disponível em: <http://home.earthlink.net/~hsbecker/articles/enough.html> [Consult em: 2 Jun. 2010]

BECKER, Howard S. (2002) – “Visual Evidence: A Seventh Man, the Specified Generalization, and the Work of the Reader”. *Visual Studies*, n.º17 pp.3-11 ISSN 1472-586X

BOURDIEU, Pierre (2008) – *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, RS: Zouk ISBN 978-85-88840-68-3

BOURDIEU, Pierre (2002) – *Esboço de uma Teoria da Prática: precedido de três estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora ISBN 972-774

BOURDIEU, Pierre (2001a) – *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget ISBN 972-771-469-2

BOURDIEU, Pierre (2001b) – *Razões Práticas: sobre a Teoria da Acção*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora ISBN 972-774-103-7

BOURDIEU, Pierre (1998a) – *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta Editora ISBN 972-774-009-X

BOURDIEU, Pierre (1998b) – *Contrafogos*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-774-007-3.

BOURDIEU, Pierre (1997a) – « Effets de lieu ». In BOURDIEU, Pierre (dir.) – *La misère du monde*. Paris: Seuil ISBN 978-2-02-092092-6 p.249-262

BOURDIEU, Pierre (1997b) – « La rue des Jonquilles ». In BOURDIEU, Pierre (dir.) – *La misère du monde*. Paris: Seuil ISBN 978-2-02-092092-6 p.249-262

BOURDIEU, Pierre (1996) – *Lição sobre a lição*. Vila Nova de Gaia : Estratégias Criativas ISBN972-8257-02-3

BOURGOIS, Philippe (2003) – *In search of respect: selling crack in El Barrio*. 2nd Ed. New York: Cambridge University Press ISBN 0-521-01711-4

BURGESS, Robert G. (1997) – *A Pesquisa de Terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora ISBN 972-8027-43-5

CARMO, Renato Miguel (2006) – *Contributos para Uma Sociologia do Espaço-Tempo*. Oeiras: Celta Editora ISBN 972-774-237-8

CIERAAD, Irene (2006) – “Introduction: Anthropology at Home”. In CIERAAD, Irene (ed.) – *At Home: an anthropology of the domestic space*. Nova Iorque: Syracuse University Press ISBN: 0-8156-2903-6 pp.1-12

CLAVANDIER, Gaëlle (2009) – *Sociologie de la mort: vivre et mourir dan la société contemporaine*. Paris : Armand Colin ISBN 970-2-200-35543-2

CONNELL, Robert W. (2006) – *Questioni di genere*. Bologna: Il Mulino ISBN 88-15-10538-7

CORDEIRO, Graça Índias (1997) – *Um Lugar na Cidade: quotidiano, memoria e representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Publicações Dom Quixote ISBN 972-20-1410-2

COSTA, António Firmino da (2008) – *Sociedade de Bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. 2ª Ed. Oeiras: Celta Editora ISBN 978-972-774-249-3

COSTA, Rosalina (2002) – “«O Espírito da Família»: A propósito dos princípios de visão e de divisão”. *Economia e Sociologia*, n.º74, 2002, pp.59-69 ISSN 0870-6026

DUARTE, Ana Maria (2008) – “Trabalho, flexibilidade e precariedade no contexto europeu: precisões analíticas e evidências empíricas”. *Caderno de Ciências Sociais*, n.º25/26, pp. 7-51. ISSN 0871-0945

ELIAS, Norbert (1998) – *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. ISBN 85-7110-478-5

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (1992) – “O lazer no espectro do tempo livre”. In ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric – *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel ISBN 972-29-0203-2 pp.139-185

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (2000) – *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. ISBN 85-7110547-2

ENGELS, Friedrich (1971) – *A Questão do Alojamento*. Porto: Cadernos para o Diálogo

ESTEVES, António (1998) – “Metodologias qualitativas: perspectivas gerais”. In ESTEVES, António; AZEVEDO, José – *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia ISBN 972-97763-0-X

FERNANDES, Ana Alexandre (1997) – *Velhice e Sociedade: Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora ISBN 972-802783-4

FERNANDES, António Teixeira (1998) – “Alguns desafios teórico-metodológicos”. In ESTEVES, António; AZEVEDO, José – *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia ISBN 972-97763-0-X

FINCH, Janet; WALLIS, Lorraine (1993) – “Death, inheritance and the life course”. In CLARK, David (eds.) – *Sociology of Death*. Cambridge: Blackwell Publishers ISBN 0-631-19057-0 p.50-68

FLICK, Uwe (2004) – *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman ISBN 0-7619-7436-9

GIDDENS, Anthony (2003) – *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes ISBN 85-336-1781-X

GIDDENS, Anthony (1996) – *As novas regras do método sociológico*. Lisboa: Gradiva ISBN 972-662-465-7

GIDDENS, Anthony (1984) – *Sociologia – uma breve porém crítica introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

GIDDENS, Anthony (1979) – *Central Problems in Social Theory: action, structure and contradiction in social analysis*. London: The Macmillan Press ISBN 0-333-27295-5

GRAFMEYER, Yves (1994) – *Sociologia urbana*. Mem Martins: publicações Europa América

GUERRA, Isabel (1998) – “Alojamento para pobres e alojamento para todos?” [Em Linha] *Conselho Económico e Social*. Lisboa: CES Disponível em: <http://www.ces.pt/file/doc/229> [Consult. em: 20 Jun 2009]

GUERRA, Isabel (1997) – “Um olhar sociológico sobre o alojamento”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. N.º24 (1997) ISSN 0873-6529 pp.165-181

GUERRA, Isabel (1994) – “As pessoas não são coisas que se metam em gavetas”. *Sociedade e Território*, n.º20 (Abr., 1994), p.11-16 ISSN 0873-6308

GUIMARÃES, Abílio; ANJOS, M^a de Lurdes dos (2004) – *O Porto nas nossas mãos*. Vila Nova de Gaia: Gailivro ISBN 989-557-128-3

HALBWACHS, Maurice (1941) – *Morfologia Social*. Coimbra: Arménio Amado Editor

HENNY, Leonard M. (1986) – “What is Visual Sociology?”. *Current Sociology: the journal of international sociological association*, vol.34, n.º3 (Autumn, 1986) pp.46-51 ISSN 0011-3921

HEINICH, Nathalie (2000) – *A Sociologia de Norbert Elias*. Lisboa: Temas e Debates ISBN 972-759-171-X

INE – Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <http://www.inep.pt>.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin (2002) – “Entrevista Narrativa”. In BAUER, Martin; GASKELL, George – *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático* Petrópolis, RJ: Vozes ISBN 85-326-2727-7

LYNCH, Kevin (1999) – *A imagem da cidade*. **Lisboa**: Edições 70 ISBN 972-44-0379-3

MATOS, Fátima Loureiro de (1994) – “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”. *Análise Social*, vol. XXIX, n.º127, 1994 (3º), p.677-695 ISSN 0003-2573

MAYOL, Pierre (1994) – « Le Quartier ». In CERTEAU; Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre – *L'invention du quotidien. 2.habiter, cuisiner*. Paris : Folio Essais ISBN 2-07-032827-9

MOREIRA, M. V. (1950) – *Problemas da habitação: ensaios sociais*. Lisboa: s/referência

MUGA, Henrique (2001) – “Representação social da cidade do Porto” *Cidade e culturas: novas políticas, novas urbanidades. Actas do encontro temático intercongressos. Porto, 27 e 28 de Setembro de 2001*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia

MUNRO, Moira; MADIGAN, Ruth (2006) – “Negotiating Space in the Family Home”. In CIERAAD, Irene (ed.) – *At Home: an anthropology of the domestic space*. Nova Iorque: Syracuse University Press ISBN: 0-8156-2903-6 pp.107-117

NUNES, A. Sedas (1981) – *Sobre o Problema do conhecimento nas ciências sociais: materiais de uma experiência pedagógica*. 5ª ed Lisboa: ICS

PAIS, José Machado (2002) – *Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, métodos e estudos de casos*. Lisboa. ICS ISBN 972-671-092-8

PEREIRA, Gaspar Martins (1996) – “Casa e família. As «ilhas» do Porto em finais do século XIX”. *População e Sociedade*, n.º2 vol.2. ISSN 0873-1861 pp.159-183

PEREIRA, Gaspar Martins (1995) – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento ISBN 972-36-0368

PEREIRA, Gaspar Martins (1986) – *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX: a freguesia de Cedofeita*. Dissertação de Mestrado em História Moderna. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PEREIRA, Virgílio Borges (2005) – *Classes e culturas de Classe das Famílias Portuenses. Classes sociais e «modalidades de estilização da vida» na cidade do Porto*. Porto: Edições Afrontamento ISBN 972-36-0706-9

PEREIRA, Virgílio Borges (2003) – “Uma imensa espera de concretizações... *Ilhas, bairros e classes laboriosas* brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto”. *Sociologia* n.º13, p.139-148 ISSN 0872-3419

PEREIRA, Virgílio Borges (2000) – “Sobre a construção de uma forma alternativa de olhar - breve nota a propósito dos bairros tidos como problema”. *Jornal do IGAPHE*, Set. 2000, p.11-12

PEREIRA, Virgílio Borges (1999) – *Os vincados padrões do tecido social – uma análise das vivências quotidianas de uma freguesia industrializada do Vale do Ave*. Porto: Edições Afrontamento ISBN 972-36-0500-7

PEREIRA, Virgílio Borges; QUEIRÓS, João (2009) – “Estado, Alojamento e a «Questão Social»: elementos para a compreensão sociológica da formação da respectiva relação no Porto contemporâneo”. *Revista Española de Ciencia, Tecnología y Sociedad, y Filosofía de la Tecnología* (no prelo) pp. 1-13.

PIMENTA, Manuel; FERREIRA, José António (2001a) – *As “ilhas” do Porto – estudo socioeconómico*. Porto: Câmara Municipal do Porto. ISBN: 972-9147-41-8

PIMENTA, Manuel; FERREIRA, José António (2001b) - *Estudo Socioeconómico da habitação social – Porto*. Porto: CMP. ISBN: 972-9147-31-0.

PINTO, Jorge Ricardo (2007) – *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano (1875-1900)*. Porto: Edições Afrontamento ISBN 978-972-36-0921-9

PINTO, José Madureira (1997) – *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*. 2ª ed. Porto: Afrontamento ISBN 972-36-0321-7

PERETZ, Henri (2000) – *Métodos em Sociologia*. Lisboa: Temas & Debates ISBN 972-759-216-3

QUEIROZ, Mª Cidália (2007) – “A teoria das classes sociais em Bourdieu: primado das relações de concorrência sobre as de subversão. Qual o efeito social desta teoria?” In PINTO, José Madureira; PEREIRA, Virgílio Borges (orgs.) – *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da Sociologia em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento ISBN 978-972-36-0856-4 p.59-90

QUEIROZ, Mª Cidália; GROS, Marielle Christine (2002) – *Ser Jovem num Bairro de Habitação Social*. Porto: Campo das Letras ISBN 972-610-510-2

QUEIROZ, Mª Cidália; GROS, Marielle Christine (1996) – “Das condições sociais da exclusão às condições da solidariedade”. *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º15/16 (Jan.1996), p.5-40 ISSN 0871-0945

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane (2004) – *A cidade: rumo a uma nova definição?* 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento ISBN 972-36-0331-4

ROSA, Mª João Valente; VIEIRA, Cláudia (2003) – *A população portuguesa no século XX*. Lisboa: ICS ISBN 972-671-103-7

SALVADO, Ana Serra (2004) – “Espaço Doméstico: Contributos para uma leitura integrada de *Habitat*”. [Em Linha] *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR460eb9ed41ec2_1.pdf [Consult em: 21 Dez. 2008]

SANTOS, Augusto Santos (2002) – *Dinâmicas Sociais do nosso tempo*. Porto: Editora da Universidade do Porto ISBN 972-8025-13-0

SCHWARTZ, Olivier (1990) – *Le monde prive des ouvrières: hommes et femmes du nord*. Paris: PUF ISBN 2-13-042575-5

SENNETT, Richard (2003) – *Respect: the formation of character in an age of inequality*. London: Penguin Group ISBN 0-141-00756-7

SENNETT, Richard (2001) – *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar ISBN 972-710-287-5

SHOVE, Elizabeth (2006) – “Constructing Home: a crossroads of choices”. In CIERAAD, Irene (ed.) – *At Home: an anthropology of the domestic space*. Nova Iorque: Syracuse University Press ISBN: 0-8156-2903-6 pp.130-143

SIEBER, Tim (2008) – “Ruas da Cidade e Sociabilidade Pública: um olhar a partir de Lisboa”. In CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL, Frédéric (orgs.) – *A Rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte ISBN 978-972-24-1608-5

SILVANO, Filomena (2001) – *Antropologia do Espaço: Uma Introdução*. Oeiras: Celta Editora ISBN 972-774-099-5

SIMMEL, Georg (2001) – “A Metrópole e a Vida do Espírito”. In FORTUNA, Carlos (org.) – *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de Sociologia*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora ISBN 972-774-121-5 p.31-43

SIMMEL, Georg (1981) – *Sociologie et épistémologie*. Paris : PUF ISBN 2-13-036917-0

SIMMEL, Georg (1977) – *Sociología 2: estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial ISBN 84-206-2480-2

TEIXEIRA, Manuel C. (1996) – *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As Ilhas do Porto*. Lisboa: FCG/JNICT ISBN 972-31-0700-7

URRY, John (2002) – “Sociologia do Tempo e do Espaço”. In TURNER, Bryan S. (ed.) – *Teoria Social*. Algés: Difel ISBN 972-29-0555-4 p.377-403

VANDENBERGHE, Frédéric (2001) – *La sociologie de Georg Simmel*. Paris: La Découverte ISBN 2-7071-3307-8

VILAÇA, Helena (1994) – “As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e participação social”. *Sociologia*, n.º4, p.49-96 ISSN 0872-3419

VILAÇA, Helena (1991) – “Associativismo urbano e participação na cidade”. *Sociologia*, n.º 1, p.175-185 ISSN 0872-3419

WACQUANT, Loïc (1992) – « Introduction ». In BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc – *Réponses*. Paris: Éditions du Seuil ISBN 2-02-014675-4 p.13-42

WEBB, Jen; SCHIRATO, Tony; DONAHER, Geoff (2002) – *Understanding Bourdieu*. London: Sage Publications ISBN 0-7619-7463-6

WHYTE, William Foote (1984) – *Learning from the field: a guide from experience*. Newbury Park: Sage Publications ISBN 0-8039-3318-5

YIN, Robert (1989) – *Case Study Research: design and methods*. Revised edition Newbury Park: Sage Publications ISBN 0-8039-3471-8

ANEXOS

Anexos I – Construção

1.1 – Algumas considerações em torno da estratégia metodológica adoptada

Os objectivos definidos⁵⁸ ao longo do nosso trabalho tinham como principal propósito a identificação das representações e modos de apropriação do espaço doméstico, além de um exercício de aproximação e contextualização das principais dinâmicas da vida doméstica e familiar e como estas incorporam em si posicionamentos e tomadas de posição próprios de uma leitura do espaço social mais ampla. Tendo por base estes objectivos, a estratégia de pesquisa accionada encontra-se desde logo muito subsidiária de um primeiro exercício de contextualização conceptual e sócio-histórica dos nossos dois casos em estudo⁵⁹ (as ilhas na Rua de S. Vítor e o Bairro do Herculano).

Da mesma forma, a complexidade que se reconhece hoje a qualquer objecto de estudo traduz-se no aumento da incerteza face aos caminhos a trilhar, principalmente por parte de um aprendiz de Sociologia. Mas, exige até dos mais treinados nesta «arte de questionar infinitamente o social», uma necessidade intrínseca de adoptar uma estratégia plástica o suficiente para ir moldando os seus instrumentos analíticos, ou seja, independentemente da estratégia de pesquisa montada, esta deve ter lugar para uma imbricação entre os processos de conceptualização do objecto e de observação (cf. Esteves 1998, p.3).

Se nos aproximamos de uma perspectiva compreensiva ou construtivista é porque aceitamos a centralidade do conceito de relação e de teias de relações na construção do mundo social (cf. Teixeira, 1998, p.27). As questões que esta perspectiva coloca lançam-nos para uma abordagem com um cariz qualitativo, onde o espaço conferido à subjectividade dos agentes é bastante grande, o que permite este exercício de que os objectivos traçados são um espelho, de aproximação aos processos a partir dos quais os agentes constroem a sua realidade.

⁵⁸ Cf. delimitação do objecto, questões de investigação e objectivos gerais na introdução deste trabalho, páginas 1-2.

⁵⁹ Conforme afirma Teixeira Fernandes (1998), o contexto actual de constante reformulação teórica e metodológica da ciência conduzem a que “a hermenêutica e a história tornem-se instrumentos indispensáveis. Quando se buscam as significações atribuídas às acções em sociedade, não se foge ao confronto com as motivações que levam os actores a agir” (p.13), sem esquecer a necessária articulação com os contextos onde têm lugar. Assim, “conhecer é precisamente descobrir o sentido encoberto das coisas, particularmente no domínio humano, onde a capacidade de dissimulação e as ideologias destroem a transparência dos fenómenos” (*ibidem*, p.15)

Contudo, queríamos ainda realçar um outro sentido conferido a esta perspectiva construtivista. Conforme realça Whyte (1984) se colocamos um acento bastante grande na importância do discurso dos agentes sociais na construção das diferentes técnicas de recolha de informação, é porque reconhecemos a sua utilidade; uma colaboração mais próxima de alguns informantes privilegiados – no caso do nosso objecto de estudo, alguns moradores das ilhas estudadas – enriqueceu de forma substancial a nossa pesquisa (p.74).

A nossa estadia no terreno revelou-se sempre mais curta do que o desejável, dado o espaço temporal para a realização deste trabalho. Ainda assim, parece claro que este é um processo de enriquecimento mútuo, ou seja, dos moradores que habitam os espaços por nós estudados não recolhemos apenas uma enorme quantidade de material - entre entrevistas gravadas, conversas informais e notas em diário de campo -, que construíram uma perspectiva particular sobre o nosso objecto de que este relatório é exemplo; mas, a nossa estadia no terreno e, por ventura, esse será o maior contributo deste nosso trabalho, contribuiu para que aqueles que colaboraram com a nossa pesquisa pudessem por momentos pensar em situações e dimensões que o quotidiano tende a afastar, ou ainda, para que esperassem ansiosamente pela nossa próxima visita, porque entretanto se tinham lembrado de algo que nos pudesse interessar⁶⁰.

Por último, antes de encetarmos uma reflexão mais aprofundada acerca do caminho trilhado, gostaríamos de realçar a importância dos processos de comunicação e conhecimento inerentes ao estudo do espaço doméstico e da esfera privada dos agentes sociais. Quando nos propomos entrar na esfera doméstica dos agentes ou aferir os modos de apropriação do espaço, temos que reconhecer que a nossa simples presença perturba essas dinâmicas. Conforme defende Schwartz (1990), o exercício que se coloca é o de reconhecimento dessa perturbação, para posteriormente lhe conferirmos um sentido; da mesma forma exige-se do investigador uma maior sensibilidade para compreender qual o momento para a realização da

⁶⁰ Este exercício de valorização das opiniões e subjectividades dos agentes implicou também, por vezes, o exercício do contraditório, ou ainda, uma conversa mais aprofundada sobre os nossos objectivos e os modos como estávamos a construir o objecto. Conforme afirma Whyte (1984), “se o investigador pode ajudar os seus colaboradores a ver um padrão da vida social de forma mais clara, essa é uma importante recompensa. Além disso, ao trabalharem connosco, um indivíduo que é um observador capaz e sensível aprende que essas capacidades são valiosas, que podem ser desenvolvidas, e que ambos podem conduzi-lo para uma maior compreensão e uma acção mais eficaz. Se encorajamos as pessoas no campo a trabalharem connosco na explicação dos fenómenos humanos, elas partilham connosco as alegrias da descoberta” (Whyte, 1984, p.81). Desta postura resultou um processo de longa reflexão, em alguns casos, sobre o momento exacto de aplicação da entrevista, da continuidade das visitas após um momento de recolha mais formal dos dados, ou ainda, um esforço de maior controlo das interacções que se iam estabelecendo. Ainda assim, alguns enviesamentos decorrem naturalmente desta postura, sendo que foram sendo assumidos ou contornados pela nossa preocupação, desde do início deste trabalho, de alguma forma retornar algo da nossa experiência no terreno aos agentes.

entrevista, além de um exercício de «controlo» das interacções mais informais, nos primeiros contactos, de forma a não enviesar os encontros seguintes, sendo que estamos a falar de uma população, de certa forma, bastante assediada por questionários e entrevistas de jornalistas, investigadores ou mesmo incursões de peritos ou simples curiosos (cf. Schwartz, 1990, p.41-57).

➤ **Método de estudo de casos e o processo de selecção dos casos escolhidos**

De certa forma temos vindo a insistir na velha máxima sociológica de “em ciência, nada acontece por si, nada nos é dado, tudo é construído” (Nunes, 1981, p.52) e de que toda a construção assenta no exercício de procurar uma resposta a uma ou a um conjunto de interrogações iniciais. De facto, este horizonte de questionamentos, até etimologicamente vai conduzindo todo o processo de escolha e aplicação de uma dada estratégia de investigação. Assim, como defende Yin (1989), o tipo de questões de investigação que colocamos encerram em si não só os parâmetros para a definição da estratégia a prosseguir, como, igualmente, ajudam a definir a população a interrogar (cf. Yin, 1989, p.17-20)

Neste sentido, compreender a génese e as modalidades de transformação de um dado fenómeno, de que as questões «como» e «porquê» são exemplo, conduz o investigador para o tipo de abordagem que temos vindo a defender. Por sua vez, na perspectiva de Robert Yin, as características intrínsecas do fenómeno, como é o caso da sua contemporaneidade ou não, assim como domínio do investigador sobre o seu objecto, constituem outros dois elementos importantes na escolha de uma estratégia de pesquisa. O estudo de casos é, tal como o define o autor americano, “(...) é uma investigação empírica que: investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto; quando as fronteiras entre o fenómeno e contexto não são evidentes; e quando múltiplas fontes de evidência são accionadas” (Yin, 1989, p.23). Desta curta definição depreendem-se dois pressupostos fundamentais desta estratégia de pesquisa: por um lado, a importância da função de comando da teoria na contextualização e questionamento dos objectos; por outro, a importância da atitude plástica do investigador que temos vindo a defender na escolha das técnicas de recolha e tratamento da informação, assim como na adaptação dos seus instrumentos de pesquisa.

No caso do nosso objecto de estudo, a selecção dos dois contextos habitacionais estudados esteve mais relacionada com critérios teóricos, no sentido em que a compreensão histórica dos lugares, a partir do envolvimento de diferentes grupos sociais na sua construção

e posterior ocupação, ainda no século XIX, conduziram a lógicas diferenciadas, mesmo na actualidade, de ocupação e apropriação do espaço, assim como a situações diferenciadas face à posse da habitação, tal como fomos fazendo menção ao longo do segundo capítulo do nosso trabalho.

Tal como também já temos vindo a defender, um dos pressupostos base da abordagem qualitativa nas ciências sociais passa pelo reconhecimento da subsidiariedade de todas as fases da pesquisa (cf. Flick, 2004, p.20). Da mesma forma, no que concerne aos procedimentos e estratégias que estão na base da construção de uma amostra, estes estão intimamente ligados ao modo como o investigador foi delimitando o seu campo teórico, às limitações impostas pela entrada no terreno, como o amadurecimento do conhecimento acerca do próprio objecto pode sugerir uma alteração de estratégia de delimitação dos casos a ouvir. Subjaz, assim, a ideia de que “(...) uma estratégia diferente de selecção, a compreensão seria diferente nos seus resultados. (...) Nas decisões relativas à amostragem, a realidade em estudo é construída de maneira específica: enfatizam-se certas partes e aspectos, outros são removidos em estágios. Essas decisões determinam substancialmente o que se torna o material empírico (em forma de texto), o que é extraído concretamente de textos disponíveis e como isso é utilizado” (Flick, 2004, p.86).

No caso do trabalho por nós desenvolvido, optou-se por encetar uma «estratégia gradual» de selecção dos casos relevantes a ouvir, com base na importância de cada caso para a construção do objecto. Glasser e Strauss (1967) descrevem este processo de construção de uma amostra enquanto «amostragem teórica», ou seja, como um “(...) processo de colecta de dados para a geração de teoria por meio da qual o analista colecta, codifica e analisa conjuntamente os seus dados, decidindo quais os dados a colectar a seguir e onde encontrá-los, a fim de desenvolver a sua teoria quando esta surgir. Este é um processo de colecta dos dados pela teoria em formação” (in Flick, 2004, p.79).

Ainda que não tenhamos encetado uma abordagem teórica e conceptual de cariz eminentemente indutivo, a ideia da relevância e da sugestão de novos casos que ajudem à construção de uma perspectiva o mais ampla possível sobre o objecto presidiu a orientação do caminho seguido. Assim, apesar do cariz exploratório do nosso estudo e do facto de se procurar colocar o acento nas dinâmicas quotidianas dos agentes, procurou-se dar um grande ênfase, no decorrer do nosso estudo, à conjugação de perspectivas teóricas, por vezes um pouco dispersas, mas que todas juntas ajudassem a construir um «olhar mais próximo» dos agentes que habitam nas ilhas.

Assim, tal como no processo de definição de uma amostragem teórica, a definição de critérios teoricamente fundamentados para a criação de variáveis e elementos que nos permitissem delimitar o universo da população a ouvir, afigurou-se como um dos primeiros exercícios realizados a após as primeiras visitas às ilhas. A variabilidade de género, idade, condição perante o trabalho e profissão (ou, última profissão exercida no caso do entrevistado se encontrar numa situação de inactividade) afirmaram-se como os primeiros critérios por nós privilegiados. Contudo, a partir da segunda visita que fazíamos à casa dos nossos entrevistados, outros critérios começaram também a nortear as nossas escolhas – a extensão do agregado familiar, a antiguidade na ilha e a trajectória residencial dos elementos do agregado – sendo que estes critérios, conjugados com os primeiros, permitiram-nos questionar a nossa própria perspectiva sobre o objecto, que se vinha, já de si, (re)construindo desde as primeiras incursões pelo terreno.

O critério da saturação teórica (cf. Flick, 2004, p.80) não pôde ser satisfeito, uma vez que foram acima de tudo as limitações de tempo, que conduziram ao encerrar dos casos a escutar. Ainda assim, com a exposição dos casos escolhidos, principalmente entre os moradores das ilhas, pensamos conseguir transpor a ideia da heterogeneidade de histórias e trajectórias dos seus habitantes, assim como, por sua vez, uma certa homogeneidade de perspectivas e representações face às ilhas e ao bairro (cf. Becker, 2004).

➤ **A entrevista semi-estruturada e a construção de narrativas a partir da vivência na ilha**

Os discursos dos agentes tomam um lugar central quando nos propomos compreender os modos de vida destes. Conforme afirma Whyte (1984), “se quisermos determinar como os agentes individuais chegam às suas atitudes, precisamos da entrevista semi-estruturada” (p.102), no sentido em que esta é uma técnica de recolha de informação que permite articular de uma melhor forma, um leque de preocupações e dimensões que orientam o horizonte de questionamentos do investigador, como também dá lugar central à interpretação subjectiva do entrevistado acerca do que é questionado e às experiências que escolhe accionar no relato de um dado contexto.

Tanto do ponto de vista da construção teórica do objecto, como da construção dos instrumentos de recolha de informação, Pereira (2000) confere algumas pistas das principais dimensões e preocupações que orientaram a construção do nosso guião de entrevista em

contextos de habitação precária. Pretende-se, assim, uma visão que construa o “(...) o seu olhar partindo da vida quotidiana dos agentes sociais que vivem nestes bairros, consagrando a sua visão do mundo, e não esquecer aqueles elementos que, sendo há muito tidos como cruciais para a compreensão de uma determinada formação territorial, nas alturas devidas são inexplicavelmente apagados. Há que reter a história da implantação dos equipamentos habitacionais e espaciais, o modo de produção dos (re)alojamentos, bem como das transformações a que foram sujeitos, e acentuar a importância estrutural da relação pessoal com o mercado de trabalho e com a escola, para além do próprio modo como o espaço local e exterior é apropriado e vivido, atentando nas relações de vizinhança e nas representações sobre esta” (Pereira, 2000, p.11).

Na construção da perspectiva dinâmica que temos vindo a defender não devemos, de igual forma, encarar as técnicas de recolha de informação de forma estanque. Whyte (1984) defende a necessidade da conciliação entre a entrevista semi-estruturada e a observação⁶¹, enquanto técnicas complementares. Na perspectiva do autor, “(...) a observação guia-nos para algumas importantes perguntas que queiramos perguntar ao entrevistado, e a entrevista ajuda-nos a interpretar o significado daquilo que observamos. Quer se use a entrevista ou outra técnica de recolha de informação, precisamos de pôr o contexto observado em cena. Procurar pelas potenciais sanções positivas ou negativas, que não são imediatamente observáveis, pode ser importante na moldagem do comportamento” (Whyte, 1984, p.96), na prossecução da desocultação da transparência aparente dos fenómenos sociais como defende Teixeira Fernandes (1998).

Um outro uso possível da entrevista semi-estruturada prende-se com a construção de narrativas a partir dos relatos do entrevistado acerca da sua experiência, sendo que como o nome indica importa, assim, delimitar um momento inicial da narrativa para de seguida se dar conta das experiências do agente em torno do objecto central da sua história (cf. Flick, 2004, p.109). Como apontam Jovchelovitch e Bauer (2002), “através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida

⁶¹ Por si só estas técnicas conduzem o investigador à recolha de leque vasto de informação empírica, mas também o levam a um conjunto vasto de interrogações advindas das impossibilidades analíticas das técnicas accionadas *per se*. Como defende Whyte (1984) “(...) a observação por si não revela o que é que os indivíduos estão a tentar conseguir e o porquê deles agirem como agem. Além disso, a entrevista pode não nos conduzir para as dinâmicas subjacentes em alguns casos, a menos que estejamos «armados» com algum conhecimento *a priori* dos objectivos que as pessoas estão a procurar ou das sanções que querem evitar” (Whyte, 1984, p.94).

individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que avaliam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida quotidiana normal” (p.91).

No caso específico do nosso objecto de estudo, este foi um procedimento de tratamento e apresentação de informação que accionámos para os discursos dos moradores e que nos permitiu articular os dados recolhidos com a observação com o mapeamento do espaço doméstico, assim como organizar, de acordo com o narrador, a apresentação dos mapas mentais da cidade que falaremos mais abaixo. Alguns autores defendem a necessidade do uso da entrevista narrativa enquanto base para construção de uma narrativa, na qual partindo de um mote inicial dado pelo entrevistador, que deve evitar ao máximo interferir, o entrevistado vai contando a sua história e experiência pessoal (Jovchelovitch; Bauer, 2002). Contudo, pode-se também defender que a abertura proporcionada pela aplicação de entrevistas semi-estruturadas permite a construção posterior de narrativas acerca de uma dada experiência (Flick, 2004). Optámos, no caso do nosso objecto, pela segunda hipótese, uma vez que assim pudemos explorar outras dimensões que tendem a escapar no decurso do relato de uma história ou experiência e porque a própria experiência no terreno nos demonstrou que os moradores dos contextos habitacionais estudados tinham bastante dificuldade em narrar uma história numa sequência temporal ordenada, implicando com isso a necessidade de uma maior directividade, em certos momentos da entrevista, por parte do entrevistador.

Quadro n.º 1: Síntese das entrevistas realizadas

Interlocutores	Contexto habitacional	Entrevistado	Idade	Anos na Ilha	Situação perante o trabalho
Merceeiros	Bairro Herculano	Merceeiro	61	NSA	Trabalhava na indústria hoteleira e há treze anos passou a trabalhar a tempo inteiro na mercearia que já pertencia à esposa.
	S. Vítor	Merceeiro	82	NSA	Sempre trabalhou na mercearia, que comprou do tio em 1949. Além da mercearia é dono de duas ilhas em S. Vítor (70 anos a viver em S. Vítor)
		Merceeira	66	NSA	Trabalhou sempre na mercearia que herdou na mãe há 49 anos.
Associação de Moradores de S. Vítor (AMSV)	S. Vítor	Responsável pela AMSV	57	NSA	Estofador
Moradores (entrevista semi-estruturada)	Bairro Herculano (Ruas 1 e 2)	Pedro	24	24	Desempregado (operário)
		Sr. Francisco	85	20	Reformado (3º oficial; tesoureiro)

Moradores (narrativa)		Dona Lisete	73	47	Reformada (doméstica)
	S. Vitor (Ilha do Padeiro)	Dona Conceição	71	47	Reformada (empregada de armazém)
	Bairro do Herculano (Ruas 1 e 2)	Dona Eugénia	63	38	Reformada (costureira numa confecção)
		Dona Salomé	46	46	Enfermeira
		Dona Raquel	31	6	Frequenta curso de formação
	S. Vitor (Ilha Grande e Ilha do Padeiro)	Dona Carla	52	1	Incapacitada para o trabalho (vive de apoios da Segurança Social; antiga cozinheira num restaurante)
		Sr. José	75	44	Reformado (ourives)
		Dona Almerinda	59	36	Desempregada (pasteleira)
		Dona Gabriela	45	45	Incapacitada para o trabalho (vive de apoios da Segurança Social; costureira numa confecção)
		Dona Laurinda	74	46	Reformada (costureira numa confecção)

NSA – Não se aplica

➤ **Observação e importância da sociologia visual (mapeamento do interior do espaço da habitação)**

De acordo com a perspectiva defendida por Whyte (1984), temos vindo a sustentar a necessidade complementaridade entre as diferentes técnicas de recolha e tratamento da informação (p.72-73), sendo que apesar da centralidade conferida aos discursos no desenho da nossa pesquisa, importa reconhecer que existem múltiplas dimensões que não são transponíveis para o discurso falado e que apenas podem ser observadas (p.83). Da mesma forma, como salienta o autor grande parte do exercício sociológico de conferir sentido às «tipificações ordinárias» como afirmaria Weber, corresponde a um exercício de inferência, ou de tipificação de segunda ordem, realizado pelo investigador, normalmente na prossecução da compressão do «porquê» dos fenómenos sociais (cf. Pais, 2002, p.142-143). Como afirma Whyte, “não podemos observar o *porquê* de alguém fazer alguma coisa. Podemos observar quem são os actores, o tempo durante o qual as interacções têm lugar, assim como a localização dessas interacções” (Whyte, 1984, p.84) e por essa via, afinar o nosso horizonte de questionamentos, que se traduzem, por sua vez, na construção das diferentes técnicas (cf. Peretz, 2000, p.35-36).

Ao fazermos esta nota pretendemos realçar a importância da observação como instrumento auxiliar de qualquer investigação em ciências sociais, mas ao mesmo tempo não pretendemos retirar à observação directa o seu estatuto, enquanto técnica de recolha de informação empírica *per se*, assente na sistematicidade dos registos de observação, assim

como na construção de uma tipologia de dimensões e indicadores a privilegiar (cf. Peretz, 2000, p.115-117).

Ao longo da realização de todo este trabalho, os limites impostos pelo próprio objecto e pelo modo como este foi sendo conceptualmente construído conduziram o nosso olhar e interrogações para a abordagem que temos vindo a apresentar. A observação directa mostrou-se como uma ferramenta útil nesta tarefa de atribuição de sentido àquilo que é dificilmente transponível em palavras por parte dos agentes, como também na construção de uma perspectiva própria acerca dos contextos estudados. Contudo, os limites impostos pelo estudo da esfera privada não são transponíveis apenas pela mera entrada no espaço da casa; tal como já fizemos referência, a nossa presença impõe uma quebra das rotinas domésticas, que só o prolongamento da estadia no terreno poderia, por ventura, naturalizar. A observação dos modos de apropriação e de apresentação do espaço foram, assim, ganhando um lugar central na nossa análise, no ensaiar de um exercício de conferência de sentido a estes cenários de apresentação do eu e do espaço doméstico encenados com a nossa entrada no espaço da casa. É neste contexto de atribuição de sentidos que a Sociologia Visual foi ganhando importância no desenho de pesquisa.

Timothy Curry menciona que a reflexão em torno dos modos a partir dos quais, os objectos e a realidade que, em primeiro lugar, se apresentam aos olhos do investigador, mas que também se afigura em frente da objectiva da câmara de uma máquina fotográfica, da lente de uma câmara de filmar, ou aos olhos de um desenhador afirma-se como uma das preocupações centrais da Sociologia Visual. Assim, como defende, “os sociólogos visuais estão preocupados com a aparência das coisas, e a maior parte deles tenta explicar o que se encontra por detrás dessas aparências por via de princípios sociológicos. Filme e fotoquímica são concebidos para fielmente gravar a luz reflectida dos objectos colocados em frente à câmara. O sentido de como as coisas aparentam, o porquê delas terem essa aparência, quem as fez aparecer dessa forma, se deviam ou não aparecer dessa forma, e/ou o quê que vamos fazer acerca disso, agora que as coisas apareceram dessa forma – isto são tudo questões que devem ser feitas acerca da aparência das coisas. As respostas a estas perguntas podem, algumas vezes, ser encontradas na teoria sociológica ou produzidas pela investigação social. Quando se concretiza a ligação entre a aparência de alguma coisa e a explicação sociológica, então o círculo está completo: a Sociologia Visual foi feita” (Curry, in Henny, 1986, p.47)

Esta longa definição em torno dos objectivos e perspectiva particular da Sociologia Visual afirmou-se como um mote para um trabalho de reflexão posterior em torno do meio de

representação do espaço a accionar, assim como dos usos posteriores a dar a esse material. A fotografia afirmou-se como o meio por excelência para esta análise a desenvolver. Contudo, questões como a da privacidade, assim como a reticência dos moradores em deixar fotografar todas as divisões da casa foram afastando a fotografia enquanto mecanismo de análise. Por sua vez, o desenho do espaço interior da casa e o desenho da planta da casa foi assim o caminho trilhado⁶², sendo que esses esboços deram, posteriormente, lugar à construção de mapas e planificações a partir do uso do software *ChiefArchitect X2*.

As possibilidades de exploração visual conseguidas pela transposição dos esboços e desenhos por nós realizados para o software permitiram-nos, assim responder a uma das nossas preocupações iniciais, que era a de encontrar instrumentos teóricos e metodológicos que permitissem «dar vida» aos contextos estudados, que as histórias e interpretações decorrentes dessas mesmas histórias por nós conferidas ou pelo leitor, pudessem corresponder a indivíduos que «habitam de facto» estes espaços⁶³

➤ **Mapas mentais**

A articulação entre os diferentes níveis de análise, ou seja, entre o espaço doméstico, entendido na sua dimensão mais restrita – o interior do espaço da casa – mas que, ao mesmo tempo, se afirma como um operador simbólico-ideológico no que concerne às representações e modos de apropriação do espaço da cidade, constitui um importante eixo de análise tanto do ponto de vista conceptual na articulação das perspectivas mais antropológicas como daquelas mais tributárias da Sociologia Urbana; como, posteriormente, na construção dos instrumentos de pesquisa e das dimensões a privilegiar. A construção de mapas mentais da cidade surge assim, como um elemento articulador de muitas das dimensões que fomos privilegiando ao longo do nosso trabalho, uma vez que estes permitem, exactamente, conjugar estes diferentes níveis de análise. Como defende Lynch (1999), “parece haver uma imagem pública de

⁶² Conferir a este propósito o exemplo do mapeamento do espaço da sala dos professores como um exemplo de apresentação das notas recolhidas em diário de campo (Burgess, 1997, p.183-186).

⁶³ Na defesa desta Sociologia que faz uso de diversas fontes, em particular as visuais, na construção dos seus objectos, Becker defende que as “(...) as imagens são generalizações específicas, que nos convidam a generalizar do mesmo modo que o texto o faz. Elas mostram-nos exemplos reais que os textos abordam, com detalhes suficientes sobre pessoas e lugares específicos que estamos a olhar para nos permitir fazer mais e outras interpretações. Nesse sentido, as circunstâncias são ambas específicas e gerais, abstractas e concretas. O que responde à pergunta muitas vezes feita por pessoas que usam a materiais visuais nos seus trabalhos em ciências sociais: o que é se pode fazer com imagens que não se pudesse fazer igualmente bem com palavras (ou números)? A resposta é que posso fazer-te acreditar de que o abstracto de que te falei é real, vida de carne e osso, e, portanto, é para ser acreditado de uma forma que é difícil acreditar, quando tudo o que temos é um argumento e alguns recados e que apenas nos podemos questionar se existe alguém assim por aí” (Becker, 2002, p.11)

qualquer cidade, que é a sobreposição de imagens de muitos indivíduos. (...) Cada indivíduo tem uma imagem própria e única que, de certa forma, raramente ou mesmo nunca é divulgada, mas que, contudo, se aproxima da imagem pública (...). Há também outros factores influenciadores da imagem, tais como o significado social de uma área, a sua função, a sua história ou, até, o seu nome” (p.57).

A metrópole moderna constitui-se como um grande conglomerado de áreas, pessoas e actividades interdependentes, que ganham sentido por via da análise desses mesmas redes de interdependência⁶⁴, uma vez que o espaço surge como funcionalmente organizado pelas lógicas de produção e de consumo da vida moderna. A capacidade de ser móvel torna-se assim um eixo de leitura central na cidade urbanizada, mas mais do que isso uma importante condição de participação na vida da cidade. “Nesta perspectiva, pode dizer-se que quanto mais se tratar de uma população com necessidade de pontos de referência concretos e não transponíveis, mais a capacidade de mobilidade será reduzida; é geralmente este o caso dos grupos sociais desfavorecidos que assentam a segurança nas relações de vizinhança e no conhecimento pessoal” (Rémy; Voyé, 2004, p.75). Esta ideia é fundamental não só para a leitura do posicionamento dos agentes no espaço da cidade – em articulação com o posicionamento dos agentes no espaço social – como, ainda, se traduz numa imagem particular da cidade, que cruza não só o conhecimento do espaço físico da cidade como as referências – ou inexistência destas – na organização da percepção do espaço (cf. Lynch, 1999, p.11-12 e 16; Muga, 2001, p.103-104).

Os mapas mentais da cidade podem, assim, ser lidos a partir de uma lógica tripartida - a sua identidade, estrutura e significado – uma vez que, “uma imagem viável requer, em primeiro lugar, a identificação de um objecto, o que implica a sua distinção de outras coisas, o seu reconhecimento como uma entidade separável. (...) Em segundo lugar, a imagem tem de incluir a relação estrutural ou espacial do objecto com o observador e com os outros objectos. Em último lugar, este objecto tem que ter para o observador um significado quer prático, quer

⁶⁴ Conforme defendem Rémy e Voyé (2004), a extensão quantitativa infinita da cidade em situação urbanizada introduz na análise do espaço da cidade uma mudança não só na escala de leitura dos fenómenos, como igualmente nos modos como estes se encontram delimitados. Assim, “a aglomeração torna-se uma unidade de base para se compreender a dinâmica de distribuição interna das actividades e das populações. Apenas se compreende subsidiariamente como uma federação de bairros, ao passo que é a partir da posição do bairro no conjunto da aglomeração que o conteúdo e a evolução deste último ganham sentido, e isso mesmo se o bairro surge como tendo a sua dinâmica própria e mesmo se tenta controlar as transformações que o afectam e que são induzidas do exterior” (p.71)

emocional. Isto significa que existe também uma relação, mas uma relação diferente da espacial ou estrutural”⁶⁵ (*ibidem*, p.18)

➤ **O papel central da análise de conteúdo**

Todo o exercício que fomos expondo nas páginas anteriores assenta num princípio de atribuição de sentido e significado subjacente em cada discurso, mapa mental desenhado ou observação realizada. Tal tarefa implica a assumpção de uma postura epistemológica, axiológica e metodológica construtivista como defendemos no início. Ferramenta fundamental de todo este trabalho foi assim a análise conteúdo, entendida à luz do que defendem Ferreira de Almeida e Madureira Pinto (1995), que perspectivam a análise de conteúdo como uma técnica que permite captar “(...) não apenas a informação explícita das mensagens, mas ainda as condições teórico-ideológicas da produção dessas mensagens (...) bem como fornecer indicações sobre a articulação dos geradores com os lugares sociais da sua produção.” (p.105).

Assim, decorrente destas mesmas potencialidades, Madureira Pinto (1997) chama a atenção para o facto de que “(...) a análise das representações, esquemas classificatórios e operadores ideológicos através dos quais os agentes sociais observam, pensam e julgam, mobilizados pelas situações próprias da recolha de informações, exige que se tenha em conta duas modalidades notáveis de elaboração simbólica: por um lado, a de esquemas de atribuição e produção de sentido que excluem virtualmente o recurso à explicitação dos seus princípios fundamentadores; por outro, a de formas e instrumentos semi-reflexivos de produção de sentido que se manifestam em opiniões e discursos mais ou menos elaborados sobre a prática.” (p.85). É esta reflexividade constante sobre o processo de atribuição de sentidos é que nos permite de facto responder às interrogações que, logo no início levantámos, e faz com que não caiámos na tentação de reproduzir as ideias, que animam o processo de pesquisa, mas que ofuscam a realidade e os seus reais sentidos, tal como defendíamos mais acima na linha de Seda Nunes. Estas observações são, tanto mais importantes, quanto nos localizamos numa postura epistemológica, onde os sentidos subjectivos ganham um papel central, mas onde a análise institucional não se deve perder numa «superconcentração no comportamento intencional» (cf. Giddens, 1996, p.177-178)

⁶⁵ Cf. Tipologia de análise dos mapas mentais, no Anexo n.º1.1.5.

1.2 – Instrumentos operatórios do modelo de análise

1.2.1 – Definição do indicador socioprofissional individual, familiar e de origem

A delimitação das classes sociais, enquanto matriz de leitura das práticas, obedece sempre a uma necessidade de assumpção dos pressupostos técnicos e teóricos que estão na base de tal exercício, mas, igualmente, implica a assumpção de uma tomada de posição por parte do investigador na imposição de um modelo de leitura e de atribuição de sentido ao real e aos modos a partir dos quais podemos ler processos mais amplos de transformação social. Conforme refere João Ferreira de Almeida (1986), “as classes funcionam, enquanto instrumento conceptual, como uma mediação entre o conjunto das estruturas sociais e um conjunto de práticas socialmente significativas. A operação que consiste em tomar as classes como variável independente tem como condição de pertinência o não perder de vista esse carácter mediador, ou seja, que elas próprias são socialmente produzidas, que constituem efeitos, em termos de clivagens sociais, de estruturas históricas complexas” (p.76).

Se a discussão em torno da problemática das classes sociais é já clássica na abordagem sociológica, os pressupostos a partir dos quais, actualmente, se constroem e interpretam as tipologias que procuram dar conta das condições materiais de existência e dos condicionamentos que lhes estão subjacentes (cf. Bourdieu, 2008, p.98), não pode deixar de ser considerada como um dos mais claros exemplos da importância da cumulatividade e reflexividade inerentes ao processo de construção do conhecimento e da formação de um campo científico, como é caso do campo das classes sociais⁶⁶.

Assim, ao objectivismo inicial - muito presente, por exemplo, na teoria marxista das classes - que levava as classes a serem entendidas enquanto grupos homogêneos de indivíduos, agrupados segundo a relação dos agentes com os meios de produção (cf. Queiróz, 2007, p.67), assistimos cada vez mais à necessidade de se encararem as classes como uma «rede de factores», ou seja como uma “(...) constelação de variáveis em interacção umas com as outras, de tal maneira que através de cada uma delas se faz sentir o peso de todas as outras

⁶⁶ A este propósito e na linha do que defendemos acima da necessidade de tomada de posição do investigador no domínio da Sociologia das Classes, Firmino da Costa (2008) considera que a Sociologia das Classes Sociais e da Estratificação é um campo onde podemos encontrar um conjunto vasto de teorias amadurecidas, que se traduzem numa «bateria consolidada de instrumentos e procedimentos operatórios» (p.205), mas à qual frequentemente escapa a sua percepção enquanto “(...) instrumento de articulação, centrando-se nos *protagonistas sociais* enquanto *sujeitos* a condições e dinâmicas estruturais e *sujeitos* de práticas e processos sociais” (p.208).

sobre a prática considerada” (*ibidem*, p.69), Importa, deste modo, perspectivar as classes enquanto rudimentos necessários para a apreensão das vivências quotidianas e as modalidades a partir das quais se inscrevem nos estilos de vida processos, mais ou menos conscientes, de (re)produção dos campos e esferas sociais em que estes se encontram inseridos (cf. Bourdieu, 2008, 56-57; 2001b, p.13; Pereira, 2005, p.56-58; Costa, 2008, p.228-229).

A escolha dos eixos a partir dos quais se estabelecem distâncias e proximidades neste quadro de leitura do real é alvo de lutas dentro do próprio campo da Sociologia das Classes, assentando na necessidade do reconhecimento da centralidade de uns vectores face a outros, mas acima de tudo na necessária heurística destes vectores para a compreensão dos diferentes grupos que emergem desta categorização. A perspectiva de Bourdieu (2008) acerca da *construção* de grandes grupos de condições diferenciadas de existência encontra o seu eixo de diferenciação no *volume global de capitais* (capitais: económico, cultural e social), enquanto “(...) conjunto de recursos e poderes efectivamente utilizáveis: as diferentes classes (e facções de classe) distribuem-se, assim, desde as mais providas, a um só tempo, em capital económico e cultural, até às mais desprovidas nestes dois aspectos” (p.107-108).

Esta lógica de leitura homóloga dos diferentes grupos sociais acarreta consigo um outro conjunto de considerações. Contudo, para a matriz de leitura das classes que estamos a construir importa realçar a importância que, ao longo do tempo, os eixos socioprofissionais e subsidiário deste a trajectória escolar adquirem no seio da Sociologia das Classes⁶⁷. Importa, de igual forma, realçar a necessária reflexão durante todo o procedimento de classificação e de atribuição de sentido a essas categorizações, de que estes são campos e dinâmicas sociais que se sobrepõem (cf. Costa, 2008, p.222-223), além da atenção à dimensão construída destes quadros de leitura implicando assim, uma articulação ao nível da explicação produzida, com os contextos e dimensões espacio-temporais.

Este processo de reflexividade estende-se a todas as etapas do procedimento, não só ao nível do cruzamento entre variáveis primárias na construção dos indicadores, mas de igual forma no plano da leitura substantiva destas mesmas tipificações. Ao nível da construção do *indicador socioprofissional de classe dos indivíduos* (Quadro n.º1), António Firmino da Costa realça que, “(...) os indicadores socioprofissionais não são meros produtos científicos de

⁶⁷ Conforme afirma Firmino da Costa (2008), “apesar do reconhecimento crescente da necessidade de se recorrer também a outros indicadores (...), a maioria das propostas teóricas e das investigações converge na atribuição da importância central aos indicadores socioeducacionais e socioprofissionais, em regra, aliás, bastante associados entre si. O que tem a ver, no plano substantivo, com a centralidade da esfera profissional e do sistema de ensino na estruturação das relações sociais contemporâneas e na distribuição diferencial de recursos e poderes, disposições e oportunidades de indivíduos, famílias e grupos” (p.221-222).

operações teóricas e metodológicas. Resultam também, em articulação com estes, de outros processos sociais de construção simbólica e institucional, alguns de grande escala: desde as lutas simbólicas quotidianas sobre estatutos, qualificações e designações profissionais até à acção de sindicatos e associações profissionais, das dinâmicas tecnológicas e organizacionais, até às de negociação colectiva, passando pelas instâncias internacionais de concentração entre técnicos de produção de estatísticas, entre muitos outros” (Costa, 2008, p.229).

Quadro n.º1: *Matriz de construção do indicador socioprofissional de classe individual*

Profissões (grande grupos CNP/94)	Situação na profissão		
	Patrões (1)	Trabalhador por conta própria (2)	Trabalhador por conta de outrem (3)
1- Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	EDL	EDL	EDL
2- Especialistas das profissões intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
3- Técnicos e profissões de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
4- Pessoal administrativo e similares	EDL	TI	EE
5- Pessoal dos serviços e vendedores	EDL	TI	EE
6- Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	EDL	AI	AA
7- Operários, artífices e trabalhadores similares	EDL	TI	O
8- Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	EDL	TI	O
9.1- Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	EDL	TI	EE
9.2- Trabalhadores não qualificados da agricultura e das pescas	EDL	AI	AA
9.3- Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes	EDL	TI	O

Legenda: EDL – Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE Profissionais Técnicos e de Enquadramento; TI – Trabalhadores independentes; AI- Agricultores Independentes; EE – Empregados Executantes; O – Operários; AA – Assalariados agrícolas

Fonte: Costa, 2008, p.228

Se, como vimos acima, a inserção socioprofissional dos agentes permite a construção de um espectro mais amplo leitura dos quadros relacionais e disposicionais dos agentes, a sua articulação com o *nível de escolaridade frequentado* permite a ilação face a um conjunto adicional de dimensões, dada a preponderância da instituição escolar nas sociedades actuais e o elevado nível de regulação institucional e simbólica que advém de uma passagem mais ou menos prolongada por esta instituição. Da mesma forma, do ponto de vista da articulação da análise que se ensaia com o universo de disposições individuais e grupais, importa atender ao papel que o sucesso ou insucesso advindo da passagem pela instituição escolar representa na vida dos agentes sociais. Além disso, como atenta Almeida (1986), “é verdade que a escola

constitui um instrumento estratégico e privilegiado de promoção social para muitos sectores das classes subalternas. Mas apesar disso, e também por isso mesmo, tudo se passa como se boa parte dos êxitos escolares dos filhos dessas classes fosse reabsorvida por um processo cada vez mais acentuado de desvalorização dos diplomas, assim se conservando o sistema global de diferenças e distâncias sociais” (p.96). A este propósito o autor procura chamar a atenção para a instrumentalização de que a escola assume nas tomadas de posição dos diferentes grupos sociais: se o conhecimento técnico e a sua centralidade nas sociedades contemporâneas se afirma como um instrumento de mobilidade no espaço social; a valorização ou a desvalorização social dos títulos escolares afirma-se como um importante mecanismo de reificação de posicionamentos e redes de dominação ao nível de uma leitura mais macro das estruturas sociais.

Conforme Firmino da Costa (2008) chama a atenção a importância da leitura das relações entre os agentes individuais e o grupo doméstico prende-se: em primeiro lugar, com uma necessidade classificatória dos agentes que ainda não tiveram qualquer experiência profissional (e.g. crianças, estudantes, domésticas ou indivíduos à procura do primeiro emprego); mas de igual forma, pela assumpção teórica de “(...) a unidade doméstica tender a constituir um lugar decisivo de partilha de recursos e de estilos de vida, de interacções quotidianas afectivas e instrumentais, e processos socializadores e de formação de disposições, de transmissão de património e geração de estratégias de vida, o facto de constituir ainda um referente primordial de trajectórias sociais (...)” (p.232).

Quadro n.º2: *Matriz de construção do indicador socioprofissional familiar de classe*

		HOMEM						
		EDL	PTE	TI	AI	EE	O	AA
MULHER	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL
	PTE	EDL	PTE	PTE	PTE	PTE	PTE	PTE
	TI	EDL	PTE	TI	TIpl	TIpl	TIpl	TIpl
	AI	EDL	PTE	TIpl	AI	AIpl	AIpl	AIpl
	EE	EDL	PTE	TIpl	AIpl	EE	AEpl	AEpl
	O	EDL	PTE	TIpl	AIpl	AEpl	O	AEpl
	AA	EDL	PTE	TIpl	AIpl	AEpl	AEpl	AA

Legenda: **EDL** – Empresários, dirigentes e profissionais liberais; **PTE** - Profissionais técnicos e de enquadramento; **TI** – Trabalhadores independentes; **TIpl** – Trabalhadores independentes pluriactivos; **AI** – Agricultores independentes; **AIpl** – Agricultores independentes pluriactivos; **EE** – Empregados executantes; **O** – Operários; **AA** – Assalariados agrícolas; **AEpl** – Assalariados executantes pluriactivos.

Fonte: Costa, 2008, p.235.

Do ponto de vista teórico-metodológico a *matriz de construção do indicador socioprofissional familiar de classe* (Quadro n.º2) revela um modelo de «conjugação» entre

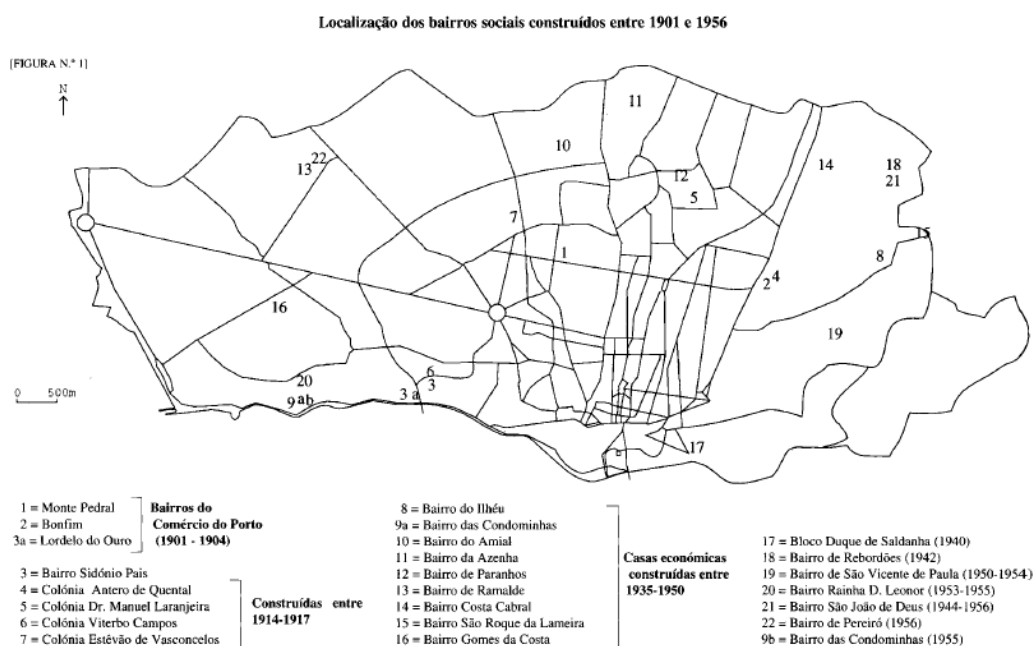
os posicionamentos individuais e a definição da posição do grupo doméstico, dando lugar a situações de classificação do grupo familiar heterogéneas, que se traduzem em situações de pluriactividade num quadro de “(...) integração conjunta, na determinação das categorias de classe familiares, de referências relativas, não só a um, mas aos vários elementos da unidade familiar co-residente (...)”, em detrimento do critério classificatório a partir do elemento do grupo doméstico que contribui com um maior volume de recursos (Costa, 2008, p.234).

Por último, tornam-se necessárias algumas considerações em torno do conceito de mobilidade social, que deve ser entendido enquanto um conjunto de fluxos colectivos, de distribuições e de redistribuições dos agentes sociais pelos lugares de classe”, deve ser igualmente concebido como “(...) uma dimensão das trajectórias das classes, das fracções e dos grupos. O conceito de trajectória social permite, com efeito, analisar simultaneamente o processo de transformação histórica dos lugares e dos agentes que os ocupam (e desocupam)” (Almeida, 1986, p.86), sempre enquadrados à luz de um quadro analítico que permita articular as estratégias individuais, à luz dos constrangimentos contextuais que se lhe impõem e do significado que essa movimentação no espaço social ganha no âmbito de um quadro de transformações sociais e económicas mais vastas.

1.2.2 – Localização dos bairros sociais construídos na cidade do Porto ao longo do século

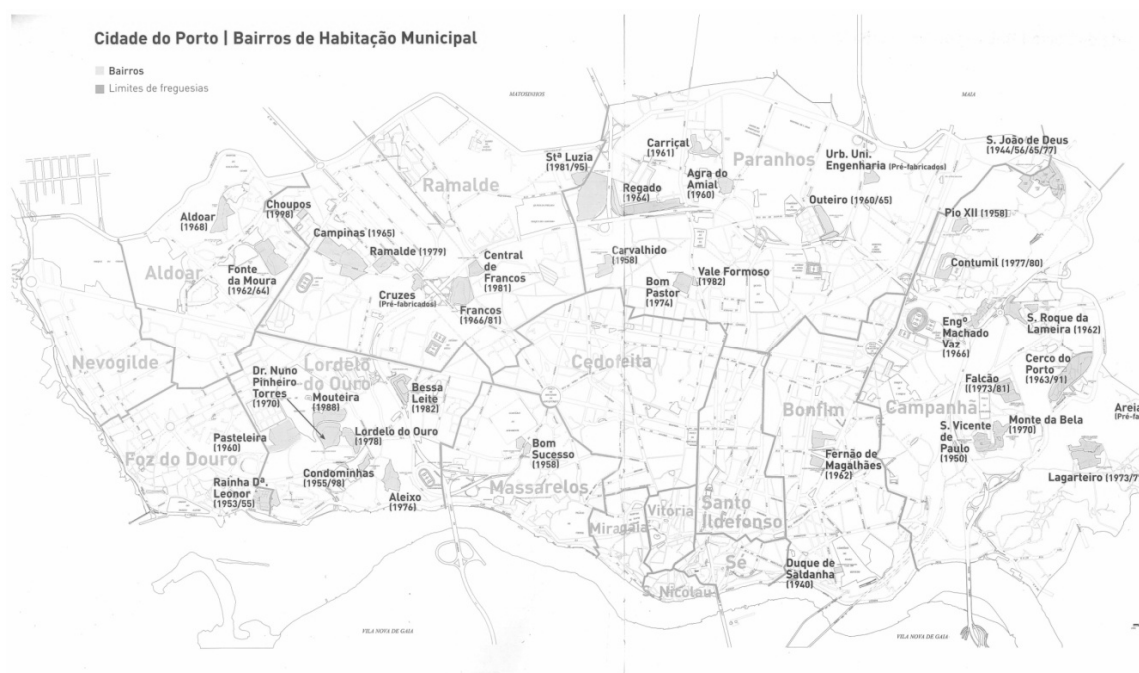
XX

Mapa n.º1: Localização dos bairros sociais construídos entre 1901 e 1956



Fonte: in Matos, 1994, p.684.

Mapa n.º2: Localização dos bairros de habitação municipal construídos na segunda metade do século XX



Fonte: Pimenta; Ferreira, 2001b, p.10-11.

1.3 – Instrumentos auxiliares de planeamento da pesquisa

1.3.1 – Cronograma de investigação

Fases	CRONOGRAMA										
	Ano	2009			2010						
	Tarefas/ Meses (ordem dos meses)	Out. (1)	Nov. (2)	Dez. (3)	Jan. (4)	Fev. (5)	Mar. (6)	Abr. (7)	Mai. (8)	Jun. (9)	Jul. (10)
Fase 1: Definição do objecto	Definição do tema e subtema	X									
	Definição dos objectivos	X	X								
	Definição da população-alvo	X	X								
	Definição das questões de partida	X	X								
Fase 2: Exploração	Pesquisa Bibliográfica	X	X								
	Realização dos primeiros contactos exploratórios	X									
	Levantamento e mapeamento do espaço físico	X									
Fase 3: Definição da problemática e modelo de análise	Revisão da literatura e da informação estatística disponível	X	X	X							
	Revisão e reajustamentos do objecto e questões iniciais		X	X							
	Definição da problemática teórica	X	X	X	X						
	Construção de conceitos, dimensões e indicadores		X	X	X	X					
	Construção do modelo de análise (1ª versão e final)		X	X	X				X	X	
	Desenho metodológico	X	X	X							
Entrega do projecto de investigação			X								

Fase 4: Observação	Entrada no terreno e selecção dos informantes privilegiados			X	X						
	Construção dos instrumentos de observação			X	X	X	X				
	Seleção dos agregados a observar				X	X	X	X			
	Recolha da informação				X	X	X	X	X		
Fase 5: Análise das informações	Transcrição das entrevistas							X	X	X	
	Construção das narrativas							X	X	X	
	Recenseamento e tratamento dos registos de observação directa						X	X	X		
	Comparar as relações observadas com as teoricamente esperadas								X	X	X
	Procurar o significado das diferenças									X	X
Fase 6: Análise final e redacção do relatório final	Retrospectivar criticamente todo o procedimento									X	X
	Problematizar as consequências teóricas, epistemológicas do procedimento									X	X
	Redacção do relatório final								X	X	X
Entrega do Relatório Final											X

1.4 - Instrumentos de recolha

1.4.1 – Guião de entrevista ao presidente da Associação de Moradores de S. Vítor (AMSV)

I- Caracterização da Associação

- ✓ Ano de fundação;
- ✓ Missão inicial e actual;
- ✓ Identificação dos moradores que integram/integraram a associação;
- ✓ Representatividade dos moradores de S. Vítor;
- ✓ Dinâmica de funcionamento da associação;
- ✓ Entidades que colaboram com a associação (ao nível jurídico, por exemplo);
- ✓ Projectos actuais e acção futura;

II- Representações individuais face às políticas habitacionais na cidade

- ✓ Acção e colaboração com a associação dos diferentes actores de poder local;
- ✓ Percepção face à zona oriental da cidade;
- ✓ Identificação dos principais problemas sociais da zona;
- ✓ Posicionamento face à acção da CMP no que concerne à habitação;

III- Caracterização do entrevistado e do estabelecimento comercial que dirige na Rua de S. Vítor

- ✓ Idade;
- ✓ Escolaridade;
- ✓ Trajectória profissional;
- ✓ Desafios para o seu negócio em articulação com uma perspectiva pessoal sobre a cidade.

1.4.2 Guião de entrevista aos merceeiros

Parte I: Caracterização da mercearia

1- Há quantos anos existe a mercearia?

2- A mercearia é sua?

(Se sim, como a adquiriu?) (negócio de família ou começou primeiro a trabalhar aqui)

3- Costuma ter quem o ajude aqui na mercearia?

4- Tem algum fornecedor regular? (ou já costuma comprar a mercadoria a revendedores ou em lojas a retalho)

5- Quem são os seus principais fregueses? (habitantes das ilhas ou então também pessoas de fora)

6- Ao longo dos anos, tem vindo a notar uma alteração na afluência de fregueses aqui na mercearia? Ou então, nos produtos que procuram? (se vêm comprar apenas alguns produtos que pontualmente falta em casa, ou então se aquele ainda é o principal sitio de compra dos produtos para a casa)

7- Adopta o sistema aqui na loja de apontar no caderno? (vende fiado? Se sim, quando é que as pessoas costumam pagar? (final do mês, vão pagando quando podem, etc.)

Parte II: Representações face às ilhas e os seus habitantes

8- Podia-me descrever de uma forma geral as pessoas que aqui moram? (procura-se, acima de tudo, adjectivos)

9- Considera que os habitantes das ilhas actualmente enfrentam maiores dificuldades, no que toca a garantirem um emprego que lhes permita passar o mês «de forma mais desafogada»? (questão do desemprego, dos baixos rendimentos por via da desqualificação da mão-de-obra)

10- Considera que as redes de entreajuda entre vizinhos são um importante elemento na subsistência das pessoas daqui das ilhas?

11- Como vê/perspectiva o ambiente aqui da zona? Acha que tem vindo a alterar-se?

12- Quais é que considera que são os problemas mais comuns de quem vive aqui nas ilhas? (alcoolismo, violência, droga, desemprego, etc.)

13- Nos últimos tempos, acha que tem vindo gente «nova» (novos moradores) para as ilhas?

(Se sim, como avalia a sua integração?) (inserem-se rapidamente nas teias de sociabilidade locais e com isso acabam por frequentar o comércio local)

14- Como vê/perspectiva o futuro dos mais jovens aqui das ilhas? (relação com a escola (cada vez estudam mais anos, ou então saem cedo da escola para começar a trabalhar e ajudar em casa); relação com o mercado de trabalho (formal e informal))

15- Acha que os mais novos, quando conseguem alguma independência, procuram sair logo das ilhas?

16- Na sua perspectiva, o que é que os poderes públicos deveriam fazer em primeiro lugar para alterar de alguma forma as condições de vida aqui nas ilhas?

17- Na sua perspectiva quais dos dois quadros se encontra mais próximo da realidade: a imagem dos habitantes que se juntam para comemorar o São João, ou então a de uma população que vai envelhecendo e que sucessivamente vai esquecendo o seu espírito de união («comunidade»)?

Parte III: caracterização do entrevistado

18- Qual a sua idade?

19- Onde nasceu? (se diferente do Porto: com que idade veio viver aqui para o Porto?)

20- Até que ano andou na escola?

21- Com que idade começou a trabalhar?

22- Já teve outro trabalho, para além do da mercearia?

23- Onde vive? (importa saber se vive numa ilha. Se sim, gosta de cá morar?)

1.4.3 – Guião de entrevista aos moradores

Elementos gerais de caracterização sóciográfica do entrevistado:

Nome:		Idade:
Sexo:	Estado Civil:	Escolaridade:
Profissão:		
Identificação da habitação:		
Posição no agregado familiar:		
Codificação:		

Parte I: Caracterização da trajectória habitacional

- 1- Há quanto tempo vive aqui na ilha?
- 2- Qual o motivo de ter vindo viver aqui para esta ilha?
- 3- Tem familiares próximos que vivam nesta ou noutras ilhas?
- 4- Anteriormente já tinha vivido noutra ilha? Se não, qual o tipo de habitação em que residia?

Parte II: Caracterização da trajectória habitacional do cônjuge ou elemento mais próximo com quem o inquirido reparta a habitação (atenção: adaptar as questões face à informação recolhida anteriormente)

- 5- Há quanto tempo vive aqui na ilha?
- 6- Qual o motivo de ter vindo viver aqui para esta ilha?
- 7- Tem familiares próximos que vivam nesta ou noutras ilhas?
- 8- Anteriormente já tinha vivido noutra ilha? Se não, qual o tipo de habitação em que residia?

Parte III: Caracterização do espaço da habitação/ilha

- 9- A sua casa é própria ou alugada?
- 10- (Se alugada) Podia-me dizer o valor da sua renda mensal? (atenção: se for um residente que habita nas ilhas há á algumas décadas, procurar saber o modo como o valor das rendas foi evoluindo)
(Se própria) Quando comprou aqui a sua casa? Se não for indiscrição qual o valor que pagou por ela?
- 11- E a Ilha, é privada ou é da Câmara?
- 12- Quantos quartos tem aqui em casa?
- 13- Qual o número máximo de pessoas que já viveram nesta casa? (se diferente do actual, aferir qual o grau de parentesco com essas pessoas e onde vivem agora)
- 14- Tem casa de banho no interior da habitação?

15- (Se no interior) A casa de banho já se encontrava no interior da casa quando veio para aqui viver? (atenção: se não, quando e por quem foi construída a casa de banho?)

(Se no exterior) Com quantas pessoas partilha a casa de banho? Quem se ocupa da manutenção desse espaço?

16- (Se quando veio viver para a casa não tinha casa de banho interior) O que costumava ser ou guardar no espaço actual da casa de banho?

17- Podia-me descrever quais as principais alterações que a sua casa sofreu desde que veio para aqui viver?

18- Quem pagou a maioria dessas alterações?

19- (Em caso da ilha ser privada) Actualmente, se precisar de obras aqui em casa costuma falar directamente com o senhorio? E ele acede? (ou costuma ter que recorrer sistematicamente às inspecções da câmara? Ou ainda, acaba por ser o próprio a levar a cabo essas obras?)

(Em caso da ilha ser camarária) Já iniciou algum processo de pedido de obras na câmara? (como avalia a resposta dada em termos de tempo e obras realizadas ou não?)

20- Como caracteriza a sua relação com o senhorio ou com a câmara?

Parte IV: Modos de vida na ilha e interrelação com o espaço envolvente

21- Desde que aqui vive, como vê/perspectiva o ambiente aqui na ilha?

22- Aqui na ilha, existe muita gente que tenha vindo viver para aqui há pouco tempo?

23- Como caracteriza a relação com os vizinhos aqui da ilha? (face aos vizinhos mais antigos, como também com os novos moradores)

24- Tem o contacto de algum vizinho, ou algum vizinho tem o seu contacto para que possam acorrer uns aos outros em caso de alguma emergência? (contacto telefónico, chave de casa, etc.)

25- Costuma frequentar as lojas mais próximas aqui da ilha? (identificamos: cafés, sede recreativa, cabeleireiro, talho e merceiro)

26- Qual o sítio da cidade onde considera que toma o melhor café? Costuma lá ir? (no caso de um idoso ou de alguém que afirme que não costuma tomar café, substituir por outro referencial como o sítio na cidade onde se compra os melhores produtos do quotidiano (mercearia) ou produtos tradicionais)

27- Costuma receber regularmente a visita de familiares ou amigos próximos aqui em casa?

Parte V: Modalidades de ocupação dos tempos livres

28- Podia-me descrever um «*dia tipo*» que dê conta das suas rotinas quando está em casa?

29- Qual é a actividade do dia-a-dia que mais tempo lhe ocupa?

30- Tem quem a(o) ajude nas lides domésticas?

31- Qual o seu espaço da casa preferido? E dos outros elementos do agregado?

32- Costuma passar a maior parte do dia em casa? Sozinho (a) ou acompanhado(a)?

33- Qual o programa de televisão que mais gosta de ver?

Parte VI: Representações face à ilha e à cidade

34- Para quem é de fora da ilha, as ilhas costumam estar associadas a dois símbolos importantes da cidade – o Futebol Clube do Porto e o São João. Considera que essa imagem é verdadeira?

35- Como costuma viver essas ocasiões?

36- Se lhe fosse oferecida a oportunidade de ir viver para uma casa nova, iria de bom agrado?

37- Nessa situação, seria mais importante para si a localização dessa casa nova, ficar próxima dos seus vizinhos actuais, ou ainda as condições dessa nova casa?

38- Dando asas à imaginação, como seria essa casa nova? (casa ou apartamento, onde seria, quantos quartos, espaços ao ar livre, áreas comuns, por exemplo)

39- Por último, pedia-lhe que em cinco minutos me desenhasse neste papel um mapa da cidade, em que indicasse, nesse mapa, onde ficam alguns dos sítios da cidade que visita com maior frequência, ou ainda que tenham maior significado para si...

Parte VII: caracterização do entrevistado/agregado familiar

40- Quantas pessoas residem aqui em casa? _____

41- Qual a sua relação de parentesco face aos outros elementos do seu agregado familiar?

Elemento 1: _____ Sexo: _____ Idade: _____ (preferencialmente, cônjuge)

Elemento 2: _____ Sexo: _____ Idade: _____

Elemento 3: _____ Sexo: _____ Idade: _____

Elemento 4: _____ Sexo: _____ Idade: _____

Elemento 5: _____ Sexo: _____ Idade: _____

42- Qual o nível de escolaridade completo que possui?

-----	Ego	Pai	Mãe	EL 1	EL 2	EL3	EL4	EL5
Não sabe ler, nem escrever								
Sabe ler e escrever, sem grau de ensino								

Ensino Básico 1º Ciclo (primário, 4ª classe, equivalente)								
Ensino Básico 2º Ciclo (6.º ano, 2.º ano do ciclo preparatório, equivalente)								
Ensino Básico 3º Ciclo (secundário unificado, 9.º ano, antigo 5.º ano do liceu, curso comercial, industrial, equivalente)								
Ensino Secundário (antigo complementar, antigo 7º ano do liceu, 12.º ano, propedêutico, equivalente)								
Ensino Médio/ Bacharelato								
Licenciatura								
Pós-Graduação/ Especialização								
Mestrado								
Doutoramento								
Outra situação								

Qual?

43- Qual a sua condição perante o trabalho?

-----	Ego	Pai	Mãe	EL 1	EL 2	EL3	EL4	EL5
Exerce uma profissão a tempo inteiro								
Exerce uma profissão a tempo parcial								
Desempregado (a)								
Estudante a tempo inteiro								
Estudante-trabalhador								
Formando(a)								
Frequenta um estágio								
Ocupa-se exclusivamente das tarefas do lar								
Reformado (a)								
Incapacitado (a) para o trabalho								
Outra situação								

Qual?

44- No caso de exercer uma profissão a tempo inteiro ou parcial indique-a, por favor:

Ego: _____

Pai: _____
 Mãe: _____
 EL1: _____
 EL2: _____
 EL3: _____
 EL4: _____
 EL5: _____

45 – Pode dizer-me qual a sua situação na profissão:

-----	Ego	Pai	Mãe	EL 1	EL 2	EL3	EL4	EL5
Patrão								
Trabalhador por conta própria								
Trabalhador independente								
Trabalhador por conta de outrem								
Trabalhador familiar não remunerado								
Outra Situação								

Qual?

46- No caso de ser trabalhador por conta de outrem, por favor diga-me o seu cargo/função na profissão principal:

-----	Ego	Pai	Mãe	EL 1	EL 2	EL3	EL4	EL5
Dirigente/Gestor de topo								
Quadro ou Gestor intermédio								
Chefia directa ou Primeira chefia								
Encarregado Geral								
Executantes sem lugar de chefia								
Outra situação								

Qual?

47- No caso de ser patrão ou trabalhador por conta própria, podia-me indicar o número de dependentes:

-----	Ego	Pai	Mãe	EL 1	EL 2	EL3	EL4	EL5
Nenhum								

Até 5 trabalhadores								
Mais de 5 trabalhadores								

48- Qual a sua naturalidade?

-----	Ego	Pai	Mãe	EL 1	EL 2	EL3	EL4	EL5
Concelho								
Freguesia								

49- Tem filhos? Quantos?

-----	Ego	Pai	Mãe	EL 1	EL 2	EL3	EL4	EL5
Sim (n.º)								
Não								

1.5 – Instrumentos de tratamento

1.5.1 – Grelha de observação directa

Categorias	Dimensões	Indicadores	
I. Interior do espaço doméstico	1- espaço da casa;	-organização interna do espaço (disposição das divisões e os modos como se encontram divididas); - peças de mobiliário mais comuns e a sua disposição; - fotografias, quadros e símbolos mais relevantes;	Criação de um mapa do espaço interior da casa
	2- morador(es)	- apropriação do espaço da casa (local onde nos recebe e deslocações que faz no interior da casa); - associação entre os discursos sobre a casa e a sua família e a apresentação de símbolos ou espaços que estão a ser referidos no momento; - presença de outros elementos na casa e a sua postura face a nossa presença (espaço da casa ocupado e comentários proferidos);	
II. Ilha	3-espaços comuns da ilha	-disposição das casas; - existência ou não de casas de banho comuns; - apropriação dos espaços comuns (estendal, móveis, flores); -presença de animais; - disposição de objectos nas janelas;	
	4- moradores	- mecanismos de controlo da nossa presença; - interacção entre vizinhos; - comentários verbais e não verbais às rotinas dos vizinhos;	

		- relação de entreaajuda (posse da chave da casa do vizinho);
III. Zona envolvente	5- Actividades económicas	- estabelecimentos comerciais (tipo de estabelecimento que é, disposição e tipo de produtos, os nomes dos estabelecimentos comerciais); -identificação dos clientes;
	6- Serviços	- identificação das infra-estruturas existentes; -proximidade e facilidade de acesso aos transportes públicos;

1.5.2 – Tipologia de análise vertical da entrevista ao presidente da AMSV

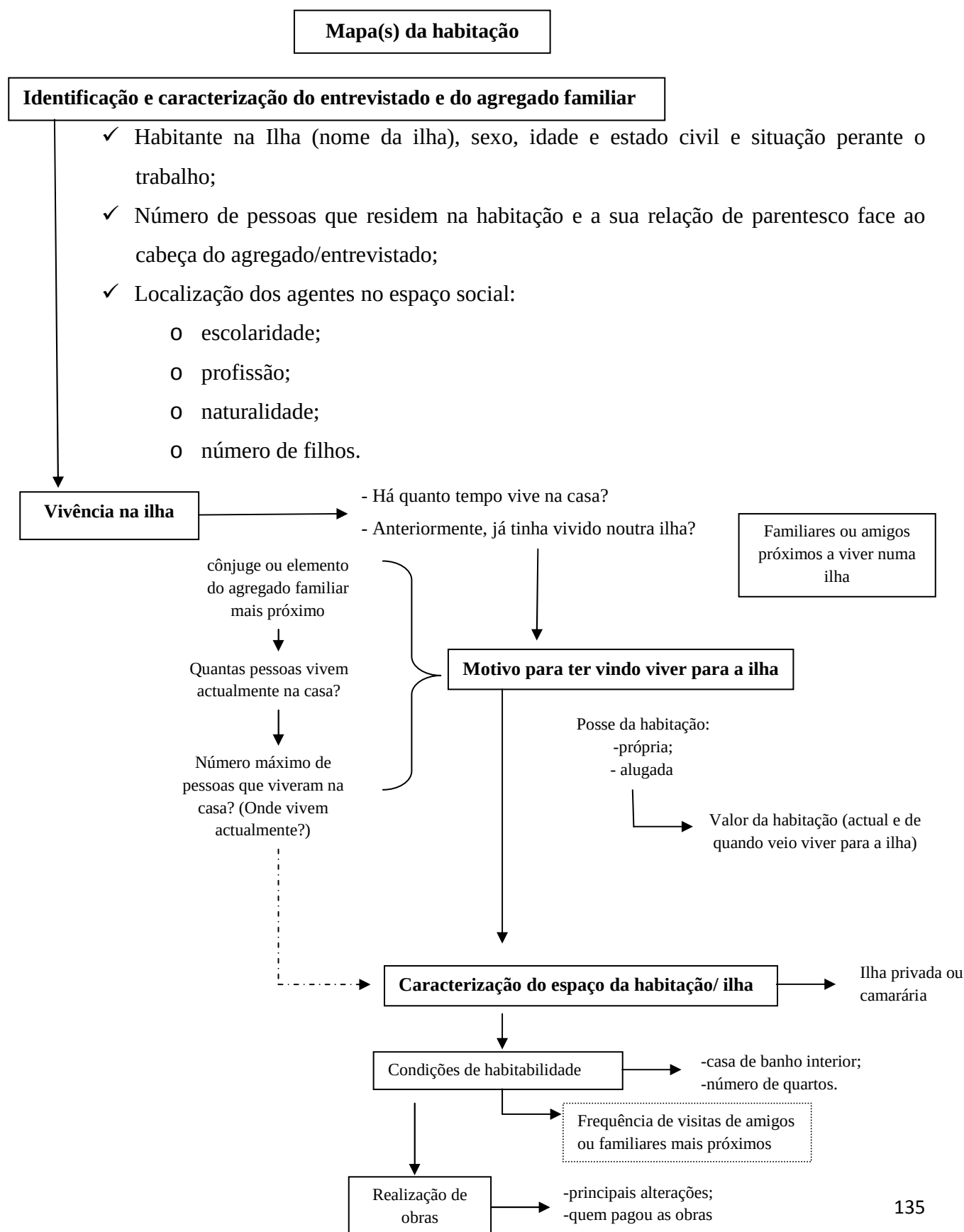
Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Caracterização da Associação	Ano de fundação;	Fundação, representatividade e objectivos iniciais da AMSV;
	Missão inicial e actual;	
	Identificação dos moradores que integram/integraram a associação;	
	Representatividade dos moradores de S. Vítor;	Problemática das ilhas e acção da associação;
	Dinâmica de funcionamento da associação;	Organização interna da associação e principais parcerias institucionais aquando da formação;
	Entidades que colaboram com a associação (ao nível jurídico, por exemplo);	
	Projectos actuais e acção futura;	Caracterização da associação na actualidade;
Representações individuais face às políticas habitacionais na cidade	Acção e colaboração com a associação dos diferentes actores de poder local;	Posicionamento da associação na negociação com os diversos agentes de poder;
	Percepções face à zona oriental da cidade;	Representações face à zona da oriental da cidade do ponto de vista da problemática da habitação e desafios socioeconómicos;
	Posicionamento face à acção da CMP no que concerne à habitação;	Representações face às sucessivas políticas habitacionais na cidade;
Caracterização do entrevistado e do estabelecimento comercial que dirige na Rua de S. Vítor	Idade;	Caracterização sociográfica do entrevistado;
	Escolaridade;	
	Trajectória profissional;	
	Desafios para o seu negócio em articulação com uma perspectiva pessoal sobre a cidade.	Caracterização da loja do entrevistado, enquanto exemplo dos principais desafios da zona;

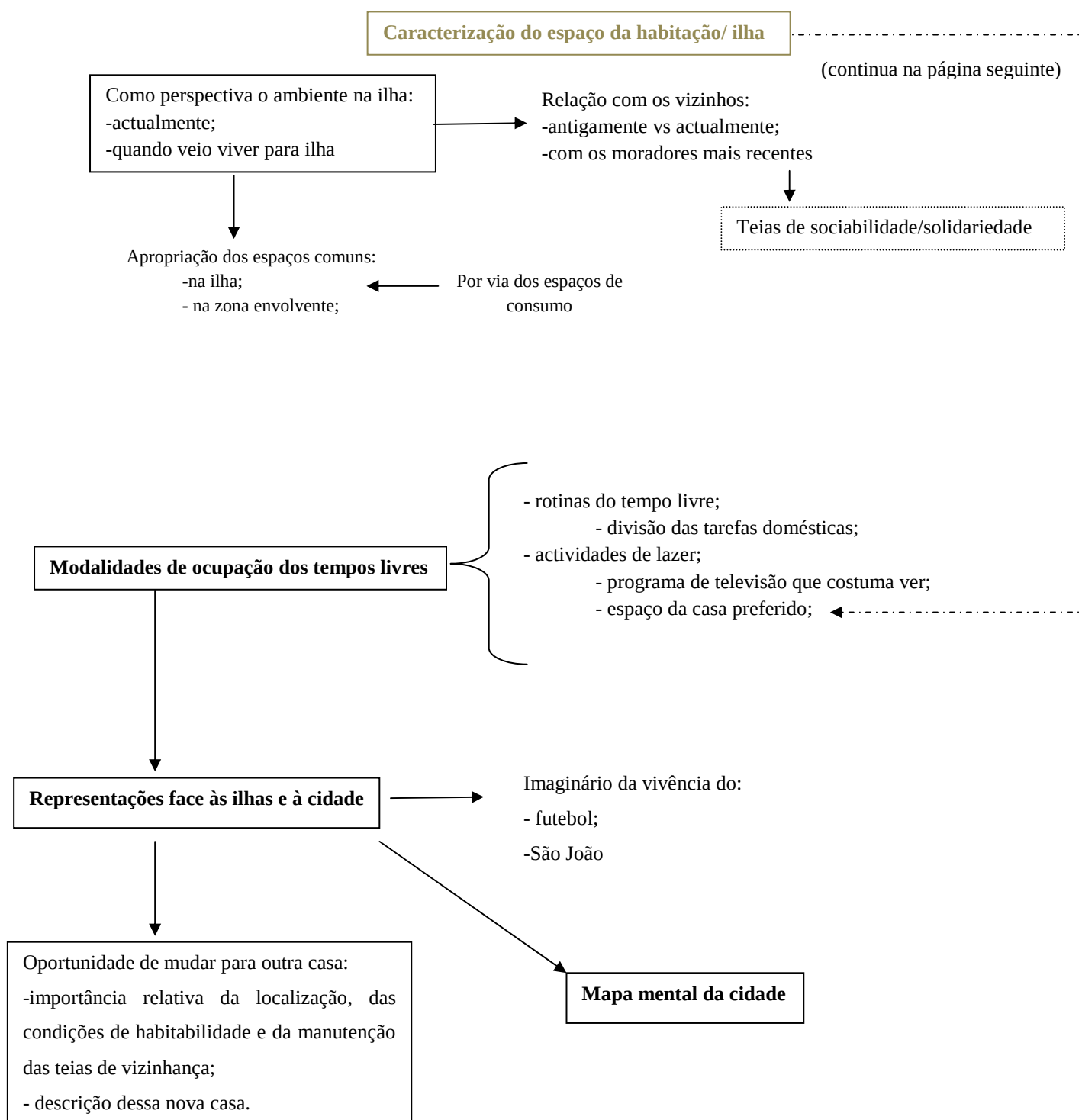
1.5.3 – Tipologia de análise vertical da entrevista dos merceeiros

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Caracterização da mercearia	1- Há quantos anos existe a mercearia?	-antiguidade do negócio;
	2- A mercearia é sua? (Se sim, como a adquiriu?)	-investimento económico no negócio;
	3- Costuma ter quem o ajude aqui na mercearia?	
	4- Tem algum fornecedor regular?	- fornecedores e variedade de produtos;
	5- Quem são os seus principais fregueses?	- clientes e tipos de produtos que procuram; - percepção do poder de compra dos clientes;
	6- Ao longo dos anos, tem vindo a notar uma alteração na afluência de fregueses aqui na mercearia? Ou então, nos produtos que procuram?	
	7- Adopta o sistema aqui na loja de apontar no caderno?	
Representações face às ilhas e os seus habitantes	8- Podia-me descrever de uma forma geral as pessoas que aqui moram?	- percepção face aos habitantes das ilhas e face à sua condição social; - importância das teias de solidariedade;
	9- Considera que os habitantes das ilhas actualmente enfrentam maiores dificuldades, no que toca a garantirem um emprego que lhes permita passar o mês «de forma mais desafogada»?	
	10- Considera que as redes de entreajuda entre vizinhos são um importante elemento na subsistência das pessoas daqui das ilhas?	
	11- Como vê/perspectiva o ambiente aqui da zona? Acha que tem vindo a alterar-se?	
	12- Quais é que considera que são os problemas mais comuns de quem vive aqui nas ilhas?	
	13- Nos últimos tempos, acha que tem vindo gente «nova» (novos moradores) para as ilhas? (Se sim, como avalia a sua integração?)	- percepção face às dinâmicas de transformação das ilhas: - novos habitantes; - futuro dos mais jovens; - intervenção do poder político; - imagem pública da ilha;
	14- Como vê/perspectiva o futuro dos mais jovens aqui das ilhas?	
	15- Acha que os mais novos, quando conseguem alguma independência, procuram sair logo das ilhas?	

	16- Na sua perspectiva, o que é que os poderes públicos deveriam fazer em primeiro lugar para alterar de alguma forma as condições de vida aqui nas ilhas?	
	17- Na sua perspectiva quais dos dois quadros se encontra mais próximo da realidade: a imagem dos habitantes que se juntam para comemorar o São João, ou então a de uma população que vai envelhecendo e que sucessivamente vai esquecendo o seu espírito de união («comunidade»)?	
Caracterização do entrevistado	18- Qual a sua idade?	- trajectória profissional e residencial.
	19- Onde nasceu?	
	20- Até que ano andou na escola?	
	21- Com que idade começou a trabalhar?	
	22- Já teve outro trabalho, para além do da mercearia?	
	23- Onde vive?	

1.5.4 – Modelo-base de construção das narrativas dos moradores das ilhas





1.5.5 – Tipologia de análise dos mapas mentais segundo a proposta de Kevin Lynch

Elementos	Significado	Indicadores
Vias	“ (...) são os canais ao longo dos quais o observador se move, usual, ocasional ou potencialmente” (Lynch, 1999, p.58)	- Predominância da via; - Facilidade de identificação da via em questão; - Lógica de ligação entre as vias; - Início e fim da via (e.g. perceptíveis ou não os extremos da via);
Limites	“ (...) são os elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias (...) funcionam, no fundo, mais como referências secundárias do que como alavancas coordenantes” (ibidem, p.58)	- Limites naturais (e.g. rio, costa marítima); - Limites construídos pelo homem (e.g. auto-estradas, ruas, caminho de ferro); - Funcionam ou não também como vias;
Bairros	“ (...) são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e de identificável” (ibidem, p.58)	- Organização interna e externa; - Modos como estruturam uma imagem da cidade (diferenciação entre as diversas zonas da cidade e a percepção dos pormenores que caracterizam cada bairro); - Unidade temática associada a cada bairro; - Ligação a outros bairros ou zonas da cidade; - Diferenciação das funções de cada bairro ou zona da cidade;
Cruzamentos	“ (...) são pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar e constitui intensivos focos para os quais e dos quais ele se desloca” (ibidem, p.58)	- Pontos estratégicos assinalados e a sua extensão; - Associação a rotinas de deslocação quotidianas (e.g. estações de comboio, paragens de autocarro e de metro); - Associação dos cruzamentos a funções da cidade (e.g. intercepção de zonas comerciais; serviços); - Introversão ou extroversão dos cruzamentos (e.g. consoante nos situemos no centro ou na periferia os cruzamentos podem ou não assumir um cariz direccional);
Pontos marcantes	“ (...) são outro tipo de referência, mas, neste caso, o observador não está dentro deles, pois são externos. São normalmente representados por um objecto físico, definido de um modo simples: edifício, sinal, loja ou montanha” (ibidem, p.59)	- Isolamento do ponto marcante face às restantes possibilidades; - Contraste face aos elementos circundantes; - Associação do ponto marcante a cruzamentos ou outros elementos relacionados com a apropriação quotidiana do espaço da cidade; - Visibilidade do elemento marcante (e.g. visível apenas numa dada zona da cidade/loais restritos, ou então domina a paisagem da cidade); - Sequências de ligação entre elementos marcantes.

Fonte: Adaptado de LYNCH, Kevin (1999) – **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70 ISBN 972-44-0379-3

Anexo II – Resultados

2.1 – Casos para a construção de lugares de classe

N.º Entrevista	Sexo		Profissão Principal	Função na Profissão	Situação na Profissão	Habilitações Literárias
1	Fem	E- Ego	Costureira numa confecção	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino básico 1º ciclo
	Masc	C- Conj	Bancário (caixa)	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino Básico 3º ciclo
	Fem	M- Mãe	Empregada de limpeza num tribunal	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino básico 1º ciclo
	Masc	P- Pai	Empregado numa garagem (abastecedor de combustíveis)	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino básico 1º ciclo
2	Fem	E- Ego	Pasteleira	Encarregado Geral	Trab. conta de outrem	Ensino básico 1º ciclo
	Masc	C- Conj	Empregado de balcão numa loja de produtos electrónicos	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino básico 1º ciclo
	Fem	M- Mãe	Doméstica	NSA	NSA	Não sabe ler, nem escrever
	Masc	P- Pai	Torneiro	NSA	Trab. conta própria	Não sabe ler, nem escrever
3	Fem	E- Ego	Cozinheira	Executante	Trab. conta de outrem	Não sabe ler, nem escrever
	Masc	C- Conj	Manobrador de máquinas na construção civil	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino básico 1º ciclo
	Fem	M- Mãe	Vendedora ambulante (peixe e fruta)	NSA	Trab. conta própria	Ensino básico 1º ciclo
	Masc	P- Pai	Estivador Doca de Leça	Executante	Trab. conta de outrem	Não sabe ler, nem escrever
4	Masc	E- Ego	3º oficial (tesoureiro)	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino Básico 2º ciclo
	Fem	C- Conj	NSA	NSA	NSA	NSA
	Fem	M- Mãe	Assalariada agrícola		Trab. conta de outrem	Sabe ler e escrever sem grau de ensino
	Masc	P- Pai	Empregado de balcão num café	Executante	Trab. conta de outrem	Não sabe ler, nem escrever
5	Fem	E- Ego	Costureira numa confecção	Executante	Trab. conta de outrem	Não sabe ler, nem escrever
	Masc	C- Conj	NSA	NSA	NSA	NSA
	Fem	M- Mãe	Vendedora ambulante (fruta)	NSA	Trab. conta própria	Não sabe ler, nem escrever
	Masc	P- Pai	Coveiro	Executante	Trab. conta de outrem	Não sabe ler, nem escrever
6	Fem	E- Ego	Empregada de mesa	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino Básico 3º ciclo
	Masc	C- Conj	Instalador de gás natural	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino Básico 2º ciclo
	Fem	M- Mãe	Cozinheira	Executante	Trab. conta de outrem	Sabe ler e escrever sem grau de ensino
	Masc	P- Pai	Alfaiate	NSA	Trab. conta própria	Ensino básico 1º ciclo

7	Fem	E- Ego	Costureira numa confecção	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino Básico 2º ciclo
	Masc	C- Conj	NSA	NSA	NSA	NSA
	Fem	M- Mãe	Costureira numa confecção	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino básico 1º ciclo
	Masc	P- Pai	Operário metalúrgico	Encarregado	Trab. conta de outrem	Ensino básico 1º ciclo
8	Fem	E- Ego	Enfermeira-chefe	Encarregado	Trab. conta de outrem	Pós-graduação/ especialização
	Masc	C- Conj	NSA	NSA	NSA	NSA
	Fem	M- Mãe	Empregada de quartos	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino Básico 1º ciclo
	Masc	P- Pai	Chefe de mesa num restaurante	Encarregado	Trab. conta de outrem	Ensino Básico 1º ciclo
9	Masc	E- Ego	Operador de máquinas numa fábrica	Executante	Trab. conta de outrem	Ensino Básico 2º ciclo
	Fem	C- Conj	NSA	NSA	NSA	NSA
	Fem	M- Mãe	Empregada doméstica em casas particulares	Executante	Trab conta de outrem	Ensino Básico 1º ciclo
	Masc	P- Pai	Empregado de balcão	Encarregado	Trab conta de outrem	Ensino Básico 2º ciclo
10	Mas	E- Ego	Ourives (artesão de peças em prata)	Executante	Trab conta de outrem	Ensino Básico 1º ciclo
	Fem	C- Conj	Operária numa fábrica de têxteis	Executante	Trab conta de outrem	Ensino Básico 1º ciclo
	Fem	M- Mãe	Empregada de limpeza numa camisaria e numa senhora particular	Executante	Trab conta de outrem	Não sabe ler, nem escrever
	Masc	P- Pai	Contínuo numa companhia de vinhos	Executante	Trab conta de outrem	Sabe ler e escrever sem grau de ensino
11	Fem	E- Ego	Doméstica	NSA	NSA	Sabe ler e escrever sem grau de ensino
	Masc	C- Conj	Empregado de mesa	Executante	Trab conta de outrem	Ensino Básico 1º ciclo
	Fem	M- Mãe	Doméstica	NSA	NSA	Sabe ler e escrever sem grau de ensino
	Masc	P- Pai	Barbeiro	Executante	Trab conta de outrem	Ensino Básico 1º ciclo
12	Fem	E- Ego	Auxiliar num armazém	Executante	Trab conta de outrem	Não sabe ler, nem escrever
	Masc	C- Conj	Alfaiate	Executante	Trab conta de outrem	Ensino Básico 1º ciclo
	Fem	M- Mãe	Tecelão	Executante	Trab conta de outrem	Ensino Básico 1º ciclo
	Masc	P- Pai	Tecelã	Executante	Trab conta de outrem	Ensino Básico 1º ciclo

Legenda: NSA – Não se aplica

Legenda continua na página seguinte.

Legenda de identificação dos casos:

N.º da entrevista	Entrevista correspondente	Localização da habitação
1	Eugénia	Bairro do Herculano, Rua 2
2	Almerinda	Ilha Grande, S. Vítor
3	Carla	Ilha do Padeiro, S. Vítor
4	Francisco	Bairro do Herculano, Rua 1
5	Laurinda	Ilha Grande, S. Vítor
6	Raquel	Bairro do Herculano, Rua 1
7	Gabriela	Ilha Grande, Rua de S. Vítor
8	Salomé	Bairro do Herculano, Rua 2
9	Pedro	Bairro do Herculano, Rua 2
10	José	Ilha do Padeiro, S. Vítor
11	Lisete	Bairro do Herculano
12	Conceição	Ilha do Padeiro, S. Vítor

2.1.1 – Codificação e construção do indicador socioprofissional de classe

N.º Ent.		Código de Profissão	Sit. Prof.	Lugar de Classe de Individual	Lugar de Classe de Família	Lugar de Classe de origem
		CNP/94				
1	E- Ego	7.4.3.6	3	O	AEpl	XXXXXXXXXX
	C- Conj	4.2.1.2	3	EE		
	M- Mãe	9.1.3.2	3	EE	XXXXXXXXXX	AEpl
	P- Pai	8.1.6.1	3	O		
2	E- Ego	7.4.1.2	3	O	AEpl	XXXXXXXXXX
	C- Conj	5.1.2.3	3	EE		
	M- Mãe	NSA	NSA	NSA	XXXXXXXXXX	TI
	P- Pai	8.2.1.1	2	TI		
3	E- Ego	5.1.2.2	3	EE	AEpl	XXXXXXXXXX
	C- Conj	8.3.3.3	3	O		
	M- Mãe	9.1.1.1	2	TI	XXXXXXXXXX	TIpl
	P- Pai	9.3.3.3	3	O		
4	E- Ego	3.4.3.3	3	PTE	PTE	XXXXXXXXXX
	C- Conj	NSA	NSA	NSA		
	M- Mãe	6.1.1.0	3	AA	XXXXXXXXXX	AEpl
	P- Pai	5.1.2.3	3	EE		
5	E- Ego	7.4.3.6	3	O	O	XXXXXXXXXX
	C- Conj	NSA	NSA	NSA		
	M- Mãe	9.1.1.1	2	TI	XXXXXXXXXX	TIpl
	P- Pai	9.1.6.2	3	EE		
6	E- Ego	5.1.2.3	3	EE	AEpl	XXXXXXXXXX
	C- Conj	7.2.3	3	O		
	M- Mãe	5.1.2.2	3	EE	XXXXXXXXXX	TIpl
	P- Pai	7.4.3.3	2	TI		
7	E- Ego	7.4.3.6	3	O	O	XXXXXXXXXX
	C- Conj	NSA	NSA	NSA		
	M- Mãe	7.4.3.6	3	O	XXXXXXXXXX	O
	P- Pai	7.2.1	3	O		
8	E- Ego	2.2.3.0	3	PTE	PTE	XXXXXXXXXX
	C- Conj	NSA	NSA	NSA		
	M- Mãe	9.1.3.2	3	EE	XXXXXXXXXX	EE
	P- Pai	5.1.2.3	3	EE		
9	E- Ego	7	3	O	O	XXXXXXXXXX
	C- Conj	NSA	NSA	NSA		
	M- Mãe	9.1.3.1	3	EE	XXXXXXXXXX	EE
	P- Pai	5.1.2.3	3	EE		
10	E- Ego	7.3.1.3	3	O	O	XXXXXXXXXX
	C- Conj	7.4.3	3	O		
	M- Mãe	9.1.3.1	3	EE	XXXXXXXXXX	EE
	P- Pai	9.1.5.1	3	EE		

11	E- Ego	NSA	NSA	NSA	EE	XXXXXXXXXX
	C- Conj	5.1.2.3	3	EE		
	M- Mãe	NSA	NSA	NSA	XXXXXXXXXX	EE
	P- Pai	5.1.4.1	3	EE		
12	E- Ego	9.1.3.2	3	EE	AEpl	XXXXXXXXXX
	C- Conj	7.4.3.3	3	O		
	M- Mãe	7.3.3.2	3	O	XXXXXXXXXX	O
	P- Pai	7.3.3.2	3	O		

Legenda: **EDL** – Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; **PTE** Profissionais Técnicos e de Enquadramento; **TI** – Trabalhadores independentes; **AI**- Agricultores Independentes; **EE** – Empregados Executantes; **O** – Operários; **AA** – Assalariados agrícolas; **NSA** – Não se aplica

Situação na Profissão: 1) patrões; 2) trabalhadores por conta própria; 3) trabalhador por conta de outrem.

2.2 – Nível de escolaridade do entrevistado face ao nível de escolaridade dos pais

Quadro n.º1: Cruzamento do nível de escolaridade completo do entrevistado face ao do pai

NEP	NEE	Não sabe ler, nem escrever	Sabe ler e escrever, sem grau de ensino	Ensino Básico 1º Ciclo	Ensino Básico 2º Ciclo	Ensino Básico 3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Médio/Bacharelato	Licenciatura	Pós-Graduação/Especialização
Não sabe ler, nem escrever		2		1	1					
Sabe ler e escrever, sem grau de ensino				1						
Ensino Básico 1º Ciclo			2	1	1	1				1
Ensino Básico 2º Ciclo					1					
Ensino Básico 3º Ciclo										
Ensino Secundário										
Ensino Médio/Bacharelato										
Licenciatura										
Pós-Graduação/Especialização										

Legenda: NEE – Nível de escolaridade do entrevistado; NEP – Nível de escolaridade do pai.

Casos de reprodução social

Casos de mobilidade ascendente

Casos de mobilidade declinante

Quadro n.º2: Cruzamento do nível de escolaridade completo do entrevistado face ao da mãe

NEM	NEE	Não sabe ler, nem escrever	Sabe ler e escrever, sem grau de ensino	Ensino Básico 1º Ciclo	Ensino Básico 2º Ciclo	Ensino Básico 3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Médio/Bacharelato	Licenciatura	Pós-Graduação/Especialização
Não sabe ler, nem escrever		1		2						
Sabe ler e escrever, sem grau de ensino			1		1	1				
Ensino Básico 1º Ciclo		2		1	2					1
Ensino Básico 2º Ciclo										
Ensino Básico 3º Ciclo										
Ensino Secundário										
Ensino Médio/Bacharelato										
Licenciatura										
Pós-Graduação/Especialização										

Legenda: NEE – Nível de escolaridade do entrevistado; NEM – Nível de escolaridade da mãe.

Casos de reprodução social

Casos de mobilidade ascendente

Casos de mobilidade declinante

2.3 – Grelhas de análise vertical das entrevistas

2.3.1 - Grelhas de análise vertical da entrevista ao presidente da AMSV

Grelha de análise vertical da entrevista ao presidente da AMSV

Tópicos	Perguntas	Respostas
Caracterização da Associação	Ano de fundação;	<i>Após o vinte e cinco de Abril... seria, mais ou menos, meados entre setenta e quatro e setenta e cinco.</i>
	Missão inicial e actual;	<i>A minha missão inicial não era nenhuma, era simplesmente feita por pessoas da zona incluindo um tio meu, um primo e mais pessoas conhecidas. A minha entrada na associação dá-se por volta de mil novecentos e qualquer coisa... se fizermos a conta, em mil novecentos e oitenta e quatro. (...) Prontos, quanto à questão da associação, prontos, teve muitos problemas nessa data em que ela foi fundada, foi feita como Comissão de Moradores e não como Associação e depois dá-se o caso, como lhe mostrei, da assinatura do senhor primeiro-ministro Pinto Balsemão, quando nos faz, pela primeira vez no país, uma Comissão de Moradores como AMSV. Foi aí que ela foi reconhecida. Quando a associação foi feita havia umas iniciais e essas iniciais eram o SAAL e o SAAL era o Serviço Ambulatório de Apoio Local, ao qual prontos começaram a entrar arquitectos, começaram a entrar engenheiros e prontos, um dos arquitectos que entrou nessa primeira equipa foi exactamente o senhor Arquitecto Siza Vieira.</i>
	Identificação dos moradores que integram/integraram a associação;	<i>Os moradores da altura? Portanto, é assim, naquela altura as pessoas, incluindo esse meu tio, tentaram saber quais eram as pessoas mais carenciadas, quantos fogos eram necessários para aquela zona, foram expropriados os terrenos... mas uns ficaram por expropriar e não se deu o caso de continuar, ou de fazer a continuação daquilo que ele queria, porque ele queria fazer muito mais. Ou seja, hoje nas ditas Fontainhas, que era as Fontainhas 4, outro arquitecto agora... não se ter feito as Fontainhas 4 porque saiu ali a Ponte do Infante, não é? Ao fazer-se a</i>

		<i>Ponte do Infante as Fontainhas 4, pronto, arrumou, não é? Mas nessa altura era para se fazer em toda esta área que aqui está, envolvente às casas da Associação, mas não se fez mais, porque também não houve mais dinheiro para fazer, porque... prontos, o Fundo Fomento à habitação, naquela altura, deu noventa contos por cada fogo e os inquilinos depois iram pagara durante mais vinte e cinco anos mais um x até acabar.</i>
	Representatividade dos moradores de S. Vítor;	<i>sim porque toda a gente que está a viver lá, desde aquela altura, eram tudo pessoas carenciadas, que viviam em ilha. Atenção que esta zona toda era composta por muitas ilhas. Mas naquela altura, existiam muitas ilhas e foram tiradas as pessoas mais carenciadas dessas ilhas para irem viver para a casa da Associação. Agora, se me perguntar se elas eram muitas ou poucas claro que deviam ser precisas, naquela altura, mais de mil ou de duas mil casas para albergarmos todas as pessoas... não só as que habitam no local, como as que habitam aqui a Rua de S. Vítor naquela zona das ilhas, que são ilhas até dar com um pau, não é? E não devem ser poucas, devem ser muito mais...</i>
	Dinâmica de funcionamento da associação;	<i>Isto é assim, as pessoas depois ficaram um bocadinho de pé atrás, porque pensavam que as casas não iam ser feitas e na realidade acabaram por ter razão, tínhamos uma pasta grande de associados, que não tínhamos fins lucrativos, porque nunca tivemos... as ajudas que tínhamos nessa altura era do Governo Civil, era da Câmara Municipal do Porto e era da Junta de Freguesia. Portanto, o que é certo é que tudo isso não dava para fazermos a continuação dos ditos fogos, não é? Porque o INH só ajudou nas primeiras casas, a partir daí nunca mais nos deu nada. O que nos fez desistir foi quando nos obrigaram a formar cooperativa, ponto aí foi desistência total. Porquê? Porque não havia pessoas capazes de crer fazer uma direcção e tomarem essa responsabilidade e nós já temos o exemplo de muitas, que mesmo assim estão a trabalhar e porque tiveram pessoas muito, muito, muito crentes e que continuaram a levar a obra até ao fim, como é o caso de lá de baixo da Bouça, não é. E quem diz da Bouça diz de Francos, quem diz de Francos diz de muitas, muitas mais que ainda estão no activo a trabalhar a cem por cento. Nós é aquele género, somos uma direcção composta, mas que quase não se reúne a não ser para aí de meio em meio ano, porque as pessoas estão fora, ou as pessoas não podem, prontos e é assim. E agora continuidade não há, porque uma vez que agora foi entregue aqueles</i>

		<i>terrenos e foi construído, foi a câmara que os construiu, portanto, tem o direito de lá pôr quem quiser.</i>
	Entidades que colaboram com a associação (ao nível jurídico, por exemplo);	<i>tínhamos a ajuda de pessoas de esquerda, que era mesmo do Partido Comunista Português, incluindo o Rui Sá que fazia parte desse núcleo e quando nós tínhamos necessidade com qualquer problema jurídico perante alguma coisa, ele ajudava-nos, como me ajudou a mim também. Mas quanto à questão da Associação já não, quando precisávamos de qualquer coisa, ao nível das expropriações, quando havia alguém que tinha um terreno e estava ali abandonado por completo e nos fazia falta para as futuras construções, aí isso aí foi a câmara que expropriou todos os terrenos e andaram aí baldios durante muitos e muitos anos. E nós sabíamos que quando aqueles anos terminassem prescrevia o interesse da expropriação, mas felizmente isso não aconteceu. Só aconteceu num caso, que foi aqui na Praça da Alegria.</i>
	Projectos actuais e acção futura;	<i>Nós é aquele género, somos uma direcção composta, mas que quase não se reúne a não ser para aí de meio em meio ano, porque as pessoas estão fora, ou as pessoas não podem, prontos e é assim. E agora continuidade não há, porque uma vez que agora foi entregue aqueles terrenos e foi construído, foi a câmara que os construiu, portanto, tem o direito de lá pôr quem quiser. a única coisa que nós não temos neste momento é o direito de superfície, que estamos a tentar neste momento e há já vários anos, embora já nos dessem, mas foi só numa inundaçã qualquer e que fomos lá chamados muitas vezes para tentar ficar por um preço simbólico. Já sabemos que há associações que já estão com os terrenos, mas nós ainda não estamos. Mas de qualquer maneira, então é só isso... mas quanto à questão do arranjo das casas, nunca tivemos ajuda de lado nenhum e, pronto, isto é um sacrifício muito grande que está a ser feito por nós próprios... fica tudo a nosso encargo. Mas, pronto, vamos imaginar que aquilo tem um condomínio e que seremos nós os associados.</i>
Representações individuais face às políticas habitacionais na cidade	Acção e colaboração com a associação dos diferentes actores de poder local;	-----
	Percepções face à zona oriental da cidade;	<i>eu se quer que lhe diga se alguma coisa tem feito por esta zona assim aqui... nada</i>

	Posicionamento face à acção da CMP no que concerne à habitação;	<i>absolutamente, está a zero! De todos estes anos que ele lá esteve até agora eu não o vi fazer nada. Mas também não culpo só a ele, também culpo os anteriores. Os anteriores foram exactamente a mesma coisa, nós pressionávamos a junta para que... aliás há uma colectividade muito conhecida aqui nesta zona, com muita força... mas nem essa conseguiu levar nada através da Câmara Municipal do Porto, que é o Sporting Clube de S. Vitor e ela não levou nada. Se ela não levou nada, muito menos os moradores... mas ainda hoje correm constantemente. Pedem o apoio do engenheiro Rui Sá, mas também quem é que é o engenheiro Rui Sá, o Rui Sá lá dentro não é nada. Pronto, ele fala com eles, tenta acarinhá-los dizendo que tem que ser, é assim... foi o que vocês escolheram. Não são eles que os escolhem, mas é como se todos o tivéssemos escolhido. Eu também lhe posso dizer, mas se calhar o Dr. Rui Rio neste momento terá poucas pessoas do partido dele, mas aqui se fosse um presidente socialista, aí tinha a maioria como teve sempre. Só que nunca fizeram nada por esta zona e se fizeram, a pouca coisa que fizeram.... Mas também se vamos a pensar que vamos ter lá um presidente de esquerda, mesmo esquerda nunca mais na vida o irá ter, porque não é eleito, não vale a pena porque não é eleito. Quer queiramos quer não, ali é PSD, PS e mais nada. É lógico que se me dissessem aqui que tinham a certeza que um do partido comunista podia ganhar, aí pode ter a certeza que ele aqui ganhava, isso garanto-lhe eu que ganhava.</i>
Caracterização do entrevistado e do estabelecimento comercial que dirige na Rua de S. Vitor	Idade;	<i>A minha idade são cinquenta e sete anos.</i>
	Escolaridade;	<i>[ensino primário]</i>
	Trajectória profissional;	<i>Sim, estofador e decorador com um negociozinho aberto.</i>
	Desafios para o seu negócio em articulação com uma perspectiva pessoal sobre a cidade.	<i>estão a tirar-nos tudo o que a cidade do Porto tem de bom para levarem para Lisboa. Aí isso posso dizer que sim porque é verdade, portanto, ao nível das empresas também lhe posso dizer que sim, porque eu tenho garantias disso e temos a ver uma cidade, que outrora era uma cidade de muito trabalho, mas que está a ficar uma cidade cada vez mais pobre. Se calhar daqui a algum tempo iremos ver a cidade do Porto, como uma cidade completamente abandonada. Hoje estamos a sentir as coisas de uma forma muito séria... porque se hoje queremos vender uma</i>

		<i>peça, aí está mal... mas vai-se aos IKEAS e grandes superfícies e elas estão cheiinhas. A verdade seja dita, que o governo teve alguma coisa ao deixarem entrar os chineses, porque a partir do momento que os deixaram entrar deu-se o caos. E isto cada vez está mais, porque estamos a deixar entrar essas grandes superfícies por aqui dentro e que não têm qualidade, mas têm preço... mas depois fecham-se fábricas e é mão-de-obra que deixa de trabalhar. Eu tenho uma cunhada no ministério e ela disse-me que neste primeiro trimestre já foram quatrocentas e cinquenta empresas que fecharam na área da cidade do Porto. Portanto, e cada vez há-de ser mais, isto vai cair mesmo...</i>
--	--	--

2.3.2 - Grelhas de análise vertical da entrevista ao merceeiro I

Tópicos	Perguntas	Respostas
Caracterização da mercearia	1- Há quantos anos existe a mercearia?	<i>Eu estou aqui há quarenta e nove anos. Eu estou aqui... agora já existia antes de eu estar cá.</i>
	2- A mercearia é sua? (Se sim, como a adquiriu?)	<i>Primeiro foi da minha mãe e depois passou para mim</i>
	3- Costuma ter quem o ajude aqui na mercearia?	<i>Não, agora ultimamente tenho tido porque tenho estado doente, mas trabalhei sempre sozinha</i>
	4- Tem algum fornecedor regular?	<i>Não, compro em grandes armazéns, nos «cashes».</i>
	5- Quem são os seus principais fregueses?	<i>Antigamente as mercearias vendiam muito a crédito e as pessoas eram clientes muito fiéis ao merceeiro. Agora não são. Agora vêm buscar aquilo que lhes faz falta assim de momento.</i>
	6- Ao longo dos anos, tem vindo a notar uma alteração na afluência de fregueses aqui na mercearia? Ou então, nos produtos que procuram?	<i>Pois, se aqui tem muitas ilhas os clientes também têm que ser das ilhas.</i>
	7- Adota o sistema aqui na loja de apontar no caderno?	<i>Coisas pequeninas. O cliente ou passado, no mesmo dia ou passados uns dias vem e paga. Não temos clientes de mês, não é. Antigamente é que havia livro, de a gente vender ao mês e assim, mas agora não, não acontece isso.</i>
Representações face às ilhas e os seus habitantes	8- Podia-me descrever de uma forma geral as pessoas que aqui moram?	<i>Há-de tudo, há pessoas cultas aqui nesta rua... há pessoas menos cultas. Há pessoas financeiramente bem, há pessoas com muitos poucos recursos. Há-de tudo, como eu penso que existe em todas as zonas ricas, eu penso que lá também há-de tudo. Isto é uma zona pobre, mas também há pessoas que vivem bem, também não vivem só aqui pessoas de poucos recursos, como em tudo. Penso eu, que é como em todos os lados!</i>
	9- Considera que os habitantes das ilhas actualmente enfrentam maiores dificuldades, no que toca a garantirem um emprego que lhes permita passar o mês «de forma mais desafogada»?	<i>Sim, sim. Porque há pessoas que têm reformas pequenas e têm que se remediar com elas, outras vezes eles com o pouco que têm ainda ajudam os filhos e é assim.</i>

10- Considera que as redes de entreajuda entre vizinhos são um importante elemento na subsistência das pessoas daqui das ilhas?	<i>Sim, sim aqui o povo é muito unido. O povo aqui tanto faz uma guerra como num instante estão todos aqui no paraíso. Já foi pior, mas o povo aqui é muito solidário um com o outro. As pessoas antigas, não é as pessoas que agora vêm para aqui, porque agora tem vindo para aí muita gente de novo para aqui viver. Mas as pessoas antigas que já moram aqui há muitos anos são muito solidárias mesmo, às vezes, com quem vem de novo. Quando vêm que eles precisam, do pouco que têm, têm sempre para dividir.</i>
11- Como vê/perspectiva o ambiente aqui da zona? Acha que tem vindo a alterar-se?	<i>Acho que bem, eu acho que as pessoas aqui estão bem e que se sentem bem no mundo delas. Há pessoas que já tiveram a oportunidade de aqui sair e não quiseram sair porque se sentem bem. Foi onde nasceram! Portanto, eu os anos que tenho aqui deste comércio, quando vim para aqui era muito nova, já vou quase na terceira, se não na quarta geração... já conheci a mãe, a avó, já conheci os netos e alguns bisnetos, portanto há uma geração que se vai passando e a gente vai vivendo junto com eles e vai vendo-os crescer.</i>
12- Quais é que considera que são os problemas mais comuns de quem vive aqui nas ilhas?	-----
13- Nos últimos tempos, acha que tem vindo gente «nova» (novos moradores) para as ilhas? (Se sim, como avalia a sua integração?)	<i>As pessoas que vêm para aqui, vêm quase sempre de sítios piores do que este, não pagam o aluguer por isto e por aquilo e procuram aqui, pensando que as casas são mais baratas e as casas também são caras e... pronto, vêm e remedeiam-se e prontos, eu também não tenho confiança com eles. Eu tenho confiança é com clientes antigos, que vêm e a gente conversa, agora com as pessoas de novo, a gente não sabe de nada. Não sabe se eles trabalham, se não trabalham, do que é que vivem, não se sabe não é...</i>
14- Como vê/perspectiva o futuro dos mais jovens aqui das ilhas?	<i>Eu costumo dizer assim, que esta é uma rua onde se via muita gente todo o dia, como já lhe disse, agora não se vê muita gente, vê-se muito pouca, porque os velhos morrem, os novos casam e procuram melhores habitações e casas com melhores condições quando podem, não é... quem vem para aqui de novo, vem pagar alugueis grandes tem que ir trabalhar de manhã e vir à noite para ganhar dinheiro para o senhorio. Se não vão trabalhar, vão fazer a vida deles que não sei o que é, nem me compete saber a vida deles, não é.</i>
15- Acha que os mais novos, quando conseguem	<i>É assim eu acho que os miúdos agora, que é assim que classifico, se são filhos de gente que procuram</i>

	alguma independência, procuram sair logo das ilhas?	<i>melhor situação na vida, essas pessoas procuram incutir nos filhos o estudo para ter um futuro melhor. Se a pessoa em causa, ou o casal em causa, tem quatro, cinco, seis, sete filhos, mas eles também nunca saíram daquilo e continuam naquela situação também não estão preocupados em educar os filhos de maneira cultural, pô-los a estudar... dar-lhes o que eles precisam, pronto. Isto é a minha ideia, não é... quem sou eu para julgar os outros.</i>
	16- Na sua perspectiva, o que é que os poderes públicos deveriam fazer em primeiro lugar para alterar de alguma forma as condições de vida aqui nas ilhas?	<i>Ah, não sei! Os poderes públicos, eles podem fazer tanta coisa e não fazem nada, portanto eu não sei o que é que eles poderiam fazer... porque se eu soubesse, eu candidatava-me a primeiro-ministro e punha isto tudo direito. Se eu soubesse dar solução ao caso, mas isto parece que está quase tudo a ficar sem solução.</i>
	17- Na sua perspectiva quais dos dois quadros se encontra mais próximo da realidade: a imagem dos habitantes que se juntam para comemorar o São João, ou então a de uma população que vai envelhecendo e que sucessivamente vai esquecendo o seu espírito de união («comunidade»)?	<i>Não, é assim quanto às tradições bairristas, eu acho que quem quer manter as tradições bairristas são os velhos, não são os novos. Os novos acham piada e de vez em quando dizem «ah, isto não havia de acabar, isto assim, isto assado», mas quem mantém as tradições são os mais velhos. Gostam muito de fazer o São João, gostam de enfeitar com balões, gostam que a rua esteja enfeitada. Por exemplo, ainda agora, ainda este ano, enfeitaram até Sá ali à travessa e a população ali da travessa para baixo... e a população ficou assim um bocadinho revoltada porque queriam que a rua ficasse toda enfeitada. Mas quem dizia isto? São os velhos, porque os novos não se incomodavam com essas coisas, entende? É por isso que eu acho que os velhos estão mais preocupados com o facto de que as tradições acabem.</i>
Caracterização do entrevistado	18- Qual a sua idade?	<i>Sessenta e seis anos</i>
	19- Onde nasceu?	<i>Eu nasci em Vila Nova de Gaia, sou natural da freguesia de Santa Marinha.</i>
	20- Até que ano andou na escola?	<i>Até à quarta classe</i>
	21- Com que idade começou a trabalhar?	<i>Eu, se calhar, já trabalhava quando andava na escola, compreende. Eu quando andava na escola já trabalhava. Eu costumo dizer que com dez anos já ganhava dinheiro para comer.</i>
	22- Já teve outro trabalho, para além do da mercearia?	<i>Não, a minha mãe tinha o negócio, trabalhei sempre com ela, vivia junto a ela.</i>
	23- Onde vive?	<i>Vivo aqui na mesma rua, em S. Vítor.</i>

2.3.3 - Grelhas de análise vertical da entrevista ao merceeiro II

Tópicos	Perguntas	Respostas
Caracterização da mercearia	1- Há quantos anos existe a mercearia?	<i>A mercearia por minha conta existe desde quarenta e nove, mas já era mercearia no tempo do meu tio e não sei há quantos anos é que ele já cá estava. Eu vim para aqui com dez anos, já tenho oitenta e dois. Tenho setenta e dois anos deste sítio.</i>
	2- A mercearia é sua? (Se sim, como a adquiriu?)	<i>Comprei-a ao meu tio, porque o meu tio na altura, em quarenta e nove, passou-ma por cinquenta e cinco contos. Eu adquiri-a dessa maneira. (...) O meu tio tinha seis irmãos e os cinco irmãos todos disseram a ele «parece impossível, mas ainda foste levar mais os cinco contos ao rapaz». E eu então dava ao meu tio mil escudos por mês, uma letra de conto de rei por mês e na altura a gente gastava a crédito. Eu às vezes tinha uma dificuldade em pagar uma factura, mas dizia «ó senhor Sousa, hoje não me convinha pagar esta factura, posso pagar para semana?», «podes rapaz, então tu andas a pagamento a trinta dias e há quem ande a sessenta e a noventa e não tem dificuldade», «então a para a semana eu pago-lhe a factura». Porque eu nunca queria faltar com o pagamento ao meu tio. Então, na altura, eu todas as semanas punha aqui nesta caixinha uma moeda de dez escudos, quando o meu tio me deu a cinquenta letra e eu dei-lhe cinco embrulhinhos de mil escudos cada embrulho. Diz ele «o que é isso?», «isso é para você quando vier cá abaixo trazer as minhas cinco letras que lá estão para acabar». Ele, na altura chegou a casa e disse, ele é que era maluquinho mas a mulher dele dizia «parece impossível, vês como o rapaz juntou cinco contos, olha que ele é formidável». Mas esse foi o trato, eu fiquei com a casa e ele ficou com o dinheiro dele no bolso, mas que eu vim com dez anos para aqui e sempre trabalhei para ele e vestia-me e calçava-me, mas o ordenado «eh, tá quieto».</i>
	3- Costuma ter quem o ajude aqui na mercearia?	-----
	4- Tem algum fornecedor regular?	<i>É conforme. Às vezes há artigos que são mais baratos nos supermercados agora e eu vou lá e vou comprando... mas também agora isto quase não presta e faz pouquinho movimento. Eu estou, como lhe digo, o apuro que faço hoje não dá para metade da despesa que a casa tem. Tenho muitos irmãos e todos eles queriam que eu fechasse isto. Não sei o que parece fechar e vou estando... até um dia me dar</i>

		<i>realmente a ideia de fechar a porta, porque eu estou aqui para passar tempo, porque isto não dá para metade da despesa que a casa tem... e a casa é minha porque se fosse alugada então já tinha fechado há muito tempo.</i>
	5- Quem são os seus principais fregueses?	<i>Pouca coisa. Agora poucos fregueses certos há, porque eles vão aos supermercados e noutro tempo a gente vendia tudo fiado, ora tinha muita gente. Noutro tempo na hora de ponta, as pessoas quase que não cabiam nos passeios. Hoje a gente vai à porta e até tem tristeza de ver tudo tão vazio. (...) O pessoal daqui, os velhos vão morrendo e os novos casam e saem daqui. E, depois os que vêm para aqui, a bem dizer é só para dormir, durante o dia vão fazer a vida para o sítio de onde eles eram. E é assim estes problemas...</i>
	6- Ao longo dos anos, tem vindo a notar uma alteração na afluência de fregueses aqui na mercearia? Ou então, nos produtos que procuram?	<i>Que falte, pois é... também aqui em minha casa antigamente, como se costuma dizer do sal até ao açúcar, tinha da aresta até à cavilha. Tinha tudo, eu tinha a minha casa, a minha casa era uma das melhores casas cá da rua. Pelo Natal, pela Páscoa, pelo Carnaval eu tinha aí uma montra como ninguém arranjava. Mas depois claro, foi decaindo, também fui ficando sozinho, que eram sogros dessa senhora, tinha depois a minha afilhada que tem hoje cinquenta e oito anos e tinha dois braçados, movimentava muito, não é? A coisa foi diminuindo, diminuindo até que hoje só sou eu e como isto não dá para ter mais ninguém eu vou estando aqui. Estou contra a vontade dos meus irmãos, todos queriam que eu fechasse isto. Ponho-me a olhar e «depois isto como é que fica», sento-me ali no banco «ó também se eu morrer de repente, isto também fica na mesma», mas também não me dá para fechar...</i>
	7- Adopta o sistema aqui na loja de apontar no caderno?	<i>Agora fiado vendo pouco, porque a pessoa hoje não cumpre. As pessoas antigamente se ficasse a dever trinta escudos ou cinquenta, punha-se ao ladinho da folha do livro e eles todas as semanas davam cinco escudos ou vinte e cinco tostões... hoje, «ó Senhor José dá-me uma garrafa de óleo que eu logo pago», quando é esse logo, andam tempo e tempo e não pagam mais, não têm respeito, não sei... pronto, perderam tudo.</i>
Representações face às ilhas e os seus habitantes	8- Podia-me descrever de uma forma geral as pessoas que aqui moram?	<i>Vá lá, em questão de consideração eu ponho tudo por igual, não é. Há uns que mais humildes, há outros que são mais respingões, mas a gente tem que se ir adaptando a isto. Mas, não tenho assim muito que dizer... o que tenho que dizer é que há muitos que podiam cumprir melhor do que o que cumpre.</i>
	9- Considera que os habitantes das ilhas actualmente enfrentam maiores dificuldades,	<i>Algumas enfrentam, mas também há quem tenha mais dinheiro e faz a vida pior. Estão mais encravados. Eu já tenho dito a elas «a gente não pode ter dez e gastar quinze. A gente quando tiver dez pode pensar em</i>

	no que toca a garantirem um emprego que lhes permita passar o mês «de forma mais desafogada»?	<i>gastar só oito e muita gente não pensa assim».</i>
	10- Considera que as redes de entreajuda entre vizinhos são um importante elemento na subsistência das pessoas daqui das ilhas?	<i>Olhe menina, vou-lhe dizer uma coisa que é a realidade... noutros tempos as pessoas não podiam ver uma com uma dor de cabeça ou com uma dor de barriga, que chegavam logo com um chá ou qualquer coisa. Hoje, quase no geral, se vêm qualquer coisa fecham a porta, para não terem preocupação com A ou B. Depois, «ai tive doente», «não dei fé!». Deu fé, o que é, retraiu-se de dar a ajuda. Também há disso, quer nesta minha ilha, como naquela. Sabe, hoje criou-se um sistema das pessoas que, parece que quanto mais precisam mais, como é que hei-de explicar, mais encrespam, mais se desviam da pessoa, quando noutro tempo não era assim.</i>
	11- Como vê/perspectiva o ambiente aqui da zona? Acha que tem vindo a alterar-se?	<i>Às vezes havia de haver mais união, mas uma passou ou porque tem mais um tostãozito ou isto ou aquilo, parece que já se pensam, já se sentem mais independentes... já não ligam às outras que ligavam. É destas coisas que a gente às vezes nota. Mas eu sou uma pessoa que noto e vejo, mas faço de conta.</i>
	12- Quais é que considera que são os problemas mais comuns de quem vive aqui nas ilhas?	<i>É como lhe disse há bocado, nem sei se disse, os velhos aqui vão morrendo e os novos casam saem daqui e os que vêm para aqui morar quase que só vêm dormir. Aqui na Ilha Grande, que é ali em cima, no cento e oitenta e dois, para li... eu não tenho assim conhecimento, mas a gente aqui no balcão ouve tudo e diz que aquilo que está tudo cheio de gente de droga. Eu aqui tive um aqui, que trabalhava muito com a droga, mas que foi preso e depois tornou a vir e... eram muito educados, não se metiam com ninguém, mas não escondiam de ninguém. Uma ocasião veio aqui a polícia e tudo. Mas eles hoje já não estão aqui, mudaram para o lado de Gaia, mas também em questão de aluguer foram muito correctos, mas em questão de água e luz eu paguei-lhe vinte e oito contos e seiscentos de água, o recibo estava em meu nome e eu tive que pagar. Mas, de resto não tenho nada que dizer. Morava outro em frente que também me diziam que ele que lidava com droga... mas também não notei nada. Mas depois acabei por acreditar, sabe porquê? Porque a polícia veio cá, por exemplo, hoje e eles não estiveram aí oito dias. E depois quando voltaram disseram que tinha arranjado uma casa melhor e foram-se logo embora. Mas não foi... foi porque tiveram medo de ser caços também!</i>

13- Nos últimos tempos, acha que tem vindo gente «nova» (novos moradores) para as ilhas? (Se sim, como avalia a sua integração?)	-----
14- Como vê/perspectiva o futuro dos mais jovens aqui das ilhas?	<i>O futuro dos mais jovens, enquanto esta vida não melhorar, vejo um bocado complicado.</i>
15- Acha que os mais novos, quando conseguem alguma independência, procuram sair logo das ilhas?	<i>Quando as casas são realmente fracas, eles procuram logo coisa melhor. Mas quando as casas são melhores, eles deixam-se estar, porque é quase o meu caso nesta ilha... eu quando faço obras numa casa, levanto a casa e casa fica com condições. Fica com quarto de banho, cozinha, o chão todo em sala e uma dispensa debaixo da escada e em cima dois quartos jeitosos e eles quando têm assim uma casa, já não pensam sair. Agora, quando há muitas ilhas que têm umas casas que realmente não têm condições, não têm quarto de banho, não têm isto, não têm aquilo... ou faço ou não faço. Mas quando faço gosto de pôr uma coisa em condições, até que às vezes é como a senhora disse ao bocado, não devia fazer certas coisas que faço... mas como é que eu hei-de dizer, ou faço ou não faço.</i>
16- Na sua perspectiva, o que é que os poderes públicos deveriam fazer em primeiro lugar para alterar de alguma forma as condições de vida aqui nas ilhas?	<i>Eu acho que eles para alterar um bocadinho os modos de vida haviam de virar este lado a urbanização. Porque eles esqueceram disso, isto aqui há um tempo, há uns dois ou três anos, andavam aqui na Travessa uns senhores da câmara e eu disse assim «ó amigo, isto aqui está para renovar e nunca mais renova». Eu andei dois anos na câmara para conseguir a planta topográfica para levantar este prédio, quem me fez o projecto foi o arquitecto Hermano Moreira, que já faleceu e o arquitecto Sampaio e eles disseram que daqui para cima já podia construir e daqui para baixo não podiam fazer nada e eles responderam «olhe amigo, quando chegar à mão do riscador, por onde eles querem é por onde cortam, tanto faz ser velho como novo». Mas houve aqui alguma mão forte que virou a obra para a zona da Foz, porque senão isto já estava urbanizado. Mas nós agora podemos morrer todos e isto ficar assim. Mas de um mês para o outro eles podem virar para aqui e eu acho que era uma obra de caridade eles virarem para aqui. Isto está a ficar muito deserto, a gente vai aqui à Travessa e não se passa quase nada. Dantes nas horas de ponta isto era uma procissão, hoje até dá tristeza a gente estar à porta do estabelecimento e não vê ninguém.</i>
17- Na sua perspectiva quais dos dois quadros se encontra mais próximo da	<i>A mais próxima da realidade é que está tudo a ficar esquecido, eles fogem por todos os lados. Eles vão para a Boavista, eles vão para aqui, eles vão para acolá, noutra tempo a gente nem podia ir aqui às</i>

	realidade: a imagem dos habitantes que se juntam para comemorar o São João, ou então a de uma população que vai envelhecendo e que sucessivamente vai esquecendo o seu espírito de união («comunidade»)?	<i>Fontainhas, as pessoas eram como as sardinhas na canastra, a gente nem podia passar uns pelos outros. Hoje, quase nem ligam, vão para um lado ou vão para o outro e fica deserto. Noutros tempos, aqui na Travessa nem se podia falar.</i>
Caracterização do entrevistado	18- Qual a sua idade?	<i>Oitenta e dois anos.</i>
	19- Onde nasceu?	<i>Nasci na freguesia de Esmoriz, lugar de Santa Cruz.</i>
	20- Até que ano andou na escola?	
	21- Com que idade começou a trabalhar?	<i>eu só tenho a segunda classe, que o meu tio não me deixou continuar. A professora escreveu um papel a dizer «senhor Sousa mande o seu sobrinho para a escola, que só precisa dele de manhã que é para entregar as compras aos fregueses». E eu fiz a primeira classe e a segunda num ano e a professora mandou dizer ao meu tio, que se me deixasse ir só às tardes que num ano me dava a terceira e a quarta. E o meu tio respondeu «já saber ler e fazer contas, para o balcão já chega, não vais mais à escola». E eu ainda hoje tenho saudades de não ter feito a quarta classe, porque a quarta classe antiga era melhor que ao décimo primeiro de hoje, ou o décimo segundo. Eles chegam aqui, eu pergunto a tabuada e eles não sabem.</i>
	22- Já teve outro trabalho, para além do da mercearia?	<i>Tive antes de vir para aqui. Vim para aqui com dez anos, mas com oito anos já acartava muita madeira, eu e o meu irmão, para o meu fazer os barris, as canecas e as adornas... que o meu pai era tenoeiro e de forma que com oito anos já trabalhava muito.</i>
	23- Onde vive?	<i>Rua de S. Vítor</i>

2.3.4 - Grelhas de análise vertical da entrevista ao merceeiro III

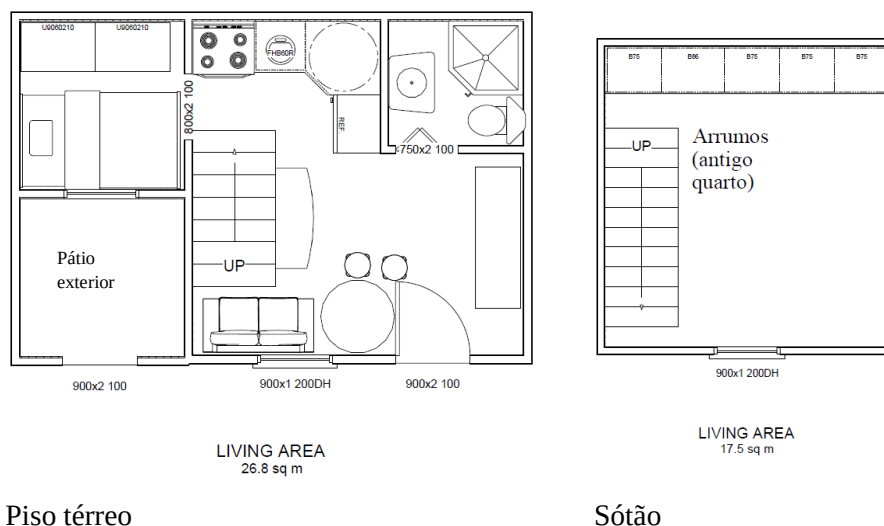
Tópicos	Perguntas	Respostas
Caracterização da mercearia	1- Há quantos anos existe a mercearia?	<i>Ora, a mercearia existe há mais de cinquenta, só que legalizada... está há treze.</i>
	2- A mercearia é sua? (Se sim, como a adquiriu?)	<i>Está no nome da minha esposa.</i>
	3- Costuma ter quem o ajude aqui na mercearia?	<i>Não.</i>
	4- Tem algum fornecedor regular?	<i>Não, mas já houve! Vou, vou ao mercado abastecedor e tenho alguns de bebidas que são regulares aqui à porta.</i>
	5- Quem são os seus principais fregueses?	<i>É tudo aqui do bairro, não costuma vir ninguém de fora.</i>
	6- Ao longo dos anos, tem vindo a notar uma alteração na afluência de fregueses aqui na mercearia? Ou então, nos produtos que procuram?	<i>Não, isto é assim... tem piorado muito, porque o bairro... porque estamos num bairro de meia-idade/velhos. A juventude quase não pára aqui porque as casas não têm condições... e nós com os de meia-idade/velhos, a assistência social vem-lhes trazer a comidinha a casa, outros vão gastando aquilo que podem, porque as reformas são pequenas... e isto está um bocado parado!</i>
	7- Adopta o sistema aqui na loja de apontar no caderno?	<i>Ah pois é, é noventa por cento, ou noventa e cinco por cento é para o fiado. Vão pagando. Quando recebem umas reformazinhas, cá vão pagando! Se eu chegar agora ao fim do mês e disser assim «a partir de agora não há fiado». Também posso dizer que no mês seguinte fecho a porta. Cliente a dinheiro na mão, se aparece... não vivo! Não dá para viver!</i>
Representações face às ilhas e os seus habitantes	8- Podia-me descrever de uma forma geral as pessoas que aqui moram?	<i>A viver tem pouca juventude. Muito pouca! São já tudo pessoas dos seus cinquenta para cima, como digo de meia-idade/velhos.</i>
	9- Considera que os habitantes das ilhas actualmente enfrentam maiores dificuldades, no que toca a garantirem um emprego que lhes permita passar o mês «de forma mais desafogada»?	<i>E de que maneira, gastam o seu dinheirinho todo, tudo muito contadinho. Eu, para mim, acho que isto mexeu muito foi com o sistema do euro. O problema é que a malta nunca se adaptou muito ao sistema e houve várias coisas que levaram uma subida grande, em relação à subida do vencimento. E ficou mais apertado um bocado!</i>
	10- Considera que as redes de entreaajuda entre vizinhos são um importante elemento na subsistência	<i>Sim, eu acho que sim! Eu acho que quando um vizinho está atrapalhado que se lhe bota a mão e que se lhe faz aquilo que se pode.</i>

	das pessoas daqui das ilhas?	
	11- Como vê/perspectiva o ambiente aqui da zona? Acha que tem vindo a alterar-se?	<i>Isto tem a ver com o facto de nós nos conhecermos todos [facto dos moradores terem a chave de casa uns dos outros]. Agora, o que se passa... há coisa de quatro ou cinco anos, é que começou a entrar pessoas jovens, que esses nós não conhecemos o sistema deles, estamos a apalpar... a ver o que se passa. Agora, com os antigos, a gente pode deixar a porta aberta que não se passa nada!</i>
	12- Quais é que considera que são os problemas mais comuns de quem vive aqui nas ilhas?	<i>Mais comuns são, precisamente a falta do dinheirito... os baixos rendimentos.</i>
	13- Nos últimos tempos, acha que tem vindo gente «nova» (novos moradores) para as ilhas? (Se sim, como avalia a sua integração?)	<i>O que eu sei é que vêm aí muitas pessoas à procura de casinhas, mesmo pequeninas, para alugar. Mas, quando os senhorios vêm que vêm através do rendimento mínimo negam. É negada... porque aquilo acaba e não pagam.</i>
	14- Como vê/perspectiva o futuro dos mais jovens aqui das ilhas?	<i>De momento, vejo isto muito escuro. Pode ser, não podemos ser pessimistas... mas, assim, não vejo grande futuro para a juventude!</i>
	15- Acha que os mais novos, quando conseguem alguma independência, procuram sair logo das ilhas?	<i>Estou convencido que sim. Estou convencido, que eles mal tenham um empreginho deles, arranjam a vidinha deles para sair daqui!</i>
	16- Na sua perspectiva, o que é que os poderes públicos deveriam fazer em primeiro lugar para alterar de alguma forma as condições de vida aqui nas ilhas?	<i>O princípio seria fazer obras nas casinhas que estão a cair... depois fazer os arruamentos e o saneamento que tem mais de cem anos seria fazer quase uma estrutura nova, a partir daí não há mais nada!</i>
	17- Na sua perspectiva quais dos dois quadros se encontra mais próximo da realidade: a imagem dos habitantes que se juntam para comemorar o São João, ou então a de uma população que vai envelhecendo e que sucessivamente vai esquecendo o seu espírito de união («comunidade»)?	<i>Não, nós aqui no bairro nós ainda temos por sistema juntarmo-nos. Põe-se o fogareirosinho aqui à porta de casa e ainda temos o sistema de fazer a sardinhada aqui no bairro... uma pessoa no apartamento não pode fazer isso, não é? Ainda há o sistema de os filhos virem aqui aos velhinhos, fazer o São João aqui!</i> <i>Pelo menos entre nós, os de meia-idade/velhos, que se mantém. Se alguém precisar de ajuda, nós estamos cá!</i>
Caracterização do entrevistado	18- Qual a sua idade?	<i>Sessenta e um.</i>
	19-Onde nasceu?	<i>Alvarenga, Arouca.</i>

	20- Até que ano andou na escola?	<i>Até à quarta classe e depois fui trabalhar para a lavoura, que remédio!</i>
	21- Com que idade começou a trabalhar?	<i>Com doze... fiz a quarta classe com doze anos e fui logo trabalhar no dia seguinte. tinha um patrão... fui para a lavoura.</i>
	22- Já teve outro trabalho, para além do da mercearia?	<i>Depois quando saí da lavoura, ainda fui para madeireiro. Depois comecei a trabalhar num cafezito lá da aldeia. E de lá, arranquei aqui para baixo e fui trabalhar para a indústria hoteleira, até comprar a mercearia. Porque a mercearia era para a minha mulher para ajudar ao sistema monetário de casa. Só que ela não se entendeu sozinha com isto e eu acabei por deixar o emprego e vim para aqui. Na altura ainda dava, agora não. Agora estou aqui parado, como a menina vê!</i>
	23- Onde vive?	<i>Vivo na Rua Alexandre Herculano.</i>

2.4 – Narrativas

2.4.1 – Narrativa da Dona Almerinda



Numa das últimas casas ao fundo do longo corredor de pequenas casas que compõem a Ilha Grande, em S. Vítor, encontramos desde o primeiro momento a porta entreaberta da Dona Almerinda, sempre pronta a nos receber. A Dona Almerinda, de 59 anos, vive com o marido há 35 anos na ilha. Actualmente desempregada, ocupa os seus dias a cuidar da neta de um ano e meio. Na trajetória da Dona Almerinda encontramos, por vezes, uma perspectiva satírica, própria de quem foi assistindo às metamorfoses da ilha ao longo do tempo.

Casei e tive que vir para aqui, foi casa que arranjei na altura, prontos e continuei sempre nesta casa. (...) Prontos e eu calhei de vir para aqui, o meu marido nunca quis sair daqui deste sítio porque diz que é da raiz dele e prontos fomos ficando porque tive a possibilidade de três casas e ele não quis ir. E aqui estamos, aqui criei os meus dois filhos e agora que estou em casa estou a criar a minha pequenita.

A ligação a S. Vítor faz-se pela parte da família do marido, há várias gerações na zona. Apesar de realçar o facto de já ter tido oportunidades de sair e nunca o ter feito, A Dona Almerinda refere, por um lado, esta mesma ligação familiar a S. Vítor, mas por outro lado, a centralidade da ilha na organização das suas rotinas laborais, também foi pesando na decisão de ir ficando e investindo na casa.

Quando foi viver para a ilha a casa da Dona Almerinda não tinha casa de banho no interior, tal como todos os restantes inquilinos da ilha de então, foi ela que construiu o quarto

de banho, assim como quando houve a divisão dos pátios, aproveitou e construiu um pequeno anexo, onde actualmente é o seu quarto.

Foi quase...andei um tempo, mas não podia ser. Depois os miúdos começaram a crescer e tudo e tivemos que fazer. Não está nada legal, ninguém tem, têm as casas de banho mas não estão legais (...) Tinha uma sanita e chuveiros, mas depois aquilo secou. Eu como no meu trabalho....antes de vir tomávamos sempre banho. Os meninos...quando começou olhe era assim punha aqui uma coisa de água quente, depois quando cresceram punha aqui um plástico e metia na bacia. Nunca andaram sujos, nunca andaram essa coisa toda, prontos. Quando cresceram...há ali no Campo 24 de Agosto onde deixavam ir lá...pagavam não sei quanto, o meu marido pagava e o meu marido ia com eles porque na minha sogra também era assim, as ilhas eram todas assim, depois é que as pessoas começaram a desenvolver e fizeram estas coisas porque não era nada assim, prontos e assim foi. Criados e lá estão. Um casou com dezassete anos, que é meu mais velho e o outro casou com vinte e três. E tem sido sempre assim! Eu gastei mais de dois mil contos nessa altura, só para fazer o meu quarto de banho que está todo em...não é ferro, nem bronze, é outro nome. Eu pagava quatro contos e quinhentos por dia para fazerem...agora escusava fazer isso, mas antigamente era assim, agora quando fizer outra obra vou mandar cortar aquele polibã, fazer mesmo a base do polibã e a porta de fechar. A gente vai para velhos, não é? Depois a subir...eu fui operada aos joanetes e eu quando queria subir tinha dificuldade, aquilo é muito alto, é uma banheira, mas é só metade, mas prontos quando se fizer é assim que eu vou pôr, mas de qualquer maneira eu gastei muito dinheiro, gastei e todos os anos a gente pinta, a gente arranja se não isto já estava tudo a cair e se as pessoas não tratarem...isto é centenário, é centenário, passa de centenário.

Inerente ao discurso da Dona Almerinda encontramos o investimento económico que ela e o seu marido foram fazendo ao longo do tempo na casa. Contudo, encontramos também, uma relação conturbada com o senhorio, conflitos que tendem a aumentar na actualidade dado facto de tanto a Dona Almerinda como o seu marido terem deixado de trabalhar (ela encontra-se desempregada e ele quando perdeu o trabalho pediu a reforma antecipada) e com isso poderem continuar a suportar todos os custos que as pequenas reparações implicam.

Eu sei que pago pouco por isso eu não exigia nada, mas na altura eu trabalhava, agora não e a ele não pedi mais nada...é um telhado quatro por três, isto é muito? Ele faz é pouco das pessoas...portas, janelas, tudo fomos nós que pusemos porque isto estava tudo a cair e pronto e a gente gosta de ter as nossas coisas. (...) Isto se as pessoas não arranjam, se o senhorio não arranjar...eu nunca pedi nada ao senhorio, fui a única há tantos anos que lhe disse que ele tinha que arranjar o telhado. Anda farto de me gozar e eu tive que ir à Câmara, tive que ir pedir à Câmara, fui à Câmara e fiz queixa dele e ele ficou mais caro só por ele ser malcriado. Ele é mais velho do que eu e de qualquer maneira o respeito tem que ser de parte a parte, não importa as idades, não é? O mais velho tem que guardar respeito ao mais novo para o mais novo também ter respeito por ele. Ele não, ainda fez pouco e continua a fazer pouco. Agora estou a deixar passar este mês e vou à Junta outra vez com os papéis.
(...)

Veja como era a minha casa...está a ver como estava tudo? E ele depois de estar tudo arranjado, depois tornou a chover, está assim...e o que eu tenho passado aqui. Eu tenho ali o recibo de no inverno pagar vinte e tal contos por ter sempre o coiso ligado, está aqui as contas todas e ele andou a pagar multas, na última multa ainda pagou setecentos e tal euros e anda a pagar aos bocados e está lá dito como não tem dinheiro, que não tem casas alugadas depois de ter as casas todas alugadas.

No que concerne ao ambiente que se vive na ilha, a Dona Almerinda tem uma perspectiva reticente tanto face ao momento presente como relativamente ao passado, em que o controlo entre vizinhos era maior:

Olhe o ambiente é assim...antigamente, a parte que me toca a mim eram piores, os que moravam cá eram de uma maneira...as coisas eram assim mais miseráveis e essa coisa toda, está a perceber? E eu era de uma pessoa que entrei para aqui, mas era uma pessoa que tinha as minhas coisas, gostava das minhas coisas, como ainda hoje estimava que eu vestisse uma camisola e o meu marido não vestisse uma camisola, eu dava ao marido, eu dava aos meus filhos, quer dizer arranjados e essa coisa toda, porque era rica, ainda hoje tenho a fama de ser rica, porque era rica, porque não sabia de onde é que vinha. Se o meu filho vinha com uma malta, era porque vinha com uma malta, se o meu filho vinha com um carro, era porque vinha com um carro, «não sei onde é que eles vão buscar», «ela trabalha, ele trabalha, mas de qualquer maneira». Quantas vezes eu estava aqui dentro a ouvir e abria a porta...entretanto isto foi morrendo, as pessoas foram saindo e essa coisa toda e agora está aí mais pessoas que...ainda diz que há, eu não sei porque eu nunca vi nada disso de drogas, metem estes rapazes e tudo aqui nas ilhas e rendimento mínimo, é com o que eles vivem e não se pode dizer nada que eles ainda nos botam mas é...

(...)

Mas estes mais novos «boa tarde», «bom dia», prontos e não temos mais conversas, mais nada, nunca tive. Ainda agora...esta senhora de frente veio para aqui há três meses, são pessoas humildes e a minha neta mal os ouve gosta deles, é da Sé, mas eu não tenho nada a ver que seja da Sé, que seja de onde for, isso não tem nada a ver, a educação não tem nada a ver com a rua, as pessoas é que o fazem, não é? E como as pessoas é que o fazem, porque de contrário, eu fecho a minha portinha e ponho-me aqui dentro e não vale a pena. Depois se ver que a pessoa me salva, tudo bem que eu salvo, se eu ver que não salva, a segunda vez tento, não dá prontos «boa noite», é assim, tem que ser assim.

O ambiente na ilha e a relação que estabelece com os vizinhos são, também, evocados quando questionámos a Dona Almerinda acerca da possibilidade de sair da ilha. Da ilha saía até de pernas às costas para uma casa com melhores condições e para longe do ambiente da ilha:

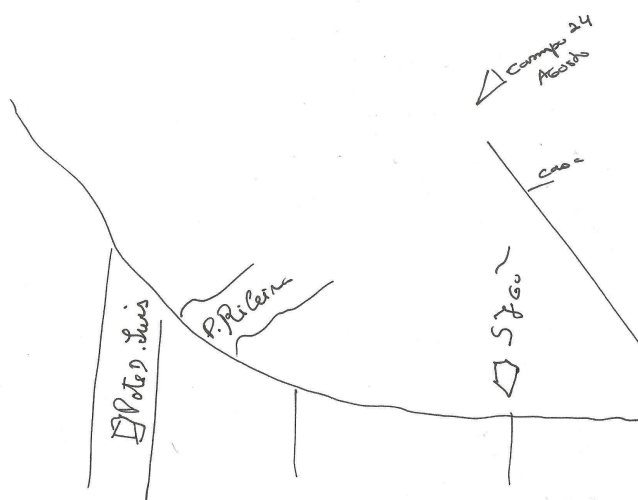
Estou saturada, neste coisa estou muito saturada nesta casa, prontos e alguns respeitam-me, é como eu digo não tenho assim grande coisa, eles agora compreendem, já passei muito. Se se lembrarem de pôr os rádios a alturas medonhas põem, mas não vale a pena porque falei uma vez e fui maltratada, mas prontos sempre tive sonhos de ter uma casa em condições porque se formos a ver isto é uma caixa de lumes, não é?

Sempre gostei de ter um quarto com condições melhores, mas como não há temos que nos aguentar.

Este desencanto face ao bairro traduz-se numa valorização ao nível do discurso dos momentos passados longe do bairro. O natal passado na casa dos filhos, ou então a visita recente a uns amigos em França são ocasiões que usufrui em pleno, em detrimento da valorização de outras experiências passadas no bairro. O próprio São João, normalmente passado em família no bairro, perde-se no discurso como apenas o cumprimento de uma tradição.

Dantes enfeitava-se isto tudo, agora veio para aqui estas pessoas que não são assim dessas coisas, mas eu enfeito a minha porta e assim e está sempre aqui o São João, vamos até lá fora, vamos dar uma volta, vem os meus filhos e eu faço o coisa, antes de coisa vai-se buscar a regueifa, depois da meia-noite estou a comer a regueifa e é assim. Assamos ali fora as sardinhas...

Mapa mental da Dona Almerinda:



A primeira grande referência que podemos identificar é a rua de S. Vítor ilustrada pela referência à localização da casa, além de facilmente podermos perspectivar os limites da via impostos principalmente pelo cruzamento com um ponto marcante da cidade – as Fontainhas e o São João. Estas juntamente com o assinalar da rua de casa podem ser consideradas, por via da sua unidade temática como um bairro, que se destaca do resto da cidade pela vivência particular de uma festa tradicional.

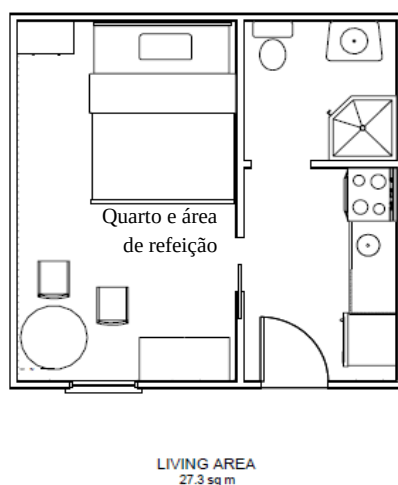
Da mesma forma, são facilmente distinguíveis os limites naturais impostos pelo rio, mas também os limites construídos pelo homem, como é o caso das pontes, que funcionam, igualmente, como vias de acesso que se traduzem no pequeno esboço do metro do Porto sobre a ponte D. Luís.

Esta ponte conjuntamente com o assinalar da Ribeira funciona como outro ponto marcante da cidade, neste caso não pela sua apropriação quotidiana, mas pela referência à história da cidade.

A referência ao Campo 24 de Agosto, enquanto ponto estratégico associada a rotas de deslocação quotidiana funciona enquanto limite do bairro, onde a Dona Almerinda reside, como também como um ponto de acesso a meios de transporte ou de passagem nas suas rotinas diárias.

Por último, pode-se ainda realçar a ausência do assinalar de outras partes da cidade, exteriores à zona de residência (zona oriental) e ao centro histórico (zona culturalmente ligada à história da cidade).

2.4.2 – Narrativa da Dona Carla



Piso térreo

A história da Dona Carla, de 52 anos, residente na Ilha do Padeiro em S. Vítor, é marcada por múltiplos paradoxos. A agressividade nos modos como fala com os outros paulatinamente vai-se transformando num discurso onde múltiplos sonhos ficaram por realizar. Conhecemos a Dona Carla logo nas primeiras incursões que fizemos ao terreno, contudo à dificuldade desta em encadear todo um conjunto de dimensões que vão marcando a sua história, alguns traços importantes foram emergindo ao longo das visitas que nos motivaram a prosseguir para a construção da sua narrativa. Apesar de viver há apenas um ano em ilhas, a Dona Carla apresenta uma trajectória residencial declinante, visto ter sido despejada de um bairro camarário e ter passado alguns meses a viver num quarto de uma pensão; foi esse o mote da nossa conversa:

Gostava de viver lá outra vez! Não é o carinho, porque até lhe digo uma coisa, viver em bairros é uma podormia do caneco, mas é diferente, temos a casa maiori... podemos nos mexer em casa, porque sabe o que é uma casa maior, não sabe? Evidentemente, eu como não estou habituada a viver assim, algum dia isto é casa para mim? Olhe diga lá, é jovem... mas diga. Isto não é casa para mim. Ali já estive para cair o tecto, tivemos que ir à senhoria, e ela não faz obras nem nada e eu não tenho dinheiro para fazer obras nestas casas... Há uma a casa não é minha e há outra eu não tenho dinheiro para andar a... a Assistência Social só me está a dar trinta e oito contos ao apoio à casa, para eu ter uma casa para mim. O que é isso? Não é nada, para uma pessoa tão doente não é nada. (...) E, depois eu fui despejada no bairro do Regado e fui à assistência social e a assistência social botou-me numa pensão aqui. Aqui já em cima no passeio à beira daquele café que tem o tolde azul. Mas, à querida, é que eu não estou habituada a viver em pensões. É que eu não estou mesmo habituada a viver em pensões, porque nunca vivi em pensões... para quem está

habitado, já estou como ao outro... estar à espera que tu tomes banho, estar à espera que tu saias do quarto de banho, de fazer de comer, o que é isto? Não, quero a minha «dependência». Então, eu fui lá falar com ela e ela disse-me para eu arranjar uma casa até àquele que ela me está a dar e eu disse à senhora doutora «Olhe que eu não sei se arranjo uma casa por esse dinheiro?». «Nem que seja pequenina só par você». Ela não sabe que eu tenho o meu companheiro há onze anos. Faz agora no São João há onze anos e... e ela «nem que seja pequenina, mais barata e tal» e eu «olhe senhora doutora, eu vou ver o que posso fazer, também compreendo que vocês são doutoras, não têm culpa, que o dinheiro não vem de vocês». E, é verdade, porque eu não sei ler nem escrever, mas sei de tudo de lei. Percebo que elas se vêm aflita, quem estuda para estas coisas judiciais, para doutores e tudo e uma pessoa compreende. Mas ao menos a quem elas estão a dar muito mais, que não merecem, porque é mesmo assim... que não merecem, podiam dar às que precisam mais, não era? Como ao meu caso e outros piores que ao meu caso, não é? Assim procurava uma casa maiorzinha para mim. Agora estar a viver aqui num sítio que temos que andar sempre a pintari, que é cheio de humidade por aí abaixo... ainda há pouco tempo foi ali naquele sítio, teve que o meu marido chamar o... lá um mal-arranjado para ajeitar isso, prontos, é dinheiro que a gente tem que pagar não é? Não dá, porque aparece qualquer coisa e a gente tem que ter dinheiro para pagar, porque a senhoria não faz nada, não faz nadinha!

A fragilidade da situação económica e de saúde da Dona Carla conjugam-se de forma muito particular, tendo impacto não só na sua trajectória residencial mas, igualmente, na gestão do quotidiano de todos os elementos do agregado. Foi cozinheira num restaurante até aos 50 anos, momento em que deixa de trabalhar devido ao seu estado de saúde e passa a receber o Rendimento Social de Inserção. Esta fase coincide com a impossibilidade de continuar a pagar a renda no bairro camarário e a passar a depender de um subsídio de apoio à habitação, que a levaram a mudar-se para a ilha:

Fui eu que estava num café e um mocinho gordo que mora também nas ilhas e lhe disse «gostava de arranjar uma casinha, já estou cheia de viver ali na pensão»... e ele é que me disse «olhe dona Isabel, porque é eu você não vai aqui a esta ilha em baixo, tem lá casas vazias, pelo menos tinha lá duas ou três». E eu disse «aonde?». E ele «eu vou-lhe explicar, você tem que ir aqui pelo passeio de lado, para falar com uma senhora idosa e a senhora idosa é que subaluga, é que comunica para a senhoria». Prontos, o meu marido veio aí e é que pediu à senhora e a senhora é que nos veio mostrar as três casas que estavam vazias aqui, que era esta e uma ali no baixo da varanda e outra em cima, na varanda. Não gostamos da casa... o meu marido disse «a melhor que há é esta, só que é pequenininha e tu detestas casas pequeninas, gostas da casa... a única coisa que gostas numa casa, gostas do quarto, de sala de jantar, cozinha e quarto de banho».

Contudo, este foi apenas o corolário de uma trajectória de precariedade económica e familiar. O actual companheiro da Dona Carla é o seu terceiro companheiro, depois de duas

relações anteriores falhadas, das quais teve quatro filhos. Estes foram sendo criados entre temporadas na casa do bairro da Dona Carla e em instituições de acolhimento tendo seguido também eles trajectórias díspares que têm como ponto comum a saída precoce da escola. A própria relação actual da Dona Carla também se vai marcando por este compromisso, por vezes pernicioso, entre a necessidade económica e de entreaajuda na doença:

Quando não posso ele é que tem que andar a limpar o chão, coisa que ele nunca fazia... é que ele nunca fez nada na vida dele. Nada, nada! Ele fazia-me... eu era uma escrava dele autêntica por qualquer coisa. Ele não era senhor de ir buscar um garfo e pôr na mesa, ele não era senhor de fazer alguma coisa. Mas eu, que é esta merda? Não! Eu vou ter que me meter coisa... foi tarde, mas valeu a pena que é isso.

Da mesma forma, apesar de apenas viver na ilha há pouco mais de um ano, a Dona Carla foi rapidamente estabelecendo teias de amizade com alguns vizinhos na ilha. Ainda que primeiramente afirme, como a maioria das pessoas, que não se pode dar confiança a ninguém, no decorrer do seu discurso vão emergindo referências a pessoas que vivem na mesma ilha e que desempenham um papel de amizade, mas também de apoio na doença.

A única pessoa que cá me vem visitar é ela [referindo-se a uma vizinha que no decorrer da entrevista chegou e que assiste à nossa conversa]. Ela nem bate à porta, tem carta-branca, nem bate nem nada, entra logo.

(...) porque a moça que mora ao fundo daqui da minha ilha, ela nunca sai... não sai em momento para lado nenhum sem ver se eu falo. Ela todos os dias que sai daqui é «ó velhinha?» e se eu falar «ou», prontos ela já sabe que eu que estou em casa. Se eu não falar, ela caralho abre logo a porta, porque eu já é raro fechá-la durante o dia porque se me acontecer alguma coisa ela pode vir cá... mesmo eu tenho o número de telemóvel e tudo.

A localização da habitação no interior da ilha é propícia ao desenvolvimento deste tipo de redes de sociabilidade, uma vez que é uma das primeiras casas no corredor de acesso à ilha. Da mesma forma, no contactos que fomos estabelecendo com os outros moradores, esta é uma habitação que surge sempre como um exemplo da inflação do preço dos alugueis na ilha. A casa da Dona Carla é, porventura, a mais pequena da ilha, onde a mesa de refeições tem que estar no quarto de dormir, uma vez que a cozinha se encontra localizada no corredor de acesso à casa de banho no interior e de acesso ao quarto; ao passo que o preço da renda mensal se cifra nos cento e vinte e cinco euros mensais. A relação de afastamento face ao senhorio é assim cultivada, apesar da ainda curta estadia da Dona Carla na casa.

Não, não... aliás que nem sou eu que vou pagar o aluguel, é o meu marido. Deus me livre que se fosse eu a

pagar o aluguel. Porque ela levava um raspanete de mim todos os meses com uma pinta do caneco. Ai levava, levava! Não é só alugar as casas e receber o dinheiro, também é deixar estar o caseiro em bom estado, não é?

Ainda assim, a Dona Carla procura manter um conjunto de redes de sociabilidade com amigos e familiares próximos que não se confinam à falta de condições e de espaço na habitação para receber visitas. Esta é uma questão importante, não só pela condição de saúde da Dona Carla e do acompanhamento da família na doença, mas também demonstra a importância que as redes de convivência têm no seu quotidiano. Deste modo, a ida diária ao café ou a conversa com outras pessoas que passam na rua são duas rotinas importantes no seu dia-a-dia.

Eu adoro tomar café. Eu se não tomar café de manhã quando acordo, vai tudo pelo ar. Eu tenho que tomar café... eu adoro café! E há mais estou tesa, mas só estou ali com um escudo, com um centavo... um coisa desses pequeninos. Mas eu viro-me para o meu marido, «olha tens aí pasta? Olha que eu preciso de ir beber um café, se não tens que me aturar a tarde toda». Ele lá arranja para eu ir tomar um café a ter que aturar o meu descaramento, a minha mal criação... [risos]

Os condicionamentos impostos pela exiguidade do espaço e, uma vez mais, pelos limites inerentes à situação de carência económica do agregado impõem rotinas quotidianas fortemente marcadas pela domesticidade das práticas de lazer. Mas, acima de tudo, referimo-nos a um conjunto de rotinas que se encontram reféns de uma assumpção de «pouco mais resta a fazer» num espaço pequeno, onde a própria mobilidade dentro deste é reduzida. Ganha, neste contexto, centralidade a televisão e um encadeamento de programas de televisão que acompanham quase todas as horas do dia.

Olha, se eu te for dizer a minha hora a que eu me levanto, se a casa fosse grande, eu tinha sempre que lidar, porque eu sou pessoa que não gosta de estar quieta. Mas sou obrigada a estar quieta porque não tenho mais o que lidar. A minha rotina, desde que vim para aqui morar, é tão estúpida rapariga! Olha, se fosse te dizer à hora que eu acordo... olha acordo á uma da manhã, acordo às duas da manhã, acordo às três e meia, depois acordo às cinco horas, acordo às cinco e meia, depois acordo às seis e das seis varreu... a Dona Isabel já não dorme mais, só que está na cama por estar. O que é que vou fazer para a rua? Se estou na cama, não posso estar tanto tempo na cama... assento-me na beira da cama, estou ali assentadinha até fazer horas de tornar a deitar-me mais um bocado. Qual é a hora que me dá sono? É a partir das oito horas, oito e meia da manhã, aí é que me dá sono outra vez, porque durante a noite não durmo a quase nada, não é? Então, deito-me mais um bocadinho e quando tal estou a ver a televisão, a bonecada e estou... fico até às onze horas. Às dez horas pego no comando que está na mesinha de

cabeceira e ligo para o programa para a SIC, para a TVI para ver o Manuel Goucha e a Cristina e estou a ver e depois, onze horas, vejo a Maia... adoro ouvir a Maia a dizer os signos adianta a comida, tomo um banhinho, visto-me, adianta a vida de casa... vou ao café, tomar o meu cafezinho. Estou ali um bocadinho, cá fora a fumar um cigarrinho ou o caralho e venho para baixo, venho para casa e depois o meu marido é que faz o resto. (...) Olha, eu dantes preferia a SIC, mas agora desde que começou a dar as novelas na TVI, que eu segui do princípio ao fim, eu vejo mais a TVI agora. Mas depois nos intervalos eu viro para a SIC e depois no intervalo da SIC eu viro para a UM. Mas o meu preferido é sempre a SIC ou a TVI.

A televisão e os programas de entretenimento, preferidos pela Dona Carla, constituem quase que um mecanismo de evasão da realidade. Da mesma forma, funcionam como um elo, muito presente ao longo da conversa para o sonho, materializável numa valorização de quem olha mais atentamente para as situações de vulnerabilidade social, assim como em objectos e bens mais ou menos tangíveis.

Eu sou assim, eu quando tenho amizade com as pessoas, as meninas já são minhas!

(...)

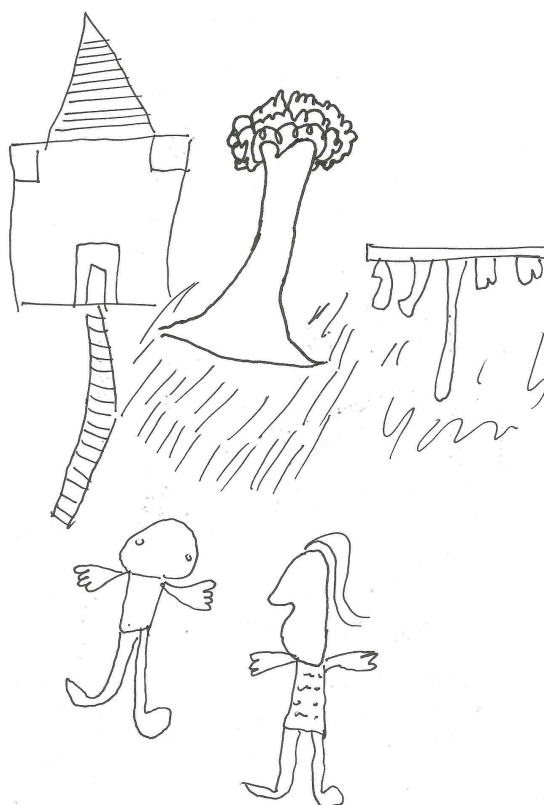
Olha a Fátima Lopes tão linda (...) eu conheço todas, também quem está sempre em frente à televisão. Gosto muito dela, sou muito fã dela, eu gostava de a ver em pessoa. Que é uma tipa que tem pena de toda a gente. Ela não consegue não ter pena de ninguém, ela tem que ter pena de toda a gente. Então quando é pessoas assim mais pobres, então é que ela tem. Chora da alma dela, quando é pessoas assim mais pobres.

Mas, de facto, a atenção ao detalhe do que seria a casa e o interior da casa ideal afirma-se como a dimensão que traduz de uma forma mais clara o desgosto pela situação actual e o facto de não desistir de idealizar uma casa com melhores condições, que agudiza, por sua vez a angústia da situação em que se encontra. Recusa, deste modo, a ilha e a casa na ilha, para soltar o desejo de uma casa com uma sala de jantar e espaço para ter um quarto para os filhos.

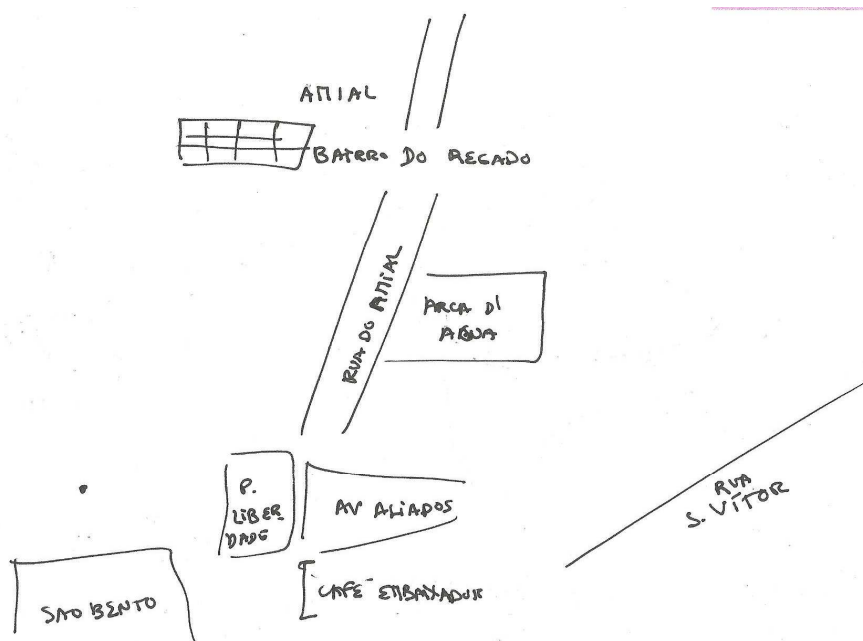
A coisa que eu mais adoro numa casa é a sala de jantar. Eu sou fã, amante de uma sala de jantar e tinha... e adoro uma cozinha grande com os armários e o quarto de banho grande para eu me poder mexer à vontade, para estar à vontade, não é? (...) Ai meu Deus! Eu adoro uma casa com uma grande cozinha e com uma grande sala de jantar e um bom quarto para eu meter a cama para eu dormir, não é? Mas a sala de jantar eu adoro, porque eu meto aquele jarrão grande com aquelas flores todas. Flores naturais, porque eu não sou amante de plástico. Ai, eu detesto flores artificiais, agora naturais eu adoro.

Desenho da casa ideal da Dona Carla:

Ver página seguinte



Mapa mental da Dona Carla:



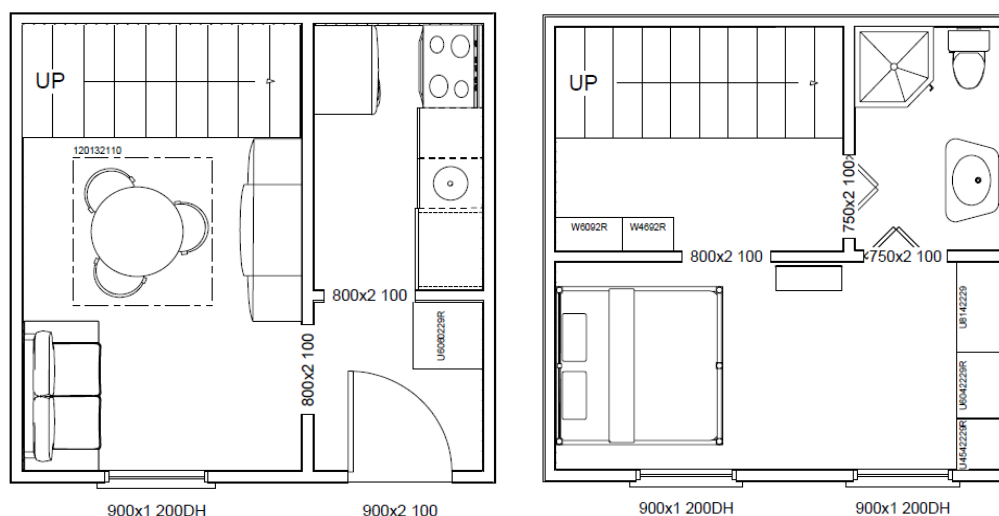
Do ponto de vista da predominância de vias verifica-se o enfoque nas ruas do Amial e de S. Vítor. Ambas, no caso da Dona Carla, muito ligadas à identificação de bairros residenciais, como é o

caso do Bairro do Regado e de S. Vítor. Este último, sem qualquer referência à ilha onde vive actualmente. Porventura, isto fica a dever-se ao facto de nos últimos dois anos a Dona Carla ter vivido primeiramente numa pensão na rua de S. Vítor e depois se ter mudado para a ilha.

Deste modo, encontramos uma grande unidade temática associada aos bairros identificados, ou seja, a sua função residencial. Paralelamente, encontramos no mapa da Dona Carla uma vincada presença de pontos marcantes: a Estação São Bento, o Café Embaixador, o Jardim de Arca d'Água, a Praça da Liberdade e a Avenida dos Aliados. Apesar de alguns destes pontos puderem estar associados a rotinas de deslocação no espaço, a sua interrelação no mapa sugere uma associação com uma função de evasão dessas mesmas rotinas, isto é, de lazer.

Apesar de assinalar múltiplos pontos em zonas dispersas pela cidade, verifica-se a inexistência de eixos ou vias de ligação entre estes pontos.

2.4.3 – Narrativa da Dona Eugénia

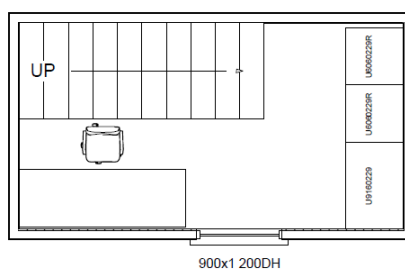


LIVING AREA
17.5 sq m

LIVING AREA
17.7 sq m

Piso térreo

1º andar



LIVING AREA
9.9 sq m

Sótão

A primeira vez que encontrámos a Dona Eugénia, de 63 anos, residente na Rua 2 do Bairro do Herculano, foi na mercearia que existe no interior do bairro. Logo desde esse primeiro encontro, a discussão em torno da história do bairro afirmou-se como um elo que nos permitiu ir continuando a conhecer melhor a Dona Eugénia. Da nossa parte, um outro elemento foi alimentando a nossa curiosidade, a questão da religião e das diferentes crenças religiosas que no bairro do Herculano, tal como o trabalho de campo nos ia demonstrando, se afirma como um instrumento de avaliação das atitudes dos vizinhos. A própria *hexis* corporal da Dona Eugénia anuncia, logo num primeiro olhar, a importância desta dimensão e na compreensão da sua trajetória.

Eu, menina, eu estou em casa porque eu estou reformada desde os vinte e sete anos, porque a minha primeira gravidez é única, que não foi avante me descobriu uma doença renal. E, portanto, foi por essa razão que me reformei e não tenho filhos. E foi por esta mesma razão que eu aceitei esta mesma doutrina que sigo. Porque eu não tinha qualquer condição de viver com o problema que eu tinha com os meus rins, de maneira que a minha mãe já era desta doutrina e eu depois segui e graças a Deus, que Deus me libertou deste problema. Eu hoje não tenho...

A Dona Eugénia vive com o marido no bairro há trinta e oito anos, sendo que até casar sempre viveu na zona da Ribeira. Veio assim viver para o bairro por causa do marido, que sempre viveu lá e onde ainda hoje tem irmãos e familiares próximos a viver. A Dona Eugénia deixou de trabalhar bastante jovem devido a doença, sendo que nos primeiros anos em que ficou em casa procurou compensar o orçamento familiar com alguns pequenos trabalhos de costura para fora. Foi também nesta altura que se dá a sua adesão à Congregação Cristã em Portugal. O marido da Dona Eugénia, apesar de ter abandonado a escola e começado a trabalhar novo, ao longo da sua trajectória procurou colmatar essa limitação, continuando paralelamente a estudar, de forma a poder aceder a uma posição mais favorável na sua profissão e equilibrar o orçamento familiar.

Eu era costureira de camisas quando casei. Mas ao fim de dois anos tive que largar a costura, ao fim de dois anos vim reformada... mas, depois comecei a trabalhar em casa, a fazer umas camisas e assim, mas no ano de 1987 apareceu-me um problema na minha retina e aí é que eu deixei a costura de lado.

O facto do marido da Dona Eugénia ter trabalhado no sector bancário facilitou o pedido de empréstimo para a compra e realização de obras de fundo na casa. Quando, primeiramente, se mudaram para a sua casa, alugaram-na por «um conto e duzentos». Contudo a lógica, muito marcada no Bairro do Herculano, da existência de múltiplos senhorios e herdeiros de habitações permitiu que muitos antigos inquilinos pudessem optar por comprar ou não uma casa no bairro. Esta decisão implica por um lado a possibilidade económica de passar à situação de proprietário mas, de igual modo, tem subjacente a si um reinvestimento simbólico no próprio bairro.

De maneira, que nós tivemos que comprar, pedimos um empréstimo ao banco... Graças a Deus, e comprámos esta casinha! (...) Na altura tinha dois, esta casa era totalmente diferentes, mas depois há coisa de oito anos vai fazer, vai fazer agora oito anos. Ainda ontem disse ao meu marido «há quanto tempo é que nós fizemos estas obras?» (...) E a casa tinha dois quartos, tinha uma cozinha muito pequenina, a entrada era ali pela frente. Depois, claro, eu deitei abaixo esta casa toda e deixei só as paredes. Nessa altura, como

não temos filhos acabei por pôr só um quarto lá em cima, só um quarto maior, uma quarto de banho maior e tive que fazer a entrada aqui para cima, aqui pela sala e ainda fizemos lá em cima um anexozinho e assim.

Na história da Dona Eugénia vamos encontrando pequenas passagens de relatos de outros moradores do bairro. Todos as aguarelas expostas na parede simbolizam a cidade e o bairro, ilustrando afeição por ambos. Todas as pinturas foram realizadas por um antigo morador, que a Dona Eugénia ajudou a criar. Da mesma forma, encontramos na história da cunhada da Dona Eugénia uma outra lógica de apropriação do espaço do bairro e que dá conta da multiplicidade de estratégias de moradores e senhorios, uma vez que esta, tal como a Dona Eugénia e o seu marido, passou de inquilina a proprietária. Contudo, após realizar obras de fundo na habitação, a cunhada da Dona Eugénia optou por sair do bairro e alugar a casa renovada a «setenta e cinco contos».

Também, como já dissemos acima, a aquisição da habitação tem subjacente a si um investimento não só na casa, como no bairro a longo prazo, assim como um reforço simbólico das redes de vizinhança e entreaajuda, que se traduz, por exemplo, na posse da chave da casa de outros vizinhos.

Porque nós aqui estamos no centro do Porto, nós não precisamos de... temos aqui transportes ao pé, nós temos tudo aqui ao pé, é por isso que eu digo que eu quando comprei esta casa. Aliás, quando eu fiz obras nesta casa, há oito anos, eu pensei muito, muito... eu e o meu marido pensámos muito, porque se nós vendêssemos a casa, isto há oito anos que já era nossa, ela ia-nos dar muito pouco, porque precisava de umas obras muito grandes. Além disso, eu e o meu marido já não estávamos em condições de pedirmos um empréstimo ao banco para irmos para outra... não para, portanto, não podíamos ir assim para a zona do Porto, tínhamos que ir para os arredores. De maneira que eu sinto-me muito bem. Acabámos por realmente, as migalhas que a gente tinha, por fazer as obras e agora quando sair daqui, já vou para outra... Aqui agora, graças a Deus, respira-se aqui um bocadinho mais de paz. E à noite não se ouve carros, não se ouve nada. Isso é uma coisa muito boa! De maneira que nós fizemos aqui as obrinhas e ficamos aqui.

A questão da posição central do bairro na cidade encontra-se, também, muito presente no que concerne à organização das rotinas diárias. Apesar «de levar a vida de casa, própria de uma dona de casa», a centralidade do bairro permite-lhe estar próxima das lojas e das casas de oração que frequenta. Da mesma forma, qualquer escape à rotina do dia-a-dia é feita na baixa.

Estou muito bem aqui, é como lhe digo, estou perto de tudo quanto... portanto, até das casas de oração onde vou estou perto. Estou perto dos supermercados, estou perto de, de... quando me sinto aborrecida vou

dar a minha volta por aí fora. Vou até ao Via Catarina, por exemplo, gosto de lá ir e de tomar lá um chazinho e tem lá uns scones muito bons, que é assim uma espécie de um quequezinho, quase que... não tem muito açúcar.

(...) mas, por exemplo há um café lá em baixo na Praça da Liberdade, o Guarani... já lá cheguei a ir mais do que uma vez com as minhas, porque eu tenho mais quatro sou eu a única que não tem filhos. Elas têm todos dois filhos e quando é anos a nós juntamo-nos lá a jantar à noite e depois há música também.

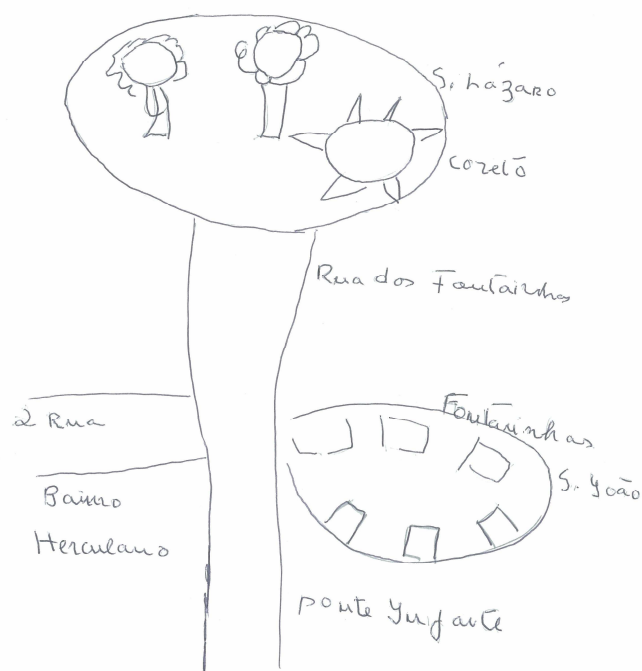
Exemplo de uma aguarela sobre o bairro que encontramos na casa da Dona Eugénia:



Nota: Abílio Guimarães (autor), in Guimarães; Anjos, 2004.

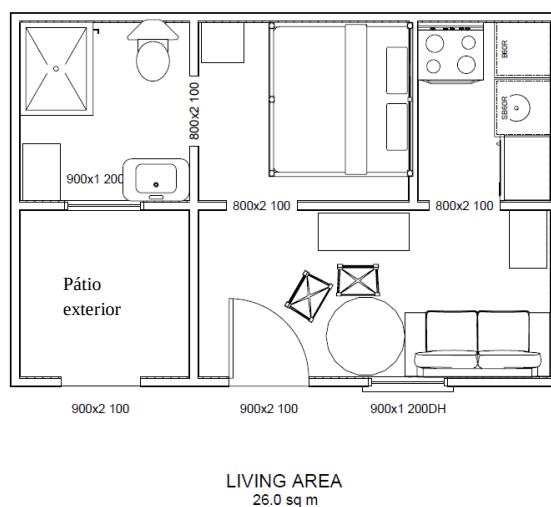
Mapa mental da Dona Carminda:

[Ver página seguinte](#)



A função residencial é a que mais se encontra inscrita neste mapa mental, não só por via do assinalar do bairro e do destaque conferido à rua onde vive a Dona Eugénia, mas também pela unidade temática que todos os restantes elementos conferem à zona assinalada. Assim, como pontos marcantes encontramos o Jardim de São Lázaro e as Fontainhas. Em ambos os pontos marcantes identifica-se pequenos elementos que fazem menção à tradição associada a estes pontos: o coreto, em São Lázaro, e as barracas do São João, nas Fontainhas. Ambos os pontos marcantes encontram-se ligados por uma via principal, a rua das Fontainhas. Contudo, tanto no que se refere ao assinalar das vias no interior do bairro, como nas restantes nota-se uma ausência de lógica de ligação entre elas, assim como o assinalar dos seus limites, por exemplo a ponte do Infante acaba por desempenhar um duplo papel: de imposição de um limite natural ao bairro, como também como uma via de acesso. De ressaltar, ainda, a ausência de outras zonas e funções da cidade.

2.4.4 – Narrativa da Dona Gabriela



Piso térreo

A história da Dona Gabriela, de 45 anos, divorciada com um filho adolescente a cargo, residente na Ilha Grande na Rua de S. Vítor, gira em torno de um conjunto de circunstâncias e contrariedades que de certo modo foram perpetuando a sua ligação a S. Vítor. A família da Dona Gabriela sempre viveu em S. Vítor, sendo que os seus bisavôs foram dos primeiros residentes da zona. Apesar de quando se casou ter ido viver para a periferia, numa casa maior e com melhores condições, o abandono por parte do marido, entre outras circunstâncias ditaram o retorno a S. Vítor.

Como fiquei eu e o meu filho e mediante a altura em que foi... porque a partir do momento que a minha filha faleceu, começou-me a aparecer vários problemas de doença e... pronto, eu comei a ter operações atrás de operações e trabalhava meia dúzia de meses, acontecia-me alguma coisa e lá tinha que ser operada... a partir daí nunca mais tive saúde. E, prontos, lá está trabalhava meses a meses e vinha para casa e, depois, foi quando me surgiu o problema da doença que tenho... prontos, eu tenho uma má formação na medula óssea.

O discurso da Dona Gabriela gira, assim, sempre em torno de um sentimento ambivalente face à ilha e à sua condição actual: “*Mas, aqui mesmo quem cá ficou, infelizmente, por uma parte e felizmente, por outra fui eu* “. Assim, se por um lado, o seu retorno à ilha fica marcado pela assumpção do papel de cuidadora na doença dos seus pais e daí o *felizmente*; por outro, a deterioração dos modos de vida na ilha e a falta de espaço para garantir alguma privacidade ao seu filho ditam o *infelizmente*.

Porque ele embora saiu de casa, mas deixou-me sem nada. Ele saiu de casa, mas deixou-me sem nada mesmo até para o filho e tudo. E, optei por ficar aqui... como conversei, como o senhorio já me conhece desde pequena e tudo, conversei com ele e ele prontos, conversámos e fiquei por aqui. Olhei pela minha mãe, pelo meu pai, porque também prontos porque a seguir à minha mãe, porque a minha irmã entretanto faleceu-me... um ano depois faleceu a minha mãe e depois foi o meu pai que acamou, também com o problema da próstata, teve um tumor na próstata... esse é que deu mais trabalho, porque acamou, demorou mais tempo e prontos, atrás disso, depois ainda veio mais problemas de saúde, também que ser outra vez novamente operada. (...) Embora eu quando casei, para se dizer, eu foi só o casar e dizer que casei, porque embora eu fosse morar para Gaia e depois para Gondomar, a minha mãe e tudo, o meu tempo passado era aqui, porque de todos era eu que era mais chagada aos meus pais, não os largava para nada. Se fosse sair, se fosse de férias, os meus pais iam comigo. Se eu fosse sair os meus pais iam comigo, era assim... depois aconteceu o problema de me falecer a minha filha, ainda mais me puxou porque tinha que vir ao cemitério e assim enfeitar, prontos... e acabei por ficar por aqui infelizmente. Porque se não fosse o... o eu dizer infelizmente, desculpe, é por exemplo não ter condições para o meu filho, porque não temos. Embora, diz-se assim «ah é, antigamente criava-se tudo»... porque não tenho condições, quer dizer, antigamente fomos todos criados, eu não digo que não, fomos todos bem criados, dormiam uns no sofá da sala, eu e as minhas duas irmãs, porque a primeira casou de depressa... também já faleceu. Os meus irmãos dormiam no sótão, mas eram antigamente e a gente prontos, embora agora eu não podia meter o meu filho no sótão... a altura que ele está não se pode andar a pé lá em cima, tem-se que andar abaixados. E há outra, a gente onde não tem condições para guardar nada, temos que ter tudo lá para cima em caixas. O meu filho dorme comigo para já ainda no quarto, mas é assim as condições que uma pessoa tem. Agora é assim, já se sabe que eu gostaria de poder ter uma casa melhor, não digo melhor em grandidade, uma casa grande não... mas ao menos um quarto para ele, para ele ter a privacidade dele, que não tem... mas, prontos, enquanto vamos estando paciência. Mas, de resto fomos aqui todos nascidos e criados... mas para se dizer, aqui no bairro em vez de ser... prontos, não me acho velha, não é? Embora tenho quarenta e cinco anos, mas é assim, por assim dizer sou a mais velha, mas isto rola assim. O eu dizer infelizmente é neste aspecto, é no aspecto do bairro, porque não era nada do que é agora, isto dantes era uma família, a gente podia ir lá fora e deixar as portas abertas, a gente podia estar lá fora à vontade, a gente podia estar em casa à vontade... agora não, isto é totalmente diferente. Isto o ambiente aqui é de muita gente da Rua Escura, o que não quer dizer que não há pessoas boas também nesses recintos, mas o que está aqui é totalmente diferente. Prontos, é um ambiente muito pesado e que não dá, prontos, a gente não pode ter as nossas coisas nos sítios sossegadas, que propriamente, a canalha dá-nos cabo de tudo...

Pronto, é um ambiente totalmente diferente do que a gente foi criada e do que a gente foi habituada... porque como a menina já conhece, a Almerinda, embora quando para aqui veio eu era pequena, mas ela apoiava-nos muito... até mesmo no problema da minha mãe apoiou-nos muito, no problema que eu tive, que eu tive um problema com as minhas irmãs e como agora, embora tenha irmãos, é a mesma coisa que não tenha, mas ela também me apoiou muito, não haja dúvida, mas é totalmente diferente o ambiente de dantes com o de agora. Já se sabe que as coisas também têm que modificar, não é? Mas é um ambiente muito, muito, muito pesado! Depois vem pessoas de sítios que estão habituados a outras coisas e, prontos, e

vêm para aqui e é fumar aquelas coisas que, prontos, eu tenho quarenta e cinco anos e eu nem sei dizer o nome das coisas. E eu às vezes peço... «Ó Vítor, eu peço-te o favor, é assim...» Diz ele «ah, eu venho fumar cá para fora, porque não posso fumar lá dentro por causa da menina». É assim, mas eu também não posso ter a janela aberta então. E ele está aqui mesmo em frente e claro que vem para dentro. Agora, também não sou obrigada a ter tudo fechado só porque ele quer fumar e não quer atingir o menino... por amor de Deus, mas eu também tenho que olhar à minha saúde e à saúde do meu filho, porque ele pode ir fumar lá para baixo e depois vir para cima... e, peço educadamente e às vezes até parece que me comem com os olhos, é com a boca, é com tudo... eu se não fosse um bocado tesa eu já estava aí farta de... E depois os palavrões, palavrões é... prontos, o meu filho também já é grande, mas nunca foi de... já de pequenino, porque a gente às vezes acha piada a eles dizerem uma asneira ou assim.

A Dona Gabriela atribui grande parte da responsabilidade do ambiente geral do bairro à falta de cuidado que o senhorio tem na escolha das pessoas que vão viver para a ilha, contudo subjacente ao seu discurso fica ideia que esta é uma espiral de deterioração que engloba a atitude do senhorio e dos inquilinos. Como reconhece, há cada vez menos inquilinos que tenham cuidado com as casas, que quando ficam vagas pouca manutenção recebem do senhorio, que por sua vez, quando as casas forem de novo alugadas, os novos inquilinos sentir-se-ão ainda menos motivados a desenvolver uma certa estima pela casa. Esta é uma questão que acarreta um sentimento de insatisfação crescente face ao senhorio, que pouca estima tem pelos mais antigos e que, normalmente, são aqueles que maior estima têm pelas casas.

Eu também da última vez que ele aí esteve, eu também lhe disse «eu só lhe estou a pedir, porque para o que eu vejo aqui, vocês está a pintar casas, as entradas das casas, ou bem ou mal está a ajeitar e eu já ao tempo que lhe pedi para me dar uma pintadela fora da casa» e você sempre com o espere, espere e eu estou sempre à espera e quer-se dizer os outros é que vêm para aqui e é que têm prioridade aos que já cá estão e... como é que hei-de dizer e é que tomam conta das casas, porque há quem venha e destrua as casas, não é? Porque eu ainda há dois anos fui eu que andei a pintar a minha casa, porque isto ganha humidade, as casas já elas... de um momento para o outro, com o tempo ficam pretas. Eu ainda há dois anos andei a pintar a minha casa toda por dentro. Agora é assim, eu no dia a seguir, isto é, dois dias a seguir, fui internada por causa do cheiro da tinta... porque eu também tenho problemas de sinusite e rinites alérgicas e assim, tenho asma, mas prontos pintei a minha casa, conforme pude pintei a minha casa. Ele não me deu um tostão para a tinta, eu é que tive que comprar. (...) Há coisa de três meses atrás andei a lavar as paredes com água quente e lixívia e andei a lavar as paredes todas. Eu até lhe disse a ele «olhe, venha ver, isto não é para você abrir a boca e deitar bifes para fora, não é assim... a gente estima as casas. Não é assim, eu não lhe peço para me pintar a casa só por pintar. Não, eu peço para me pintar, para estimar a casa. Acha bonito as pessoas passarem e isto estar como um escarro?». Nunca fui habituada a isso, o meu pai sempre que podia andava sempre a mexer na casa e ele agora poucas obras fez, a não ser fechar o

pátio e qualquer coisa, porque da casa para dentro a casa estava impecável... e neste momento até é a casa mais cara que está aqui no bairro!

Esta atitude de desconfiança face aos vizinhos da ilha, realidade muito diferente do tempo em que os pais eram vivos, traduz-se igualmente no assinalar de um conjunto de circunstâncias que a fazem manter uma atitude de constante desconfiança; assim como a adoptar um conjunto de estratégias de protecção da sua privacidade. A presença de cães perigosos na ilha afirma-se como um motivo de desconfiança entre os moradores e as actividades que se desenrolam no interior das casas.

A gente não pode sair de casa descansada, se estivermos até à noite... agora não tendo a minha mãe, nem o meu pai, já me deito mais cedo... deito-me isto é, fico a ver televisão com o meu filho e assim. Mas, isto às vezes é às tantas da noite para cima e para baixo, porque vêm buscar... vêm buscar essas coisas e às vezes até sem enganam na porta e batem na minha, é assim... não se pode ter sossego. Não se tem o sossego que se tinha antigamente, não se pode ter as portas abertas...

Contrariamente ao ambiente familiar que dantes se vivia na ilha, a Dona Gabriela actualmente não é capaz de confiar a sua chave a nenhum vizinho. De facto, como afirma esta é uma prática que se vai perdendo com as «idas e vindas» constantes de novos moradores. Da mesma forma, mesmo entre os mais antigos cada vez menos se vêem situações em que uns inquilinos iam pagar o aluguer de outros moradores:

Não deixo, nem deixo e se calha de ele não levar a chave dele, que eu deixe às vezes... às vezes deixo-lhe aqui na beira da janela, mas digo-lhe «abre, tentas abrir a janela que não esteja ninguém a ver». Quando esteja, ou vais até à rua e espera, mas não quero que ninguém veja. Mas, mais de resto, já me aconteceu por duas vezes ou três e fechei a porta com a chave cá dentro, mas tive que partir o vidro da janela, porque a minha porta não dá para abrir de maneira nenhuma. Mas de resto, aqui há muitas maneiras de abrir portas, pelo que eu tenho visto... há muitas maneiras de abrir portas... Mas eu prontos, mas se fosse outros tempos não tinha problema... mas agora não deixo a minha chave a ninguém.

Esta postura de desconfiança face ao bairro traduz-se na apropriação da zona envolvente à ilha, assim como na organização das rotinas diárias da Dona Gabriela. Ainda que, neste domínio, se tenha que atender que estas estão já à partida condicionadas pela gestão de um «curto» orçamento doméstico, uma vez que como faz questão de afirmar algumas vezes, o ex-marido a partir do momento que saiu de casa nunca assumiu as responsabilidades parentais.

Menina, as minhas rotinas diárias é o dia-a-dia da casa. Quando tenho consultas é ir... vou às minhas consultas. (...) Eu da maneira como eu sou menina, derivado aos tempos de hoje, eu sou muito metida em casa e tento quando vou, ao Minipreço ou qualquer coisa, tento fazer as compras para o mês, seja de talho, seja de mercearia ou assim, porque eu não gosto muito de andar na rua... porque é assim, as pessoas agora, quando não têm que fazer, têm que fazer alguma coisa e o que fazem é falar da vida das pessoas. E, até já fazem... até põem a pessoa grávida quando a pessoa não está. Eu evito, gosto pouco de ir à rua, tento fazer as compras que necessito.

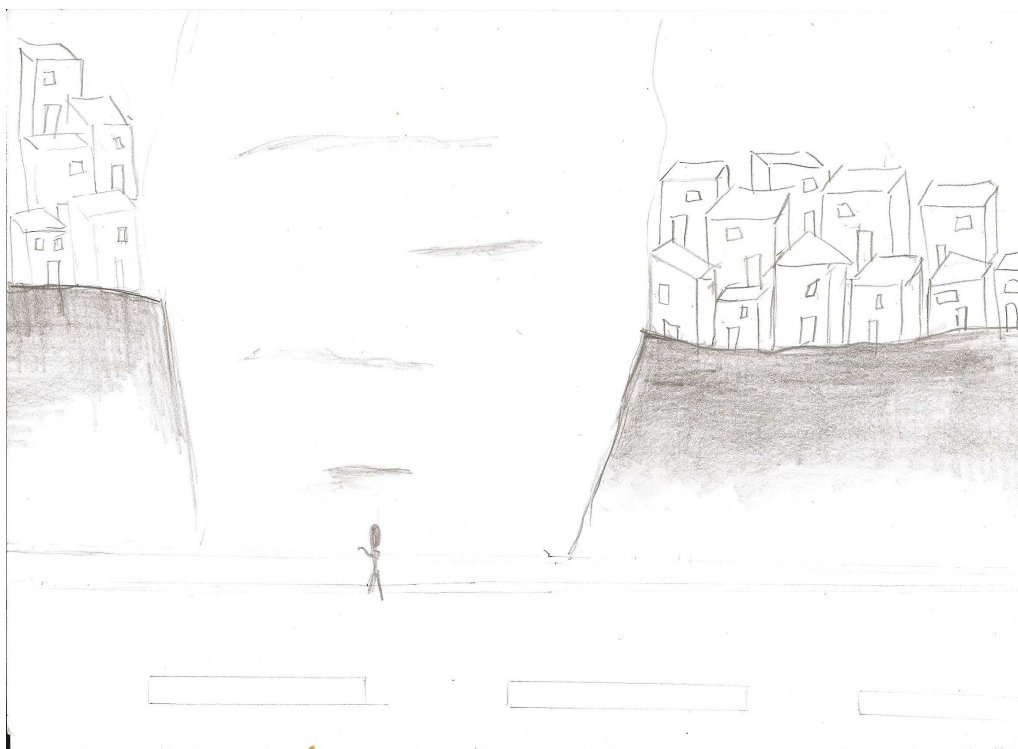
Por sua vez, a perda do espírito de comunidade no seu sentido mais tradicional, traduz-se numa vivência diferenciada das festas tradicionais. Uma vez mais, esta é uma realidade que deve ser interpretada a dois níveis: por um lado, verifica-se de facto a diluição de algumas tradições de outrora; por outro, a Dona Gabriela é uma pessoa muito marcada pela morte da sua filha, irmã e pais, assim como por conflitos que a afastam dos seus parentes mais próximos, sendo que paulatinamente o seu agregado se foi reduzindo ao seu filho.

O São João aqui, como eu já disse à menina enfeitávamos a ilha... agora nem tanto, agora é duas ou três, mas antigamente, eu falo pela minha família... nós até chegámos a pontos de o meu cunhado trazer um pipo de vinho e no pátio assávamos ali as sardinhas, tínhamos a música, dançávamos aí, porque todos nós sabíamos dançar, mas bem bem... era eu a única, concursos e assim era eu a única. (...) Agora, há uma ou duas pessoas que assam agora, que põem aí os fogareiros, mas já não é aquela tradição que era antigamente, que era tudo às portas das casas, acendiam os fogareiros... como ao natal antigamente, fazia-se o natal tradicional. Fazia-se a passagem de ano, havia uma velhotinha que andava aí com os testos de cima para baixo, batia... agora, não faz-se... como eu aqui comemoro o natal com o meu filho, ainda o ano passado assei as sardinhas para mim e para o meu filho, comemos, fomos até ao baile um bocadinho... agora é assim. Agora já não é o que era antigamente! Antigamente, sim, era São João, agora é São João porque é São João. Antigamente ia-se para as Fontainhas, até se andava pelas ruas a pé e tudo. Aqui a rua, antigamente, nem se podia passar, era para cima, para baixo, as pessoas depois paravam na entrada dos bairros a olhar cá para dentro. Havia pessoas que vinham por aqui a cima ver o bairro enfeitado e tudo... agora até é raro as pessoas passarem e assim. É como se costuma dizer, vai-se passando os anos e vai passando estas coisas. Embora ainda não acabaram com as festas e com os bailes, porque antigamente o baile não era ali. Antigamente o baile era na Praça da Alegria, era discos não era conjuntos... e, mas é que passaram para ali quando começou a viram conjuntos e assim. Mas, continua sempre a ser o São João, mas não é como era antigamente.

Quando questionámos a Dona Gabriela se gostaria de sair da ilha, apesar da sua longa ligação a S. Vítor, esta afirma que não se importaria de sair, desde que não «fosse para uma ambiente assim muito diferente», porque, no fundo, o que reclama é a oportunidade de construir um segundo piso na sua casa, de forma a ter um quarto independente para o seu

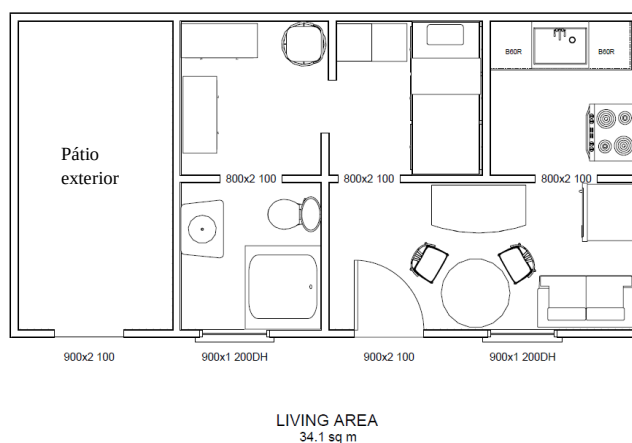
filho. A serenidade com que aceita o conjunto de eventos que marcam de forma definitiva a sua vida e a sua ligação a S. Vitor traduzem-se, deste modo, numa vontade aparentemente paradoxal de não se afastar da zona onde reside actualmente.

Mapa mental da Dona Gabriela, ilustrado pelo seu filho de catorze anos:



A partir do desenho são perceptíveis as duas margens do Rio Douro, que funciona como limite natural. A vista a partir da ponte do Infante, ilustrada, podemos identificar a importância relativa da zona de residência na construção de uma imagem da cidade.

2.4.5 – Narrativa da Dona Laurinda



Piso térreo

A história da Dona Laurinda, uma senhora de 74 anos que vive sozinha na Ilha Grande em S. Vítor cruza-se na nossa investigação de forma atípica, quando comparada com os modos como fomos seleccionando cada narrativa presente neste trabalho. Contudo, a par com a sua casa de portas e janelas vermelhas discretas no longo corredor da Ilha Grande, na simplicidade do discurso da Dona Laurinda fomos descobrindo uma longa trajectória de conjugação do trabalho por conta de outrem e de pequenos biscates em casa para sustentar os cinco filhos que teve, três dos quais deficientes.

“*Há quarenta e seis anos que eu estou aqui*”, a antiguidade na ilha cruza-se com uma trajectória que paulatinamente se vai pautando pela solidão. Nascida em Penafiel, numa família com doze filhos, quase todos como os pais, analfabetos, cedo rumaram ao Porto para trabalhar como operários. A Dona Laurinda, tal como muitos dos interlocutores que fomos encontrando trabalhava como costureira numa fábrica de camisas:

Eu era arrematadeira de obra. Arrematadeira, quer dizer... arrematava, caseava, pregava botões. Era mesmo rematadeira. Eu arrematava em casa, mas também tinha na fábrica e na fábrica também era o mesmo serviço. Era cortar as pontas, não é... acabava-se uma camisa e aquilo tem pontas, não é... e a gente remata e corta na obra. Era o que eu fazia, era arrematar obra, casear, pregar botões...

O motivo de ter vindo viver para a ilha há quase cinco décadas cruza-se com um outro denominador comum que facilmente identificamos no seu discurso, a gestão de um orçamento familiar baseado no assegurar de um mínimo para a subsistência num agregado que na altura contava com sete elementos.

Porque eu tinha cinco filhos e é que eu só vivia num quarto. Depois, o quarto começou a dar-se muito pequenino, porque eles começaram a crescer... de maneira que eu arranjei esta casinha na altura e eu vim para aqui. (...) Quando vim para aqui pagava oitocentos e cinquenta escudos. Já na altura era muito dinheiro, porque estavam aqui casas a pagar vinte e cinco, vinte sete... e eu já pagava esse dinheiro. (...) Na altura tinha o ordenado do meu marido, não é. Depois tive a minha filha que já trabalhava e trabalhava eu na fábrica também. Outras vezes, eu também trabalhava em casa, acabava obra e também ganhava... não posso dizer assim ao certo quanto é que ganhava, porque nunca fiz assim... Quer dizer, eu é que nunca fiz assim um apanhado, porque o meu marido ganhava à semana e a gente o dinheiro da semana era para a mercearia, pronto... e o que eu tirava por fora, os bocadinhos da obra e assim, era para ir comprando pão, para ir comprando peixe... coisas miúdas. Nunca fiz assim um apanhado, tenho tantos contos, vou fazendo isto e assim, não! Na maré que eu vim para aqui o meu marido ganhava quinhentos escudos por semana. Era, nessa altura ele ganhava quinhentos escudos por semana. Quando viemos para esta casa eu pagava a renda com o abono. Já foi com essa condição, por isso nunca fiz assim nenhuma coisa de dizer assim «fiz um apanhado do dinheiro e sei que tenho tanto ao fim dos mês». Não, nunca fiz isso. Agora faço, porque vem ao fim do mês e a gente tem que gerir [risos].

O valor da renda afirma-se, igualmente, como uma dimensão que vai permeando o discurso da Dona Laurinda, assim como também na percepção do espaço. Se hoje, integra o grupo dos mais antigos na ilha e paga quarenta e um euros de aluguer, muito abaixo dos novos moradores. Quando se mudou para a ilha era uma das pessoas que pagava mais dinheiro pelo aluguer. Quando se deu a divisão dos pátios, criados com a demolição de metade das habitações da ilha, a Dona Laurinda foi das inquilinas mais beneficiadas devido a essa situação. Em vez de ficar com metade de um lote, de cerca de oito metros quadrados, ficou com os dezasseis metros quadrados de pátio, onde construiu a casa de banho e um pequeno quarto que serve como antecâmara do quarto de banho. Nos cerca de oito metros quadrados que tem actualmente a mais, quando comparado com os outros moradores da ilha, construiu um pátio fechado onde está o seu cão.

Mas a lógica actual de ocupação do espaço é bem diferente do tempo em que criou os seus filhos e em que chegaram a viver nove pessoas nos dezasseis metros quadrados originais em que a casa de banho era exterior, seguindo a lógica muito presente no discurso dos mais antigos de «uma casa de banho comum para cada três caseiros».

Ai, as obras que eu fiz... olhe, fui eu que fiz tudo! Tudo o que está aqui fui eu que fiz! A minha casa foi toda coberta a madeira, porque isto era tudo de barro e caía abaixo. Foi tudo forrado a latex, a casa toda, o quarto e tudo, foi tudo forrado a latex e... depois tapei com o papel por cima, mas já está a precisar de obras outra vez.

Tinha lá em cima um sótão e punha lá um colchão grande e deitava os filhos. Fiz aqui por cima da cozinha

um sotãozinho e para ali fiz o sótão para as raparigas e para ali fiz o sótão para rapazes. E criaram-se aqui todos. (...) Não, no sótão só pus uma portinha ali, não pus mais nada. Porque aquilo é muito baixinho, não se pode andar lá em pé. Aquilo é muito baixinho, só dava mesmo para ter lá o colchão no chão e mais nada. De maneira, que pus uma portinha só, para o rapazito dormir aqui em cima da cozinha e arremediei assim. A rapariga mais velha, depois, dormia aqui no sofá... nestes assim de abrir e dormia aqui. Dormia aqui a rapariga mais velha. Uma ocasião o meu rapaz foi operado, tenho três deficientes... e um foi operado e dormia aqui [aponta para a mesa]... e esteve para aqui a dormir durante três meses. Eu não podia passá-lo lá para cima com o gesso e à noite punha-lhe aqui uns cobertores e ele dormia. Arremediei! Tem que ser, conforme a gente podia...

Na história da Dona Laurinda encontramos, também, alguns traços que marcam os modos de envelhecimento de muitos idosos, cujas trajectórias de vida não permitem o cultivo de lazeres que extravasem a esfera doméstica e um núcleo restrito de pessoas mais próximas.

Agora vivo sozinha, mas na altura vivia com o meu marido e os meus filhos. Nós estamos separados há vinte e poucos anos. De maneira que as minhas filhas foram casando, casaram-se todos e fiquei sozinha. E vivo sozinha. Nem da parte do meu marido, nem minha tínhamos alguém aqui em S. Vítor. Nós não éramos da cá, eu era de Paredes, Penafiel. (...) Às vezes aparece por aí o meu sobrinho que é de lá de cima da aldeia, porque anda por aí a trabalhar perto, trabalha nisso das obras na estrada, nas ruas... e ainda há dias apareceu-me aí, mas também é só de visita. Vem-se e vai-se logo embora! É muito raro aparecer aqui alguém.

Uma amiga que a acompanha na ida diária à missa ou então «numa voltinha no autocarro» e que ao mesmo tempo a ajuda a cuidar da roupa (a Dona Laurinda não possui máquina de lavar roupa), demonstra a importância que as redes de vizinhança têm para a esta. É assim com desgosto que vê esses laços perderem-se com as sucessivas «idas e vindas» de novos moradores, bem mais jovens, que não partilham o mesmo sentido de solidariedade. Esta é uma questão que se traduz num reforço do recolhimento ao espaço da casa nas suas rotinas diárias:

De manhã levanto-me por volta das nove, nove e vinte... conforme. Oito horas, é para onde estiver! Vou tomar o café, que é a primeira coisa, arranjo-me e tal e vou tomar o cafezinho. Depois venho e estou. Se tenho que fazer qualquer coisa faço. Se não vou à rua e depois de comprar qualquer coisa venho. Faço o almoço, como... encosto-me ali um bocadinho, como agora me encostei, deixo-me estar assim um bocadinho e às vezes quando está a chegar às quatro horas vamos dar uma voltinha no autocarro, vamos assim dar uma voltinha... vou com esta senhora [senhora idosa que se encontra na sala] e vimos. Seis menos um quarto, cinco e meia estamos nós a chegar para ir à missa, até às sete horas. Às sete horas venho para casa e pronto!

(...)

Eu gosto de me divertir, eu gosto de brincar, de... prontos, de conviver com todos, não é. Agora, se a gente tem com quem... e gente não tem com quem, não tenho ninguém conhecido. Se falarem para mim, eu falo para as pessoas (...) Agora não, agora já não é essa gente. Já é tudo gente mais selecta!

Mas da mesma forma, traduz-se nos modos de apropriação do espaço doméstico, no sentido em que o recolhimento no quarto - espaço de descanso e onde passa a maior parte do seu dia - se afirma também como uma estratégia de defesa face aos rumores e pequenos atritos que vão surgindo na ilha. Esta é, igualmente, uma defesa face ao «assédio» de que os mais velhos são alvo por parte de vendedores que vão aparecendo à porta. Esta é uma dimensão importante na compreensão da valorização da rede de amizades que a Dona Laurinda vai mantendo, uma vez que é o exemplo de pequenas burlas que os outros idosos vão sofrendo e alertando, que faz com que os outros fiquem mais atentos. Nas conversas informais com a Dona Laurinda emerge, assim, uma tristeza por não saber ler, nem escrever, não tendo, deste modo, instrumentos para se poder defender deste tipo de investidas.

Por sua vez, é quando chamada a pronunciar-se sobre o São João e os modos de vida nas ilhas antigamente que o discurso da Dona Laurinda se torna mais fluído, representando uma perda do significado que outrora atribuíam ao “*santo aqui da ilha*”:

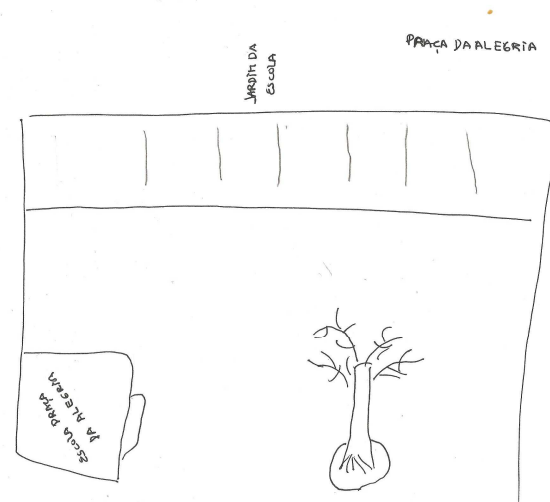
Isto agora já não é o São João como foi à coisa de há uns sete anos. Isso é que foi um São João diferente! Foi a primeira vez que se enfeitou a ilha, fez-se um São João com luz, tínhamos luz de lá de cima até cá abaixo, fez-se tudo, brincou-se, tirou-se fotografias, até se fez um filme... há aí pessoas que têm as cassetes das brincadeiras que a gente fez com o alho, fizemos a rusga de cá de cima lá para baixo e de lá para baixo para cima. Enchemos a ilha... foi espectacular, fez-se uma coisa muito bonita, tinha pessoas já mais antigas que se davam. Agora não, agora é só assim pessoas mais... são tudo pessoas assim muito acriançadas. Agora, quem mora aqui é tudo canalha, chamo-lhe eu canalha. São estas rapariguinhas novas e assim que só pensam em fumar e mais nada. E, depois nem bom dia, nem boa tarde, nem vêem ninguém e nem conhecem ninguém. É assim, essas pessoas não são gente. Estamos numa ilha e convivemos uns com os outros, mas eles não! Não se convive com ninguém... e claro que são pessoas novas e que não dão valor ao que se fez, nem ao que foi feito... se for preciso vêm por aí abaixo e se for preciso botar a mão arrancam. Se lhes der... mesmo eles, que são rapazes novos, se lhes der para botar a mão a um balão, botam-no ao chão. É, não têm respeito por ninguém, não merecem consideração! Sabe, quando é estas pessoas assim eu não ligo e não dou confiança, porque depois a gente é maltratada e ainda insultam a gente e essas coisas. É por isso que eu não dou confiança.

É assim um sentimento de ambivalência que vai emergindo do discurso da Dona Laurinda, partindo de uma certa nostalgia do antigamente e da valorização das amizades com os moradores mais antigos, a quem ainda confia a chave da sua casa. É neste contexto que

apesar da vontade que podia ter de se mudar para uma casa com mais condições, até porque a sua já precisa de novas obras, que gostaria de ter uma «casinha térrea», mas próxima de alguém que a pudesse ajudar. “*Para ir para um lado em que não conhecesse ninguém, ou outra coisa... depois, claro, precisava de alguma coisa e depois quem é que me botava mão?*”

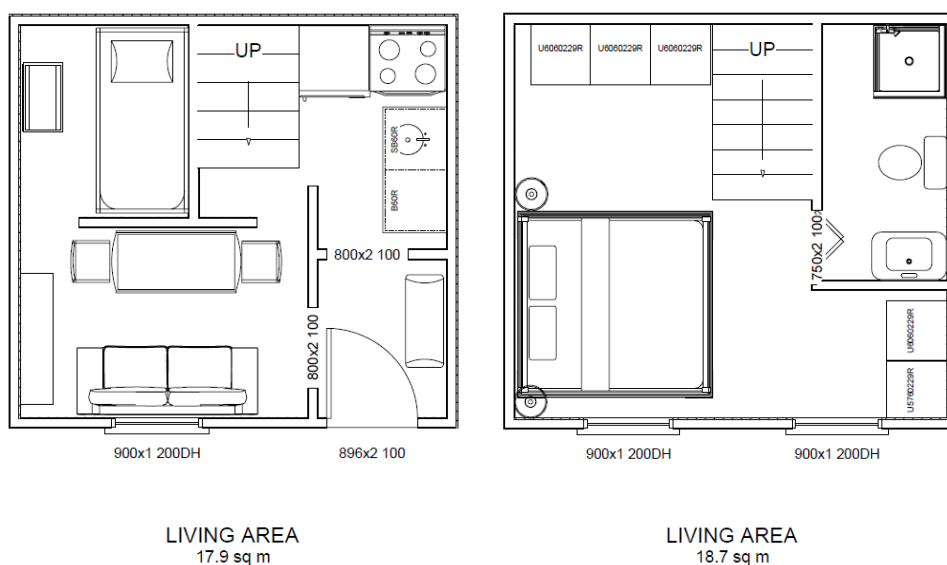
Encontramos assim na história da Dona Laurinda um profundo enraizamento à zona de S. Vítor, não pelos laços afectivos que mantém com o espaço, mas porque toda a sua trajectória se encontra refém de uma gestão de um conjunto de condicionamentos – primeiro o trabalho e a criação dos filhos e actualmente a gestão de um conjunto de dimensões que lhe permitam viver uma velhice sem sobressaltos – que criam uma lógica de identificação com a zona envolvente àquela em que vive:

Mapa mental da Dona Laurinda:



No mapa construído pela Dona Laurinda podemos identificar a escola primária que se encontra na Praça da Alegria, no cimo da Rua de S. Vítor. A ausência de outros referentes espaciais demonstram a centralidade que a zona onde vive e se desloca quotidianamente têm na sua vida.

2.4.6 – Narrativa da Dona Raquel



Piso térreo

1º Andar

Conhecemos a Dona Raquel por intermédio dos seus filhos que brincavam na Rua no Bairro do Herculano. A Dona Raquel, de 31 anos, é casada e tem dois filhos de 9 e 5 anos de idade. Sempre viveu na zona história da cidade, contudo a sua ida para o bairro está relacionada com o marido, que foi criado e tem a sua família no Bairro do Herculano. Apesar de ter tentado emigrar com o marido, a Dona Raquel nunca se adaptou. Actualmente, o marido trabalha como instalador de gás natural em França, vindo a casa uma vez por mês, sendo que a Dona Raquel além de tomar conta das crianças, com o apoio da família que tem no bairro, frequenta ainda uma formação profissional na área da informática, que lhe dá equivalência ao 12º ano de escolaridade.

Aqui estou mais ou menos há cinco ou seis anos. Nesta casa não, já estive noutras aqui no bairro. Entretanto eu deixei, fui para fora, tornei a vir. (...) A primeira vez que vim, juntei-me com o meu marido, que já tinha a menina. Prontos, nós queríamos o nosso espaço porque nós estávamos na minha mãe. E depois deixámos a casa porque na altura fomos para Andorra, deixámos tudo e isso e fomos para Andorra para tentar outra vida, só que eu não me dou muito tempo fora daqui e ainda estivemos lá uns mesinhos mas eu não me adapto e então viemos, depois também engravidei e tive o menino, ficámos por aqui e depois na altura quando viemos eu tive em casa da avó do meu marido que também mora aqui e ele é que morou cá...já há vinte e sete anos, eu não, morava lá para baixo perto da Rua Escura, perto de São Bento.

A ligação do marido ao bairro tem já várias gerações e se essa ligação influenciou a ida do agregado para o Bairro, influencia igualmente a relação que têm com o senhorio. A

Dona Raquel e a sua família pagam 125 euros por mês pela casa, contudo este é um valor que não sofre alterações ao longo dos anos, uma vez que como é um valor comparativamente baixo face ao que os moradores mais recentes pagam, é a família da Dona Raquel que financia as obras que vão fazendo no interior da casa.

Não, não, o senhorio por acaso acho que não aumenta e ao tempo que eu estou aqui tem sido sempre o mesmo. Até porque quando a gente veio para aqui a casa precisava de umas obras e a gente preferiu pagar menos e fazer as coisas aos bocadinhos, ainda não estão acabadas, não é? Vai-se fazendo. (...) Humidade nem tanto, o de mais é lá em cima porque pelo que ouvi dizer também aqui a vizinha ao lado fez obras e danificou um bocadito a parede e quando chove e tudo infiltra, lá está queríamos acabar com as obras e ir para a parte de cima para deitar também abaixo, porque é a descer, o telhado vai descendo e não dá muito jeito...eu sou baixinha ando bem, mas o meu marido já tem que se baixar.

E o senhorio também diz que tem muita casa fechada que precisa de obras, mas também só tem dois ou três trolhas a trabalhar para ele e tem que ser aos bocadinhos.

(...)

Dou-me bem com ele, a gente fala com ele muito bem, falamos sobre a casa, os problemas que tem e ele está sempre disposto a ouvir. O medo, pronto lá está, é que queira fazer as obras à nossa maneira, pronto o telhado ele diz que compete ao senhorio e nisso ele tem que dar uma ajudinha e a gente vai fazendo conforme vai podendo, mas falamos sempre com ele antes de fazer, ele vem ver como é que está, o que vamos fazer primeiro, claro a casa é dele, não é? Nós também já pensámos em comprar esta casa, mas lá está nós somos quatro e a casa não é muito grande e pensámos que com as obras ia melhorar, não é que a gente fique apertados porque o meu marido até nem está cá, estou eu sozinha com os meninos, ele só vem de mês a mês, é claro que eu gostava de um quatinho para cada um, é diferente, não é?

Os investimentos realizados na casa, assim como a questão posse da habitação é uma dimensão um pouco ambivalente. Se vão investindo em algumas melhorias na casa - *as principais foi aqui a sala toda, as paredes, tecto, foi tudo abaixo, ficou tudo à pedra* – ao mesmo tempo e apesar desses investimentos a compra não é uma hipótese equacionada. Se à primeira vista, o facto da casa ser pequena e ter dois filhos pequenos tornam compreensível esta opção, quando nos diz que *desde que haja limpeza a gente vai vivendo bem. Realmente a casa é só para dormir, praticamente*, denota um outro conjunto de aspectos que fomos apreendendo pela observação.

A apropriação do espaço do bairro por parte das crianças e dos animais – dois cães e um coelho – é muito nítida, mas mesmo pelos adultos esta é uma realidade. Do lado de fora da casa, encontramos uma mesa com quatro cadeiras onde os amigos e familiares mais próximos se sentam quando chegam, assim como um baú onde as crianças guardam os brinquedos.

Porque ali no quarto eles já brincaram mais, agora nem tanto porque não tem muito espaço, é só mesmo o beliche e um móvelzito. Eles estão sempre ali fora praticamente a brincar onde tem as crianças também e os cães.

Esta apropriação mais vincada do espaço público traduz-se, por vezes, numa relação mais conflitual com os vizinhos, principalmente com os mais velhos e com o controlo que estabelecem do espaço do bairro: *Acho que é muito calmo, é claro que quando acontece qualquer coisa vem tudo à porta, mas acho que é normal, mas de resto é calminho, ainda para mais agora que é mais pessoas de idade, situação que conduz a alguns pequenos conflitos:*

Por acaso nunca tive problemas, às vezes a gente “chateia-se” porque os meninos fazem mais barulhito e isso e como há pessoas de idade chateiam-se mais ou porque alguém está doente ou porque não querem ouvir bolas, mas a canalha também tem que brincar. Lá está dois filhos, mais os cães e a casa é pequenina.

Deste modo, cuidar das crianças e dos animais que mais tempo ocupa à Dona Raquel, uma vez que a frequência do curso de formação profissional apenas lhe ocupa uma parte do dia:

É a casa que mais tempo me ocupa porque passo o dia a limpar. Eu se estou em casa estou sempre a limpar o pó, já basta ter aqui os cães no entra e sai, é só pêlos e eu ando sempre com a vassoura a dar sempre um jeitinho porque chego dou sempre um jeitinho, depois vou buscar os meninos ao ATL, venho para casa ou às vezes adianto o jantar ou faço quando eles vêm e basicamente é isto, de manhã até à noite é comer, ir para cama, outro dia é repetir! (...) Normalmente acordo por volta das sete, sete menos dez, às vezes uma preguiçite a mais. Primeiro arranjo-me eu, depois chamo os meninos, tenho que os lavar. A menina vai se arranjando sozinha, apesar que é sempre a última a estar pronta. Às vezes eu ainda estou à espera dela e depois ainda quer ajuda e depois vimos para baixo e tomamos todos o pequeno-almoço, preparo as coisinhas deles para o lanche, agora também deixo a comida para os cães e saímos todos por volta das oito e um quarto de casa e chego às cinco e cinco e pouco a casa.

Uma vez mais, quando questionámos a Dona Raquel acerca da vontade de mudar de casa e quais as condições dessa nova casa encontrámos uma certa ambivalência nas respostas. Assim, num primeiro impulso afirma desejar uma casa que se afaste completamente das condições que tem actualmente; contudo, de seguida, a partir do exemplo da mãe e da casa que a câmara deu à mãe em São Roque da Lameira, contradiz a assertividade que identificamos num primeiro momento.

Gostar, gostar, gosto de casas térreas. Se fosse à beira da praia ainda melhor.

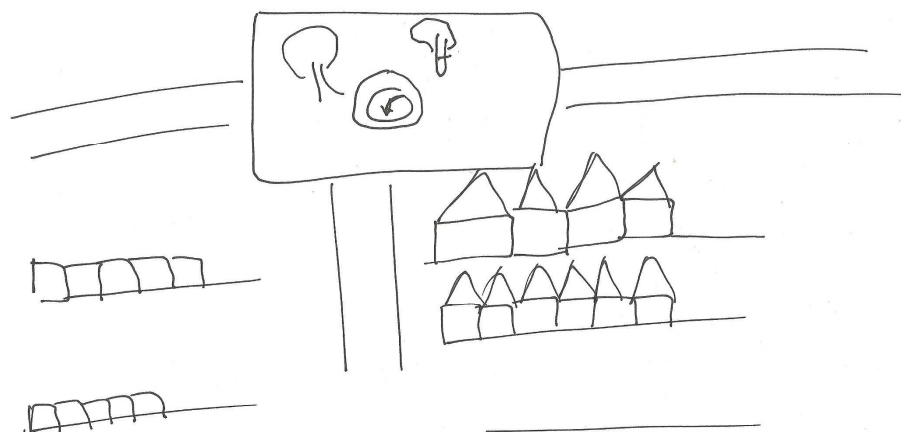
(...)

Talvez valorizasse mais a localização, as condições, mas é claro que uma casa nova no mínimo tem boas condições, pelo menos melhor que esta tinha de certeza absoluta, era mais a localização. Agora os familiares longe faz-se perto e quanto mais longe às vezes...não é o meu caso que graças a Deus não tenho problemas com os meus, mas...

(...)

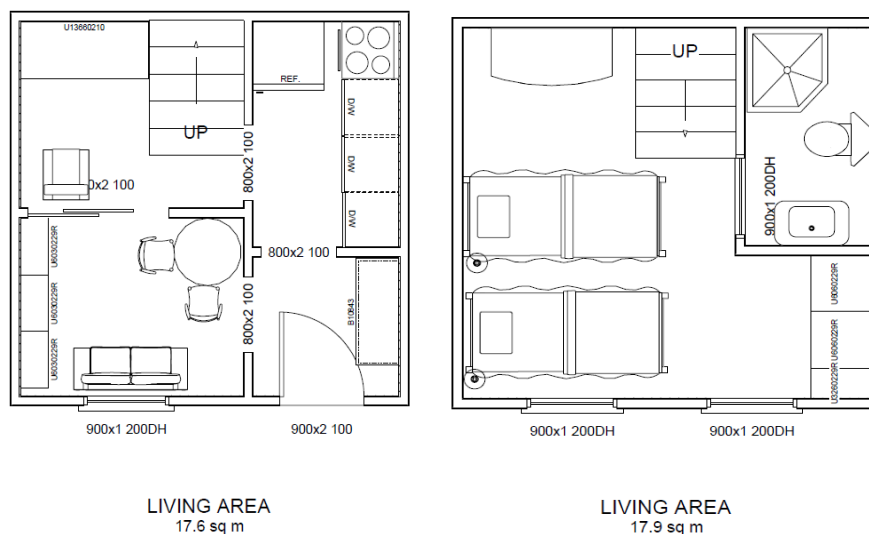
Lá está eu quando vim para aqui na altura estava com a minha mãe, mudámos de casa de lá de baixo porque a Câmara deu casa porque o prédio estava muito velho e a minha mãe foi morar para São Roque, à beira do Estádio do Dragão e eu fui para lá e eu chorei da minha vida, preferia o prédio velho, cheio de ratos e tudo do que ir para o pé da minha mãe e era uma casa em condições.

Mapa mental da Dona Raquel:



No mapa mental construído pela Dona Raquel encontramos uma grande ênfase nas ruas em torno do Bairro do Herculano. Identificamos facilmente a rua das Fontainhas e a Avenida Rodrigues de Freitas, tendo na sua ligação a referência ao Jardim de São Lázaro e o reforço da sua importância com o desenho do lago e de árvores. Ainda assim, o elemento mais marcante do mapa mental da Dona Raquel é o próprio Bairro do Herculano, sobredimensionado no mapa, uma vez que se estende pelos dois lados da rua das Fontainhas e pelo assinalar das ruas e casas que compõem o bairro. Por último, importa salientar a ausência de outros referentes espaciais exteriores à zona de residência neste mapa mental.

2.4.7 – Narrativa da Dona Salomé



Piso térreo

1º andar

A Dona Salomé, de 46 anos, sempre viveu no Bairro do Herculano. Conhecemos a Dona Salomé através da sua mãe, de 84 anos que vive no Bairro do Herculano desde que se casou. A família da Dona Salomé nunca teve qualquer relação familiar ao bairro, sendo que o motivo que a levou em primeiro lugar a vir viver para o bairro foi a sua localização central e a proximidade face ao local de trabalho. No discurso da mãe da Dona Salomé sobre a trajetória da filha, que apesar de ter «um bom emprego» e ter casa própria fora do bairro, se mantém com esta no bairro, emergiu interesse em conhece-la também. Se este foi o ponto de partida para a nossa conversa com a Dona Salomé, a perspectiva que tem da história do bairro e das dinâmicas de entreajuda demonstram uma certa consternação pelo facto do bairro paulatinamente se tornar num «prédio urbano na horizontal», em detrimento do sentimento de «família» que dantes se fazia sentir: “Hoje em dia não, hoje em dia é como viver num prédio”.

Antigamente isto era um bairro familiar, ou seja, as pessoas vinham para aqui porque tinham aqui familiares e haviam famílias inteiras que moravam na primeira, na segunda e na terceira e por aí fora, umas das famílias por exemplo é esta aqui, a mãe vive na primeira rua, esta filha vive aqui, já viveu na primeira rua, tem duas irmãs que moram na quarta rua, uma em frente à outra e portanto denota-se um «eu vou casando e ficando aqui» à beira dos pais porque os netos depois eram criados pela avó, que ainda ajudou a criar muitos etc e tal, de facto havia essa proximidade e como esta família que foi uma das que ficou cá, havia muitas mais, depois este bairro ao longo dos tempos e eu lembro-me que antigamente éramos como uma família, nomeadamente nesta rua, a minha vizinha foi minha ama, era assim uma coisa engraçada, depois entretanto as pessoas foram crescendo e o bairro foi-se degradando, essas boas condições existenciais de início depois as pessoas não foram investindo porque era um bairro de pessoas

relativamente singelas e portanto não tinham grandes capacidades e o bairro foi-se degradando porque foram saindo de facto pessoas...

Assim, a mãe da Dona Salomé mudou-se para a Rua 3 do bairro há mais de cinquenta e cinco anos. Foi, contudo, quando nasceu a primeira filha que se mudou para uma casa melhor no interior do bairro, na Rua 2. Esta rua, como nos conta, desde sempre foi tida, no interior do bairro, como a «rua da elite», no sentido em que todas as casas tinham saneamento e desde cedo os inquilinos e proprietários procuraram melhorar as condições da casa, principalmente na vertical. É também neste entrecruzar de histórias do bairro e dos seus moradores, muito importantes na compreensão do Herculano, que vamos descobrindo uma série de diferentes posicionamentos e investimentos face ao espaço da casa.

Olhe que eu me lembre para além da minha mãe ter sido a responsável por erguer ao nível que está a casa toda, portanto foi essa a primeira grande transformação foi erguer um primeiro andar ao nível porque ele tinha primeiro mas era de sótão portanto as pessoas não podiam elevar-se ao fundo, portanto foi isso, quando eu nasci já não era assim, só me lembro da casa assim, já nesta fase e depois há trinta e cinco anos fizemos umas obras de grande monta, de ir ao telhado fazer a remodelação do telhado, de pôr barrote, de pôr água quente porque nós tínhamos água quente mas era de uns cilindros muito pequeninhos que a gente ligava, portanto sempre tiveram chuveiro mas era assim, não era distribuída, portanto meter água quente na cozinha e meter água quente no quarto de banho, portanto metemos logo o cilindro que era um cilindro que não era destes, era um cilindro ainda de depósito, portanto fizemos as instalações para a máquina de lavar roupa, que também não tínhamos, a estrutura da casa manteve-se e depois, por exemplo naquela altura a minha mãe usava chão encerado, que era uma tábua comprida que se tinha que esfregar, etc e tal...nós não gostávamos, tínhamos a mania das alcatifas e nós alcatifámos tudo, lembro-me perfeitamente disso. Depois mais aqui há uns anos, como vê já não temos alcatifa nenhuma, toca tirar a alcatifa e pôr soalho flutuante para facilitar na limpeza etc e tal. E depois por exemplo, esta não, esta é uma das paredes originais de estuque, essa também mas se...não é capaz de verificar, mas esta parede, aquela parede e aquela parede são paredes forradas, paredes falsas de madeira, porquê? Porque estas casas ao longo dos anos têm vindo a degradar-se com a humidade e a gente não conseguia nunca por mais que a gente pinte e no ano a seguir já está outra vez, portanto aí nós fazemos paredes falsas, ou seja, fazemos uma câmara-de-ar com uns barrotinhos pequeninhos e o carpinteiro vem e pinta e com uma câmara-de-ar entre a parede original de estuque e a parede de madeira...e não cai nada, não suja nada, etc e tal. Este chão as últimas grandes obras que nós fizemos, este chão que estava muito bonito por cima, que era um flutuante mais ou menos idêntico a este, ali começou por qualquer razão o soalho primitivo começou a aluir e portanto tive que meter um soalho novo por baixo deste e ali cimento. Este chão, este aqui já é de cimento, tivemos que encher com brita, com pedra.

Investimentos estes que, feitos ao longo do tempo, tiveram consequências na decisão de não comprar a casa, nos investimentos realizados no interior da habitação e que estrutura, de certo modo, a relação com o senhorio:

O senhorio quis vender a casa e portanto fez uma proposta à minha mãe de duzentos e noventa e cinco contos e nós na quisemos porque achámos que a casa...esta casa quando a minha mãe veio para aqui era daquelas baixinhas e a minha mãe é que elevou, como tínhamos dispendido bastante dinheiro e então deixámos e a nossa senhoria que comprou a pensar que em poucos dias conseguia pôr a mãe fora, não é? Só que se esqueceu que não conseguia porque a minha mãe já habitava aqui há mais de trinta anos pronto e a senhora até comprou a casa mais cara, penso que por quatrocentos e tal contos e ficou connosco e já está como nossa senhoria há uns anitos.

(...)

Também é assim sob o ponto de vista moral nem o velho nem esta têm rendimentos, conseguem auferir rendimentos para e portanto também é a parte interior, parte interior é da responsabilidade do inquilino e portanto também não estou cá para... eu tenho que viver aqui, não quero sair daqui portanto tenho que manter a minha sanidade mental dentro de um espaço limpo etc e tal, mas obras de algum valor económico, portanto o último chão, as obras de remodelação do chão já custaram mil e duzentos euros, é sempre assim mil e duzentos euros, as obras, portanto que eu e lembre de há trinta e poucos anos para cá já é muito dinheiro e isto é quase como ir comprando mini-casa, percebe? Mas é como eu lhe digo a gente tem que viver aqui. O meu acordo com a senhoria foi não chateia, não abre a boca, não chateia etc e tal e não e não chateia a senhora de facto não chateia muito. Agora qualquer dia vou dizer-lhe que ela tem que ir ao telhado, mas também me custa porque...de facto o telhado é da responsabilidade dela e precisa de fazer uma remodelação muito boa e porque é que precisa? Porque por exemplo as outras casas foram crescendo, a da Eugénia foi crescendo, a daqui de trás foi crescendo, e então abafaram o telhado e como é um telhado antigo ainda com aquela estrutura assim e então não tem drenagem porque antigamente caia tudo para o de todos, percebe e agora não tem porque está ali, portanto acaba por ter que drenar tudo assim e depois tem que vir para cá, ora ainda não foi feita essa obra magnífica e então acaba por a parte de cima ter alguma humidade dessa acumulação e quando chove muito acumula essas águas que não tem muito por onde...

A clareza com que expõe os diferentes investimentos que foram feitos no interior da casa e a história da família no bairro é, de certa forma, tributária do facto da Dona Salomé ter uma casa própria fora do bairro. De algum modo, este é um projecto que é seu mas apenas enquanto a mãe viver.

Eu sou obrigada a estar aqui porque é assim a minha mãe já está numa fase da vida que não tem capacidade mental para se habituar à minha casa. Eu tenho uma casa, pronto numa zona bonita e que é minha. Eu tenho esta idade, mas sou completamente independente porque eu não vivo com ela, quer dizer eu vivo com ela, porque vivo na casa dela, mas é exactamente o contrário. Ela é a minha mãe e a minha filha mais velha, tenho que cuidar dela, embora partilhe muito bem a vida com a minha sobrinha e com a

minha irmã, que mora aqui relativamente, é de imaginar...a minha irmã é casada e tem a filha, eu fiz a minha opção de ficar solteira, portanto a mãe vive mais comigo e então não consigo que a minha mãe quisesse ir para minha casa porque é um andar com todas as condições possíveis e imaginárias, não tem escadas, não tem nada. (...) Vir de Gaia, vir aqui ver como ela está e preparar-lhe o jantar e dormir lá, depois chegava lá e começava a pensar será que lhe fiz isto, não dá, percebe? Nos fins-de-semana, nas férias, ela vai connosco, quando eu viajo a minha sobrinha vem cá dormir com ela e eu não posso sair daqui, não posso sob o ponto de vista moral tirá-la daqui porque ela não se dá, percebe? Só por isso...agora gostava imenso sair daqui.

Contudo, de forma quase paradoxal, a esta vontade de sair do bairro e prosseguir o projecto que iniciou com a compra de uma casa própria perto da praia e em Vila Nova de Gaia, concelho do hospital em que trabalha como enfermeira-chefe, vamos identificando no discurso da Dona Salomé um conjunto de pequenos marcadores de uma ancoragem à zona central da cidade em que o bairro se encontra inserido. Por um lado, a irmã e a sobrinha vivem na rua perpendicular à do bairro, por outro lado vamos identificando um conjunto de práticas quotidianas de lazer e de evasão que se encontram fortemente inscritas nesta zona da cidade.

É assim levanto-me por volta das sete menos dez, saio de casa por volta das sete e um quarto, regresso às dezassete, dezassete e trinta, depois normalmente, por exemplo segundas, quartas e sextas tenho ginástica, portanto saio venho buscar a mochilinha e depois vou-me embora, no regresso já trago o pão pelo caminho, janto...terças e sextas tenho o ensaio à noite de coro, portanto vou ao coro e regresso.

(...)

É extraordinário, de facto, é o melhor. Quando venho chateada de lá do hospital estaciono o carro e vou a Catarina Street lanchar, subo Catarina Street e desço Sá da Bandeira faço compras, não faço compras, vejo as lojas e venho para casa, de facto é «impec». (...) Há coisas aqui que são de facto...que ninguém imagina, mas é assim, o «Império» é «impec», aquelas mesinhas...agora não...vou dizer uma asneira...eu ainda sou do tempo que achava tanta piadona, não sei se lembra, as mesinhas eram quadradas e eles depois fizeram obras, mas antigamente as mesinhas eram quadradas e o empregado vinha com um tabuleiro enorme e depois encaixava na mesa e pronto.

Assim, apesar de muito vincado no discurso da Dona Salomé a vontade de ir para a sua casa, subjaz a ideia de que esta transição não será tão fácil quanto transparece numa primeira leitura dos discursos. Porém, o posicionamento mais capitalizado da Dona Salomé no espaço social confere-lhe um conjunto de propriedades do ponto de vista dos deslocamentos no espaço, que podem porventura colmatar essa questão.

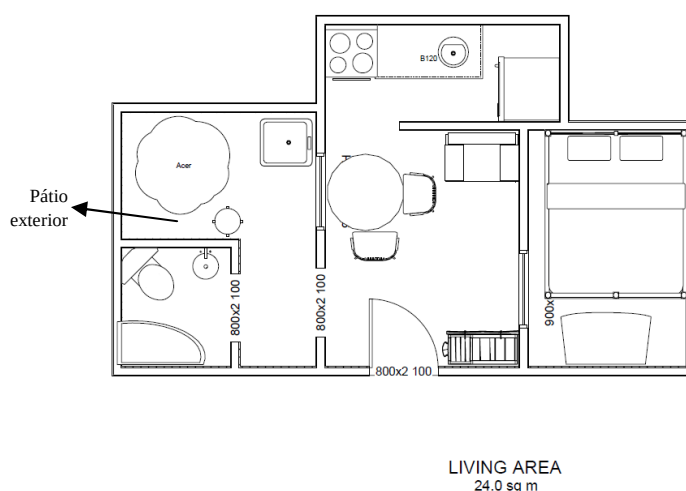
Mapa mental da Dona Salomé:



No mapa mental da Dona Salomé podemos identificar referentes espaciais quer no Porto quer em Vila Nova de Gaia, cidade onde trabalha e tem a sua casa. Por isso mesmo, ganha grande relevância do ponto de vista da análise, o limite natural de ambas as cidades imposto pelo rio, assim como as vias de ligação construídas pelo homem, como é o caso do assinalar das múltiplas pontes. De realçar, ainda, a importância dos meios de comunicação com o desenho das carruagens do metro do Porto, que ligam ambas as cidades. Do lado do Porto, podemos identificar duas zonas distintas da cidade: uma a área residencial e outra associada ao lazer, como é o caso da Avenida da Boavista e do Parque da Cidade, que funciona como um ponto marcante. A Igreja da Trindade aparece relacionada com as rotinas da Dona Salomé e a sua participação no coro.

No que diz respeito à zona de residência, encontramos múltiplos elementos que procuram identificar o bairro e a sua posição central relativamente a Santa Catarina, com uma função especificamente de lazer e de consumo, muito valorizada pela entrevistada. A conferir unidade temática ao bairro associado com a vivência das festas tradicionais da cidade podemos identificar a zona das Fontainhas e os entretenimentos que lá se podem encontrar. A reforçar os limites impostos pelo rio e a ligação entre as duas cidades encontramos o Colégio dos Órfãos, que funciona enquanto ponto marcante e como zona de fronteira do bairro de residência. Apesar da multiplicidade de elementos que compõem este mapa mental, a ordem e o posicionamento relativo entre cada um dos pontos realçados denota-se alguma desorientação espacial.

2.4.8 – Narrativa do Senhor José



Piso térreo

O Senhor José e a esposa, ambos de 75 anos, vivem na Ilha do Padeiro em S. Vítor há quarenta e quatro anos. Como no caso de qualquer idoso o discurso sobre «o antigamente» é muito mais fluído do que aquele sobre o momento actual. Esta foi uma questão muito presente desde o nosso primeiro encontro com o Senhor José. Foi ele, que na nossa primeira visita a S. Vítor nos apresentou as ilhas da rua, uma a uma, e nos disse qual o apelido pelo qual cada uma é conhecida. A razão desse nome, como diz na brincadeira, precede o tempo em que ele vive nas ilhas, apesar de já ser velho e ter começado a trabalhar muito novo!

Olhe, eu se lhe contasse a minha vida! Eu fui trabalhar com onze anos, descalço! Chovia, não importava, para os pés era a mesma coisa. Não havia o sétimo dia, na fêria. Se a gente perdesse meio-dia de trabalho, era descontado... não havia reforma não havia nada. Os meus pais não tinham nada de nada... e a gente fomos criados como aos gatos, éramos três. A minha mãe fazia limpeza e ganhava vinte e cinco escudos por semana, a fazer limpeza. O meu pai era inválido, não havia reforma nem nada... e a gente olhe, fomos criados. Alguns até nem acabavam a escola, iam logo... perguntavam aqui e ali em oficinas, onde é que precisavam de um rapaz... e a gente, pronto, éramos humildes. E, depois, os oficiais entretinham-se a dar-nos porrada. Para estarem entretidos, quando não tinham o que fazer e a gente passou muito! E nem tínhamos direito de vir queixar para casa! E obedecíamos a tudo. Olhe, uma ocasião, eu tinha para aí onze anos e fui buscar um motor onde é hoje o Palácio da Justiça... aquelas casas, havia ali um bobinador e fui levar um motor para bobinar. E, aqueles motores eram antigos, muito pesados, de ferro, com aqueles frisos e eu elevei um saco... quando lá cheguei o bobinador disse-me «és tu que vais levar isto? Tu podes com isto? Tu não podes». Eu virei-me e disse «eu posso, posso», só para ser agradável ao patrão. Lá vinha eu com aquilo à cabeça, vinha a cambalear todo, encostava-me à parede para me segurar e dizia «olhe, por favor, bote-me aqui a mão», e depois era tudo a lamentar-se de mandar uma criança buscar uma coisa dessas. E, vim de lá até à Praça da Alegria, até aqui a cima. Vim... o que vale é que não havia montras

como há agora para me segurar. Está a ver, a gente dantes sujeitava-se a tudo... dão o rendimento mínimo e não querem trabalhar! São grandes, já são crescidos, mas mais vale o rendimento mínimo do que trabalhar. Trabalhar magoa. E, olhe e a gente fomos criados assim.

Nascido e criado em S. Vítor, apenas quando casou, durante três anos e meio, saiu das ilhas e foi morar para umas águas furtadas em Fernão Magalhães. Depois retornou ao «arquipélago». *A gente, antigamente, arranjava um buraco para se meter... e vim pagar trezentos e cinquenta escudos, que já era muito dinheiro naquele tempo e a gente foi passando, foi passando. Não havia aquela coisa de comprar a habitação própria, não havia nada... e aqui ficámos toda a vida!*

O Senhor José já está aposentado desde 1982, devido a um problema nas mãos. Dantes trabalhava como ourives, arte que foi aprendendo com a prática. Mesmo depois de reformado para passar o tempo foi-se dedicando à pintura e ao artesanato. Quando entramos na casa do Senhor José as paredes estão preenchidas de aguarelas da cidade e pequenas peças de artesanato, que o pó acumulado vai escondendo.

Por causa das mãos, está a ver? Serrava isto, também tive sempre assim um pouco de jeito para os desenhos! Mas ainda me recordo de um grande chapo que um professor de desenho me deu, quando ele nos pediu para fazer um vaso e eu fiz uma gamela... levei um estalo. Porquê? Porque não tinha jeito nenhum... Está a ver, olhe, é coisas rendilhadas, é tudo de umas tábuas... é com uma serrita, também lhe mostro como é... Mas, olhe, eu nunca mostrei a minha obra, chateavam-me para eu fazer... era exposições, mas como eu não quero vender nada, nunca mostrei. Mas, sabe eu sou um artista encoberto! Tá a ver menina, você ainda encontra alguma coisa de novidade! Se fosse nos tempos de agora, eu tinha vocação para muita coisa, mas naquele tempo... Eu fui ourives, sabe... e o ourives era uma arte de habilidade, não é. Não sei se foi por ser ourives... não sei!

(...)

Sabe que isto são pedaços de madeira até achados no lixo. Forro-os e tudo! Eu também já estou reformado desde de 1982, tinha que me entreter... pegava num bocado de madeira ou fazia um quadro. Prontos! Tenho, é tudo barcos rabelos e... tudo!

A agilidade do Senhor José encontra-se também presente nas obras que foi realizando, por si, no interior da casa:

Fui eu que fiz isto tudo... olhe, isto aqui era caiado a azul [apontando para a parede da cozinha]. Fui eu que fiz a banca... era uma banca muita grande de louça, uma altura louca! Era daquelas coisas muita antigas! Tirei aquilo tudo fora e modernizei isto. De resto fui, a tijoleira, fui eu que fiz isto tudo. Tudo o que aqui está, fui eu que fiz. Não tinha dinheiro para pagar, trabalhava eu! (...) O pátio e tudo, fui eu que arranjei tudo... com tijoleira, tudo! Mas isso foi noutro tempo, porque agora não posso com a gata pelo rabo.

A consciência de que tem que ser o senhor José a realizar todas as obras que a casa vai precisando deriva da ausência de qualquer relação com o senhorio, como também da noção de que os dezoito euros mensais que paga actualmente não lhe permitem fazer qualquer pedido de obras a este.

São dezoito euros, de vinte euros, ainda trago dois de troco. Vou à Caixa Geral depositar, porque a senhoria já é muito velhinha e... não nos pode atender, por isso resolveu mandar-nos para a Caixa. (...) Eu compreendo, eu também se fosse senhorio entregava a casa. Pagar mais contribuições!

A esposa do Senhor José encontra-se acamada, sendo que é o Senhor José que assume o papel de cuidador da esposa e assegura todas as tarefas relacionadas com as lides domésticas.

Eu dormir, dormia toda a noite, mas a minha mulher, infelizmente, ela não me deixa dormir. Levanto-me sempre por volta das oito horas, acordo, às vezes às seis para fazer umas coisas, porque sou eu que tenho que fazer tudo. E, deitava-me muito cedo, às oito horas já estava na cama... agora, é meia-noite e tudo e ainda ando por aqui. Olhe é andar para aí a fazer coisas. Há sempre que fazer... olhe louça para lavar é a toda a hora e instante. Já aborrece, mas eu tenho que fazer.

Subjacente a esta questão encontramos, também, a difícil relação que o Senhor José tem com a família, que se estende às pessoas que vivem na ilha:

É o que eu lhe digo, estou abandonado aqui. Moram aqui perto, mas não conhecem o tio. Mais nada. As pessoas que eu tenho é uma irmã, mais velha do que eu, que já não sai de casa há muitos anos e tenho três sobrinhos... é uma família muito grande! A minha cunhada, já nem sei se... com certeza já nem é cunhada. O meu irmão morreu, com certeza já nem cunhada é, nem sei. Por lei, já nem é. A minha família não é muito grande. A da minha mulher é que é uma família muito grande, mas também só tem um irmão, que é o que zela. Mas, de resto, não presta nada... são coisas que se mexem, nem pessoas são!

(...)

Estou fora disso, porque eu moro aqui desta porta para dentro, porque não dou confiança até a ninguém. E até nem temos assim pessoas a que a gente esteja dedicado, estamos aqui isolados, porque a gente vê para aí cenas que nem vale a pena falar nisso, sabe. Eu então nunca me meti nisso, nem dei confiança às pessoas. Eu vi aqui muita gente ser criada, que hoje são homens, e toda a gente me respeita, como eu respeito os outros, não é. De maneira, que eu faço de conta que isto aqui é uma viela, nem dou conta. Ainda ontem uma senhora perguntou onde morava um vizinho e eu não estou a par das casas que estão lá para a cima. Eu nem me lembro de ir lá a cima, portanto, eu estou isolado de tudo. Só sou eu e a patroa aqui dentro e mais nada!

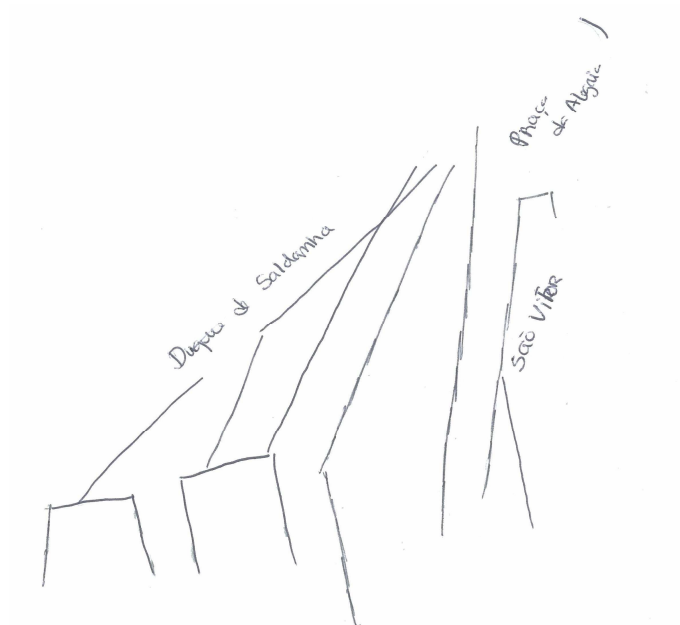
No discurso do Senhor José temos muito presente a relação entre o presente e o passado. O detalhe com que se lembra de acontecimentos e tradições mais antigas, contrasta com a atitude pragmática com que encara o seu dia-a-dia, assim como as relações que vai estabelecendo, como vimos, quer com a família, quer com os vizinhos. Isso traduz-se, de igual modo, na análise que faz acerca das vivências do São João, que apesar de «já não ser o que era», na sua memória encontra-se muito presente os modos antigos de viver o São João.

Olhe, o São João tem a sua era... naquela era é tudo são joanino. E o São João, não sei, eu também não passo uma noite de São João fora há muito tempo. Mas, acho que o São João está muito diferente. Antigamente, era muito diferente... era as diversões nas Fontainhas. Eu, quando era miúdo ainda não havia diversões ou carrosséis, porque não havia motores ou coisas assim. Eu... havia a roda dos cavalinhos. Amarravam-se os cavalinhos de madeira... era paga não paga, e depois era dar à manivela para aquilo andar à roda. E agente andava sempre assim. Era manual. Era o comboio fantasma, que metia medo à canalha... era Nossa Senhora de Fátima, que aparecia nos pavilhões, era assim umas coisas... era barracas de frango redondas. Punham, assim, frangos no poleiro e depois passavam-se senhas para a roleta, que depois aquecia o frango. E, uma ocasião, saí de lá sujo por causa do frango, não tinha noção que o frango estava em cima e sujei-me todo! E era assim, um rato-chino a procurar nas casotas para ir buscar o prémio. Era assim umas coisas muito diferentes do que é agora. Isto, agora, é tudo eléctrico, muito movimentado... então, aquilo era com os alhos-porros, era café por as ruas foras... eram vender café feitos nas cafeteiras. Era assim! Agora não, até porque isto aqui é muito perto das Fontainhas e isto aqui é um ermo... antigamente, não, era gente por todo lado. O São João está muito diferente!

É assim, que de alguma forma nos lembramos que a história do Senhor José é a história de alguém que viveu praticamente toda a vida na zona de S. Vítor e que mesmo com a possibilidade de ter uma casa nova, gostaria de ficar a viver na zona.

Mapa mental do Senhor José:

Ver página seguinte



No mapa mental construído pelo Senhor José encontramos uma forte centralidade das ruas em torno da área de residência. Da mesma forma, a lógica de ligação e articulação entre as diferentes vias reforça o seu sentido enquanto pontos de deslocação quotidianos. O Senhor José sempre viveu na zona de S. Vítor, daí a sua importância relativa na imagem da cidade da zona envolvente a onde vive face aos outros pontos da cidade ausentes neste mapa.